

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

DW CEDOC

DEVELOPMENT WORKSHOP
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-economico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

[Redação](#)
Helga Silveira

[Conselho de Edição](#)
Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

[Editado por](#)
Development Workshop Angola

[Endereço](#)
Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

[Telefone](#) +(244 2) 448371 / 77 / 66

[Email](#) cedoc.dwang@angonet.org

[Com apoio de](#)
Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

[Disclaimer](#)

1. Content
DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links
The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles
DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO O E CIDADANIA

JANEIRO DE 2012

UA pondera a nomeação de relator especial para Cabinda

Novo Jornal

06 de Janeiro de 2012

A UNIÃO AFRICANA (UA) tornou-se disponível para analisar a pertinência da eventual nomeação de um relator especial para investigar uma série de queixas apresentadas pela Frente de Libertação do Estado de Cabinda (FLEC-FAC), liderada por Henrique Nzita Tiago, contra o Governo de Angola. Esta decisão foi tomada durante a 10.ª Sessão Extraordinária da Comissão Africana, que teve lugar em Banjul, capital da Gâmbia, de 12 a 16 de Dezembro último.

Na primeira queixa submetida ao Secretariado da Comissão Africana de Direitos Humanos e Direitos dos Povos (ACHPR), a 29 de Setembro de 2006, o grupo independentista de Cabinda, contestava o direito legal de Angola à soberania dessa província, fazia referência a execuções extrajudiciais e reclamava o facto de mais de 90 por cento das receitas do petróleo explorado no território não ser usado em benefício das populações locais. Desde então o consultor jurídico da FLEC-FAC, Jonathan Levy, da firma de advogados Brimstone & Co., com sede em Washington, que apresentou "um pedido urgente de intervenção" em nome do seu cliente, tem desenvolvido uma intensa actividade de "lobby" nesse sentido, incluindo junto da organização continental africana.

Na altura da apresentação da petição da FLEC-FAC há mais de cinco anos, o jurista sénior do ACHPR, Robert Eno, considerou que este caso Ré uma situação muito rara, uma vez que está relacionada com o direito aos recursos, mas estes direitos estão abrangidos pelos estatutos da União Africana." Em declarações públicas, Eno, actualmente escrivão do Tribunal Africano, em Arusha, Tanzânia, afirmou que a petição seria analisada pelo ACHPR, tendo, no entanto,

advertido que qualquer resultado não seria legalmente obrigatório.

"Podemos fazer recomendações, pedir ao Governo [angolano] para investigar e dar início ao diálogo logo. Isto dependerá da boa vontade do Governo", adiantara na ocasião.

O ACHPR é um órgão da UA, criado a partir da Carta Africana dos Direitos Humanos e Direitos dos Povos, que entrou em vigor a 21 de Outubro de 1986 e que tem a responsabilidade de promover e proteger os direitos humanos no continente. Esta agência é tutelada pelo Gabinete da ONU para Coordenação dos Assuntos Humanitários. Segundo Jonathan Levy, o ACHPR tem até 20 de Fevereiro de 2012 para tomar uma decisão sobre se deve ou não designar um relator especial para investigar alegações de violações dos direitos humanos e a distribuição injusta dos recursos minerais em Cabinda.

Esta posição da UA constitui um dos desenvolvimentos de realce na questão de Cabinda desde que o executivo angolano assinou o memorando de entendimento "para a paz, em Agosto de 2006, com António Bento Bembe, antigo líder da FLEC-FAC e presidente do Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD) - um corpo representante dos movimentos separatistas do enclave, que inclui grupos da sociedade civil e representantes da igreja católica. Apesar dos esforços do executivo angolano, a situação militar no enclave permanece indefinida, razão pela qual o chefe das Forças Armadas de Angola, general Geraldo Sachiengo Nunda, declarou no dia 26 de Dezembro passado que a pacificação da província de Cabinda era um dos seus objectivos para 2012.

Legitimar o poder autárquico através do voto

Jornal Agora

07 de Janeiro de 2012

Esta questão das autárquicas foi, entretanto, remetida para reapreciação na próxima sessão do Conselho da República (CR), apazada para o primeiro semestre do próximo ano.

De acordo com o Presidente Eduardo dos Santos, que discursava na abertura da última reunião deste ano do CR, na passada segunda-feira, 20, deve definir-se entre "realizar as eleições autárquicas em

todos os municípios de uma só vez ou (...) fazê-las por fases, começando apenas por uma parte deles"

Se assim vier a suceder, a escolha não será tarefa fácil, dado o país possuir 165 municípios com a criação dos dois últimos de Catumbela e Belas.

O processo de eleições faseado tem sido observado em Moçambique nos últimos anos, tendo a Frelimo já perdido o importante município da Beira a favor da Renamo.

No caso angolano é muito provável que o MPLA não vença em vários municípios onde, por força da influência regional, Partidos com o PRS e a UNITA poderão vencer os pleitos eleitorais.

"As estratégias das oposições seria de cercar o MPLA a partir do interior para ir diminuindo o seu poder demasiado dominante", defendeu uma fonte da oposição.

No Uíge, por exemplo, reduto natural da FNLA, podia admitir-se os irmãos vencerem no município da capital, mas com o Partido feito numa manta de retalhos é demasiado prematuro antecipar cenários.

O censo populacional será de suma importância para a realização das primeiras eleições autárquicas, calculando-se em cerca de 19 milhões o número de habitantes no país.

O processo autárquico ficará, ainda, facilitado com o apuramento do número de votantes nas eleições gerais de Setembro do próximo ano.

Outro factor a levar em conta é o calendário (2012-2014) poder vir a revelar-se apertado para se passar a eleger os administradores municipais na base do sufrágio universal.

Quanto aos governadores provinciais, quando anos atrás se começou a debater esta questão na Assembleia Nacional não se chegou a consenso entre os partidos com assento parlamentar se eles deveriam ser igualmente eleitos. Convém notar, no entanto, que em diferentes regimes democráticos já se vão extinguindo os cargos de governadores civis ou a isso equivalente, justamente por não possuírem legitimidade democrática conferida pelo voto do cidadão.

País gastará mais de 100 milhões de dólares com o censo populacional
Jornal Agora

07 de Janeiro de 2012

O demógrafo revelou que sem o censo fica difícil planificar, decidir as melhores áreas para investimentos e projectar o futuro em benefício dos cidadãos.

José Ribeiro acredita que a realização do censo populacional, apurado para 2013, facilitará o processo de avaliação dos programas de investimentos e ferramenta importante em todo o processo de planificação. "Os riscos que corremos em fazer planificação sem a perspectiva de um censo são os mesmos que, por exemplo, uma empresa corre ao ser gerida sem uma contabilidade organizada e a qualquer altura podemos fracassar", sublinhando que "O Executivo teve sempre em consideração a necessidade de realização do censo. Não foi realizado até aqui, porque o país estava em guerra".

Para a realização do cadastro sem grandes constrangimentos sustenta ser precisa uma boa base de preparação em recursos humanos como financeiros. "O essencial em todo este processo é que houve sempre vontade política do Executivo para que na devida altura as coisas fossem feitas e cá estamos finalmente com as indicações de 2013".

Este alto funcionário do Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social clarifica que a ONU aponta que o país possui 19 a 20 milhões de angolanos, mas o Instituto Nacional de Estatística (Ine) trabalha com uma estimativa mais baixa, cerca de 16 a 17 milhões de habitantes, adquirida com a base dos dados do recenseamento eleitoral de 2008. "Os resultados que achei indicam que vivem em Angola cerca de 20,9 milhões de habitantes e só o censo poderá confirmar a verdadeira estrutura populacional do país".

De igual modo o Ine poderá utilizar a estrutura montada pela Comissão Nacional Eleitoral (Cne) como ponto de partida para a realização do censo, mas o especialista alerta que não será suficiente para o processo. "Vamos precisar de mais de 40 mil recenseadores e da experiência da Cne, com maior predominância para a experiência logística".

O docente universitário defende que a cartografia das cidades deve estar actualizada entre seis e oito meses antes do censo com a colocação de nomes de rua e a criação de zonas censitárias o mais breve possível.

Quanto às infra-estruturas de apoios devem ser criadas estruturas administrativas em condições a nível das províncias e comunas. " Da mesma forma que há uma Cne, também deve ser criada uma para o censo, com as suas representações, quer ao nível das províncias, quer dos municípios e comunas. Portanto, esse é um trabalho que agora tem de correr, porque estamos atrasados na preparação".

Formado em demografia e estatística José Ribeiro, em entrevista ao semanário *Expansão*, admitiu que deve existir uma planificação dinâmica e cada momento crítico o Executivo estar preparado para as devidas alterações do orçamento. "Não tenho dúvida que o país gastará mais de 100 milhões de dólares para a realização do censo, porque há custos que não estão ainda imputados na actual proposta orçamental"

Administradora municipal de Belas ausculta inquietações dos habitantes

Jornal de Angola
11 de Janeiro de 2012

O grande amontoado de lixo existente na comuna do Mussulo, em Luanda, deve acabar até ao fim do mês de Janeiro.

Esta é uma garantia saída do encontro mantido entre a administradora do município de Belas, Joana Quintas, autoridades tradicionais do Mussulo e parceiros sociais.

A administradora municipal de Belas auscultou as principais preocupações que afligem os habitantes da comuna do Mussulo, como a reparação das escolas, postos médicos, sistema de abastecimento de água potável, energia eléctrica e saneamento básico, fundamentalmente a recolha de lixo.

Joana Quintas manifestou preocupação pelo grande amontoado de lixo existente na comuna do Mussulo.

A administradora sublinhou que a resolução do problema de fornecimento de água potável, energia eléctrica e a reparação de escolas e centros de saúde está inserida no Programa de Investimentos Públicos e Programa Integrado Municipal de Desenvolvimento Rural e de Combate à Pobreza para o ano de 2012.

Joana Quintas garantiu que num prazo de seis meses esses trabalhos de reparação são realizados,

para o bem-estar dos habitantes da comuna do Mussulo.

Joana Quintas disse que a questão do transporte marítimo para a comunidade do Mussulo está igualmente inserida no programa de administração. Reconheceu que os municípios gastam muito dinheiro na travessia.

A responsável referiu que a resolução dessas questões não passa somente pela administração municipal e prometeu remeter a questão a nível do governo provincial. "Vamos levar à consideração superior as preocupações que afligem a comunidade do Mussulo", disse.

Durante a sua estada na comuna do Mussulo, Joana Quintas visitou o quartel dos bombeiros, a secção da Elisal, o posto de registo e identificação civil, a escola do ensino primário 10 11 e o centro de saúde.

Com uma extensão de 45 quilómetros e uma população estimada em dois mil habitantes, a comuna do Mussulo dispõe dos bairros Ponta da Barra, Contra Costa da Ponte da Barra, Prior, Cambanje-zanga Dya Nzenze, Mussulo Centro, Contra Costa do Mussulo Centro e Macoco.

Trata-se da primeira visita de campo de Joana Quintas desde a sua nomeação em Novembro, no âmbito da nova divisão administrativa de Luanda, que extinguiu os municípios da Maianga, Ingombota, Rangel, Sambizanga e Samba e deu corpo ao município de Luanda. A província de Luanda é constituída pelos municípios de Luanda, Cazenga, Cacuaco, Icolo e Bengo, Viana, I Belas e Quissama.

Saudades de uma gestão transparente em Luanda

Jornal Continente
13 de Janeiro de 2012

Todos nós ficamos expectantes, quando José Maria dos Santos foi nomeado Governador da Província de Luanda, não pensando ser alguém que caiu de pára-quedas, nas lides políticas porque conhecíamos a sua performance no parlamento angolano, na província do Kuando Kubango e em actividades filantrópicas, mas sim pela sua juventude. Entretanto o jovem político não deixou os seus créditos em mãos alheias e na altura arregaçou as mangas e deixou, feitos e realizações que deixam saudades, o que obriga os seus

sucessores a se em penharem bastante para fazerem mel hor do que ele, já que os bons feitos são para serem recordados.

A província de Luanda, ou seja, o Governo da Província de Luanda no ano de 2011 deu provas e exemplos de uma gestão transparente, virada para uma governação de proximidade ao cidadão. Recordamos todos os esforços em preendidos pela gestão do antigo governador da província de Luanda, José Maria dos Santos e a sua equipe, que cumprindo com as orientações do Chefe do Executivo, Eng.º José Eduardo dos Santos, lançou um programa de correcção à má gestão encontrada na arrecadação de receitas e idealizou a aplicação de um modelo novo de arrecadação mais rigorosa, transparente e responsável, eliminando as várias contas existentes e criando um sistema único e centralizado de arrecadação de receitas, quer ao nível local como o munitário. Desta estratégia, o governo da província de Luanda, como estamos todos recordados, porque foi tomado público, arrecadou em 2011, valor equiva lente a mais de USD. 700.000.000.00 (setecentos milhões de dólares), o que 1 demonstra sem sombra de dúvidas que estavam na direcção certa se compara rmos a média de receitas arrecadadas em igual período dos anos anteriores / à 2011. Com essas medidas acreditamos que o GPL de Luanda arrecadaria muito mais em um, dois ou quatro anos e as condições sociais dos cidadãos com certeza, continuariam a melhorar cada vez mais. Esse exercício e de forma periódica, era considerado pelos ob servadores como um exemplo de gov ernação participativa. Ainda nesta senda de governação transparente e com a visão virada sem pre para melhoria do nível de vida das populações, fazendo jus a máxima do Presidente Neto segundo a qual, "O mais importante é resolver os prob lemas do povo", o Governo Provincial de Luanda no ano de 2011, no âmbito do seu programa de investimentos públicos e do pacote de acções ex traordinários, lançou uma cartilha de projectos no domínio social com de staque para a construção, recuperação e apetrechamento de infra-estruturas escolares, hospitalares, de polícia e segurança pública, de abastecimento de água potável, etc. das quais desta camos as seguintes concretizações: construção de uma escola TIO no bairro Pracinha Kicolo; reabilitação da escola T12 no Neves Bendinha; construção da escola T12, 6020 An gola e Cuba; construção da escola T12 Lar do Patriota; construção da escola T12 no Havemos de voltar; reabilita ção e ampliação da escola do Ramiro; construção da escola T6 na Funda

Sede; construção de uma escola T12 no Neves Bendinha; construção de uma escola T12 no Km 9 Viana; reabilitação da escola 3016 prédio do livro; construção de uma escola T12 nos Mulenvos de Baixo; construção de uma escola T6 no Mata-gato, con strução de uma escola T12 no Ngola Kiluanji, construção de uma escola T12 no Zango TII, construção de uma escola T2 no Km 12 Viana, construção de uma escola T12 no km 30 em Vi ana, construção de uma escola T12 no bairro popular, construção de uma escola T12 no bairro Cariango, con strução de uma escola T12 no mercado do Kicolo; escolas do mesmo modelo no, Catambor, bairro Primavera na Frescangol, reabilitação da escola 2022 do Sambizanga reabilitação da escola 4022 na zona do Ngola Kiluanji, re abilitação da escola T6 nos Ramiros.

No domínio da saúde: centro de saúde de referência no Zango III, apetrecha mento do Hospital municipal do Sambizanga, construção do depósito pro vincial de medicamentos, construção do centro de saúde do Catinton, con strução do canil e gatil de Viana, construção do cemitério do Benfica, con strução e apetrechamento da Morgue de Viana e de Cacuaco, construção de I uma nova Morgue no Hospital Josina Machel, aplicação e construção de um novo edificio para a maternidade Au gusto Ngangula, reabilitação das duas residências protocolares e centro de saúde de Calumbo e reabilitação do hospital dos Mulenvos. Construção dos Postos Policiais dos Bairros: Paraíso, Chimbicato, Farol - das Lagostas, Terra Nova, Ecocampo e Bairro Mundial.

a Construção do sistema de abastecimento de água potável no bairro dos antigos combatentes em Viana. Elabo ração do projecto de modernização da Zona Verde do Alvalade, construção da casa de trânsito para presos no Tri bunal Provincial de Luanda, reabilita ção e construção dos acessos às novas escolas e hospitais, reabilitação do centro social de S.Paulo, concepção e elaboração de projectos para a con strução de nove passagens aéreas para peões em várias áreas críticas da cidade, reabilitação da direcção provin cial dos serviços de registos, manuten ção do sistema de captação de água da mesma zona.

Aquisição de motorizadas-auto espe ciais para a polícia nacional, no sen tido de facilitar a locomoção destes em zonas de difícil acesso e de meios de transporte para apoio ao sector da saúde, educação, administrações mu nicipais, autoridades tradicionais, etc. A par das acções acima referenciadas, registou-se no referido ano muitas

outras acções, dizem os observadores, com destaque para projectos que visaram a valorização dos idosos de terceira idade, das crianças e da juventude, tudo na visão de uma governação interactiva e participativa. O estilo de governação de José Maria dos Santos, foi recordado-se, apoiado massivamente pela população luandense principalmente, pelas mães, e pelos jovens, que o digam os habitantes da zona do Patrício que várias vezes viram o Governador de Luanda daquele ano, mesmo a chover, partilhando com os mesmos as dificuldades porque passavam. Este tipo de governação é que Luanda precisa e esperamos que outros sigam o exemplo com vista à uma Luanda e um país melhor e mais justo.

Administração é ampliada para preparar as autarquias

Jornal de Angola
17 de Janeiro de 2012

O Executivo vai criar, ainda este ano, o Campus do Instituto de Formação da Administração Local (IFAL) para melhor aproveitar das parcerias e acordos científicos e contribuir para a preparação dos governadores, vice-governadores, administradores municipais, comunais e adjuntos.

A revelação foi feita, ontem, pelo ministro da Administração local do Território na abertura do ano de formação do- 2012 do IFAL.

Bornito de Sousa disse que a ampliação da instituição tem a ver com a preparação das autarquias locais.

Além de ampliar as estruturas físicas da instituição, afirmou, uma das novidades é a introdução do curso de gestão e administração autárquica que tem como principal objectivo preparar os candidatos locais para a participação e bom exercício no quadro das eleições locais.

O ministro elogiou as várias parcerias existentes com o centro de pesquisas de governação local da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, com quem estão a ser organizados cursos de pós-graduação em administração e governação local e o curso de mestrado em governação e gestão pública.

Além disso, há parcerias com outras instituições, como a Agência Espanhola de Cooperação, com quem também são organizados cursos de formação de instrutores.

O objectivo, referiu, é aumentar a cobertura na área da formação de quadro regionais e locais e promover o ensino regular, designadamente o curso médio de administração local e autárquica.

Especialistas portugueses formam administradores

Jornal de Angola
18 de Janeiro de 2012

Administradores municipais de Luanda vão receber formação de especialistas portugueses, à luz da nova divisão administrativa, disse ontem o governador da província, Bento Bento, no final de uma audiência que concedeu ao presidente da Associação das Municipalidades de Portugal, Fernando Cruz.

Bento Bento disse que a cidade de Luanda está a viver um período de reorganização administrativa que termina em Junho e "alguns serviços que eram de responsabilidade do governo vão passar a ser feitos pelas administrações municipais. Por isso, por orientação do Ministério da Administração do Território, os administradores vão ser formados".

Bento Bento disse que Luanda foi construída para albergar uma população de apenas um milhão, mas hoje tem quase oito milhões de pessoas, com os municípios do Cazenga e de Viana como os mais populosos. Fernando Cruz, que está na presidência da Associação há 22 anos, disse que Angola deve aplicar um planeamento próprio e não precisa copiar de outros países. "Aplicar o modelo de Portugal em Angola é um erro, porque cada país tem as suas especificidades, geograficamente são todos diferentes", alertou, para dar um exemplo. "Há países que possuem as suas cidades mais próximas umas das outras, com o número de habitantes inferior a outras, enquanto outros países têm cidades com 500 quilómetros de distância."

O presidente da Associação das Municipalidades de Portugal, que esteve acompanhado pelo seu secretário-geral, Artur Piedade, disse que Angola tem condições para iniciar um processo de descentralização e, em sete anos, concluir com êxito, para que os cidadãos tenham uma melhor qualidade de vida.

"Portugal precisou de 25 anos para que hoje ao nível de abastecimento de água potável, das distribuições de electricidade, escolas, redes

sanitárias, estarmos acima da média e prestarmos um bom serviço", disse.

Quadros de comissão administrativa tomam posse

Jornal de Angola
20 de Janeiro de 2012

O presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda pediu ontem aos quadros da instituição responsabilidade e espírito de entrega e dedicação ao trabalho, "no sentido de se tornar a circunscrição territorial boa para nascer, viver e prosperar".

José Tavares Ferreira, que falava na cerimónia de tomada de posse dos responsáveis da Comissão Administrativa, realçou que a nova missão exige sacrifícios, dedicação, abnegação, coragem e lealdade.

José Tavares Ferreira afirmou que a organização da circunscrição impõe a conjugação de esforços e solicitou criatividade e trabalho permanente, devendo os quadros pautar-se pela ética do bem servir.

Foram empossados Luís Filipe Pinto Furtado de Carvalho, assessor de Gestão Urbana, António Manuel Fiel, assessor de acompanhamento dos distritos urbanos e desenvolvimento local, Tadeu de Almeida Coelho Fortes, assessor administrativo, político e social, Sayonara Djamiá Guise Martins, secretária do gabinete do presidente, e Domingos João Lourenço, secretário municipal da cidade de Luanda:

No cargo de directora do Gabinete do presidente da Comissão Administrativa Municipal de Luanda tomou posse Naulila Masisa Fernandes André e no de directora adjunta do mesmo gabinete Noelma Soares da Cunha. Na chefia do Gabinete de Estudos e Planeamento tomou posse João Miguel Venâncio da Silva, do Gabinete de Fiscalização e Inspeção, Nazaré Francisco Campos Alexandre, e do Gabinete de Comunicação e Imagem, João Dombaxi Sebastião.

Joana Mateus Sousa Neto tomou posse no cargo de directora da repartição de Educação, Saúde, Africana, Castelo Baltazar João, Registos, Organização do Território e Modernização administrativa, José Etelvino do Espírito Santo, e Gestão Urbanística, Construção e Habitação, Josina Maria da Costa Martins.

Na repartição municipal dos Serviços Comunitários tomou posse como director Gabriel Nongo Likita, no Ambiente, Energia e Águas, Manuel António da Costa, e na repartição municipal do Comércio, Paulo Domingos Sebastião.

Como director da repartição municipal da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas foi empossado Frederico Laurindo.

Edilson Saede Moreira é o director da repartição municipal de Tráfego e Mobilidade, Maria Antónia dos Santos Luís, da Acção Social, e Juvenal Santos da Costa da repartição do Turismo, Transportes e Serviços.

Os chefes de secção também tomaram posse, Amélia Augusto João, Recursos Humanos e Sistemas de Informação, Esmeralda Henda Flávio Tavares, Família e Promoção da Mulher, Pedro Prazeres Gaspar dos Santos Cardoso, Logística e Património, Bruno Luvovicueno Dissidi, Assessoria Jurídica, Cláudio César Ribeiro de Oliveira, Administração e Protocolo, e Luís Diogo do Nascimento, Documentação e Imagem.

O município de Luanda é constituído pelos distritos do Sambizanga, Kilamba Kiaxi, Samba, Maianga e Ingombota.

A província de Luanda é actualmente composta por sete municípios, nomeadamente, Luanda, Cazenga, Cacuaco, Viana, Belas, Icolo e Bengo e Kissama ..

Portugal apoia censo populacional em Angola

Jornal O País
20 de Janeiro de 2012

A República de Portugal disponibilizou-se a ajudar Angola na realização do censo populacional a realizar-se no próximo ano, uma intenção manifestada por Miguel Relvas, ministro-adjunto dos Assuntos Parlamentares de Portugal que terminou nesta sexta-feira uma visita de cinco dias a Angola.

Para materialização desta intenção segue nos próximos dias a Portugal uma equipa técnica do Instituto Nacional de Estatística para analisar com técnicos portugueses aspectos práticos para cooperação nos trabalhos de preparação do censo populacional e habitacional no país. Anunciou a titular da pasta do Planeamento, Ana Dias Lourenço, em declarações a imprensa. Referindo-se ao encontro que manteve com Miguel Relvas, a ministra do Planeamento disse a imprensa que o encontro serviu para analisar de forma pragmática como ambos países podem obter mais valias e otimizar a colaboração que existe entre os dois institutos de estatística.

Para o segundo homem na hierarquia do Executivo português a parceria, centra-se na troca de conhecimento recíproco entre técnicos portugueses e angolanos.

"Temos boas oportunidades para trabalharmos em conjunto, aprender com os angolanos uma nova realidade, uma nova visão e para também transmitir a nossa experiência" o do desporto, Portugal, disponibilizou os centros de treinamento de alto rendimento para acolher o estágio de preparação da delegação angolana que irá participar nos jogos olímpicos de Londres, Inglaterra, garantiu Miguel Relvas, num outro encontro com o ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba. Na audiência concedida ao governante português, ficou ainda acordada a realização de um torneio de futebol, com participação das três melhores equipas angolanas e portuguesas, e seus melhores jogadores, no mês de Maio, em Luanda, além de acordarem cooperar na área da formação de líderes juvenis.

Portugal disposto a ajudar Angola na implementação do poder local

Jornal Semanário Factual
23 à 30 de Janeiro de 2012

O ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares Portugueses, Miguel Relvas, manifestou, quarta-feira, 18, em Luanda, a disponibilidade de Portugal, a fim de ajudar Angola no processo de implementação do poder.

Miguel Relvas participou numa conferência internacional denominada "O Poder Local na Organização do Estado", uma iniciativa conjunta da News Hold, dos jornais Sol e Expansão.

O governante português, que realizou uma visita de trabalho de cinco dias a Angola, com uma agenda recheada de encontros, lembrou aos participantes que o poder local "é a consolidação final da democracia" nos países.

"Não há verdadeira consolidação da democracia sem que o poder local tenha papel significativo, desde logo, pela proximidade que tem com as pessoas, a proximidade que tem com os problemas, a capacidade que tem de transformar problemas em soluções e a capacidade que tem de ultrapassar obstáculos", referiu.

Segundo o mesmo, Portugal tem mais de 30 anos de experiência sobre o poder da administração local, podendo, através do que fez "de bom e de mal", evitar que Angola cometa erros neste processo.

"É esta lição e experiência que podemos dar a Angola, sobre aquilo que foram os últimos 37 anos em democracia em Portugal, por parte da administração local", disse, reiterando que os portugueses querem que os angolanos "sigam o caminho".

O ministro português defendeu, igualmente, que a administração local vai ter papel determinante no desenvolvimento de Angola, salientando ser o "clique" necessário para que o país cresça.

"Porque vai passar a ter uma visão de Angola no seu todo. Hoje, ainda é uma visão global com muitas nuvens; ainda há muito território de Angola que não está ocupado; os angolanos têm dificuldade de saber quantos são e como estão", afirmou. O ministro angolano da Administração do Território, Bornito de Sousa, apresentou o historial do poder local em Angola, reconhecendo que, nos tempos actuais, "não se consegue um Estado Democrático que não contemple a consagração constitucional da descentralização em menor ou maior grau".

"Angola caminha, de cavidamente, para a materialização da descentralização prevista na Constituição e tem horizonte temporal para o início da criação das autarquias locais, nomeadamente com a eleição dos órgãos locais, incluindo autarcas e representantes e órgãos executivos locais", afirmou Bornito de Sousa.

Bairros de Luanda ordenados e urbanizados

Jornal de Angola

25 de Janeiro de 2012

No aniversário de Luanda quisermos saber em que situação está a reconversão urbanística dos bairros. Cazenga, Sambizanga e Rangel vão ganhar uma nova imagem nos próximos anos. O director do Gabinete Técnico de Reconversão Urbana dos Municípios, Bento Soito, diz que o projecto está a ser executado desde o ano passado pelo Executivo, com o objectivo de urbanizar as áreas e garantir conforto aos moradores. Nesta fase estão a ser implantadas as infra-estruturas técnicas, para posteriormente começar a construção de dois mil fogos e de equipamentos sociais como escolas, hospitais, bibliotecas, áreas de lazer, espaços verdes, culturais e desportivos. A mudança é completa!

Jornal de Angola - Depois da reconversão do Cazenga, Sambizanga e Rangel os constantes problemas de abastecimento de água e energia, de saneamento básico e acessibilidades ficam definitivamente resolvidos?

Bento Soito - Quando falamos de reconversão, estamos a falar de uma mudança completa da situação actual. Estamos a falar de uma área completamente degradada, sem quaisquer infra-estruturas, em que é preciso mudar completamente o cenário, implantando novas infra-estruturas como redes técnicas de abastecimento de água, energia, saneamento básico, drenagem, comunicações. E equipamentos sociais como escolas, hospitais, bibliotecas, áreas desportivas e culturais, espaços verdes. Tudo aquilo que no fundo conforma uma cidade.

JA - As obras no bairro do Sambizanga estão executadas a 80 por cento. O que já foi feito até ao momento?

BS - Tudo o que tem a ver com redes de abastecimento de água, energia, telecomunicações, drenagem, saneamento, rede viária e os loteamentos. Isto é que já foi feito a 80 por cento e nas áreas definidas para a primeira fase. É preciso perceber que se vai intervir sobre a área completa de uma só vez. É uma intervenção gradual e por sectores. Falta iniciar as obras de construção dos edifícios habitacionais e dos equipamentos sociais.

JA - Quantos edifícios são construídos no Sambizanga?

BS - Não vou falar no número de edifícios, mas no número de fogos. Sambizanga, Rangel e Cazenga têm à volta de dois mil fogos cada um, nesta primeira fase.

JA-Em quantas fases é executado o projecto?

BS - O número de fases vai depender do programa de execução do processo de reconversão. Aquilo que o programa sugerir e em função também da disponibilidade financeira para a execução das fases é que dita o número. Porque em determinada altura, se definirmos uma área, qualquer que ela seja, e o investimento necessário para cobrir essa área não for suficiente, temos que reparti-la em duas ou três partes. Se esta área antes estava definida como uma só fase, vai acabar por constituir mais duas ou três fases. Tudo depende do plano e da disponibilidade financeira que o programa tiver para a sua execução.

JA- Com quantos fogos fica cada área depois da reconversão?

BS-Estamos na fase final de contratação da empresa Urbana de Singapura, que é a responsável pela reconversão urbana de Singapura, um dos exemplos de maior sucesso a nível mundial. Esta empresa vai trabalhar connosco na elaboração do plano director, na definição das infra-estruturas e no modelo de gestão e de desenvolvimento do processo de reconversão. Após a elaboração do plano director, que pensamos iniciar em Fevereiro, temos dimensionado o número de fogos e de densidade habitacional dos três municípios. Não queremos avançar agora uma estimativa que depois venha a desajustar-se.

JÁ- como decorrem as obras no Cazenga?

BS-Estão a 40 ou a 45 da sua execução, porque a área definida para a primeira fase do Cazenga é superior a do Sambizanga.

Essa diferença de área acaba por determinar a diferença no plano do executivo. Portanto quanto menor é a área mais rápida se consegue cobrir a execução. Falta agregar as escolas, hospitais, bibliotecas, áreas verdes, as habitações.

JÁ-quando é que as obras de reconversão terminam?

BS-Até a fase conclusiva, provavelmente nem eu estarei a dirigir o projecto. Porque reconverter o Cazenga e Sambizanga no seu todo, incluindo o Rangel, pode levar, no mínimo dez anos. A primeira fase começou no ano passado e tem a previsão de

conclusão em 2013. vamos ver como decorrem as fases seguintes. Onde pudermos acelerar o processo de reconversão vamos fazê-lo.

JÁ-A medida que decorrem os trabalhos são identificadas novas áreas?

BS-Temos vindo a identificar novas áreas para reconverter. Por exemplo, os eixos principais que atravessam os três municípios, como a Rua dos Comandos, a Ngola Kiluange, a Via Expressa Cacuaco-Kifangondo, a 7ª avenida, a Estrada de Catete a Via Expressa de Luanda.

JÁ- A reconversão vai implicar a transferência de famílias, enquanto decorrem as obras. Como decorrem esse processo?

BS-As habitações sociais que forem construídas na primeira fase vão servir para acolher a população das áreas adjacentes, onde posteriormente se vai intervir. Construímos num sítio, transferimos para lá a população e assim sucessivamente. Cada vez que fizermos essas intervenções vamos certamente ganhar quase o dobro da área previamente definida, porque a maior parte da construção das habitações vai ser em altura.

JA – A população desses bairros está sensibilizada?

BS - Estamos a sensibilizá-la. Até agora não temos encontrado dificuldades, embora seja a fase mais delicada. Primeiro porque é o princípio. Segundo, porque a maior parte da população a ser realojada, ainda não está no local da primeira fase, onde decorrem as obras.

JA - Onde é feito o realojamento da população?

BS - O realojamento está a ser feito porque é necessário implantar as infra-estruturas. É preciso abrir vias, implantar condutas de água, colectores de esgotos, redes técnicas de electricidade e outras. Onde temos que fazer obras para lançar essas infra-estruturas, somos obrigados a realojar a população e deslocá-la para o Zango ou para a Sapú.

JA - Esses moradores retornam à sua zona de origem?

BS - Sim. Quando construirmos as habitações. Mas só vai retornar quem é proprietário da casa principal. Os que vivem nos anexos não.

JA - Qual tem sido a reacção desses moradores?

BS - Temos uma equipa do Departamento Social, que faz o registo sensibilização e explica a todos o

projecto. No início há sempre uma resistência, porque as pessoas ficam muito agarradas à casa. Não é fácil desfazerem-se dela de um momento para o outro. Mas depois acabam por compreenderem colaboram. Estamos a preparar mecanismos que vão permitir ao município interagir permanentemente connosco, aperceber-se das fases de execução de todo o processo de reconversão, e contribuir no processo, definindo connosco o tipo de equipamentos sociais que deve ser implantado.

JA - Houve uma consulta pública, antes da execução do projecto?

BS - No Cazenga e no Sambizanga fizemos um referendo em toda a área adjacente à primeira fase para sabermos quais os equipamentos sociais que a população queria que fossem implantados. Obtivemos os dados e passámo-los ao projectista. Isto vai ser contínuo e abrangente.

JA - Estão a usar os meios de comunicação?

BS - Vamos também usar os Meios de Comunicação e a Internet, através do site do

Gabinete Técnico de Reconversão, para que todos os angolanos e até amigos de Angola, mesmo fora do país, possam aceder e obter informações sobre o processo, dar contribuições e, naqueles momentos em que eventualmente não tenhamos verbas para fazer tudo, definir connosco as prioridades. Queremos que levem o projecto às costas connosco, de forma que o produto final seja algo que espelhe a vontade de colectiva.

JA -O referendo realizado revelou o essencial da vontade dos munícipes?

BS - Revelou-nos que pretendem no município infra-estruturas básicas. Que não querem ter problemas com a drenagem, energia e água. Que querem espaços culturais e áreas de lazer, onde possam conviver e praticar desporto. Que querem aquilo que no fundo é o normal numa área urbana, confortável e digna para viver.

JA- Porque razão o Rangel foi integrado mais tarde no projecto de reconversão?

BS - Quando começamos a trabalhar no Cazenga e no Sambizanga percebemos que o Rangel era uma área que estava enclausurada entre os dois bairros. Logo, não fazia sentido proceder à reconversão do Cazenga e do Sambizanga, e deixar o Rangel, que também é uma zona degradada. Então sugeri que se incluísse o Rangel no plano de reconversão.

Mesmo do ponto de vista do planeamento, era muito difícil deixar o Rangel, visto que ele está entre o Cazenga e o Sambizanga.

JA - O que já foi feito no bairro Rangel? .

BS - Nada. Porque, como disse, só muito mais tarde percebemos que era necessário incluí-lo no plano de reconversão. Quando o Gabinete Técnico arrancou já estavam definidas as primeiras fases do processo de reconversão. Estamos a programar o seu planeamento em simultâneo com a elaboração do plano director.

JA. - O projecto de reconversão do Rangel é similar ao do Cazenga e do Sambizanga?

BS - E também uma reconversão. Mas não significa que o tipo de casa no Rangel seja igual ao do Cazenga. Em termos de infra-estruturas, o que é padrão vai ser igual. O plano director define as linhas mestras e as matrizes. Os planos de pormenor elaborados à medida que o projecto se for desenvolvendo, têm cada um a sua estética, a sua forma de expressão urbanística e técnica, para não tornar a cidade monótona.

Queremos diferenciar cada área e ter o prazer de encontrar em cada município uma peça arquitectónica diferente da outra.

JA - Quanto é que o Executivo vai gastar com o projecto de reconversão?

BS - Este é um projecto muito oneroso, que ainda nem sequer está dimensionado, nem completamente elaborado. O plano director vai ser elaborado a partir de Fevereiro e as infra-estruturas são implantadas, tendo em conta o plano. Não sabemos ainda se vão ser implantadas redes viárias ao nível do solo ou ao nível aéreo. Não sabemos que obstáculos vamos encontrar na abertura das redes técnicas. Do ponto de vista técnico e estético, quanto mais elaborado, mais oneroso fica o projecto. Por isso, não sabemos quanto é que o projecto de reconversão vai custar ao Executivo. Não temos condições de o fazer agora, nem tão cedo.

JA - Os custos da primeira fase estão() previstos?

BS - Na primeira fase, podemos falar em mais de cem milhões de dólares para cada área. Mas não sabemos ainda quanto é que o projecto vai custar na sua totalidade.

JA - Que obstáculos têm em contrário nesta primeira fase?

BS - As vezes temos que deitar abaixo alguns equipamentos como fábricas ou empreendimentos privados de grande valia, habitações de nível médio e alto. No Cazenga temos que remover o centro emissor, que está justamente na área de implantação da primeira fase.

JA- Quanto tempo vai levar a remoção do centro emissor?

BS - Esse trabalho pode levar um ano. Porque não podemos simplesmente desmontar e montar nouro sítio. Primeiro tem que se montar outro para poder desactivar este, porque não podemos interromper o sinal durante meses. São acções que levam o seu tempo, e que para nós constituem um obstáculo. O nosso desafio é encontrar soluções para todos esses obstáculos.

JA - Esta situação torna mais longo o prazo de execução das Obras previstas?

BS - Sim. Porque se estamos a contar executar as obras em dois anos e acabamos por executar em dois anos e meio ou três, devido a um obstáculo que não estava previsto, o prazo também alarga.

Nova divisão administrativa dá solução aos principais problemas dos cidadãos

Jornal de Angola

26 de Janeiro de 2012

A nova divisão política e administrativa em vigor na província de Luanda visa dar maior celeridade à resolução dos principais problemas que afectam os cidadãos, disse, na terça-feira, o vice-governador provincial para a Área de Organização Administrativa, Graciano Domingos.

Graciano Domingos, que falava no quadro das celebrações dos 436 anos da cidade, assinalados ontem, reforçou que é objectivo do Governo reduzir a extensão dos municípios para tomar célere a resolução dos problemas, aproximar mais os serviços aos cidadãos e, gradualmente, transformá-los em autarquias locais, onde os habitantes têm a oportunidade de escolher os seus próprios governantes.

O vice Graciano Domingos referiu que, à excepção da nova urbanização do Kilamba, a actual divisão político-administrativa já existia no tempo colonial, subdividida, em Agosto de 1975, em 20 zonas, que vigorou até 1980.

Por razões de proximidade, as localidades da Quissama e de Icolo e Bengo foram integradas na província, de Luanda, de modo a beneficiarem de maior apoio do Governo central. "Antes da actual divisão, havia uma certa confusão sobre a localização da capital da província

e do país, facto que, doravante, fica ultrapassado com a clarificação da questão", disse o vice-governador.

De acordo com a nova divisão política e administrativa, a província de Luanda conta com sete municípios, nomeadamente, Belas, Cacuaco, Cazenga, Icolo e Bengo, Quissama, Luanda e Viana. Devido à sua extensão e complexidade, o município de Luanda passa a ter um estatuto especial.

Neste contexto, tem uma comissão administrativa dirigida por um presidente, que é coadjuvado por dois vice-presidentes para as áreas políticas e económicas.

Administrativamente, o município de Luanda passa a ser autónomo, à semelhança do que acontece com as urbanizações de Kilamba e Talatona, que dependem directamente do governador da província, apesar de as duas áreas zonas estarem integradas ao município de Belas. Os municípios extintos passam a ser distritos urbanos.

Capital da cidade e do país

O vice-governador para a Organização Administrativa explicou que Luanda passa a ter também o estatuto de capital da cidade, pelo facto de a sede do Governo da Província de Luanda (GPL) se situar no seu espaço geográfico, sendo simultaneamente capital do país.

Graciano Domingos admitiu que, se as instalações do GPL funcionarem num outro município, a capital do país é transferida para esse local.

Em relação à divisão dos distritos, evitou entrar em pormenores "porque ainda estão a ser produzidos diplomas para os regular", mas acredita que, pela grandiosidade, os municípios do Cazenga e de Viana venham a ser subdivididos.

"Até ao mês de Junho, vão ser já nomeados e empossados todos os responsáveis da cidade de Luanda, para, posteriormente, se dar sequência nas outras centralidades que têm estatutos iguais aos da capital", avançou.

Ao GPL, afirmou, compete velar por questões de âmbito provincial, enquanto o município trata apenas de questões locais, assim como os distritos urbanos.

Municípios do Cazenga e Viana podem ser subdivididos

Novo Jornal

27 de Janeiro de 2012

A nova divisão administrativa de Luanda visa dar maior celeridade à resolução dos principais problemas dos cidadãos, sublinhou o vice-governador provincial de Luanda para a Área Política e Administrativa, Graciano Domingos, que presidiu à palestra sobre o tema a "Nova Divisão Política e Administrativa de Luanda, admitindo que no futuro possam vir a ser feitas mais alterações.

A palestra, que teve lugar terça-feira, enquadra-se nas festividades dos 436 anos da cidade, assinala dos no dia 25 de Janeiro.

Segundo Graciano Domingos, com excepção da nova centralidade do Kilamba, a actual divisão político administrativa já existia no tempo colonial, subdividida em Agosto de 1975, em 20 zonas e que vigorou até 1980, com a existência, na altura de uns distritos mais desenvolvidos do que os outros, assim como regedorias.

"Por razões de proximidade, as localidades da Quissama e do Icolo e Bengo foram anexadas a Luanda, por forma a beneficiarem de maior e melhor atenção do Governo", afirmou, acrescentando que, antes da actual divisão, havia uma certa confusão sobre a localização da capital da província e do país," facto que doravante fica ultrapassado com a clarificação da questão".

O vice-governador provincial para a Área Política e Administrativa explicou também que pelo facto da sede do governo provincial se situar na cidade de Luanda esta é, ao mesmo tempo, a capital do país e da cidade. "Se porventura, as instalações do GPL funcionarem noutro município, a capital do país será transferida para esse local", especificou, admitindo que, pela sua extensão, os municípios do Cazenga e de Viana poderão ser subdivididos.

Para a cidade de Luanda, pela sua extensão e complexidade, foi no meado um presidente da comissão administrativa, que será coadjuvado por dois vice-presidentes, um para a área política e outro para a área económica e será

administrativamente autónoma, à semelhança do que acontece com Talatona e Kilamba, apesar de estarem dentro do município de Belas.

"Os municípios extintos passam a denominar-se distritos urbanos", clarificou.

Reforma Administrativa devolve gestão municipal a Luanda

Jornal O País

27 de Janeiro de 2012

A alteração da política administrativa de Luanda, actualmente em curso, visa essencialmente o relançamento da vocação da gestão municipal da cidade de Luanda, assegurou o vice governador para a área Administrativa e Modernização, Graciano Domingos.

Ele explica que o objectivo passa por restituir à cidade uma instituição que se ocupe somente da gestão da cidade de Luanda, além de outra que se ocupe da província, tendo em conta que a gestão de uma cidade envolve competências técnicas que necessitam de aprimoramento.

"Com a alteração que se verificou, Luanda vai poder formar quadros que vão contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida" destacou o

governante.

Afirmou que Luanda é na actualidade uma cidade em franco progresso e competitiva em termos de investimentos. Progresso que espera que continue, sublinhando, para tal, que quando as cidades investem na saúde, saneamento, infra-estruturas e noutras áreas de serviços, tornam-se atractivas para o mundo e, conseqüentemente, para o investimento.

"Penso que Luanda deve continuar a melhorar a prestação de serviços nestes domínios para que seja uma cidade boa para se viver" disse Graciano Domingos, garantido, de se guida, que em parte a reforma surgiu como resposta a este desafio.

No que se refere às novas centralidades, explica que estas surgem acompanhadas de reformas políticas e administrativas, mas para o caso de Luanda, por exemplo, não se verificou uma procedência de alteração política, razão porque se teve de criar uma administração específica, conferindo-lhes autonomia do resto das administrações municipais. As cidades do Kilamba e Talatona, por exemplo, possuem gestão autónoma

em relação ao município de Belas, onde se encontram situados

Na verdade, de acordo com a explanação do vice-governador, trata-se de medidas que estão mais próximas da criação das autarquias locais. E avançou que as primeiras eleições autárquicas deverão acontecer em 2014, conforme data indicativa saí da no último Conselho da República. "Cidades que serão geridas de forma própria, com recursos próprios, com autonomias administrativa, patrimonial e financeira", sublinhou

Anunciou para breve a nomeação dos dois vice-presidentes da Comissão Administrativa Municipal de Luanda (CAML), bem como dos administradores dos distritos urbanos da capital. Avançou também o prazo de seis meses como o horizonte temporal para a conclusão das reformas em curso, principalmente a CAML.

Reforma administrativa poderá encurtar províncias

No futuro, Angola tenderá para uma política administrativa que tornará as províncias territorialmente mais reduzidas, o mesmo será extensivo aos municípios, revelou Graciano Domingos.

Referiu que em termos territoriais, "Províncias muito extensas apresentam maiores dificuldades em termos de administração", sublinhando para tal um exemplo: "isto é do domínio público, anualmente, em termos de OGE, a média destinada a cada província ronda os 25 a 26 milhões. Se tivermos por exemplo a província do Kuando-Kubango, ou a do Moxico, divididas em mais três províncias, ou mais quatro, vamos ter cada uma destas a receber 20 milhões para poder investir.

O Kuando-Kubango que tem um território vasto recebe em termos de recursos o mesmo que a província do Kuanza Norte"

Esta opção, que poderá vir a ser adoptada, vem em resposta à necessidade de a administração pública estar mais voltada para a administração de pessoas, até porque uma das principais tarefas do executivo visa governar para gerar bem-estar às pessoas.

a vice de Luanda particularizou a questão dos municípios cuja redução só deverá acontecer caso tenham força económica. No território em causa deverá ser desenvolvida actividade económica, geradora de receitas, que impulsionem o desenvolvimento destas localidades.

Visão mercantil na gestão do lixo.

No tocante ao saneamento básico, afirmou que a equação foi encontrada tendo em conta que os modelos já estão devidamente definidos, faltam apenas a respectiva implementação. "Por exemplo, no domínio do saneamento há um plano director da província de Luanda, sobretudo na drenagem das águas pluviais, em que estão identificados os principais canais de drenagem natural das águas, bem como para o saneamento interno estão identificadas as áreas onde serão construídos os novos colectores, tendo em conta o aumento da densidade e ocupação para a construção".

Não obstante, reconhece que a escassez de recursos poderá constituir um obstáculo à materialização destes objectivos. Porém, "os programas já foram concebidos, além de as áreas afectadas também já estarem mapeadas ou identificadas", avançou.

O executivo de Luanda, na sua estratégia, identificou quatro eixos de actuação, em que os primeiro e segundo correspondem às zonas urbanizadas, enquanto os restantes correspondem às periferias da cidade, onde a circulação de camiões de recolha de lixo não é possível, tendo em conta o desordenamento nas construções, sendo que populações aí residentes devem transportar o lixo para locais acessíveis ao carro de recolha.

Com o sucesso desta estratégia, em princípio, passa pelo investimento na reciclagem de latas de gasosa, papel e garrafas, disse, o vice-governador, que entende que a população, ao ter esta visão, passará a recolher para comercializar o lixo reciclável, acabando por contribuir para eliminar os amontoados que existem.

Esta nova visão mercantil do lixo é uma medida que o GPL defende que seja incorporada num futuro próximo, tendo em conta que poderá gerar efeitos positivos e, sobretudo, emprego, ou rendimentos para as pessoas.

FEVEREIRO DE 2012

Bengo Volta a Pertencer ao Território de Luanda

Jornal Independente

De 04 de Fevereiro de 2012

Icolo e Bengo é um município da província de Luanda, tendo sido transferido recentemente, no âmbito da nova divisão política administrativa antes pertencente a província do Bengo.

Tem 3818 quilómetros quadrados e cerca de 120 mil habitantes. Localiza-se no leste da província, sendo limitado pelo município do Dande, a Este pelo município de Cambambe, a Sul pelo município da Quissama e a Oeste pelo município de Viana e Cacucaco.

O município de Icolo e Bengo está subdividido em cinco comunas: Bom Jesus, Cabiri, Cassoneca, Caculo Cahango e Catete.

Os seus munícipes manifestam-se que facto da circunscrição, voltará pertencer ao território de Luanda, uma vez que desta sua anexação a província do Bengo pouco progrediu, nos seus variados sectores, com realce para agricultura.

Um dos representantes da comunidade, Manuel Paulo Mendes de Carvalho Pacavira disse que a população, nas últimas décadas, pouco conheceu os programas do executivo da província, naquele município, o que dificulta a sua elaboração.

Durante a estadia de várias horas, no município de uma equipa de reportagem deste jornal, apuramos que existem vários projectos de construção e reabilitação das estruturas hospitalares, escolares, centros de formação profissional e postos de abastecimento de combustível.

Trabalha-se, igualmente na união das associações de camponeses, no sentido de muni-los de material indispensável, com o propósito de aumentar e diversificar a produção agrícola e, consequentemente reduzir os níveis de pobreza.

Uma das preocupações das autoridades administrativas locais e o da criação de uma escola técnica profissional para os jovens da região, uma vez que embora existam muitas unidades fabris, a falta de qualificação técnica profissional dos jovens, aumenta o número de desemprego na região.

Agricultura e Pesca

Entretanto, dez embarcações de pesca artesanal vão ser entregues, a as associações agrícolas e piscatórias, para aumentar a captura de pescado na região e no âmbito do Programa Municipal Integrado de Combate à Pobreza e Desenvolvimento Rural.

Segundo o responsável da repartição municipal, Manuel Costa, para além das embarcações, os pescadores recebem redes, anzóis, linhas e baldes.

Disse que com esta acção, o Executivo angolano está a cumprir o seu papel de melhorar as

condições de vida das famílias neste município, recentemente inserido na nova divisão política e administrativa de Luanda.

A pesca continental é feita em rios e lagoas. É a primeira vez que pescadores das localidades Cana-Cassasa, Mabuia, Caculo-Canhago, Mobais, Macessa beneficiam de material para pesca continental.

De recordar que a administração local, cumpre, desde Novembro de 2011, um programa de distribuição de pulverizadores, moto-bombas e insumos agrícolas (fertilizantes, pesticidas e sementes de cereais), como milho, feijão e jinguba. Os camponeses receberam também cabeças de gado caprino a associação de camponeses.

O ambiente de paz no país foi bastante elogiado pelas autoridades tradicionais, que não escondeu a satisfação pela dedicação dos camponeses aos campos de cultivo, o ressurgimento dos poços de água e a construção de escolas nas comunidades comunas. “Por si só, esta situação tem vindo a reavivar a esperança em dias melhores no seio das populações. O exemplo está no ano agrícola passado, que teve boas colheitas”

A boa colheita de produtos como o milho, mandioca, feijão e jinguba. Ainda não é aquilo que todos desejamos, mas, com apoio, no tempo certo podemos fazer melhor, “disse um camponês”. O município tem 78 povoações, numa área de três mil e 820 quilómetros quadrados. Possui 35 associações e 23 cooperativas.

Sector da Educação

Para o maior desenvolvimento a chefe de repartição da educação no município de Icolo e Bengo, Esperança Manuela, sugere, a abertura de um núcleo universitário na circunscrição, para permitir a formação superior dos habitantes da municipalidade. A responsável referiu que a falta de uma instituição tem originado a não continuação da sua formação depois de concluído o ensino médio, porque nem todos têm a possibilidade de continuar a se formar nas faculdades públicas do centro da cidade. Disse que este facto tem desencorajado os munícipes de prosseguirem os estudos, porque os custos em termo de transporte do Icolo e Bengo ao centro da cidade são elevados e o poder financeiro dos moradores é baixo.

Acrescentou que a abertura de um núcleo, impedirá os habitantes de saírem da localidade, porque os que têm possibilidades saem e depois da formação

superior já não voltam para contribuir para o desenvolvimento do município. Faz saber que têm verificado muitos casos de jovens que depois da conclusão do ensino médio, vão trabalhar nos campos agrícolas, porque o município não possui instalações para a formação superior. Revelou existir vontade da população em obter a formação superior, com vista a contribuírem para o desenvolvimento da área e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

A chefe de repartição disse que ainda o município possui espaço para a implementação de núcleos universitários, mesmo com três ou quatro salas de aulas. Esperança Manuela apelou os pais e encarregados de educação a adoptarem um comportamento diferente ao ano lectivo 2011 em que os alunos ausentavam-se das salas de aulas às segundas e quintas-feiras para irem a lavra. Referiu que no ano lectivo 2011 os pais não enviavam os seus filhos a escola as segundas e quintas-feiras para irem aos campos agrícolas fazer a recolha dos produtos para levarem ao mercado, dias em que faziam a comercialização da produção.

Esperança Manuel disse que este facto era mais evidente nas comunas do Bom Jesus e de Catete, o que criou problemas na planificação das aulas dos professores, porque nestes dias nenhum aluno aparecia. Para a mudança do quadro neste ano lectivo, a responsável fez saber terem realizado campanhas de sensibilização porta-a-porta, para a chamada de atenção dos pais visando a sua mudança de comportamento. “Espero que os pais acatem as orientações para termos um ano lectivo sem atropelamento dos programas das aulas, para se cumprir rigorosamente o que está planeado”, rematou.

Esperança Manuela, manifestou a necessidade do reforço nos cursos de refrescamento dos professores, para garantia de um ensino de qualidade. “Há necessidade contínua de se actualizar os conhecimentos dos técnicos, para estarem melhor qualificados na programação das aulas e na transmissão dos conhecimentos aos alunos”, sublinhou.

Esperança Manuela considera o ensino dinâmico, por isso destacou a importância dos seminários de refrescamento antes do início de cada ano lectivo, para os professores entrarem em contacto com os novos métodos de ensino que vão surgindo.

Lembrou que este exercício ajudará na superação dos professores, porque muitos deles não possuem formação nesta área, mas por insuficiência de

docentes qualificados na circunscrição, têm que capacitar os existentes para garantirem as aulas.

A chefe da educação garantiu estarem criadas todas as condições para o arranque do presente ano lectivo, tendo já distribuídos os horários aos professores para o arranque sem sobressaltos.

Para este ano, estão matriculados no ensino primário 13 mil e 814 alunos, mil e 814 para o Iº ciclo e cerca de 500 alunos no IIº ciclo, existindo ainda vagas para serem preenchidas.

O município de Icolo e Bengo conta com uma população estimada em cerca de 120 mil habitantes, divididos em cinco comunas: Cabiri, Bom Jesus, Cassoneca, Caculo Cahango e Catete (sede do município).

Sem Dispersões GPL com Plano de Agrupar Direcções Provinciais *Jornal Independente* *De 04 de Fevereiro*

O governo provincial de Luanda de Bento Bento, tem na sua carteira de mudanças do quadro administrativo capital, um programa para agrupar todas as direcções provinciais de Luanda num só edifício.

Segundo explicações apuradas por uma fonte ligada ao GPL a ideia daquele grupo é aglomerar todos os serviços da província de Luanda num único ponto com vista a facilitar tanto ao município como ao governo da província de Luanda no controle dos serviços administrativos.

No que toca a localização a fonte revelou que ainda não foi avançada o local em que será construído o edifício mas que em tempo oportuno aquela grupo virá a terreno para dar a conhecer.

Censo Geral da População Mobiliza muitos Técnicos *Jornal de Angola* *De 11 de Fevereiro de 2012*

O director-geral do Instituto Nacional de Estatística (INE) disse, ontem, na cidade de Luanda, que a instituição vai precisar, a partir de Julho, de 53 mil técnicos nacionais, entre geógrafos, cartógrafos, inquiridores e motoristas, para a recolha de informações, no âmbito do censo demográfico que o país vai realizar em 2013.

Camilo Ceitas, que falava em entrevista à agência de notícias An gop, sobre o processo de preparação do recenseamento geral da população e habitação, disse que o país vai gastar cerca de 100 milhões de dólares americanos.

Os candidatos, adiantou, devem ter habilitações literárias não inferiores à décima classe e uma caligrafia legível, para facilitar a compreensão das informações.

O director do INE disse que, no quadro da preparação do processo, a instituição realizou, em Janeiro, na cidade de Caxito, capital do Bengo, uma acção de formação, em que participaram 150 jovens das províncias do Kwanza-Norte e Sul, Uíge, Zaire e Bengo.

O director Camilo Ceitas informou que, depois do processo de recolha de informações, que termina em Julho de 2013, o Instituto Nacional de Estatística de Angola vai realizar um inquérito pós-censo, para aferir e validar a qualidade do censo, cujos dados finais vão ser publicados um ano depois.

Censo Populacional Aprovado Orçamento e Cronograma de Actividades *Semanário Factual* *De 11 A 18 de Fevereiro de 2012*

O director-geral do Instituto Nacional de Estatística (INE), Camilo Ceitas, fez saber, em Luanda, ser importante a realização do censo populacional em Angola, porque vai permitir ao Executivo programar e distribuir melhor os recursos naturais e humanos, de forma equitativa.

Citado pela ANGOP, a propósito do processo de preparação do recenseamento geral da população e da habitação no país, a ter lugar em 2013, Camilo Ceitas esclareceu que a realização de censo obedece a etapas e envolve vários recursos, como logísticos, administrativos e financeiros.

O director do INE assegurou que o Executivo angolano tem estado a criar todas as condições para que, em 2013, o censo geral da população e habitação possa ocorrer em todo o território nacional.

Afirmou ainda que foi já aprovado para este ano (2012) o orçamento, avaliado em 56 milhões de dólares, e o cronograma de actividades.

Para o responsável, Angola é dos poucos países africanos em que o Executivo assume cem por cento os custos do censo, embora considere toda a ajuda necessária para que o acto seja abrangente.

Angola Tem Cerca de 21 Milhões de Pessoas

Semanário Continente

De 24 de Fevereiro de 2012

O Instituto Nacional de Estatística (INE) prevê observar cerca de 21 milhões de pessoas durante o Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH), cuja recolha de dados vai decorrer de Julho a Agosto de 2013.

A informação foi dada recentemente, em Luanda, pelo director e também coordenador geral do Gabinete Central do Censo, Camilo Ceita, durante um seminário destinado a jornalistas, realizado no CEFOJOR (Centro de Formação de Jornalistas), sobre censo populacional, no qual destacou o facto do Governo angolano ser dos poucos em África que assumiu individualmente a 100% todas as despesas financeiras do recenseamento.

“Isso não quer dizer que não estamos a receber ajuda internacional. Este apoio está a ser prestado por via da assistência técnica que passa pela gestão do programa, pela cartografia, manuais, censo piloto e processamento de dados”, referiu.

Camilo Ceita, que também é o director geral do INE, disse que, na preparação do programa do próximo RGPH e na elaboração do projecto de cartografia associado, o INE tem contado com a assistência internacional financiada pelo Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP) e o Banco Mundial.

Referiu que, além da estrutura central e provincial do INE, a preparação do censo 2013 envolverá parcerias com instituições públicas a nível central e local, tanto para a actualização cartográfica como para o apoio logístico à operação, passando pela identificação de indivíduos de confiança para a supervisão e gestão local.

Quanto à actualização da cartografia censitária do país, o gestor do INE esclareceu que vai ser feita tendo em conta a nova divisão administrativa da capital do país, que inclui os municípios de

Luanda, Cacuaco, Cazenga, Viana, Belas, Icolo e Bengo e Quissama

Anunciou que o INE vai efectuar, em Julho deste ano, um Censo Piloto da População e Habitação em sete províncias do país com objectivo de testar o conjunto de meios preparados para o Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) previsto 2013.

“Tratam-se das províncias do Uíge, Kwanza Norte, Luanda, Bié, Moxico, Namibe e Cunene”, disse.

De acordo com o responsável, é necessário que se efectue uma experiência sobre o que se pretende fazer em 2013, afim de se perceber a estrutura organizativa e logística operacional preparada para responder os propósitos do censo.

Por outro lado, Camilo Ceita informou que estão orçamentados USD 90 milhões para a implementação de RGPH 2013, que serão empregues na aquisição de vários meios inerentes à actividade, como computadores, viaturas, formação, contratação de técnicos, motoristas, pagamento de salários e outros bens logísticos.

Relativamente aos resultados do Censo de 2013, espera-se, entre outros, recensear-se cerca de 21 milhões de pessoas, recrutar pelo menos 56 mil pessoas, produzir 41 mil mapas censitários, isto é, mapas geo-referenciados actualizados com cobertura nacional e base de amostragem para suporte aos inquéritos.

Referiu também que os dados relativos aos resultados a obter no Censo 2013 serão informados somente em 2014 devido à necessidade de serem devidamente tratados.

O Censo 2013 será o primeiro a ser realizado no país depois da independência, 40 anos depois do último efectuado em 1970.

“A operação vai permitir a observação de um conjunto de dados e informações sobre quantos somos, como somos, onde vivemos e como vivemos”, explicou.

Quanto à razão da escolha das sete províncias, o técnico do INE Gilberto Ribeiro explicou que tem a ver com as regiões do país, isto é, Norte, Sul, Leste e Oeste, que representam características das demais províncias.

“É uma amostragem”, disse o técnico Gilberto Ribeiro, acrescentando que através dos dados recolhidos naquelas províncias percebe-se a

realidade de outras, do ponto de vista de número de população e de habitação”.

O Recenseamento Geral da População e Habitação é uma operação estatística complexa e dispendiosa que qualquer país deve realizar e permite que todos os indivíduos estejam em contacto com o Sistema Estatístico Nacional por se tratar de uma operação que envolve toda a população.

Quantos Somos? Censo Dará Resposta

A Capital

De 25 de Fevereiro de 2012

Os angolanos continuam a não saber, ao certo, quantos são e como vivem. Mas, em 2014, o país passará a dispor de estatísticas, que permitirá a sua população sair do vazio marcado pela ausência de informações demográficas precisas, fruto do censo populacional previsto para 2013.

A Ministra do Planeamento anunciou, recentemente, que estão já a ser criadas as condições, para a realização de uma tarefa que terá por finalidade definir em quantas andamos nesses termos, bem como tirar uma fotografia retratando as condições de habitabilidade da maioria dos angolanos.

Para testar a máquina, o Instituto Nacional de Estatísticas anunciou para o mês de Junho a realização de um censo-piloto, abrangendo províncias como as do Uíge, Kuanza Norte, Luanda, Bié, assim como as regiões do Moxico, Namibe e Cunene.

Tal censo é o ensaio, daquilo que será o primeiro recenseamento da população angolana, 37 anos depois que país ascendeu à independência.

Estima-se que, a população do país andarà entre 18 e 19 milhões de habitantes, mas os números já não atendem a real demográfica actual, na medida em que são projecções baseadas no censo realizado em 1970.

As autoridades angolanas querem, por isso, pôr em dia, as estatísticas relativas a população real do país. Vai daí que para o presente ano as atenções do ministério do Planeamento, por via do Instituto Nacional de Estatísticas, estão mais viradas, para os passos que antecedem o início dessa operação estatística.

O censo geral da população e habitação envolve um orçamento, avaliado em cerca de 86 milhões de dólares.

MARÇO DE 2012

Sociedade Civil Impedida de Entrar com Papel e Esferográficas

Angolense

02 de Março de 2012

A Associação Justiça Paz e Democracia (AJPD), também participou do encontro e abordou os seguintes pontos:

- A Paz constituiu uma marca indelével na mudança de vida das populações em Angola. E tem mudado a maneira de viver dos angolanos.

No entanto, o processo de Reconstrução Nacional e o merecido crescimento económico ainda não se traduziram em desenvolvimento das pessoas e, muitas vezes, é acompanhado de violações dos Direitos Humanos, concretamente os direitos à terra e ao meio ambiente saudável, sem que as vítimas sejam devidamente indemnizadas e assistidas, conforme impõem as leis nacionais e internacionais aprovadas pelas Nações Unidas.

- Como é do conhecimento geral, Angola como país membro das Nações Unidas, ratificou vários tratados de protecção dos Direitos Humanos. Esta realidade também está vertida na Constituição da República de Angola, e nas demais leis, bem como nos Tratados e Convenções Regionais ratificadas por Angola. No entanto, a observância e o respeito pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos são, muitas vezes, violados pelos Agentes do Estado. Por exemplo:

Liberdades Fundamentais: Os direitos de reunião, manifestação, associação são constantemente restringidos pelas forças policiais e militarizadas e pela Administração do Estado;

O direito à informação e liberdade de Imprensa: a Imprensa Pública tem vindo a ser, cada vez mais, parcial, controlada pelo Executivo - há constantes censuras de informações de carácter público e manipulação da informação, é usada frequentemente para intimidação de pessoas singulares, organizações e instituições privadas que não sufragam as posições e as ideias de quem está no exercício do poder político; a imprensa pública é um meio de propagação das acções do Executivo, não promove o pluralismo de conteúdos de ideias ou de opiniões e o exercício contra ditório, por fim, é recorrentemente, utilizada como meio de desinformação dos cidadãos, em detrimento do interesse público e para ultrajar membros da oposição política.

Boa Governação, Transparência Justiça Económica: Cons tata-se em Angola um processo de acumulação de riqueza por parte das elites políticas por meio de actos de corrupção e tráfico de influência, consubstanciado na prática da elite política usar os meios do Estado (fundos do petróleo, diamante, etc) para enriquecer os seus familiares mais chegados - filhos, primos, tios e também amigos, em manifesto nepotismo, contrariamente ao que dispõe as Convenções das Nações Unidas e da União Africana sobre a corrupção de que Angola é parte. O acesso à informação sobre a gestão das contas públicas, sobre as contratações públicas não é fácil.

Eleições, democracia e Estado de Direito: O processo de preparação das próximas eleições tem sido feito de acordo com as condições existentes no país, mas com muitos atropelos às leis que regulam o processo eleitoral em Angola e contra as Normas e Princípios da SADC sobre as eleições, sem que os órgãos de gestão eleitoral com petentes tomem medida; o sistema judicial funciona com deficiência e manifesta frequentemente dependência funcional do Executivo. A democracia participativa é incipiente e quase não é aceite.

A Sociedade Civil tem estado a colaborar através de actos de educação cívica, desenvolvimento de programas e projectos de Educação para o respeito pelos Direitos Humanos, monitoria das Políticas Públicas no domínio da educação, saúde com maior pertinência no combate ao VIH/Sida e Malária; programas de promoção do género e participação da mulher na vida pública.

Recomendamos ao senhor Secretário-geral das Nações Unidas:

Que as Agências das Nações Unidas representadas em Angola e não só, continuem a dar o seu apoio ao processo de reconstrução e reconciliação nacionais; ao combate ao VIH/Sida e grandes Endemias; ao processo eleitoral, ao processo de fortalecimento da sociedade civil através da formação dos seus membros, de apoio financeiro aos seus projectos de impacto social.

Luanda, Ontem, Hoje e Amanhã

Folha 8

03 de Março de 2012

Não faz muito tempo, Luanda a nossa capital, festejou mais um ano desde que o colono português Paulo Dias de Novais em 1576 chegou as suas terras. Estas datas de aniversários, servem além de exultar os espíritos, para se reflectir sobre suas etapas e consequentemente se efectuar balanços sobre o passado e projecções para o futuro. Satisfazendo a solicitação de alguns dos nossos leitores, procuramos os préstimos de autoridades do Governo Provincial de Luanda, para nos ajudarem com propriedade a responder as questões que nos são colocadas com frequência. Em ocorrência, Ladislau Silva, porta-voz do Governo provincial de Luanda, falou-nos sobre a requalificação de Luanda, as makas do saneamento e urbanismo, as criticas sobre suposta discriminação no alojamento ou assentamento dos luandenses, o calvário do trânsito e os transportes públicos. Estes e outros pormenores contidos num mirabolante projecto tendente a relançar Luanda como uma das maiores e mais lindas capitais do mundo na lógica do Presidente da República, foram passados em revista. A acreditar no que ouvimos, teremos de facto nos próximos tem pos uma cidade Luz.

Folha 8 – Que significado tem mais um aniversário da Cidade de Luanda, para o GPL e os Luandenses?

Ladislau Silva – Muito obriga do por me darem a oportunidade de me dirigir ao vosso público leitor e a todos os luandenses em geral. Indo rapidamente a pergunta que me coloca, tenho a dizer que: o aniversário de uma cidade é sempre uma data festiva. No caso particular de Luanda essa festa agiganta-se pelo facto de ela estar em franco progresso, relativamente a mudança arquitectónica e estética, sem contudo perder o seu traço secular e histórico bem patente na parte baixa da cidade. As suas novas centralidades, acompanhadas de eixos estruturantes diversos, para além de emprestarem uma nova imagem, con tribuem sobremaneira para

a solução dos problemas habitacionais e para a fluidez de trânsito. Enfim, Luanda é a menina dos nossos olhos, é este rosto bonito beijado pelas águas calmas da baía que temos a obrigação de cuidar, preservar e melhorar sempre. Só com este comportamento eivado de civis mo poderemos beneficiar de um local melhor para se viver.

F8 – O que realmente mudou em comparação com o passado colonial e o mais recente?

LS – Muita coisa mudou ao longo dos anos. Grande parte desta mutação derivou do intenso fluxo migratório do campo para a cidade. Luanda não estava preparada para receber tanta gente em tão pouco tempo. Justamente por isso, as infra-estruturas foram abaladas, os circuitos foram distorcidos, os hábitos e costumes foram-se diferenciando e diversificando, a urbanidade foi beliscada. Mas é notório o esforço não só do Executivo, mas também da sociedade civil em alterar para melhor este quadro. Em termos físicos: casas, vias, iluminação pública, saneamento básico, unidades escolares e hospitalares, de tudo um pouco, está a ser feito, com bastante empenho do Governo da Província de Luanda. Em termos morais e cívicos a participação de todos é indispensável no cumprimento dos deveres de cidadão e também no usufruir dos direitos, pois só assim poderemos alcançar uma sociedade mais justa e mais democrática. É um exercício de cidadania de médio e longo prazo, mas que é necessário consolidar a partir de agora.

F8 – Quais as perspectivas do GPL para a solução dos problemas aparentemente insolúveis?

LS – “Insolúvel” é uma palavra forte, pessimista e negativista demais. Tudo se pode solucionar, desde que se identifiquem os problemas e suas causas; se procurem e experimentem soluções, recorrendo à experiência de quem já viveu e ultrapassou problemas idênticos; se reúnam as condições necessárias materiais, humanas e de capital; se estabeleçam as prioridades e parcerias certas; se consolide a vontade política de resolver e se ponha mãos à obra com uma supervisão ou fiscalização isenta, profissional, idónea e experiente.

F8 – Quanto ao Urbanismo por exemplo?

LS – Em relação às questões urbanísticas, está em execução o Plano Director de Luanda que agora se altera e se alarga com a inclusão dos Municípios de Icolo e Bengo, (Kissama) e Belas e a junção dos ex – municípios da Ingombota, Rangel, Maianga e Sambizanga no Município de Luanda. Crescem as

novas centralidades como as cidades do Kilamba e de Cacuaco; alargam-se as construções no perímetro do Zango que quase já se estende a Calumbo; requalifica-se o Cazenga e o Sambizanga; está a criar-se uma nova Marginal; trabalha-se nos jardins e nas áreas verdes; preparam-se praias com a qualidade necessária e merecida; arranjam-se passeios, largos, praças, avenidas e alamedas, através do projecto “Vias de Luanda”; crescem edifícios modernos, inteligentes e arrojados; vela-se pela publicidade estática recorrendo-se a mobiliário urbano mais moderno e bonito, enfim há um elevado número de acções, aos olhos de todos, que já beneficiam uma boa parte da nossa população.

F8 – O calvário da circulação, a degradação das vias, os custos dos táxis e a contrapartida dos transportes públicos, ainda não capazes de satisfazer a população. O que nos tem a dizer sobre isso?

LS – No que toca aos transportes públicos, serão reabertas algumas rotas, assim que se concluírem os trabalhos de recuperação de algumas vias. Está em curso um estudo para a criação da faixa de rodagem “BUS” em alguns dos principais eixos da cidade. Vai ser estendido o transporte público aos novos Municípios. Será implementado o sistema de bilhética electrónica e em trarão em funcionamento, pelo menos, mais 100 maxibombos, tudo isto ainda no 10 semestre deste ano. Outras acções estão em curso, embora a sua implementação dependa de outros factores condicionantes, como sejam a criação de parques de estacionamento, a semaforização regular do trânsito e a oferta do transporte marítimo e ferroviário.

F8 – Um outro problema que realmente, aqui sim, poderíamos aplicar o termo insolúvel, é a questão do Saneamento Básico, na base de outros males para saúde e não só. Que comentários tem a fazer a este respeito?

LS – O saneamento básico é um dos mais graves e difíceis problemas que assola a nossa cidade. A rede de esgotos não cobre a totalidade do território da Província e a existente está, em muitos casos, obsoleta, degradada. É um trabalho aturado, de fundo, que requer tempo, meios técnicos e financeiros elevados. A reparação de valetas, valas e esgotos, condiciona a circulação de pessoas e bens, pois é necessário esventrar a cidade. Mas está identificada a questão e o trabalho começou há muito tempo. As valas da macro drenagem do Suroca, Senado da Câmara, Cidadela, Samba, Cassequel e outras já existem, pese embora a má

conduta de alguns elementos da nossa população que teimam em atirar lixo e sucatas para as mesmas, construindo residências e muros, impedindo assim as passagens das águas. Após a regularização da macrodrenagem, vamos passar a domiciliar. Tem estado a ser substituída paulatina e pontualmente sempre que se detectem rupturas ou haja necessidade de novas ligações para os empreendimentos a inaugurar. São acções que sofrem alguma morosidade. Vai demorar sim. Não podemos nega-lo. Mas temos que acreditar que vai ser um trabalho du radouro e benéfico para todos. O Executivo Central está apostado, empenhado em resolver o mais rapidamente possível estas questões e a nível do Governo da Província de Luanda, estamos a acompanhar e complementar as acções com operações de recolha, limpeza e varredura nos distintos eixos viários, bairros urbanos e suburbanos, linha férrea e outros locais de maior concentração de resíduos sólidos.

F8 – o trabalho é fundamental para o crescimento e desenvolvimento de um país, enquanto o desemprego é uma das causas da desestabilização social. Angola, Luanda em particular, regista um índice elevado de desemprego. Que programa o GPL tem para superar?

LS – O desemprego está a ser combatido de forma progressiva com acções de formação profissional nos Centros de Formação adstritos ao GPL. Após a conclusão das acções formativas, são distribuídos Kits profissionais de corte e costura, cabeleireiro, cozinha e pastelaria, recaughtagem e bate-chapa, mecânica auto, electricidade auto e de baixa tensão, canalização, alvenaria e serralharia civil.

Estas acções são dirigidas a desempregados inscritos nos Centros de Emprego ou identificados pelos Órgãos do Poder Local, Associações Juvenis e Socio profissionais. O Governo da Província de Luanda tem também um programa de atribuição de micro-crédito, em parceria com instituições bancárias que tem dado resultados muito animadores.

F8 – Se a população cresceu, naturalmente as infra-estruturas de apoio a formação, inserção e acomodação dos cidadãos teriam de crescer. Para terminar, como está Luanda neste aspecto, mais propriamente no que toca à Escolas e Hospitais?

LS – É verdade que, quanto as unidades escolares e hospitalares que se constroem agora, haverá ainda infelizmente, durante mais algum tempo, um défice na oferta destes serviços básicos porque a população aumenta de forma exponencial. Oferecer

serviços de educação e saúde, requer “abinitio” a localização, identificação e legalização de espaços, terrenos, junto aos agregados populacionais a quem essas infra-estruturas irão servir. Construir, é apenas o 10 passo. Há que apetrechar com equipamentos diversos e especializados, garantir a manutenção e protecção dessas infra-estruturas. Mas, mais complexo do que isso, é prover essas unidades com quadros profissionais capazes, angariados através de concursos públicos, homologados pelo Tribunal de Contas e caucionados pelo Ministério das Finanças para que os profissionais tenham garantias de pagamento de salários justos e atempados.

Mas o trabalho não pára e o Governo da Província de Luanda, cumprindo com as suas responsabilidades e executando o seu programa de acção e de investimentos públicos, em prol das populações, vai inaugurar, por exemplo, ainda neste semestre: 3 hospitais municipais, reabilitar, pelo menos, 18 postos de saúde, intensificar as campanhas de vacinação contra diversas enfermidades, cuja meta é termos menos de 5 % de crianças não vacinadas.

Vamos também, construir e apetrechar mais de 50 salas de aulas, distribuir 100 mil kits escolares do ensino primário nas zonas rurais, distribuir igual número de merendas escolares expandindo a oferta destes serviços sociais básicos à nossa população.

F8 – Qual o horizonte temporal para estes programas., não menos ambiciosos?

LS – Tudo isto será feito no primeiro semestre deste ano.

Ban Ki-Moon Encontrou-se Com a Sociedade Civil Angolana

Folha 8

03 De Março de 2012

Como é já de domínio público Sua Excelência Secretário-Geral da ONU Dr. Ban Ki-Moon efectuou uma visita ao nosso País de 26 a 27 do mês em curso. Como não deixaria de ser, durante a sua visita ele manteve encontros com as Autoridades Governamentais Angolanas nomeadamente o Presidente Eduardo dos Santos, o Ministro das Relações Exteriores George Rebelo Chicoty e o Ministro de Saúde José Van-Dúnem. Com certeza, da parte dos nossos des governantes o mais alto mandatário da ONU recebeu as honras de uma recepção pacífica.

Para o efeito, foi levado para ver a propalada nova Cidade de Kilamba Kiaxi, que tem servido como cartão de visita dos visitantes oficiais que vêm para Angola, cujo objectivo é para mostrar os apregoados ganhos da paz angolana.

Contudo, se o primordial objectivo dos nossos desgovernantes foi deformar a veracidade sobre a profunda miséria social em que vive as Populações desfavorecidas, o estadista sul-coreano ao serviço da ONU não quis deixar o nosso País sem ter-se encontrado com a Sociedade Civil Angolana. Aliás, antes de ter vindo ao nosso País, tal interesse já fazia parte do seu programa da visita que viria efectuar à esta Pátria Angolana do Mwene Ngola-a-Kilwanji kya Samba, Nfumu Nimi-a-Lukeni, Mwata Yaya Mwaku, Osoma ya Olosoma Mutu ya Kevela, Mandume, etc. Este seu compromisso moral como responsável duma Organização Internacional demonstrou-o ao cair da noite de ontem dia 27 do mês em curso na Sala de Conferência do Hotel Sana em Luanda.

Pois, depois de ter sido levado a visitar a Cidade fantasma do Kilamba Kiaxi, que até agora não tem inquilinos ou propriitários devido o elevado custo do preço de venda de cada moradia que não está ao alcance dos pobres jovens da JPLA, que deviam ser os primeiros beneficiários do “Projecto Angola Jovem”, o nosso Ilustre Visitante na sua simplicidade depois de ter entrado na Sala de Conferências, estendeu a sua mão à todos os participantes que o aguardavam. E o primeiro a receber a mão do homem grande da ONU foi o nosso destemido Activista dos Direitos Humanos Soba Mbazela, que é uma das Autoridades Tradicionais Angolanas que dirige o FNATA-Fórum Nacional das Autoridades Tradicionais Angolanas. Como é de praxe a apresentação do Ilustre Visitante coube a Sua Excelência Coordenadora do Sistema das Nações Unidas em Angola Sra. Maria Durval Ribeiro.

Por sua vez, em jeito de balanço dos seus encontros com o contestado Presidente Eduardo dos Santos e com o seu kapanga Geoge Chicoty, aquele responsável máximo da ONU disse que estava satisfeito com os ganhos da paz angolana, que tem permitido que o Governo de Angola possa desenvolver acções sociais de vulto. Também afirmou aos participantes que o detestado Presidente dos Santos garantiu-lhe estar engajado com o compromisso da democratização da Sociedade Angolana, que culminará com a realização de eleições gerais em Angola. Pelo que, pela parte da ONU o Secretário-Geral da ONU

prometeu que a sua Organização irá prestar todo o apoio necessário, que o Governo Angolano solicitar sobre o processo eleitoral em curso. De igual modo, também prometeu que a sua Organização vai continuar apoiar as iniciativas da Sociedade Civil Angolana nas várias áreas, no sentido de compartilhar na resolução de alguns problemas que as Populações Angolanas desfavorecidas vivem.

Decerto, depois da sua breve mas precisa explanação ele pediu para que, cada um dos participantes da Sociedade Civil pudesse formular uma pergunta ou fazer um comentário sobre a sua intervenção. Em resposta à esta sua solicitação, alguns dos participantes falaram-lhe das inúmeras dificuldades financeiras com que se têm deparado na implementação dos seus projectos sociais, a favor das Comunidades Angolanas desfavorecidas. Com certeza, falaram-lhe da morte de milhares de crianças angolanas nos hospitais estatais, onde os médicos, depois de consultarem os pobres pacientes, limitam-se a receitar-lhes os medicamentos pedindo aos pacientes ou aos seus familiares para irem comprá-los nos mercados paralelos. Outros falaram sobre a convivência de alguns membros da Comunidade Internacional que trabalha em Angola, que ocultam a verdade sobre a deplorável vida que nós os angolanos desfavorecidos vivemos, enquanto a elite política corrupta no Poder enriqueceu-se com os fundos desviados dos cofres do Estado, etc.

Porém, Desta forma, o Soba Mbazela elucidou o nosso Visitante que a paz não significa só o calar das armas entre as partes ontem desavindas. Na sua opinião, a verdadeira paz é aquela que baseia no amor ao próximo, como ensinou o justo Nazareno Jesus Cristo. Um amor que se transforma num dever dos dirigentes eleitos administrarem o erário público com transparência, a fim de permitir que todos os cidadãos angolanos possam ter direito aos recursos naturais que o País possui. Mas isto não acontece em Angola, porque o nosso desgovernante Presidente Eduardo dos Santos faz do Poder como sua propriedade familiar. Em consequência da sua obstinação política e à semelhança duma cobra que muda de pele sem deixar de ser cobra, ele promove a desgovernação das Instituições do Estado Angolano, a não democratização da Sociedade Angolana e a proliferação do fenómeno corrupção no seio da Sociedade Angolana.

Finalmente, o Soba Mbazela elucidou o Secretário-Geral das Nações Unidas que o Presidente dos Santos não passa dum delinquente político primário, que não respeita os princípios que

orientam a Democracia, como por exemplo, o princípio de separação de poderes entre os Órgãos de Soberania Nacional, que ele transformou como sua almofada política. Daí a razão de tais Órgãos de Soberania não terem a perícia jurídico-constitucional de julgar o seu padrão político. Por isso, ele assegurou ao Secretário-Geral da ONU que não se pode esperar num pleito eleitoral democrático, transparente, justo, com Instituições não democráticas, como é caso da actual Comissão Nacional Eleitoral, cujos membros primam em defender a sua coloração política, em detrimento do interesse da Nação. Terminando o Soba Mbazela considerou Angola como um barril de pólvora, que a qualquer altura pode explodir. Em resposta Sua Excelência Secretário-Geral da ONU lamentou e considerou como um equívoco político, o caso de Angola ser um País rico em recursos naturais, mas as suas populações vivem numa deplorável pobreza extrema. Lamentando a reprovável atitude política dos dirigentes angolanos, Ban Ki-Moon assegurou que antes da primavera árabe no Norte de África, ele advertira alguns dirigentes árabes sobre a necessidade da mudança de mentalidade política...

Poder Tradicional

Jornal de Angola
04 de Março de 2012

Várias vozes se levantam sobre a autenticidade da árvore secular do Zaire. O conselheiro do núcleo das autoridades tradicionais no Museu dos Reis do Congo, em Mbanza Congo, Pedro Ndiati, disse que a denominação da árvore tem muito significado para o poder tradicional da região. O soba explicou que a queda de um dos ramos ou galho da Yala Nkuwu “é sinal de que vai acontecer um acto fenomenal negativo na cidade. Relaciona-se, por exemplo, à morte de um chefe tradicional ou rei”, disse.

Referindo-se ao Culumbimbi, a primeira Igreja da África subsariana, o historiador Pedro Gabriel sublinhou que o monumento, agora em ruínas, datado de 5 de Maio de 1491, foi um projecto que, pela imponência arquitectónica, envolveu artífices portugueses e mil populares naturais de Mbanza Congo, que se empenharam no transporte de inertes para o local.

Culumbimbi foi a primeira Igreja Católica de Santa Vera Cruz, erguida a Sul do Saara, cujas obras foram orientadas pelo rei D. João II, que teve o cognome de Príncipe Perfeito, para assinalar a

implantação do cristianismo e ser o lugar para enterrar os reis defuntos do reino do Congo.

Circulam até agora lendas que dizem que a igreja é uma obra do mundo intangível (dos mortos), por ter sido erguida numa noite, tendo no dia seguinte provocado um pânico desmedido à população de Mbanza Congo.

Pedro Gabriel adiantou que o Museu dos reis do Congo era a antiga residência dos reis do Congo, atribuída pelos portugueses a partir de 1901/02. No seu interior encontram-se objectos como o fato e a coroa do rei, a flecha, o chapéu, a catana, a caçadeira, missangas e vestuários, “em suma, todo o acervo dos Reis”.

O Museu conserva a cadeira executiva do rei, sineta, carapaça de caracol, violas, armadilhas de pesca, enxadas e caças, entre outros objectos históricos culturais da região.

Entre outros monumentos históricos, consta ainda a Igreja Evangélica Baptista em Angola (IEBA), construída em 1878 pelos missionários, numa área adjacente a Culumbimbi.

Administradora do Rangel

Continente
09 de Março de 2012

A D. Clementina, de facto está a seguir a uma Via pouco aconselhável ao manter-se no cargo, apesar de ser a título precário, por que os presidentes dos distritos ainda estão por nomear.

Recentemente, tomamos conhecimento que ela ouviu dizer que não será a escolha para dirigir o distrito do Rangel e como consequência, efectuou um levantamento dos mercados do Rangel para aferir os emolumentos que cada um cobra.

Não se sabendo por que carga de água, passou ela representada pelo seu homem de confiança, trabalhador do seu Gabinete, o tal que não é funcionário legal da administração a ir recolher a massa aos mercados.

Isto apesar de ser mau precedente, seria tolerável, mas o problema é que ninguém sabe o destino que ela dá ao dinheiro.

Apelo à Promoção da Cultura de Paz e Tolerância Política

Semanário Angolense

10 de Março de 2012

A ministra da Comunicação Social, Carolina Cerqueira, exortou esta semana, no Namibe, os jornalistas a promoverem a cultura da paz e a tolerância política, no decurso da sua visita de ajuda e controlo aos órgãos de informação da província, nomeadamente a Rádio Namibe, Angop, o Jornal de Angola e a TPA.

A questão sobre se serão ou não aumentados os salários, consta das grandes preocupações dos profissionais da Comunicação Social públicos, que, além auferirem vencimentos que não compensam a actividade que exercem, sobretudo na Rádio local, um outro problema prende-se com a regulamentação da Segurança Social, visando garantir o sossego na velhice.

A visita às novas Instalações da TPA, em construção, que serão equipadas com tecnologia da nova geração, com equipamentos para emissão, a partir do Namibe, de trabalhos para a capital do país e o arranque, na província, do curso superior de jornalismo, extensão do Instituto Superior Gregório Semedo-Lubango, foram as boas novas, nesta visita da ministra Cerqueira à província.

O refrescamento em matéria eleitoral e política à classe, consta no rol de prioridades do Ministério da Comunicação Social, visando melhorar a prestação do trabalho jornalístico em prol da democratização do país.

Carolina Cerqueira disse estar satisfeita com a constatação de abertura das fontes oficiais a todos os órgãos de Comunicação Social na província do Namibe, qualificando como premiosa importante a facilidade por parte das fontes das autoridades governamentais locais, o que garante um exercício pleno da actividade dos jornalistas.

Cândida Celeste garante apoio

Considerou positivo o trabalho prestado pelos órgãos de Comunicação Social públicos e privados nesta parcela do território nacional, apesar das dificuldades de vária ordem.

Manifestou-se igualmente animada com o crescimento de infraestruturas da cidade capital da província do Namibe, tendo constatado que, de entre os vários projectos sociais em execução, direccionados à população, também constam aqueles que vão melhorar o trabalho do sector e as condições sociais dos seus profissionais.

Num encontro com os jornalistas da Imprensa pública e a privada na província, decorrido a meio da manhã de quarta-feira, 07, na sala nobre da Administração Municipal do Namibe, a governadora Cândida Celeste da Silva manifestou o seu agradecimento pelo empenho dos profissionais, que, segundo ela, têm sabido levar os projectos do executivo da província a todo o país e para fora de Angola.

Garantiu que o governo do Namibe continuará e a prestar grande atenção à população vulnerável, reconhecendo que os órgãos de Comunicação Social têm feito o trabalho de parceira, pois alguns problemas que acontecem em localidades inóspitas chegam rapidamente à mesa do executivo através do trabalho «perspicaz dos nossos jornalistas.»

«Camarada ministra, nós estamos bem e daremos todo apoio necessário ao órgão, dentro das nossas limitações», assegurou a governante, na abertura do encontro.

A maka da Segurança Social

O director provincial da Comunicação Social, Alexandre Txinguita, fez a caracterização da província, recordando o governo da província controlar nove órgãos de Comunicação Social privados e quatro públicos «O exercício da sua actividade enquadra-se dentro das normas estabelecidas», sublinhou.

O défice no pagamento da Segurança Social dos trabalhadores da Rádio Nacional de Angola, desde o ano 2006, a qualificação da força de trabalho, na RNA, salários baixos, um assunto conjuntural, foram, entre outros, os principais problemas levantados pelos profissionais.

Instado pela titular da pasta da Comunicação Social, o presidente do Conselho de Administração da RNA, Pedro Cabral, admitiu que o pessoal da RNA, está mal qualificado há 20 anos, alegando que ele próprio também está mal qualificado, observando as normas legais.

Esclareceu que este processo será tratado, impondo-se um sacrifício financeiro, pois o Conselho de Administração da RNA achou por bem priorizar outras acções, que neste momento estão em execução.

Explicou que o caso da reforma dos trabalhadores, levantado pelo «então director da Rádio Namibe na década 80, Joaquim Pereira dos Santos, também

conhecido por «papá», agora abrangido pela reforma por limite de idade, vai se resolver.

«A anterior gestão da empresa RNA não pagava a Segurança Social do pessoal desde o ano 2006, mas neste momento posso afirmar, seguramente, que a situação está ultrapassada, por tanto, é uma questão de o colega aguardar mais algum tempo», esclareceu o PCA.

Disse ainda que a RNA tinha uma grelha de programação que levava as pessoas ao sono, o que hoje não acontece hoje. «Hoje, temos uma rádio que acorda as pessoas», frisou Pedro Cabral, garantindo que o órgão que dirige está a dar passos seguros tendentes a tornar o profissional mais acuti lente, colocando à sua disposição meios de trabalho.

As províncias receberam nos últimos meses viaturas, câmaras e outros meios de reporthens.

Por seu lado, António Henriques da Silva, PCA da Televisão Pública de Angola (TPA), fez saber que o problema de salários baixos não deixa de ser um problema conjuntural que deverá ser tratado dentro dum quadro mais amplo. Prestou esclarecimentos sobre a polémica gerada à volta da retirada na grelha, de programas de maior aceitação pública, como a Semana em Actualidade e outros espaços.

Explicou que o Conselho de Administração da TPA tem como objectivo inovar, na perspectiva de sempre melhor servir a população. O actual Espaço Público é apontado por ele como sendo uma das oportunidades que permite a interacção entre governantes e governados.

Foi a primeira visita de trabalho da ministra Carolina Cerqueira à província do Namibe, desde que assumiu as rédeas do sector da Comunicação Social angolano.

Consulado Para Esquecer...

Semanário Angolense
10 de Março de 2012

Indicado para substituir Isabel Tormenta à frente dos destinos da Direcção Nacional dos Registos e do Notariado, Mário de Carvalho Bettencourt chegou na semana passada ao fim do seu consulado, «sem honra, nem glória», conforme resumiu um funcionário afecto àqueles serviços.

A sua nomeação para o cargo, há mais de dois anos, foi vista na altura como o fim de uma penosa travessia no deserto que ele vinha enfrentando, depois da exoneração de Manuel Aragão do cargo de ministro da Justiça.

Descrito como uma figura «bastante conflituosa e de maus fígados», Bettencourt exercia antes as funções de inspector-geral do Ministério da Justiça.

Consta que durante o consulado de Manuel Aragão, Bettencourt terá, em distintas ocasiões, «passado as medidas», chocando com quase meio mundo, o que lhe terá valido colher uma mão cheia de inimigos.

Conservador de profissão, embora não seja detentor de uma formação superior no ramo, Mário Bettencourt estava colocado, até à sua indicação para inspector-geral do Ministério da Justiça, na Conservatória do Registo Civil do Lobito.

Na pele de director dos Registos procedeu à movimentação de alguns conservadores e notários, tendo criado uma série de anti-corpos, por supostamente ter atentado contra determinados interesses instalados.

À revelia da tutela, aproveitou a ocasião para movimentar, por sua conta e riscos, outros tantos quadros, num gesto aparentemente irreflectido, que quase lhe custou o cargo já nessa altura.

Até à exoneração, a Mário Bettencourt foi-lhe retirado aos poucos o tapete, acabando mesmo na semana passada por «ficar sem chão», como se diz na gíria.

Correm informações de que o homem apresta-se agora a regressar ao Lobito, onde, ao que consta, irá dedicar-se à agricultura e à pecuária.

Bento deixa recomendações

Semanário Factual
10 à 17 de Março de 2012

A visita realizada pelo governador teve por objectivo constatar o andamento das obras do novo mercado do quilómetro 12 (mercado de Luanda), o estado das ravinas no bairro da Caop, as

condições de acomodação e higiene do mercado a céu aberto do quilómetro 30, bem como a situação que se vivencia nas zonas de reserva fundiária do Estado, no Quilómetro 30 e em Ki CUX1.

Mercado do Quilómetro 12 abrirá em Junho Ainda na sequência da visita de constatação realizada em Viana, Bento Bento fez saber à imprensa que o município ganhará, no próximo mês de Junho, novo mercado localizado no quilómetro 12.

O mesmo tem por objectivo albergar as vendedeiras ambulantes que negociam na via pública, sobretudo na passagem aérea da Vila de Viana.

O mercado de Luanda, no quilómetro 12, conta com uma área de mil 86 metros quadrados, divididos em áreas de vendas diversas, armazéns, parque de estacionamento, parque de diversões para crianças e berçários, onde as vendedeiras poderão deixar as suas crianças.

Durante a visita do governador ao novo mercado do quilómetro 12, o Factual apurou a infra-estrutura ter sofrido actos de vandalismo, protagonizados por jovens da circunscrição. Segundo um dos funcionários do futuro mercado, devido à falta de segurança, o berçário foi assaltado, tendo sido levados berços e aparelhos de ar-condicionado.

Das recomendações deixadas pelo governador, destacam-se a melhoria da infra-estrutura e das vias de acesso ao mercado e a construção de alpendres e de um canal de água para o abastecimento do mercado. Nesta sequência, os moradores apresentaram, ao mesmo tempo, as suas preocupações acerca da água nos arredores.

De acordo com um dos representantes municipais da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), a única conduta em funcionamento dista a três mil metros do mercado e o projecto a desenvolver poderá suprir a necessidade dos habitantes dos arredores quanto ao abastecimento do precioso líquido, com a construção de chafarizes ao longo do ramal.

Governador recomenda melhoramento do mercado do Quilómetro 30

Com uma área de dois quilómetros de comprimento e 900 metros de largura, o mercado a céu aberto do quilómetro 30/BAI é hoje uma referência no País, devido à sua importância no escoamento dos produtos do campo. Dada a extensão e importância do mercado, Bento Bento

aproveitou o momento para constatar de perto as dificuldades pelas quais o mercado tem passado, como a falta de balneários, de alpendres, de passeios, de vedação, de parque de estacionamento e de uma administração condigna.

Face à arrecadação financeira que o mercado tem diariamente, o chefe do Executivo de Luanda afirmou algumas obras poderem ser feitas com os recursos absorvidos pela administração do mercado.

Na mesma zona, Quilómetro 30, Bento Bento visitou a reserva fundiária do Estado, onde constatou a construção anárquica de casas naquele espaço reservado para a implementação de obras públicas, como escolas, hospitais, centros infantis, entre outros bens para a população.

Quanto ao tratamento das pessoas que constroem nas reservas fundiárias do Estado, o administrador municipal de Viana, José Moreno, fez saber que, em princípio, vai ser levado a cabo um trabalho de aconselhamento aos cidadãos para a não-construção de residências nas áreas fundiárias. O administrador falou que a administração do município analisará caso-a-caso, no sentido de não prejudicar os interesses da população e do Estado. Na sua recomendação ao pelouro municipal, o governador provincial baixou a orientação de se cadastrarem todas as residências que, até ao momento, foram construídas na reserva do Estado.

Ravinas na Caop periga casas e vida dos moradores

Com mais de 15 anos de existência, a ravina do bairro da Caop está a pôr em risco iminente mais de uma centena de casas e a vida dos moradores, principalmente das crianças que brincam nas proximidades da vala.

O perigo que a ravina apresenta está a preocupar a vizinhança, visto que, na época chuvosa passada, casas foram engolidas.

Augusta Martins falou ao Factual que "nós aqui já presenciámos acidentes, casas que foram levadas pelas águas, como também a morte de algumas crianças. Isso preocupa-nos muito. Por isso, pedimos a ajuda ao Executivo". tem ocorrido chuva. Por outro lado, a ravina, com mais de três metros de profundidade, tem servido de vala de escoamento das águas pluviais a nível do bairro e não só. A mesma tem o seu princípio no município de Viana, concretamente no bairro da Caop, e o seu fim no município de Cacaco.

Para o administrador municipal de Viana, José Moreno, a visita do governador foi muito importante, no sentido de constatar de perto as dificuldades do município, para que se criem condições a fim de serem resolvidas.

Ralhetes a José Moreno

Semanário Angolense

10 de Março de 2012

O administrador de Viana, José Moreno, foi advertido diante de todos pelo governador, que lhe chamou a atenção, em tons ríspidos, para o seu sector de fiscalização. «É preciso ter muita atenção com o sector de fiscalização, porque é de lá que começam as falcatruas. Os piores ratos que tens são os teus fiscais», vociferou Bento Bento, visivelmente agastado com o que ouvira dos populares.

Um conhecido director provincial, que pediu para não ser identificado, disse ao repórter do *Semanário Angolense* que é preciso que o Executivo tome medidas mais drásticas para se acabar com situações semelhantes, porque o objectivo das pessoas que ocupam constantemente terra nos em diversas áreas da província é o de obter casas dadas pelo Governo.

«Depois de terem as casas, vendem-nas e voltam a ocupar terra nos em outras áreas, mas há uma grande convivência com funcionários, quer das administrações, como do próprio GPL. Porque para alguém que diz não ter possibilidades nenhuma, nem para pagar rendas por mínimas que sejam, é questionável como conseguem dois, três mil dólares para comprar um terreno a um fiscal ou a outra pessoa», confidenciou o responsável.

Para ele, o aparecimento de bairros como Boa Fé, Lembelele e outros parecidos, em zonas que antigamente foram quintas agrícolas, aviários, pomares e mesmo terrenos baldios, sem estrutura urbanizada, sem condutas de água, sem redes de energia eléctrica, só é possível por haver a convivência de administradores, fiscais e outros dirigentes, que se enriquecem com esse negócio.

«Entretanto, vão deixando um pesado cargo ao Governo e uma herança negativa para as futuras gerações, com esses novos bairros de lata, sem estruturas, sem condições de saneamento e propícios para todo o tipo de marginalidades», frisou o interlocutor do SA.

Bento Bento ordenou ao administrador de Viana para, de imediato, cadastrar todas as casas existentes naquela reserva e pediu aos moradores para pararem com as construções e deixar tudo como está, até novas ordens do Governo. «Não tenham medo, o Governo vai encontrar uma solução para o vosso problema e vai colocar-vos em outro lugar. Mas ninguém pode fazer mais nada, deixem tudo como está e esperem», aconselhou.

Nomeação de Director dos Registos e do Notariado Envolve em Polémica

Semanário Angolense

10 de Março de 2012

A nomeação na semana passada de Claudino Filipe para o cargo de Director Nacional dos Registos e do Notariado, em substituição de Mário de Carvalho Bettencourt, não só colheu de surpresa os funcionários directamente ligados ao sector, como também a generalidade dos trabalhadores do Ministério da Justiça, estando a suscitar as mais distintas leituras.

A indicação, algo inesperada deste funcionário sénior, que antes desempenhava as funções de delegado da Justiça no Kwanza Norte, está a ser interpretada como tendo resultado de uma certa «imposição» à ministra da Justiça, por parte de alguns sectores supostamente ligados ao partido governante.

Uma leitura, à qual alguns observadores associam o facto de o recém-nomeado «não possuir conhecimentos sólidos» que o habilitassem ao exercício do referido cargo, visto estar «há menos de 5 anos ao serviço da Justiça».

Entre os funcionários da Justiça, crê-se que a ministra Guihermina Prata terá sido mesmo «obrigada» a recuar na sua decisão de nomear Amorbelo Sitôngua para o referido cargo, para, supostamente, privilegiar Claudino Filipe.

Correm informações de que a titular da pasta já tinha assinado inclusive o despacho de nomeação a favor do seu «candidato» favorito, ou seja, Amorbelo Sitôngua, mas que, à última hora, terá sido «obrigada» a enviar a papelada para o cesto do lixo do seu gabinete ...

Consta que o próprio Sitôngua terá sido igualmente apanhado de surpresa quando era informado dessa decisão, algo que terá acontecido

pouco tempo depois de regressar da Itália, país para o qual havia se deslocado, em missão de serviço, curiosamente, na companhia da própria Guilhermina Prata.

Formado em Direito numa das universidades da Federação Russa, Claudino Filipe, segundo a sua biografia não oficial, ingressou no Ministério da Justiça por via de um concurso público realizado em 2008.

Funcionou durante pouco tempo na Inspeção Geral do Ministério da Justiça até ser indicado há pouco mais de dois anos como delegado dessa instituição na província do Kwanza-Norte, ao que se diz, por iniciativa da vice-ministra da pasta, Ana Canene.

Ele, que já chegou a substituir provisoriamente Mário Bettencourt quando este se encontrava doente, tinha a seu desfavor, segundo fontes deste jornal, «uma desmedida petulância e atitudes sobranceiras».

Bento Bento Chama Homens de Confiança ao Governo de Luanda

Folha 8
10 de Março de 2012

O novo governador de Luanda, depois de uma breve radiografia à província e os inúmeros desafios que tem pela frente, achou que só com homens de confiança poderá levar a sua empreitada a bom porto e vai daí comunicou isso ao chefe do executivo.

Colocou os seus argumentos na mesa e o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, também líder do MPLA, anuiu as pretensões do também 1.º secretário dos camaradas em Luanda, a maior bolsa eleitoral do país e procedeu no dia 7 Março, à nomeação de António Resende para o cargo de vice-governador para a Área Técnica e Adriano Mendes de Carvalho, que abandona a Assembleia Nacional, onde era deputado, para assumir o cargo de vice-governador para a Área dos Serviços Comunitários. O Presidente da República demonstrando estar, afinal o seu consulado preso a tendências e influências luso-tropicalista, depois de ter destruído a antiga estrutura e organização administrativa do país, herdada do período colonial, está paulatinamente a regressar a ela e assim, sem mais nem ontem e sem um trabalho apurado, Dos Santos vai emitar, esperemos que bem, a estrutura

portuguesa das cidades, introduzindo os distritos e quem sabe amanhã as reguesias.

É neste quadro que exarou decretos referentes à organização administrativa da província de Luanda, tendo em conta a constituição do município de Luanda, como órgão desconcentrado da Administração Local do Estado, com estatuto próprio e autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Num dos diplomas não se descarta a confusão que poderá existir entre o governador, um homem que gosta de concentrar o mando e o presidente da cidade de Luanda, pois o documento define os distritos urbanos que compreendem a cidade de Luanda, que são: Ingombota, Maianga, Kilamba Kiaxi, Rangel, Samba e Sambizanga. Segundo o documento presidencial, estes distritos urbanos podem organizar-se em bairros, estes em zonas e as zonas em quarteirões e todos serão dirigidos por administradores.

Num outro decreto Dos Santos estabelece o regime de relacionamento entre o Governo da Província de Luanda e a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda enquanto se criam as condições administrativas e técnicas para a implementação do quadro legal aprovado.

Quer dizer coloca-se a carroça à frente dos bois, porquanto o governador provincial de Luanda é a autoridade máxima da província, a quem compete dirigir a actividade administrativa dos órgãos sob a sua jurisdição.

O diploma, por outro lado, fixa as competências da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, que procede à gestão do afecto à Cidade de Luanda, dos investimentos em curso na cidade, dirigindo e orientando a actividade dos órgãos e serviços da Comissão Administrativa dos demais órgãos dos serviços municipais.

Compete também à Comissão Administrativa da Cidade de Luanda nomear, empossar e exonerar os titulares de cargos de chefia das diferentes repartições sob a sua dependência. Contudo, excluem-se das competências da Comissão Administrativa de Luanda as áreas que, de acordo com os diplomas específicos, estejam afectas às empresas ou institutos públicos de âmbito provincial ou central.

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos exarou um despacho presidencial que cria uma Comissão Ad-Hoc com a finalidade específica

de estudar e monitoriar a aplicação das regras de comercialização dos imóveis das novas centralidades, com vista a que sejam criadas as condições para o acesso aos imóveis pelos interessados. A referida comissão é coordenada por Manuel Domingos Vicente, ministro de Estado e da Coordenação Económica, e integra os ministros das Finanças, do Urbanismo e Construção e outras entidades.

Finalmente, num outro despacho o Presidente da República cria um grupo de trabalho para dirigir o processo de elaboração de um estudo diagnóstico sobre a organização, regulação e supervisão dos mercados de seguro, resseguro e fundo de pensões.

O referido grupo de trabalho é coordenado por Aguiar Jaime e integrado por Fernando Jorge Júlio de Aguiar, Fernando Bráulio dos Santos Lima, Maria Carlota de Jesus Van Dúnelem Sungo do Amaral e Silva.

O grupo de trabalho deve funcionar em estreita colaboração e coordenação com o Instituto de Supervisão de Seguros.

Depois baixou para o Huambo e atendeu ao pedido de Faustino Muteka, nomeando Francisco Fato para o cargo de vice-governador para o Sector Económico e Guilherme Fuluca para o cargo de vice-governador para o Sector Político e Social, tendo exonerado os antigos titulares destes cargos, respectivamente, Henrique David Deolindo Barbosa e Lottv Nolika.

Escola Superior Politécnica de Ndalatando introduz o curso de Administração Pública

Jornal de Angola

13 de Março de 2012

A introdução do curso de Administração Pública e a disponibilização de vagas para municípios, são as grandes novidades para o ano académico de 2012, na Escola Superior Politécnica de Ndalatando, província do Kwanza-Norte.

Os municípios de Ambaca, Cambambe e Golungo-Alto beneficiaram de 16 vagas cada, enquanto Kikulungo, Banga e Samba-Cajú receberam 10 cada. Os beneficiários são principalmente menores de 25 anos, que podem candidatar-se a bolsas do Instituto Nacional de Bolsas de Estudos (INABE).

A Escola Superior Politécnica de Ndalatando, vinculada à Universidade Kimpa Vita, disponibiliza cursos de Análises Clínicas, Contabilidade e Gestão bem como Informática e Gestão.

A instituição iniciou a actividade académica no ano transacto, com 337 estudantes repartidos pelos períodos diurno e nocturno, tendo 296 transitado de classe. De acordo com o director da escola, Pedro Vita, matricularam-se para o presente ano lectivo 841 alunos, dos quais 581 no primeiro ano. O curso de Administração Pública, com 186 inscritos, tem o maior número de inscritos.

O referido estabelecimento escolar comporta nove salas, laboratórios de análises clínicas, multidisciplinares e de informática.

Pedro Vita disse que o número de professores existentes satisfaz as necessidades actuais, mas há a intenção de contratar docentes cubanos e vietnamitas.

Na perspectiva da formação contínua defendida pela Universidade Kimpa Vita, 15 professores iniciaram cursos de mestrado na passada semana, em quatro universidades da cidade do Porto, em Portugal.

Um dos integrantes do grupo, Machado Quilça, disse ao Jornal de Angola que as especialidades são Empreendedorismo e Internacionalização, Informática, Contabilidade Financeira e Tecnologias de Saúde, com uma duração de dois anos. "O curso de mestrado será à distância e não presencial, com participações intercaladas", disse Machado Quilça. Para o efeito haverá videoconferência. O ensino superior em Ndalatando começou em 2007. Actualmente existem cursos de Educação de Infância, Química, Biologia, Física, Matemática, Português, Francês e Inglês. A Escola Superior Politécnica de Ndalatando tem 2.180 alunos e uma taxa de aprovação superior a 70 por cento.

Privatizar Para Livrar-se do Fardo

A Capital

17 de Março de 2012

Uma avaliação que havia sido encomendada à consultora portuguesa CESO, a pedido das autoridades angolanas propunha ao Governo a privatização de 77 empresas públicas e extinção de 53 outras.

Os responsáveis do estudo consideravam que «a reestruturação do sector público empresarial angolano, que abrange actualmente 216 empresas, deve passar pela manutenção de apenas 41».

Este estudo tinha como objectivo definir quais as empresas que devem passar para o sector privado e quais as que vão continuar estatais.

Tal avaliação terá contribuído para a definição da nova política do Governo para as questões empresariais, permitindo reorientar a posição do Estado na economia, mas também dinamizar o investimento e contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, que por via da bolsa de valores, viabilizaria as privatizações sugeridas por essa consultora portuguesa.

Consciente do estado em que se encontra o sector empresarial angolano, o Governo prometeu realizar um diagnóstico às empresas públicas estratégicas, num processo que incluiria a revisão do seu modelo organizacional e de gestão.

No cronograma de medidas, constava, ainda, o saneamento financeiro e a reestruturação das empresas públicas estratégicas e dos sectores que constituem reservas do Estado, além da elaboração do balanço das privatizações efectuadas até Dezembro de 2008, cujos resultados foram apresentados em pincelada por Abraão Gourgel, quando falou num dos programas televisivos.

Estas tarefas estão agora a cargo do ISEP, que congrega as tarefas antes reservadas aos extintos Instituto das Empresas Públicas, Gabinete de Redimensionamento Empresarial (GARE) e Instituto Angolano de Participações do Estado (IAPE).

Os técnicos do ISEP trabalham, também, na regularização da prestação de contas das empresas públicas, através do encerramento dos exercícios económicos anteriores e regularização dos seus órgãos sociais.

O governo pretende, com isso, que as empresas detidas pelo Estado sejam capazes de demonstrar capacidade de inovação e de diferenciação do objecto que produzem e dos serviços que prestam.

O propósito é fazer com que as empresas públicas melhorem o desempenho e passem a criar valor acrescentado em condições de máxima eficiência.

Administradores comunais actualizam conhecimentos

Jornal de Angola

20 de Março de 2012

O administrador municipal do Kwanhama, no Cunene, José do Nascimento Vayelenge, defendeu sexta-feira em Ondjiva a organização de ciclos contínuos de formação de quadros para adquirir conhecimentos e competências administrativas.

O dirigente falou no acto de encerramento do curso sobre "contratos administrativos no direito positivo angolano", dirigido aos administradores comunais e adjuntos, chefes de repartições e técnicos da administração local.

A acção formativa, disse, é uma mais-valia para a actividade diária dos quadros das diferentes áreas, de modo a corresponderem às exigências do momento.

O administrador informou que a acção formativa é uma parceria entre a administração municipal do Kwanhama e o Instituto de Formação da Administração Local (IFAL), de modo a capacitar os quadros gradualmente para um serviço personalizado.

O formador Jacob Jeremias Cangongo disse tratar-se de uma acção que tem sido realizada a nível nacional, cujo objectivo é capacitar as administrações a nível dos municípios de conhecimentos e competências que podem aplicar no seu dia-a-dia.

Durante quatro dias de formação, os participantes abordaram temas como noções fundamentais do direito administrativo, princípios estruturantes do contrato administrativo, o regime jurídico dos contratos administrativos e normas da contratação pública.

Administradores municipais levaram um susto

Novo Jornal

23 de Março de 2012

Uma delegação afectada ao Orçamento Geral do Estado reuniu-se numa das unidades hoteleiras da marginal do Sumbe com o administrador do município, Sebastião Daniel Neto ou simplesmente Neto Makandumba. A primeira paragem foi na

cidade capital da província da Kwanza-Sul, o Sumbe.

A delegação, oriunda de Luanda e encabeçada por Alcides Safeca, Secretário de Estado do Orçamento, trouxe a lição bem estudada pois do administrador do Sumbe procuraram saber de valores monetários empre gues fora do projectado.

Segundo a nossa fonte, que acompa nhou milimetricamente o encontro, Sebastião Neto quis justificar os gas tos com projectos de água na Pomba Nova. Acontece que o referido inves timento data do consulado de Fer nanda Cabral de Almeida quando foi administradora do Sumbe.

Sem saber justificar os gastos, Makandumba demonstrou o seu lado negativo: tentou enganar Alcides Sa feca, facto que obrigou à chamada dos dois vice-governadores, Mateus de Brito (da área económica) e Fer nanda Cabral da área social e política que por sua vez desdramatizaram o imbróglío onde Sebastião Neto estava mergulhado. A delegação perce beu entretanto que o dinheiro tinha tomado outro rumo.

A visita de Alcides Safeca prosseguiu pelos restantes municípios da província, tendo no final reunido com os doze administradores municipais aos quais Safeca chamou a atenção para os cuidados a ter na gestão da coisa pública.

O governante deixou claro que o tempo das vacas gordas já passou e que agora os tempos são novos, por isso quem brincar estará a contas com a justiça. "Ninguém está autori zado a empregar dinheiro do Estado para fins aos quais não constam das rubricas. Quem teimosamente assim proceder estará a desafiar a Lei", lembrou Safeca.

No final da visita, Alcides Safeca, disse não ter gostado do que cons tatou pese embora segundo ele, esse tipo de comportamento por parte de gestores da coisa pública "é de âmbito nacional". "Não constato essas anomalias só na província do Kwanza-Sul. Já constatei as mes mas infracções nas várias províncias onde passei, por isso meus senhores actuem com responsabilidade para o bem de todos", alertou.

Em Porto-Amboim também a coisa não vai muito bem. O administrador local, Francisco Prazeres Kapassola, vai sendo acusado pela própria po pulação de desvio de fundos públicos e isso foi constatado pela delegação do orçamento.

GPL Refuta dívidas milionárias

Agora

24 de Março de 2012

Os trocadilhos multiplicam -se, mas há quem assegura que Bento Bento já trans mitiu a ideia de que nunca pediu a ascendência ao cadeirão máxi mo do palácio da Mutamba, mas aceitou o cargo em função da ne cessidade de ajudar na organiza ção da administração provincial.

Quanto às informações que da vam como certa a privatização do edifício sede do Redimensio namento Empresarial e o desvio de cerca de 18 milhões de dóla res, a favor do primeiro secretá rio do MPLA em Luanda, foram refutadas, sendo que está em cur so a estratégia do Gpl em projec tar no local uma infra-estrutura que albergará todas as direcções províncias.

Segundo fontes do AGORA, o objectivo é evitar gastos desne cessários com pagamentos de rendas onerosas para o Estado, iniciativa que não é partilhada pelos desalojados que asseguramento, governaor de Luanda existir indícios evidentes da mão invisível do governo provincial.

Os descontentes acreditam es tar longe da retórica de tudo fa zer pela população, optando mais, nos últimos dias, pela con solidação dos seus interesses em detrimento da maioria.

Rebatendo as denúncias, a nos sa fonte sublinha: o governante está a arrumar a casa e nunca compactuará com práticas que tendem a indicar gastos desne cessários, contando sempre com o concurso dos quadros internos. "O Gpl deixou de ser preza fá cil", defendeu a fonte, reconhe cendo a existência de falcatruas de sobrefacturação e contratos milionários com empresas que prestaram serviços a administração pública, mas tudo está a ser feito para reduzir essas práticas, colocando pessoas certas em lu gares certos e fruto deste traba lho é a recente movimentação dos titulares de cargos que cul minou com a exoneração do di rector do gabinete do planeamento.

Sem identificar a empresa, o nosso contacto referiu que existia um contrato de pagamento de 250 mil dólares / mês para assis tência a alguns médicos cubanos e outros tantos que foram desfei tos apressadamente, embora as ordens de saque sejam dadas pela secretaria-geral. Mesmo que se fale no desvio de somas avul tadas na gestão de Bento Bento, através de supostos processos vi ciados, os pagamentos, justifica ção de despesas, controlo

financeiro, prestação de contas são feitas pelo gabinete de planeamento, direcções provinciais, no entanto, não se justificam as acusações de desvios de fundos públicos.

Apesar de ser uma postura normal no exercício da administração pública, a gestão rigorosa dos fundos do Estado, é certo que existem buracos financeiros nos cofres do Gpl, visto que há uma reclamação de 4 milhões de dólares de um empresário que terá prestado serviços ao governo de Luanda e que por 'motivos es tranhos' não foi ressarcido.

Quanto às obras sobrefacturadas com a chancela do palácio da Mutamba, o gabinete do governo reconheceu a existência das empreitadas e acredita que tudo está a ser feito para averiguar

pormenorizadamente estas situações que jantomam as administrações anteriores e que estão a manchar a imagem do novo gestor da maior metrópole do país. As investigações levadas a cabo pelo Tribunal de Contas detectaram inúmeras irregularidades que afectam Bento Bento em particular os antigos gestores, em que já se fala das diferenças graves registadas entre o depositado e o arrecadado, transferências milionárias não autorizadas e contratos com terceiros em somas avultadas.

A luta palaciana não se resume apenas ao controlo financeiro dos cofres do Gpl, mas estendem-se também às disputas com os quadros, muitos dos quais afastados em função da sua intervenção. As informações apontam que as vítimas do antigo homem da cervejeira cuca, foi Job Kapapinha e Francisca do Espírito Santo que não resistiram às manobras do primeiro secretário do MPLA da maior metrópole do país, que ao longo dos anos assumiu-se como jogador e árbitro ao mesmo tempo. Mas terá sido o jovem prodígio do MPLA, o deputado mais jovem de que há memória na Assembleia Nacional, vindo do governo do Kwando Kubango, José Maria dos Santos, onde era vice-governador que mais terá sofrido com as investidas de Bento Ben to.

Estas informações foram refutadas pelo gabinete do governo dirigido por Cristina Cay, que aponta esta atitude como um atentado à imagem do 'patrão' da nossa metrópole.

Administração próxima do cidadão

Jornal de Angola

30 de Março de 2012

O Ministro de Estado e da Coordenação Económica, Manuel Vicente, inaugurou ontem, no bairro São João, cidade do Huambo, o Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC).

A instituição foi criada para descentralizar os serviços públicos e aproximar o cidadão à administração pública. Na abertura, ministro referiu que o mercado de emprego constitui preocupação do Executivo, que tudo tem feito no sentido de baixar os indicadores de desemprego, tendo como principal alvo a juventude.

"Sabemos que o nível de desemprego ainda é alto e temos feito trabalhos no sentido de melhorar esta questão do emprego, através de várias iniciativas que visam o combate à pobreza, para melhorar, pouco a pouco, esses indicadores", disse.

Manuel Vicente afirmou que o SIAC ajuda a população do Huambo, os empreendedores e permite que todo o cidadão participe no desenvolvimento da região.

O Cartório Notarial, Instituto de Segurança Social, Conservatória do Registo Civil, Identificação Civil e Criminal, Imprensa Nacional, Empresa Nacional de Seguros de Angola, balcões do BPC, BAI, Banco Sol, TAAG, entre outros serviços, funcionam no SIAC.

O acto de abertura do SIAC no Huambo foi testemunhado pelo ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, António Pitra Neto, pelo governador da província, Fernando Faustino Muteka, membros do governo central e provincial, entidades religiosas, autoridades tradicionais e população do Huambo.

Bento Bembe não quer autonomia para Cabinda

Novo Jornal

30 de Março

O secretário de Estado para os Direitos Humanos, António Bento Bembe, considerou "eleitoralistas", as intenções de certos políticos da oposição, que defendem a autonomia de Cabinda.

"Estes líderes políticos são oportunistas", disse Bento Bembe, reiterando que tais líderes políticos querem um estatuto autónomo para Cabinda como forma de se acabar com as reivindicações independentistas.

"Tais intenções visam somente desviar a população de Cabinda das suas realidades histórico-geográficas e do seu reconhecimento como povo", acrescentou.

O também líder do Fórum Cabindês para o Diálogo disse não reconhecer ter havido de qualquer instituição angolana uma manifestação de se conferir um estatuto autónomo para Cabinda e classifica esses discursos como "eleitoristas e falsos", por que ninguém teria, segundo disse, coragem política para conferir aos cabindas um estatuto de autonomia administrativa e política.

Seis anos depois da assinatura do memorando de entendimento para a paz e reconciliação para o enclave, Bento Bembe disse ser difícil erradicar o sentimento independentista na população de Cabinda por causa dos índices elevados de pobreza, subdesenvolvimento e sobretudo da má gestão dos fundos públicos alocados para a região.

Demora na entrega de B.I preocupa populares

Semanário Angolense
30 de Março de 2012

Acordar de madrugada para antecipar-se aos demais pretendentes ao Bilhete de Identidade é o que têm de fazer aqueles munícipes da província do Huambo, para além de arriscarem uma jornada sem fim.

Para além de levantar cedo, o cidadão tem de alistar-se, condição essencial para ser atendido em primeiro lugar. A demora na entrega dos respectivos documentos é outro problema que enfrentam, ao contrário do que se previa aquando da inauguração do novo Sistema de Emisões do novo BI.

Maria Tavares disse à nossa equipa que, tratou o seu bilhete no mês de Janeiro, mas até ao momento, ainda não sabe, ao certo, quando vai receber o seu bilhete. "É muito triste quando uma pessoa vem todos os dias aqui mas nunca recebe o bilhete. Eu pretendia inscrever-me para os exames de admissão na Faculdade mas sem bilhete, nenhuma instituição me aceitou", lamentou, acrescentando que tem, por outro lado, faltado fornecimento de informação por

parte dos funcionários para esclarecimento. "Ninguém nos diz absolutamente nada, eles ficam lá dentro, e nós aqui como o senhor jornalista pode ver, às vezes sai alguém para fazer a entrega de alguns e, assim passa mais um dia", rematou.

Octávio Figueira, morador do bairro da Calomanda, alinha no mesmo diapasão de Maria,

defendendo que, os funcionários dos Serviços de Identificação são os "principais culpados" pela actual situação, pois fazem isso de forma propositada para conseguirem dinheiro. "Há muita gente que fica durante muito tempo mas o bilhete nunca sai e há pessoas que pagam, e ninguém faz nada", denunciou. Raimundo Pinto António, funcionário sénior dos Serviços de Identificação, atribui as enchentes às constantes falhas que se verificam no sistema de impressão de bilhetes "são situações que não podemos determinar porque dependem de Luanda mas quando acontecem, nós temos informado os nossos utentes. Há aqueles que entendem mas outros, infelizmente, preferem permanecer junto às nossas instalações", defendeu. J.A.M

ABRIL DE 2012

AJPD preocupada com a corrupção

Novo Jornal
06 de Abril de 2012

Até dezembro do ano passado, Angola ocupava o 168º lugar na lista dos países mais corruptos do mundo, publicada pela organização não-governamental Transparência Internacional, sendo o pior lugar dos países lusófonos.

No âmbito da implementação do Programa de Direitos Humanos, Boa Governação, Transparência e Desenvolvimento Sustentável, a Associação Justiça, Paz e Democracia vai proceder ao lançamento do relatório intitulado «A Topografia da Corrupção e da Falta de Transparência em Angola», na próxima segunda-feira, numa das unidades hoteleiras de Luanda. Segundo a nota, acompanhada de um resumo executivo, os sinais e caminhos mais visíveis da corrupção no país, de acordo com a pesquisa efetuada à legislação vigente, Convenções Regionais da SADEC, União Africana e das Nações Unidas, são passíveis de ser combatidos utilizando a lei.

O documento refere que os membros do Executivo central ou local e gestores de empresas públicas

condicionam a realização de grandes investimentos à sua participação nas empresas interessadas à prestação de serviço pelas suas próprias empresas nas áreas em que trabalham.

A associação considera ainda partindo do adágio popular "o cabrito come onde está amarrado", que o agente público enquanto exercer a sua função deverá gerir a coisa pública de modo a tirar o melhor proveito individual ou privado possível para a sua vivência, sobrevivência e enriquecimento, mesmo que seja de forma ilícita. Sobre os sinais exteriores de riqueza imediata nos últimos anos, a AJPD sustenta que muitos são os agentes público: tão logo assumem responsabilidades de gestão na administração pública, executivo central ou local, num curto espaço de tempo, começam a "exibir de forma assustadora carros de luxo e outros bens de elevado custo financeiro", adquirindo de igual modo casas em Angola e no exterior, nomeadamente em África do Sul e Portugal Tornam-se também sócios de empresas Angolanas e estrangeiras, realizam viagens no exterior em 1ª classe hospedando-se em hotéis de luxo efetuam consultas no exterior nas clínicas privadas e ostentam despesas pessoais diferentes do rendimento que auferem, momento para o outro.

No lançamento do relatório serão abordadas questões relativas ao repetido discurso de falta de verbas para a realização de serviços básicos como justificar a não concretização de projetos sociais.

Censo populacional está marcado para o mês de Julho do próximo ano

Jornal de Angola
06 de Abril de 2012

Angola prepara o primeiro recenseamento populacional, 38 anos depois da Independência Nacional. De acordo com o diretor do Instituto Nacional de Estatística (INE), Camilo Ceita, o arranque está marcado para 16 de Julho do próximo ano. É nessa altura que os recenseadores vão sair à rua para a recolha de dados. Os angolanos vão dar elementos que permitem revelar a demografia, migração, orfandade, fecundidade, educação, emprego e rendimentos, condições de habitabilidade, posse de bens, acesso aos serviços, atividades agrícolas e mortalidade. Em declarações ao Jornal de Angola, por ocasião do seminário sobre "Sistema de Registo Civil e Estatísticas Vitais", realizado em Luanda, Camilo Ceita referiu que o INE já está a trabalhar e o senso vai ser um marco histórico. O Executivo aprovou a legislação

para o senso populacional, tendo sido definido o dia 16 de Julho de 2013 como o momento do arranque dos trabalhos de campo. "É com base nesta data que tudo está a ser feito, mas antes disso há um trabalho que tem de ser feito, particularmente a atualização cartográfica em todo o país". Camilo Ceitas informou que nesta primeira fase estão no terreno geógrafos, cartógrafos e topógrafos, em todo o país. Acrescentou que o trabalho de atualização da cartografia começou em seis províncias: Malange, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Bengo, Uíge e Zaire. Para o Cunene, Kuando-Kubango, Namibe e Huambo vai começar em breve uma formação para os agentes recenseadores.

"Este trabalho de actualização cartográfica é crucial, porque vai permitir definir as unidades censitárias, que são as áreas de cada recenseador", disse Camilo Ceita. Senão for feita esta atualização cartográfica não vai ser possível ter uma informação de base. "É importante fazer este grandioso trabalho para depois fazermos a recolha de dados, que começa no dia 16 de Julho de 2013. Contamos com a colaboração de toda a população, porque esta tarefa não é só da responsabilidade do INE, mas de todo o país". O seminário sobre "Sistemas de Registo Civil e Estatísticas Vitais" recomendou a criação de políticas nacionais e incentivos por parte do Executivo, que visam melhorar o acesso aos serviços do Registo Civil nas Conservatórias e maternidades, aproximando-os das comunidades, sobretudo nas áreas rurais. Recomendou, igualmente, a actualização da legislação nacional do Registo Civil, a execução do Programa Africano para o Melhoramento dos Serviços do Registo Civil e Estatísticas Vitais e preparar os planos a nível nacional. Recomendou ainda a utilização dos dados dos recenseamentos e inquéritos demográficos para produção de estatísticas vitais e a criação de um mecanismo de descentralização uniforme para a recolha, tratamento e divulgação dos dados.

O Instituto Nacional de Estatísticas produz e divulga informações oficiais para apoio das decisões políticas, económicas e sociais de diversas entidades, sendo a mais importante o Executivo.

Papel de sobas e seculos foi destacado no Cubal

Jornal de Angola
08 de Abril de 2012

O administrador municipal do Cubal disse que as autoridades tradicionais são imprescindíveis para educarem a população sobre os princípios da boa convivência e do respeito pela vida a favor da unidade e da reconciliação nacional. Enquanto líderes comunitários, afirmou António Saraiva, desempenham um papel crucial na mudança de mentalidades. "Os sobas e seculos não devem alhear-se dos comportamentos dos prevaricadores e inimigos da paz", referiu e acrescentou: "A paz é uma realidade em Angola, veio para ficar e aqueles que pretenderem perturbá-la têm do Estado a devida resposta". O poder tradicional, disse, é determinante na educação para uma boa convivência, união das famílias e respeito pela vida humana. O administrador municipal sugeriu às autoridades tradicionais que incentivem a população a usar corretamente as terras, com o aproveitamento das zonas férteis ou baixas, para o relançamento da atividade agrícola que minimize a falta de chuva. António Saraiva lembrou a importância da população participar no processo de atualização e do registo eleitoral.

**Conselho de Concertação Social
aprecia relatório do grupo
técnico**

Jornal de Angola
13 de Abril de 2012

Os membros do Conselho Nacional de Concertação Social apreciaram ontem o relatório do grupo técnico para o Estudo da Evolução do Salário Mínimo Nacional, com base na capacidade de pagamento da economia.

Na sua primeira sessão ordinária, orientada pelo Vice-Presidente da República, Fernando da Piedade Dias dos Santos, o Conselho Nacional de Concertação Social

reiterou a vontade de continuar a trabalhar com o Executivo na promoção e desenvolvimento económico e social do país e na realização de acções que visem a melhoria do bem-estar da população.

Os membros do Conselho pronunciaram-se, de igual modo, sobre as linhas estruturantes da Pauta Aduaneira que orienta o fomento da produção

nacional mediante o desagravamento dos impostos que recaem sobre os factores de produção.

A sessão também serviu para dar a conhecer aos membros do Conselho Nacional de Concertação Social sobre as actividades desenvolvidas quanto à reforma tributária em curso no país e que se encontram sustentadas pelos princípios, objectivos e prioridades definidos nas linhas gerais do Executivo para a Reforma Tributária.

O comunicado de imprensa revela que durante os cerca de 14 meses de trabalho efectivo, as actividades respeitaram à organização da administração fiscal, melhoria do sistema normativo fiscal e parafiscal e introdução de soluções legais de terminantes para potenciar uma maior arrecadação de receitas. No decurso deste período, as actividades cingiram-se também ao lançamento de uma activa campanha de comunicação que resultaram numa maior adesão e cumprimento das responsabilidades fiscais.

Quanto ao programa de apoio ao Pequeno Negócio, aprovado pelo Executivo, o Conselho foi informado sobre os principais avanços obtidos, principais actividades e consangüinamentos, bem como sobre as questões críticas do programa.

No sector da saúde, foi apreciado o regulamento que estabelece a organização e funcionamento da Comissão Nacional de Prevenção e Auditoria de Mortes Maternas e Neonatais, órgão especial de consulta, auscultação, intersectorial e multiprofissional para questões de prevenção, auditoria, mobilização e advocacia do processo de redução da mortalidade materno-infantil no país.

Nesta primeira sessão, o Conselho Nacional de Concertação Social apreciou também o diploma sobre a alteração da Estrutura Indiciária do Regime Jurídico da Carreira de Enfermagem, já em vigor.

Este diploma visa adequar a estrutura indiciária da carreira de enfermagem ao contexto actual, garantir os princípios de equidade salarial para o pessoal das categorias mais baixas, bem como motivar os profissionais de saúde para o desempenho adequado das suas funções.

Na Educação, os membros do Conselho tomaram conhecimento de um Memorando sobre o Reajustamento das categorias dos docentes, técnicos e especialistas do sector. O documento faz uma abordagem sintética dos procedimentos adoptados para a actualização das categorias dos profissionais da educação e das medidas para

ultrapassar os constrangimentos surgidos durante a execução do cronograma previamente estabelecido.

O documento apresenta também os primeiros resultados alcançados e a estratégia a adoptar para a materialização das orientações do Executivo.

Administrações municipais e governo Provincial com paralisação garantida

Novo Jornal

13 de Abril de 2012

Está instalado o braço de ferro entre o Governo Provincial de Benguela e o Sindicato da Saúde, Administração Pública e Serviços que determinou, em plenária, a paralisação interpolada, numa primeira fase, dos trabalhos nas 10 administrações municipais da província de Benguela e governo provincial. A paralisação foi decretada para vigorar a partir de 7 de Maio por um período inicial de cinco dias. Finda a primeira semana, os trabalhadores voltam às suas tarefas normais até convocação de nova greve.

A derradeira plenária teve lugar no dia 11 de Abril, na sala nobre da união dos sindicatos da província de Benguela, perante representantes daquele sindicato no total dos 10 municípios da província. A declaração de greve fez saber que os representantes das comissões das administrações municipais e dos funcionários do governo provincial partem para este movimento de protesto por verem insatisfeitas as reivindicações que vinham sendo apresentadas e debatidas há mais de um ano com o governo de Benguela, enquanto entidade patronal. Em respeito pelo estabelecido por lei, o secretário para os assuntos jurídicos do sindicato, Custódio Cupessala, garantiu o cumprimento, na primeira fase da greve, dos serviços mínimos, como atendimentos fúnebres. "A não se encontrarem soluções nestes cinco dias iniciais, então partiremos para a segunda etapa da greve".

A fase seguinte da paralisação está acordada para 28 de Maio e deverá terminar somente quando o patronato e empregados chegarem a entendimento.

CONSISTÊNCIA JURÍDICA

A plenária sindical realizada a 11 do corrente foi presenciada por delegados de todos os municípios da Província que aprovaram o calendário grevista. A

derradeira tentativa para impedir a marcação da greve, conta Custódio Cupessala, foi realizada pelo Governo de Benguela, no exacto dia da reunião.

"Fornos chamados para mais uma ronda negocial, mas sem qualquer facto provado", adiantou.

Aquele responsável conta que da parte do executivo de Benguela nunca encontraram indícios que provasse vontade de ultrapassar os problemas.

Indagado se o governo local teria capacidade para debelar o problema salarial, o interlocutor sindical reconheceu que não, adiantando que a discórdia está no facto de "sabendo que não podia resolver localmente o problema, o governo provincial devia ter a responsabilidade de enviar por escrito as preocupações ao governo central e não o fez. "Tudo nunca passou de conversas verbais entre dirigentes locais e centrais", resume, argumentando que contactos verbais não devem ser considerados sérios porque não acarretam consistência jurídica.

O secretário para os assuntos jurídicos do Sindicato da Saúde, administração Pública e Serviços confidenciou ao Novo Jornal que as conversações decorrem há mais de um ano como forma de encontrar caminhos para ultrapassar as preocupações dos seus afiliados, na verdade, o caderno reivindicativo, contendo os pormenores das reclamações, foi entregue a 16 de Fevereiro de 2011.

MAIS DE 1000 TRABALHADORES

Quanto a números, Cupessala adianta que "são mais de mil trabalhadores das administrações de toda a província, mais os trabalhadores do governo provincial" que reclamam, sobretudo, igualdade salarial.

O Sindicalista explicou que o debate não anda à volta do aumento salarial. A diferença nas remunerações incomoda e obrigou à elaboração do caderno. Para comparar, Custódio Cupessala sugeriu que se olhe para um técnico médio ou superior a trabalhar no Ministério da Educação, Saúde ou outro e um do governo provincial ou das administrações. Os números são muito diferentes, ganha-se muito menos nos sectores que defendemos", frisa.

Quanto ao Governo Provincial, a razão de fundo para a adesão dos seus funcionários está relacionada com o não pagamento dos subsídios de deslocação.

No geral, desde 2007 que se acumula a dívida, que já ascende a sete milhões de kwanzas. "Sempre houve do governo a garantia de que o subsídio seria pagó e hoje, dia 11, o secretário do governo foi 'claro em dizer que não há como pagar esse dinheiro. A dívida existe porque houve deslocações e essa despesa deve ser paga, segundo determina a lei"

Formação no IFAL para inspectores

Jornal de Angola
16 de Abril de 2012

O Ministério da Administração do Território (MAT) realiza, a partir de hoje, em Luanda, o IV curso de capacitação de inspectores e sub-inspectores dos serviços de inspecção do aparelho da administração local do Estado. De acordo com uma nota do MAT, curso, com duração de um mês e a decorrer no Instituto de Formação da Administração Local, visa o aperfeiçoamento das técnicas na detecção de irregularidades na gestão do erário. A acção formativa visa ainda actualizar os formandos sobre matérias ligadas à inspecção, proporcionando todas as ferramentas indispensáveis ao melhor desempenho da sua actividade profissional. Com este curso, o MAT pretende que no final os participantes estejam aptos a prevenir actos lesivos à gestão financeira e patrimonial dos órgãos da administração local e cooperar com as inspecções de outros sectores, com realce para o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social.

Por alegada ma governação mawete

**João Baptista chamado no
"Kremilin"**

Angolense
20 de Abril de 2012

Segundo apurou este Jornal, líderes religiosos locais (católicos e protestantes) têm vindo a censurar as ações do governador no que toca as suas políticas nos planos de desenvolvimento socioeconómicos que não agradam os habitantes do enclave.

"Sempre que é criticado, a resposta é que: tudo o que eu faço é do conhecimento do camarada

Presidente da República, José Eduardo dos Santos", comentou um membro do executivo local solicitando o anonimato.

A preocupação da direcção dos camaradas, surge numa altura em que, se constata em Cabinda uma onda de protesto contra a governação de Mawete João Batista.

"Lá vem as eleições, somos obrigados a rever o comportamento dos nossos governantes", confidenciou ao Angolense uma fonte do Kremilin (Sede do MPLA).

Membros da sociedade civil reconhecem haver um elevado índice de sub-alimentação no seio das famílias da província. Cabinda é considerado por muitos como o "Kuwait" da África, graças às suas enormes reservas de petróleo. A população, no entanto, pouco lucra com essa riqueza natural do território, segundo comentam.

Habitantes locais não entendem, como é que a cidade de Cabinda fica regularmente às escuras, devido a avaria de grupos geradores.

Seis dos 22 grupos geradores colocados na central térmica de Malongo estão avariados, afetando seriamente a capacidade de distribuição da empresa nacional de eletricidade, ENE. A ENE tem contrato de fornecimento de 36 megawatts, com a empresa Agrekko, 25 dos quais a partir da central térmica de Malongo, 5 megawatts da estação junto ao palácio e 6 a partir de grupos geradores instalados nos bairros Lussava, Chiueoa, Madómbolo e Povo Grande.

"É uma pouca-vergonha", resumem os cabindenses, considerando que na administração de Aníbal Rocha, era raro acontecer tais situações.

"Na sua terra natal, Uíge, foi desqualificado e foi transferido para "destruir" Cabinda", resmungam os habitantes de Cabinda.

"Ele não dá ouvidos a quem quer que seja", desabafou a mesma fonte, acrescentando que Mawete João Baptista está permanentemente fora da província.

Recentemente, a UNITA acusou o governo provincial de uso excessivo da força quando um grupo de pessoas pretendem contestar algo negativo.

Contactado por Angolense, Mawete João Baptista, classificou de infundadas as informações segundo as quais, ele tem governado mal a província.

"Cumprimos os programas superiormente

aprovados. Ninguém age a margem da lei", defendeu o governador, salientando que, muitas figuras pretendem apenas denegrir a sua imagem.

Cabinda é uma das 18 províncias da República de Angola, que é limitada ao norte pela República do Congo, a leste e ao sul pela República Democrática do Congo e oeste pelo oceano pacífico.

A capital da província de Cabinda é a cidade de Cabinda, conhecida também por "Tchiowa". Tem uma superfície de 7 km² e cerca de 300 000 habitantes.

A população de Cabinda pertence na sua quase totalidade aos povos bantu, mais concretamente ao grupo Fiote cuja língua, é o Ibinda, um dialeto do Kikongo.

Administrativamente, a província é constituída pelos municípios de Cabinda, Cacongo, Bucuzau e Belize.

Crescimento demográfico exige mais transportes públicos

Semanário Factual

21 à 28 de Abril de 2012

Devido ao crescimento demográfico do município de Viana, face ao realojamento de milhares de novos moradores, torna-se difícil satisfazer as necessidades de transportação.

É que, se antes Viana albergava setecentos mil habitantes, esse número cresceu duas vezes nos últimos cinco anos, com a criação dos Zangos 1, 2, 3 e 4, para além dos bairros chamados "Quinhentas casas" e "Vila chinesa".

Os Zangos acolheram actualmente milhares de pessoas retiradas de zonas de risco de vários municípios de Luanda, com destaque para o Cazenga, a Praia do Bispo, a Chicala, o Bairro Operário e mesmo o Sambizanga.

O município de Viana era, por si só, uma área industrial, mas, com a transferência de novos moradores, a região tornou-se mais extensa, superando de longe o então mais populoso município de Luanda, o Cazenga, que teria, antes da transferência dos moradores, dois milhões de habitantes nas suas três comunas, Tala-Hadi, Hojya-Henda e Cazenga.

Enquanto se desafogou o Cazenga, o município de Viana é actualmente o receptor de mais moradores,

fazendo com que os problemas de transportação piorassem.

Em princípio, nota-se que milhares de viaturas circulam diariamente de Luanda a Viana, vindo -se táxis, diversos tipos de veículos ligeiros e camiões, mas chama a atenção o facto de somente, de vez em quando, se verificar um ou outro autocarro da TCUL, totalmente carregado de passageiros, sem espaço para mais ninguém! Perguntar-se-ia porquê?

Claro que a razão é visível: milhares de moradores de Viana trabalham em Luanda, e à hora de deixarem o serviço a estrada de Catete enche-se de transeuntes na expectativa de apanharem um táxi ou outro tipo de veículo, e também um autocarro da TCUL. Mas estes passam cheios de passageiros, não dando chance a quem quer que seja para subir.

O reflexo desse quadro é ver gente a pé de Luanda a Viana, particularmente no período entre as 16 horas e as 20 horas, altura em que o engarrafamento faz morada e, entre o andar e o não andar, os peões preferem caminhar em vez de esperarem pelo autocarro da TCUL.

A solução seria aumentar a frota da TCUL

É que a estrada com destino a Viana é uma via expresso, mas os engarrafamentos acabam por desmentir essa frase: são mais carros privados a circular pela via, do que viaturas públicas, pois, nem toda a gente tem capacidade para desembolsar diariamente 500 Kwanzas para táxis, quando no autocarro da TCUL o preço é de 30 Kwanzas.

Há também o comboio, mas este jamais pode superar a demanda, tanto que ele não passa pelo largo Primeiro de Maio mas surge na zona de Viana a partir do Gámeq. Ora, como apanhar os com boios se as pessoas estão distantes deles?

A solução seria mesmo aumentar a frota de autocarros da TCUL, a empresa do Estado que assume o ónus da transportação de pessoas, na sua maioria de baixa renda.

Soube-se que, em Fevereiro deste ano, foi anunciada a entrada de mais cem autocarros da TCUL, e esperava-se que Viana pudesse ser o primeiro município de Luanda a ser beneficiado.

Mas tal não acontece e o resultado é as pessoas caminharem em vez de pagarem os cem kwanzas cobrados pelos taxistas. É que, de Luanda a Viana, o percurso fica em mil Kwanzas, nos dois sentidos.

E poucas são as pessoas com posses para gastarem, por dia, esse valor, quando o salário mínimo nacional, equivalente em Kwanzas a 120 dólares, ainda não foi revisto.

Ademais, as populações dos Zangos são mal servidas pelos autocarros da TCUL, pois, apenas dois veículos passam diariamente com destino a Calumbo, uma comuna de Viana / que tem um mercado de venda de diversos produtos, incluindo bagre e cacusso, pescados no rio Kwanza, que passa pela região.

Um ou outro autocarro da TCUL é visível aqui e ali, mas, grosso modo, a sua ausência é notável.

É um dilema que vem piorando, apesar de, todos anos, a TCUL receber novos autocarros, o que não condiz com o aumento da população de Luanda, hoje a atingir seis milhões de habitantes.

A transportadora-mãe é a TCUL e, como tal, a ela cabe a primazia de introduzir no mercado mais viaturas, sempre olhando para o crescimento demográfico da capital, onde os sistemas modernos de transportação ainda inexistem ...

o que é duro e reduz o potencial da província "duma forma irreparável, se não forem tomadas medidas administrativas correctivas".

Divisão consumada

No início de Abril corrente, os governos do Bengo e de Luanda consumaram a assinatura de autenticos que incluem a transferência de bens móveis e imóveis e dos recursos humanos de Icolo e Bengo e Kissama para Luanda.

O governo do Bengo compromete-se a imprimir nova dinâmica para atrair investimentos, e proporcionar rápido aumento de infra-estruturas socioeconómicas, que garantam o fomento de postos de trabalho e se atinja célere progresso das populações.

Ao Bengo resta consumir a pretensão de transformar o município dos Dembos, localizado no epicentro em relação aos demais municípios, no segundo maior centro da província com projectos de desenvolvimento agrícola, a seguir ao Dande.

Quanto ao Dande, município que alberga a capital do Bengo (Caxito), Cerqueira acha que 1 milhão USD para estudos que visam a construção do futuro porto comercial é "muito pouco", aclarando que para um porto de grande envergadura o montante poderá ascender a 10 milhões USD.

"Estudos sérios, que abarquem todos aspectos de arquitectura, engenharia, economia, finanças, sociologia, administração pública, empreendedorismo, saúde, recursos humanos implicaria uma verba 10 vezes superior à atribuída", advoga.

Receia o risco de o estudo comtemplar apenas questões físicas de engenharia, deixando depois todas questões anexas, igualmente importantes, por resolver. Os especialistas das ciências sociais, explica, designadamente economistas, antropólogos e sociólogos, sem esquecer especialistas da educação, da saúde e da administração pública, deverão estar associados aos grandes e pequenos projectos, sob pena de, caso contrário, os grandes problemas levantarem outros.

Ministério forma polícias para os municípios do país

Jornal de Angola

25 de Abril de 2012

O Ministério da Administração do Território pode vir a introduzir, nos cursos ministrados pelo Instituto de Formação da Administração Local (IFAL), formação de polícias municipais e de gestão da protecção civil, anunciou, na Bibala, o titular da pasta.

Bornito de Sousa fez a revelação ao discursar na cerimónia de abertura das IV jornadas técnicas do IFAL, que decorrem desde segunda-feira na Bibala.

A formação, disse o ministro, pode evoluir para um curso de gestão de desastres, a ser ministrado em estreita cooperação com as escolas de formação do Ministério do Interior e da Polícia Nacional e com instituições congéneres de outros países.

O ministro também anunciou, para breve, a realização de cursos para altos dirigentes dos governos provinciais e de gestão e administração autárquica e referiu a importância do estreitamento da cooperação do IFAL com o plano de implementação do sistema integrado de informação e gestão da administração do território nos municípios e nos governos provinciais. As jornadas, que terminam na sexta-feira, debruçam-se sobre a experiência dos cursos ministrados este ano e fazem o diagnóstico das necessidades de

formação, do sistema de avaliação pós-formação e do ensino à distância com recurso às novas tecnologias de informação e comunicação.

O ministro da Administração do Território lembrou na abertura da acção de formação que o Executivo continua a apostar na melhoria das condições de vida das populações.

Bornito de Sousa, que falava na abertura das IV jornadas técnicas de formação do IFAL, que decorre até sexta-feira, disse que o Executivo continua a desenvolver esforços para melhorar as condições de vida das populações, designadamente nos domínios da educação, da saúde, da habitação social, do abastecimento de água potável e da prestação de serviços administrativos a indivíduos e empresas.

Planos directores para os municípios exigem o envolvimento dos cidadãos.

Jornal de Angola
26 de Abril de 2012

A elaboração dos planos directores municipais deve contar com a participação de todos os actores políticos, sociais e especialistas de diferentes ramos do saber científico, defendeu na terça-feira, no Luango, o director nacional do Ordenamento do Território.

Manuel Zangui dissertava sobre a Lei do Ordenamento do Território durante uma formação dirigida aos vice-governadores para a área técnica e infra-estruturas e administradores municipais adjuntos e técnicos das províncias da Huíla, Namibe, Cunene e Kuando-Kubango.

Na sua opinião, a participação dos diferentes segmentos da vida política e social e de especialistas de várias áreas possibilita uma análise crítica sobre a integração das componentes urbanísticas de cada região do país.

Para o arquitecto, os planos directores municipais são o reflexo da política municipal em termos de ordenamento do território, urbanismo e ambiente, que servem de quadro global de referência da organização territorial.

"Toda a gente com cumplicidade e com tarefas que incidam no ordenamento do território precisam de contribuir com o seu conhecimento neste processo de desenvolvimento territorial. Este é um momento de democratização das questões ligadas à terra e ninguém deve ser ignorado", defendeu.

Manuel Zangui esclareceu que a elaboração de qualquer plano director urbanístico obedece às fases de deliberação, definição de termos de referência, concursos públicos, constituição de equipa e caracterização de diagnósticos da situação existente. A criação do plano municipal passa também pela definição de uma estratégia de desenvolvimento integral.

A formação decorre até hoje e são abordados temas como a gestão fundiária e organização de curso público, com o objectivo de preparar os participantes para elaborarem planos directores executivos e adaptados às especificidades de cada registo.

Administração do Território lança sistema de informação

Jornal de Angola
Abril de 2012

O Executivo lançou em Saurimo o Sistema Integrado de Informação e Gestão da Administração do Território, numa iniciativa do ministério de tutela.

O sistema visa a informatização dos serviços das administrações municipais e a criação de um ficheiro de informação nacional.

O programa foi apresentado pela administradora da empresa responsável pela instalação, Natália Ramos, acompanhada da governadora provincial do Kuando-Kubango, Cândida Narciso. Estiveram também presentes o administrador municipal de Saurimo, Gregório Miasso, e quadros do governo provincial.

Em declarações à imprensa, Natália Ramos explicou que o Sistema Integrado de Informação e Gestão da Administração do Território permite ter um conjunto de indicadores que auxiliam a definição das políticas de desenvolvimento do país ao nível local.

Este programa vai abranger, na primeira fase, 53 administrações municipais de todo o país.

MAIO DE 2012

Governo do Huambo define prioridades

Jornal de Angola

03 de Maio de 2012

O governo do Huambo definiu ontem a construção de escolas, unidades sanitárias, estradas, postos de abastecimento de energia e água e centros administrativos, como as grandes prioridades para os próximos cinco anos.

O vice-governador para a área técnica e infra-estruturas, José Paulo Kay, disse que os referidos projectos se enquadram no Programa de Investimentos Públicos (PIP). No âmbito do programa consta ainda a proposta de aquisição de equipamentos essenciais das áreas sociais, com base nos planos directores para os municípios do Huambo, Bailundo, Mungo, Ekunha e Londuimbali, no sentido de os incluir no plano de execução.

O vice-governador para a área Técnica e infra-estruturas disse que este exercício faz parte das várias fases do projecto do plano director dos cinco municípios seleccionados, devido ao aumento da densidade populacional destas áreas. Com este plano, o governo pretende reduzir a distância para as escolas e principais centros de saúde, erguendo mais unidades sanitárias e centros escolares, tendo em conta que a maioria da população vive dispersa em várias aldeias, distantes das principais aglomerações urbanas. O consultor do governo provincial, Tomás Dentinho, afirmou que o projecto para o município do Huambo prevê um orçamento médio anual na ordem de cinco milhões a dez milhões de dólares. A intenção é concretizar o plano director, para cujas obras as empresas seleccionadas já estão prontas.

Estimular o exercício da cidadania

Novo Jornal

04 de Maio de 2012

A FALTA DE ENERGIA eléctrica, água potável, saneamento básico e outras situações desagradáveis, constituem, sem sombras de dúvida, problemas crónicos que agostam Luanda e os seus cidadãos. Essas dificuldades, são mais sentidas nas zonas periféricas onde se associam à delinquência e de braços dados enfermam ainda mais a vida nesses bairros. Cazenga é um dos

municípios de Luanda aonde os problemas acima referidos são destaques e fustigam os seus munícipes. Ficar de braços cruzados e esperar que o Governo faça tudo, não contribui em nada para a erradicação dos problemas. Quem o afirma é Paionil Anónimo, músico residente naquelas paragens, que diz também que todo cidadão deve contribuir para uma vivência em comunidade cada vez mais saudável.

Para ele, é necessário que os cidadãos estejam cada vez mais próximos dos seus problemas para ajudar quem tem o poder de resolvê-los. Paionil encontrou na música, no estilo rap, um canal fácil e fluente para reportar os problemas que afligem o seu bairro (Grafanil). Segundo a nossa figura da semana que já trilha sete anos a reportar os factos em música, o exercício de ser um porta-voz dos problemas da sua circunscrição não é uma tarefa fácil. De acordo com ele, é necessária atitude, espírito de iniciativa e sobretudo muita coragem. Paionil fez saber que o bairro do Grafanil para além da boa gente que lá reside, é também recheado de prostituição, delinquência, falta de energia, carência de água, consumo exagerado de bebidas alcoólicas e outras referências negativas. Traduzir todos esses enigmas em música, requer de quem o faz muita força, porque, segundo o jovem, os sujeitos que praticam tais acções muitas vezes se enfurecem quando ouvem que foram retratados numa determinada música.

Por outro lado, o exercício é reconfortante e acaba por ser um parceiro da administração local e provincial no diagnóstico dos problemas dos residentes daquela comunidade para a posterior resolução.

Em conformidade com o músico, muitos problemas do seu bairro só chegaram a ter solução porque antes foram retratados nas linhas sonoras das suas canções.

O jovem acrescenta ainda que músico deve ter essa importância dentro da sociedade, que é de con-

tribuir para o progresso da mesma.

A preocupação com as mensagens que visam a educação e orientação das pessoas no caminho do bem, devem constar na linha de frente de qualquer criatividade artística. 'A música é uma via aberta para reportar as mazelas da sociedade.

Então, nesta base, é necessário que os músicos tenham cada vez mais, preocupação com as suas mensagens e queiram transmitir mensagens de

conforto, sensibilização, educação e estimular a boa convivência entre as pessoas", as severou.

Para a nossa figura desta semana, um dos empecilhos de toda essa actividade é a falta de colaboração dos meios de difusão que, no seu ponto de vista, em nada contri buem para uma cidadania transpa rente e cada vez mais justa. Ele que falou num tom de preocupação, disse não entender a apetência de certos canais de comunicação social por músicas e conteúdos ba nais e imorais.

"Muitas rádios e canais de televisão não contribuem em nada para o nos so esforço. Enquanto muitos de nós estamos preocupados a transmitir uma mensagem educativa e partici pativa, eles atiçam o seus conteúdos com programação ridículas e vazias no ponto de vista da educação e ci dadania", contestou.

Volvidos sete anos de percurso no rap, Paionil Anónimo diz não ter pressa em atingir o sucesso. Para ele, a grande preocupação continua a ser as pessoas que cada vez mais precisam de músicas e conteúdos que estimulam a sadia convivência para uma melhor compreensão do meio que os rodeia. Essa inquieta ção está bem patente na sua musica "Todos atrás do pão", na qual faz um retrato a preto e branco da so ciedade e partilha com os seus ou vintes a necessidade de uma maior aproximação entre as pessoas por via do amor e da solidariedade. Entretanto, o lançamento de um Max single e a promoção em gran de escala da sua imagem e música constam dos grandes projectos para o ano em curso, que o artista pers pectiva de muito trabalho, sempre na senda de formar e informar a quem o oiça.

Dez anos a formar quadros para as autarquias

O País

04 de Maio de 2012

O Instituto de Formação da Adminis tração Local (IFAL) realizou, desde a sua fundação, em 3 de Maio de 2002, 237 cursos de diversos níveis e maté rias, os quais formaram 10 mil e 018 quadros, sendo dois mil e 110 do sexo feminino.

Os dados foram revelados, quinta -feira, em Luanda, durante a celebração do 10º aniversário da criação da insti tuição, acto orientado pelo ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa.

Lembrou que o IFAL surgiu para materializar a directiva constante da Estratégia Nacional de Desconcentra ção e Descentralização Administrativa, aprovada pelo Governo em 2001.

O governante explicou que a verten te formação de quadros constitui um dos eixos fundamentais da aplicação da referida estratégia, que deverá cul minar com o estabelecimento das au tarquias locais.

Cabe ao IFAL, acrescentou, o impor tante papel de capacitar os agentes da Administração Local do Estado, visan do promover o seu bom desempenho e a modernização na prestação dos serviços. Para este efeito, mencionou a estruturação de várias acções forma tivas, como cursos para a administra ção local e autárquica, capacitação de dirigentes provinciais, municipais e comunais, seminários e estágios, entre outros de curta e média duração, in cluindo de pós-graduação e mestrado, realizados em parceria com destacadas universidades.

Bornito de Sousa reconheceu que a direcção do IFAL tem imprimido nova dinâmica à actividade da instituição, que se revela na visão estratégica que definiu, ou seja os valores da compe tência, responsabilidade e da excelên cia. "A realização de acções formati vas desconcentradas nos municípios e nas províncias é um aspecto positivo do trabalho em curso, ao qual associa mos, de modo destacado, o privilégio dado à incorporação de jovens de todos os municípios de Angola", sublinhou ainda.

Para o ministro, o mesmo pode aferir-se a realização das jornadas téc nicas, de modo rotativo, a nível dos municípios. Para corresponder a esse empenho, a partir de 2013, impõe -se um esforço adicional no que toca a construção do Campus do IFAL, a ca bimentação do orçamento, a poten ciação da marca e da própria página Web-Site da instituição, anunciou, en tre outras perspectivas.

O IFAL foi criado por Decreto nº 24/02, de 30 de Abril, do Conselho de Ministros, e as suas instalações foram inauguradas pelo Presidente da Repú blica, José Eduardo dos Santos, em 3 de Maio de 2002.

Estratégia Nacional de descentralização assegura a implantação das autarquias

Jornal de Angola

04 de Maio de 2012

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, afirmou ontem em Luanda que a materialização da directiva da Estratégia Nacional de Desconcentração e Descentralização Administrativa aprovada pelo Executivo é uma garantia da Institucionalização das autarquias locais.

Bornito de Sousa, que falava na cerimónia alusiva ao décimo ani versário do Instituto de Formação da Administração Local (IFAL), referiu que um dos eixos fundamentais para aplicação da referida estratégia é a formação de quadros. O ministro reconheceu que o IFAL tem contribuído para a materialização da Estratégia Nacional de Desconcentração e Descentralização Administrativa aprovada pelo Executivo.

A implantação das autarquias locais em Angola deve acontecer de forma gradual depois das eleições gerais, marcadas para o último trimestre do ano em curso. Várias cidades, incluindo a cidade do Kailamba, segundo o Ministério da Administração do Território, foram escolhidas para serem modelos de execução do projecto.

O ministro da Administração do Território lembrou que o IFAL tem como objectivo promover a modernização e o bom desempenho dos serviços e agentes da administração local do Estado e a médio prazo da administração autárquica.

Acções de formação variada

Bornito de Sousa disse que o IFAL tem no seu programa vários cursos e acções de formação, des tacando o Curso Médio da Administração Local e Autárquicas, a formação de dirigentes provinciais, municipais e comunais, os cursos de curta e média duração, incluindo as pós-graduações e 'mestrados realizados em parceria com universidades.

Bornito de Sousa referiu que o instituto tem ajudado os governadores e administradores municipais e comunais e demais funcionários da administração local do Estado no desenvolvimento do sistema integrado de gestão financeira do Estado, gestão patrimonial, novo sistema de planeamento, sistema de compras públicas e no conjunto de leis e regulamentação sobre o funcionamento e melhoria do desempenho da administração local do Estado. As instalações do IFAL foram inauguradas há 10 anos pelo Presidente da República, o que demonstra "o empenho e a importância que o chefe do Executivo dá" à instituição, sublinhou o ministro.

O ministro acrescentou que a nova direcção do IFAL tem vindo a imprimir "uma nova dinâmica" nas actividades, revelando "visão estratégica, competência, responsabilidade e excelência".

Crescimento do IFAL

O director-geral do IFAL, Ismael Mateus, considerou o décimo ani versário do instituto "um marco para o início de novas acções", porque nos últimos anos foi acelerado o processo de crescimento desta instituição. Ismael Mateus disse que o instituto tem um plano de inserção profissional e conta com mais de 500 estudantes do ensino médio.

Desde a sua criação, 10.108 alunos frequentaram cursos no instituto, dos quais 200 técnicos médios da Administração entraram no mercado de trabalho.

Nas jornadas técnicas do IFAL, abertas a 28 de Abril, foram debatidos "O papel do IFAL no reforço da capacidade institucional da Administração local", "Ensino à distância perspectivas para Angola", "Ensino à distância vantagens e desvantagens" e "Ensino à distância experiência do Brasil".

Poder local e desenvolvimento

Agora

05 de Maio de 2012

No próximo mês de Junho realizar-se-ão, uma vez mais, eleições autárquicas em Cabo Verde. De entre os países lusófonos, Angola nunca realizou este tipo de eleição para o poder local. Felizmente a nova versão da constituição prevê estes órgãos e confere-lhes a importância devida. Aponta-se 2013 ou 2014 como sendo o ano para que a vontade popular se possa exprimir localmente. Mas afinal que importância têm estas eleições? Esta questão deve ser vista pelo ângulo mais alargado que é o papel que pode desempenhar na consolidação da democracia. Enquanto as populações a um nível local forem impedidas de indicarem quem lhes parece mais habilitado para zelar, descentralizada mente, pelos seus interesses económicos, sociais, culturais e políticos, a democracia está incompleta. E se assim é, então também o desenvolvimento está coxo. É que este não se faz unicamente de economia e indicadores económicos. Contudo, os desafios são enormes e o entendimento quanto ao seu papel e limites da sua acção podem ser encarados de maneiras

diferenciadas. Para já, e no caso de Angola, tra-se de pôr de pé o edifício des centralizado. Depois disso virá a sua consolidação, reforço e constituição de redes quer a nível interno quer internacional. E o que se espera é que jamais elas sejam 'correias de transmissão', como no passado já ocorreu, do poder central. A chamada segunda geração da governação implica reimaginar a relação entre as comunidades e o Estado, dando uma ênfase particular à sociedade civil. E como fazer a articulação com as autoridades tradicionais? É imenso o desafio mas nem por isso suficiente para demover a crença no poder local. Esse é o caminho a trilhar. E, em tão, perceber-se-á que muitos interesses económicos locais legítimos e oportunidades de negócio poderão ser aí melhor defendidos do que assentando na premissa da submissão ao poder central..

Não temos governo em Angola

Folha 8

05 de Maio de 2012

A dizermos "devia ser" este o funcionamento do Governo de Angola, gizar políticas consentâneas a realidade vigente no seio do povo, não estamos deslocados. Constata-se uma diferença enorme entre o dito e o feito e nunca se sabe como se concebe o OGE, na medida em que os dinheiros entram e saem, mas os problemas não só permanecem, como agudizam-se cada vez mais. Tudo sem excepção vai mal; funcionários públicos estão frustrados e seus descontentamentos se repercutem negativamente durante o atendimento público do dia-a-dia.

Os governadores provinciais estão concebidos para pesquisarem estratégias contra as insuficiências e os males sociais, contra as inexistências de infra-estruturas para satisfazer as necessidades dos habitantes, mas cabe aos administradores municipais e comunais aplicarem na prática e ao pormenor tais políticas, não sobre os mesmos problemas, mas contra novas causas. Em Angola não se verifica. Tanto governadores, como administradores, desviam-se do seu papel fundamental que é o trabalho de administração, baseado na actualização do senso comum, do urbanismo, das infra-estruturas de prestação de serviços, estruturas de acolhimento e conforto dos residentes (número de casas, escolas, hospitais, estabelecimentos públicos, centros comerciais que devem ser em conformidade com o número de habitantes, avaliado por excesso). Ao invés disso, reduzem-se ao trabalho político, aplicando mais o

discurso demagogo para enganarem o povo, do que as técnicas de administração e economia para na verdade resolverem seus problemas. Este é o truque dos partidos e governos de descendência marxista-leninista, exhibir discursos falaciosos carrega dos de falsas promessas e atribuir culpados para ofuscar incompetência e roubo. O nosso Executivo, de cima a baixo, é desta escola. Quando produz documentos, pinta apenas as folhas, consciente de que o povo na sua maioria não lê e se lê não entende patavina; o essencial é fazer crer que há profissionalismo e transparência quando na realidade é tudo banalizado. Prova disso são os documentos exibidos pelo Presidente da CASA, Abel Chivukuvuku na sua Conferência de Imprensa do dia 02 de Maio, ao demonstrar as falcatruas do Executivo na simulação de relatórios, finalmente falsificados.

Lembrei-me disso por me terem enviado uma citação de um célebre historiador "Liz Sevchenko" e passo a citar: "Apagar a memória dum passado de repressão política e de resistência, contribui fortemente para aceitar culturas de repressão no presente. Pelo contrário, criar espaços de debate e reflexão sobre esse passado, em todos os seus aspectos e consequências no presente, pode ajudar a construir uma cultura de militância democrática. O tratamento que cada nação dá ao seu passado necessita de ser tomado a sério como uma indicação segura de compromisso com os direitos humanos." Pois, ensina-nos a matemática que a diferença é sinónima de desigualdade e implica uma relação de superioridade ou de inferioridade entre duas grandezas. O nosso governo não mede, não pesa o seu exercício, conhece as consequências, mas finge não ver, nem ouvir., Pois não presta contas a ninguém. E a ausência deste princípio no exercício do nosso Executivo que faz defeito a sua governação. Mantêm os costumes do passado e pontapeiam com bicos de chumbo tudo quanto tem a ver com o respeito aos Direitos Humanos. Eis a razão de investirem sobremaneira nos meios de repressão e na censura, facto que dificulta imenso recuperar a verdade que nos foi escondida ou deturpada. Por isso teimamos em considerar o nosso Estado como marginal, porquanto não observa as regras científicas e universalmente aceites de gestão e administração de um Território. Este procedimento é também violação dos Direitos Humanos, pois provoca danos fatais no seio de quem devia beneficiar de seus serviços. E como a maioria dos cidadãos ou não beneficia ou beneficia mal, os danos são irreparáveis.

Divisão territorial atrai investidores

Jornal de Angola
08 de Maio de 2012

O governador do Bengo disse, no programa "Espaço Público", da TPA, que a nova divisão administrativa facilita o investimento turístico da Barra do Dande.

João Miranda afirmou que a Barra do Dande, com potencialidades turísticas, já regista interesse de empresários desta área.

A nova lei sobre divisão política e administrativa das províncias de Luanda e Bengo aprovada no ano passado pela Assembleia Nacional integrou os municípios do Icolo e Bengo e da Quissama, que pertenciam à província do Bengo, na província de Luanda.

A localidade do Panguila, que pertencia à Luanda, passou para a província do Bengo.

O governador referiu que ainda há "problemas de nível conjuntural relativos à requalificação dos quadros do sector da Educação" e consequentemente com a reconversão do salário dos professores.

A província tem cerca de três mil professores para 70 mil alunos. No domínio da Saúde, o governador recordou que o Bengo tem 119 unidades, entre hospitais, centros e postos e que, em breve, passa a dispor de um centro de sangue, de um depósito de medicamentos e de 20 novos hospitais.

Administrador do Kilamba Kiaxi despacha em casa

Novo Jornal
11 de Maio de 2012

O administrador do distrito do Kilamba Kiaxi, José Francisco Correia, é acusado pelos seus colaboradores de estar a despachar o expediente daquela administração em sua casa, fruto da vergonha que passa pela acusação de crime de peculato que lhe é imputado.

Acusado no ano passado de desvio de fundos públicos e infração financeira pelo Tribunal de Contas, o administrador do distrito do Kilamba Kiaxi, José Francisco Correia, deixou de ser visto na administração e passou a despachar o expediente em sua casa.

De acordo com as fontes do Novo Jornal, que preferiram o anonimato, o diretor de gabinete do administrador, identificado apenas por Daniel, é que se encarrega de levar o expediente da administração para casa do administrador.

Naquela circunscrição, há rumores ainda de que José Correia encontra-se adoentado, razão apontada por outros colaboradores como sendo o motivo da ausência do responsável na sede do distrito.

"Dizem que ele se encontra doente, mas ele tem estado a passear e a dirigir os seus negócios, mas não,

aceita dar a cara na administração", afirmaram as nossas fontes.

O seu adjunto, Sebastião Paulo Erasmo, indicado para tratar dos assuntos correntes da administração, Segundo os interlocutores, está a ser desrespeitado pelo diretor de gabinete que, ao invés de remeter o expediente, ao seu chefe substituto, os transporta para a casa do administrador ausente.

Segundo ainda a nossa fonte, o processo do Tribunal de Contas que pesa sobre José Francisco Correia é de responsabilidade financeira reintegratória. "Ou seja, ele deve devolver o dinheiro roubado ao estado, mas tem dificuldade em repô-lo", conta a fonte, acrescentando que, para além desta acusação, José Correia foi notificado pelo TC para prestar esclarecimentos acerca de outros valores entregues para gerir o município.

"Falamos do desaparecimento dos cinco milhões de dólares que lhe foram dados no consulado do José Maria. O dinheiro desapareceu num ápice e sem melhorar nada naquela zona", disseram as fontes. O outro caso, continuaram, envolvem "dois milhões, 223 mil e 984 dólares para asfaltar as ruas do Kilamba Kiaxi, que andam até hoje todas esburacadas", acentuaram as fontes que, por outro lado, afirmaram ter havido algum trabalho paliativo nalgumas vias. "Não se alterou nada, com excepção de algumas intervenções feitas pela Casa Militar, nos arredores da administração do distrito do Kilamba Kiaxi".

Desde Fevereiro último, que este jornal tem procurado contactar o administrador José Francisco Correia, mas sem sucesso. A ausência constante do administrador tem impossibilitado obtermos a sua versão dos factos.

A secretária de Francisco Correia aconselhou-nos a contactar o administrador adjunto que, por sua vez, nos encaminhou para a sua colega que responde pela área do administrador Sebastião Paulo Erasmo, mas

nada transpirou até ao momento, apesar de deixarmos os nossos contactos telefónicos.

O Novo Jornal tem insistentemente procurado comunicar, via telefone, com os dois administradores, mas os seus telemóveis têm estado constantemente desligados.

Falta de apoio pode condicionar participação da sociedade civil

Semanário Angolense

11 de Maio de 2012

Os membros da Coordenação Executiva do Observatório Eleitoral Angolano (ObEA), consideram preocupante o silêncio dos doadores internacionais e da Comissão Nacional Eleitoral, em relação aos projectos e propostas endereçadas pelas organizações membros, para beneficiarem de apoios solicitados, em conformidade com as tarefas decorrentes do processo eleitoral para educação cívica e para observação eleitoral nacional.

Segundo a Coordenação Executiva do Observatório Eleitoral Angolano, a prevalecer este quadro indefinido, a participação activa do cidadão nas actividades de educação cívica eleitoral e da observação eleitoral nacional, através dos muitos programas e projectos elaborados pelas organizações da sociedade civil membros do ObEA, podem ficar comprometidos, devido a celeridade do calendário eleitoral.

Este e outros assuntos, dominaram a agenda da sexta reunião ordinária, da Coordenação Executiva do ObEA realizada em Luanda a 27 de Abril do corrente ano.

"O ObEA continuará a facilitar encontros com os potenciais doadores a quem já foram submetidos projectos, e estando nesta fase a decorrer negociações directas entre tais organizações e os doadores, sendo: Comissão Nacional Eleitoral, Delegação da União Europeia, Embaixada do Reino Unido, Embaixada do Japão, Ajuda Popular da Noruega e o National Endowment for Democracy e também com as Instituições interessadas na capacitação técnica sobre observação eleitoral, designadamente, o Programa

para o Desenvolvimento das Nações Unidas e a Embaixada dos Estados Unidos", adianta uma nota de imprensa desta instituição vocacionada para a educação cívica e observação eleitoral.

A nota acrescenta que o ObEA recomendou as organizações membros da Coordenação Executiva para apresentarem no próximo encontro, dia 15 de Maio deste ano, um relatório de resultados e impactos, nas comunidades alvos, sobre a campanha de registo e actualização de dados eleitorais, conduzido pelo Ministério da Administração do Território e um outro relatório sobre o pacote legislativo eleitoral concluído pela Assembleia Nacional, incluindo a verificação da implementação e funcionalidade da Comissão Nacional Eleitoral e seus órgãos em todo território nacional, de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica sobre as Eleições Gerais.

Os membros da coordenação executiva apreciaram, por outro lado, as negociações com o PNUD e com a Embaixada dos Estados Unidos, no que concerne a assistência técnica ao ObEA, pelo que aguardam, igualmente, por uma resposta dos parceiros internacionais.

A sexta reunião ordinária do ObEA se debruçou, igualmente, sobre o plano de tarefas para o mês de Maio e Junho; as propostas de adesão ao ObEA da Associação de Mulheres Juristas, e da ONG Estrela para Desenvolvimento Rural, e finalmente tomou conhecimento do processo electivo que elegeu o novo Bastinário da Ordem dos Advogados de Angola, Dr. Hermenegildo Cachimbombo a quem endereçou cordialmente votos merecidos em prol do acesso ao direito e à justiça em Angola.

A reunião do ObEA foi presidida por Luís Jimbo, coordenador executivo e nela participaram representantes do Centro Nacional de Aconselhamento (NCC), o representante do Conselho de Igrejas Cristãs em Angola (CICA), a representante da Rede Mulher (RM), e um representante da Ordem dos Advogados de Angola (OM).

Refira-se que, o Observatório Eleitoral Angolano, é um consórcio de organizações da sociedade civil angolana, de deliberação, de concertação e de conjugação de esforços entre as organizações que o integram, no âmbito das tarefas ligadas a educação cívica e eleitoral, monitorização e observação eleitoral nacional.

Greve nas administrações municipais sacode governantes

Folha 8

12 de Maio de 2012

Os problemas ora levantados ligados aos baixos salários e falta de meios adequados para trabalhar, segundo apurou este jornal, soam desde os anos de 2007, 2008 e 2009, tendo resultado de algum modo, o abandono de funcionários das referidas instituições, preferindo outros sectores no mercado de emprego, como saúde e educação. Foi no passado dia 9 de Abril do corrente ano que o sindicato dos trabalhadores da saúde, administração pública e serviços, esteve reunido na cidade das acácias rubras, com o fim de analisar a situação político - financeira dos quadros no seio das administrações locais, na província de Benguela. No encontro, foram estabelecidas metas atendendo a alongada paciência observada no decorrer dos anos.

A luz do artigo 10º nº 2 e 3, e 12º, capítulo 2 da Lei nº 23/91 de 15 de Junho, lei da greve, este sindicato numa nota, declarou greve orgânica, com a duração de 5 dias. O movimento grevista das administrações municipais, lembra que esta é a primeira fase de greve, se não surtir efeitos positivos, no dia 28.05 ocorrerá a segunda etapa, minimizando os serviços fúnebres.

Já na segunda-feira última, 07.05, o grosso de funcionários responsáveis das administrações municipais ao nível da região provincial, decidiu publicamente materializar o compromisso, declarando o encerramento das portas, precisamente nos municípios acima referenciados pela nossa reportagem. A par de Joaquim Pereira, secretário do sindicato da saúde da administração pública e serviços na cidade portuária do Lobito, com iguais funções estão: Alberto Kandimba funcionário da administração da Ganda, Pedro Kandangongo da Baía Farta e Trindade Joaquim de Benguela, foram unânimes em contar a imprensa os reais problemas salariais.

Os sindicalistas advogam complexidade laboral no executivo, e defendem melhoria salarial. Refira-se que, "os funcionários de base, no caso os fiscais, auferem cerca de 12 mil Kwanzas, o que não chega para suprir necessidades básicas familiares", sublinhou o funcionário da administração da Ganda.

"Somos a máquina do funcionamento do governo", apreciou o representante de Benguela. Os grevistas

defenderam ainda que estão a ser marginalizados pelo regime no qual trabalham. Joaquim Pereira recordou a imprensa que, administração do Lobito tem muitos problemas, relativos aos trabalhadores eventuais.

Os sindicalistas criticaram o executivo central, em função do exagero do desconhecimento dos cadernos reivindicativos, aduzidos a entidades competentes. Não há equilíbrio salarial, lamentaram aqueles funcionários que se encontravam defronte a administração municipal da sede provincial, comparando seus vencimentos, aos da função pública. Recorde-se, o sentimento que impera no seio dos funcionários das administrações municipais é de revolta, para alguns com olhos atentos aos concursos dos sectores da educação e saúde.

Carta sobre governação local foi decidida em conferência

Jornal de Angola

14 de maio de 2012

Os ministros africanos responsáveis pela descentralização e desenvolvimento local decidiram elaborar a Carta Africana sobre princípios, valores e normas da descentralização e da governação local.

A decisão saiu na reunião inaugural da Conferência Africana dos Ministros da Descentralização e do Desenvolvimento Local (Caddel), que decorreu em Yaoundé, Camarões, com a presença de Angola, que ocupa uma das vice-presidências do organismo.

O vice-ministro da Administração do Território, Cremildo Paca, que chefiou a delegação angolana, disse à Angop, no aeroporto internacional 4 de Fevereiro, em Luanda, momentos após o seu regresso ao país, que Angola ocupa uma das cinco vice-presidências regionais da Caddel.

Cremildo Paca disse que os participantes apreciaram e aprovaram as linhas de orientação para a elaboração da Carta Africana, apreciaram a informação sobre o pagamento da contribuição anual pelos Estados-membros e a instalação do Secretariado Executivo da Caddel, entre outras questões.

O vice-ministro revelou que a presidente em exercício da Caddel, a ministra moçambicana da Administração Estatal, Carmelita Rita Namashulua, garantiu para o futuro acções mais interventivas da

organização para que o impacto do seu trabalho no processo de descentralização e desenvolvimento local em África seja maior, com o envolvimento de todos os Estados membros e apoio dos seus parceiros de cooperação.

Após análise dos pontos agendados, disse o vice-ministro, os participantes recomendaram a instalação do secretariado permanente executivo da Caddel, mobilização de recursos para o funcionamento da organização, celebração do Dia Africano da Descentralização e da governação Local e a elaboração e publicação de um relatório trienal sobre o estado da descentralização e governação local em África.

Os participantes decidiram ainda criar o sistema de premiação local para reconhecer e estimular a excelência na descentralização e na governação local. Foi também acordado o financiamento da descentralização na governação local.

Actualização da cartografia

Jornal de Angola

22 de Maio de 2012

O mapa cartográfico de Luanda começa a ser actualizado a partir de quinta-feira, para permitir a realização do censo piloto, que vai servir de antecâmara para o censo geral da população e habitação, apurou o *Jornal de Angola* de uma fonte do Instituto Nacional de Estatística.

Para o êxito do projeto, um grupo de 122 agentes e supervisores em cartografia esteve em formação em Luanda, durante oito dias, no quadro da preparação, pelo Instituto Nacional de Estatística, do censo populacional e habitacional, previsto para próximo ano.

Os agentes cartográficos vão fazer a recolha de dados necessárias para a actualização do mapa cartográfico, trabalho que vai demarcar os locais de actuação para os membros das equipas do censo habitacional e populacional.

O Instituto Nacional de Estatística pede a colaboração da população, dando as informações necessárias aos agentes cartográficos, que vão estar devidamente identificados, para que não sejam confundidos com equipas que cadastram casas para serem demolidas.

Acções formativas do género foram já realizadas nas províncias do Bengo, Benguela, Cunene,

Huambo, Kuando-Kubango, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Malange, Namibe, Uíge e Zaire, onde já decorrem trabalhos de actualização dos respectivos mapas cartográficos.

O instituto Nacional de Estatísticas está a preparar a realização do recenseamento geral da população e habitação com a finalidade de obter indicadores essenciais que permitam a contagem e caracterização da população residente, assim como o levantamento do parque habitacional.

Foi definido o momento censitário, que corresponde à hora exata a que se reportam os dados de um recenseamento, para as zero horas do dia 16 de Julho de 2013.

Este é o primeiro Censo Geral da População e Habitação desde a independência de Angola, em 1975.

O objectivo fundamental do recenseamento geral da população e habitação é o de fornecer. Informações de referência sobre características da população (demográficas, económicas e sociais) e das famílias, essenciais para um planeamento, pesquisas e tomada de decisões administrativas e políticas eficazes.

Ine prepara agentes para o Senso populacional

Jornal de Angola

19 de Maio de 2012

Pelo menos 122 agentes e supervisores em cartografia estão a ser formados em Luanda, numa acção do Instituto Nacional de Estatística, visando o censo populacional e habitacional a ter lugar em 2013.

O coordenador da subcomissão de cartografia, Benjamim Afonso, avançou que os técnicos a serem formados durante oito dias terão a missão de recolher os dados necessários para a actualização do mapa cartográfico.

"Os agentes estarão, a partir do dia 23 deste mês, no terreno para o início do processo de recolha de dados visando a actualização da carta cartográfica

angolana, de formas a demarcarem os locais de actuação para os membros das equipas do censo", reforçou, adiantando mais: "O trabalho será de capital importância para o censo populacional a decorrer de 16 de Julho a 18 de Agosto de 2013".

Dados avançados à comunicação social dão conta que em Luanda serão constituídas 22 equipas de cartógrafos, sendo que cada uma delas terá quatro integrantes e um supervisor, devendo as demais províncias constituírem as equipas de acordo com a densidade populacional e geográfica.

Cursos semelhantes ocorreram já nas províncias do Zaire, Uíge, Kwanza Sul, Kwanza Norte, Malanje, Bengo, Huambo, Kuando Kubango, Cunene, Namibe e Benguela. A recolha de dados será executada por pessoas localmente recrutadas e formadas para o efeito. A cada uma delas ser-lhe á atribuída uma área definida e delimitada, designada por secção censitária, contendo em média cerca de 100 habitações na área urbana e 80 nas rurais.

"O recenseamento geral da população e habitação é uma operação estatística complexa e dispendiosa que qualquer país pode realizar e permite que todos os indivíduos estejam em contacto com o sistema estatístico" avançou, o responsável, sublinhado: "O objetivo é fornecer informações de referência sobre as características da população (demográficas, dado económicos e sociais) e das famílias, essências para o planeamento, pesquisas e tomada de decisões administrativas e políticas mais eficazes".

O país não realiza recenseamento da população desde 1975 enquanto as Nações Unidas recomendam que os países devem fazê-lo, pelo menos, de 10 em 11 anos.

Funcionários dos Serviços Comunitários queixam-se do baixo salário *O Continente* *25 de Maio de 2012*

De acordo com os lesados, por ser bastante insignificante, não compensa os esforços que fazem do dia 1 a 30 de cada mês.

Os mesmos reconhecem, embora os seus serviços estejam vinculados no regime de colaboradores, mas 18 mil kwanzas que recebem não dá para cobrir as necessidades básicas, tendo em conta o alto custo de vida que cada vez mais se faz sentir no seio dos angolanos.

Acrescentam que levam uma vida bastante difícil, visto que a maioria vive numa miséria extrema, por isso apelam as autoridades no sentido de se reverter este quadro. Disseram por outro lado, que já reclamaram junto da direcção da administração,

mas esta se mostrou indisponível em resolver, alegadamente, por serem colaboradores e não funcionários do Governo da Província de Luanda naquela instituição distrital.

Os trabalhadores manifestam-se esgotados, pois já deram todo o seu contributo ao desenvolvimento do município. Para agravar a situação, apesar dos 18 mil kwanzas que recebem, nem sempre veem a cor do dinheiro no fim do mês: trabalham quatro meses para depois serem pagos apenas dois, de atrasos. Contactado o chefe dos serviços comunitário do distrito do Rangel, Gregório Neves, explicou que os serviços comunitários estão enquadrados na área técnica. Isto é, cada elemento presta serviço de maneira individual, por um vínculo contratual que a administração estabelece com os mesmos a cada ano.

Portanto, para serem quadros do GPL, será preciso que os mesmos façam um rastreio, só assim poderão ser considerados como quadros do governo da província, esclareceu o nosso interlocutor. Quanto aos atrasos salariais, Gregório Neves respondeu que esta questão é uniforme, similar do que passa noutros distritos.

Realçar que a UNTA - Confederação Sindical defende que o salário mínimo deve ser o equivalente a 300 dólares, ou seja, 30 mil kwanzas, porque uma cesta alimentar básica custa acima de 25 mil kwanzas, e é ela que serve de referência para se aferir o poder de compra do salário mínimo.

Técnicos aptos para o censo populacional *Jornal de Angola* *25 de Maio de 2012*

O coordenador geral do censo populacional, Camilo Ceita, pediu na quarta-feira, aos agentes cartográficos que sejam rigorosos, objectivos e, acima de tudo, responsáveis durante a execução das suas tarefas, tendo em conta que a sua acção é determinante para os resultados do censo populacional e habitacional no país.

Camilo Ceita, que falava na cerimónia de encerramento do curso de agentes cartográficos realizado entre os dias 16 e 22 em Luanda, reforçou que o trabalho dos agentes, que se cinge, principalmente, na actualização do mapa cartográfico de Luanda, é extremamente importante para os resultados finais do censo populacional e habitacional, previsto para 2013.

"O vosso trabalho é determinante porque vai ajudar os recenseados de Luanda a executarem as suas acções. Vocês vão, acima de tudo, mapear as secções censitárias para que os recenseadores possam trabalhar de acordo com os dados disponíveis", lembrou.

O coordenador adiantou que, após a formação, os agentes cartográficos estão munidos de ferramentas e informações para que possam movimentar-se pelos bairros de Luanda e assim municiar os recenseadores para o censo.

Camilo Ceita frisou ainda que o censo e todas as fases inerentes à sua realização devem contar com o apoio de toda a sociedade, razão pela qual voltou a reforçar o apelo para que todos caminhem juntos a fim de se atingirem os objectivos preconizados. "É uma tarefa que não é só do Executivo, mas sim de todos os angolanos. Como angolanos, devemos unir esforços e dar o nosso contributo nesta ingente tarefa que tem como principal objectivo, para além de sabermos quantos somos, ajudar o Executivo a melhor realizar as suas acções", considerou.

Prontidão dos agentes

Por sua vez, os agentes cartográficos que concluíram ontem em Luanda uma acção formativa manifestaram-se prontos a realizar as suas acções, tendo em conta o censo populacional e habitacional a ser realizado em 2013 em todo o país.

Numa mensagem de agradecimentos pela oportunidade proporcionada, os agentes garantiram que tudo pretendem fazer no sentido de executarem com rigor, objectividade e responsabilidade a tarefa que lhes foi incumbida pelo Executivo.

"Temos uma responsabilidade para com a sociedade e, neste sentido, tudo vamos fazer para que a nossa acção seja executada com todo o rigor, para que em 2013 os recenseadores trabalhem no censo populacional sem problemas. Concluído que está o curso realizado dentro dos padrões internacionais, estamos prontos para iniciar no terreno o nosso trabalho", reforçaram.

Os formandos agradeceram ao Executivo pela oportunidade proporcionada, tendo em conta que, apesar de ser temporário, têm um emprego para o sustento das suas famílias e a solução de alguns dos seus problemas.

Depois da formação, os agentes cartográficos começam já, hoje, a executar as suas acções na

provincia de Luanda, tendo em conta o censo piloto que é promovido entre 16 de Julho e 18 de Agosto do ano em curso, a fim de testar os meios técnicos, logísticos e os dados colocados à disposição, com o intuito de afinar a máquina para o censo de 2013.

Cursos semelhantes ocorreram já nas provincias do Zaire, Uíge,

Kwanza-Sul, Kwanza-Norte, Malange, Bengo, Huambo, Kuando Kubango, Cunene, Namibe e Benguela. O Recenseamento Geral da População e Habitação é uma operação estatística complexa e dispendiosa que permite que todos os indivíduos estejam em contacto com o Sistema Estatístico Nacional, por se tratar de uma operação que envolve toda a população.

O objectivo é fornecer informações de referência sobre as características da população (demográficas, económicas e sociais) e das famílias, essenciais para um planeamento, pesquisas e tomada de decisões administrativas e políticas eficazes.

Angola não realiza recenseamento geral da população e habitação desde 1970. As Nações Unidas recomendam que os países devem fazer o recenseamento geral da população e habitação, pelo menos, de dez em dez anos.

Sambilas insatisfeitos com Posto de Identificação

Folha 8

26 de Maio de 2012

O Posto de Identificação do distrito do Sambizanga, em Luanda está sem rede no sistema operacional há mais de uma semana e, desta feita, acumulam-se os documentos por entregar. Uma situação que tem provocado inúmeros transtornos aos solicitantes, segundo apurou o Folha 8, no passado dia 23.05, na habitual ronda que tem feito para avaliar o nível de atendimentos nos diferentes postos. Embora as enchentes continuem a ser uma marca registada nos postos de identificação, os populares asseguram que a registada pelo Folha 8 deveu-se ao atraso na entrega da documentação. "É verdade que quase sempre está cheio, mas nos últimos dias a situação agravou-se", garantiu Paulo Tomás que espera pelo bilhete de identidade que tratou há cerca de duas semanas. O referido Posto de Identificação soma

ainda pontos pela negativa pelo suposto mau desempenho dos funcionários, porquanto estão mais preocupados a "exibir os trajes ao invés de desempenharem com zelo aquilo que lhes foi incumbido", desabafou.

Um outro cidadão manifesta-se preocupado com o período longo que aguarda para receber um Registo Criminal que tratou há cerca de duas semanas. Grande parte dos interlocutores considera urgente a intervenção das autoridades no sentido de melhorar o atendimento no referido posto.

A Direcção da Instituição escusou a falar sobre o assunto argumentando carecer de autorização, enquanto uma funcionária disse que a morosidade da entrega dos documentos deve-se à ausência de rede no sistema informático há mais de duas semanas. A referida situação, acrescentou, regista-se noutros postos.

"O problema não está neste posto, se o senhor jornalista passar noutros Postos de Identificação, poderá notar que quase todos encontram-se na mesma situação", acrescentando que a solução do referido problema ultrapassa as competências dos postos. No entanto, Folha 8 passou pelo posto dos Combatentes e constatou um funcionamento normal.

Senso populacional já tem data

Agora

26 de Maio de 2012

O Instituto Nacional de Estatística (Ine) promove de 16 de Julho a 16 de Agosto em seis províncias, um censo populacional para avaliar o funcionamento e a fiabilidade do sistema e das equipas de trabalho que arrancará em todo o país, a partir de 2013.

O coordenador da subcomissão de cartografia avançou que o teste é feito em Luanda, Cunene, Kuando-Kubango, Lunda-Norte, Namibe e Uíge.

Benjamim Afonso realçou que a iniciativa servirá igualmente para sensibilizar a população sobre a importância do senso geral, visando facilitar a planificação e a redistribuição da riqueza nacional, dotando o Executivo de informações exactas, tendo em conta as acções promovidas em prol do bem-estar da população.

"O senso piloto serve para que possamos testar os sistemas, equipamentos e o tempo de reacção das equipas de trabalho. Permite também nos termos

à população a importância da sua realização, para se saber ao certo quantos somos, onde estamos localizados e fornecer ao Executivo informações correctas para a execução equilibrada das suas políticas, em função do número de angolanos em cada uma das aldeias, comunas, municípios e províncias, das suas acções direccionadas ao bem-estar e de envolvimento do país", frisou.

O responsável adiantou que a actividade piloto é uma forma de se aferir no terreno os dados a serem recolhidos pelas equipas dos agentes cartográficos, que têm a missão de actualizar o mapa cartográfico e efectuar o seccionamento das áreas para a melhor execução do trabalho das equipas.

"Um senso piloto oferece uma oportunidade única para verificar o grau de preparação e arranjos até ao recenseamento. É de suma importância considerar o senso piloto como parte das actividades preparatórias do senso Geral e que o seu resultado seja utilizado para melhorar o planeamento e execução do mesmo", reforçou avançando ainda que "o recenseamento geral da população e habitação é uma operação estatística complexa e dispendiosa que qualquer país pode realizar e permite que todos os indivíduos estejam em contacto com o Sistema Estatístico Nacional por se tratar de uma operação que envolve toda a população".

O objectivo é fornecer informações de referência sobre as características da população, os dados demográficos e económicos das famílias e outros dados essenciais para um planeamento, pesquisa e tomada de decisões administrativas e políticas eficazes.

Refira-se que o país não realiza o recenseamento da população e habitação desde 1970, devido à instabilidade militar.

As Nações Unidas recomendam que os países devem fazê-lo, pelo menos, de 10 em 10 anos.

Executivo aguarda fim do processo para acelerar as reservas fundiárias.

Jornal de Angola

28 de Maio

O ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, garantiu que depois da conclusão do processo de desminagem, as obras nas reservas fundiárias e a montagem de postes de transporte de energia eléctrica ganham dinamismo.

O ministro, acompanhado do vice-governador para a área Económica, Francisco Fato, e dos membros da Comissão Executiva de Desminagem, deslocou-se à região do Gove, onde se situa a barragem hidroeléctrica com o mesmo nome, tendo recebido informações do diretor do gabinete para a administração da bacia hidrográfica do rio Cunene, Armindo Mário Gomes da Silva.

João Baptista Kussumua disse à imprensa que a visita serviu para verificar o curso do processo de remoção de minas e outros engenhos explosivos implantados no solo durante os anos de conflito armado.

O chefe de direção de infra-estruturas do comando do exército, tenente-general Miguel Kiangala, informou que o processo conta com o envolvimento de brigadas afectas às Forças Armadas Angolanas (FAA), do Instituto Nacional de Desminagem (INAD), equipas mecanizadas de "Hitachi" e da Organização Não-Governamental The Halo Trust.

Miguel Kiangala disse que, de 2011 até ao presente, foram realizadas ações operativas de demarcação, desmatação, desminagem, recolha, remoção e destruição de minas e diversos engenhos explosivos não detonados, além de ações de educação sobre riscos de minas nas áreas em atividades.

Programas sociais

O ministro João Baptista Kussumua visitou também, na sexta-feira, as obras em curso para a construção do lar de idosos no bairro Casseque, além de ter mantido um encontro com a comissão multi-sectorial e com os membros do governo local.

Na visita ao lar de idosos, o ministro da Assistência e Reinserção Social referiu-se à oportunidade da distribuição de energia eléctrica à residência, localizada no bairro de Njongolo, a 12 quilómetros da capital da província.

"Uma vez que o sistema de abastecimento de água às residências e o jango já estão completamente modernizados, queremos apelar aos mais velhos que cuidem bem deste centro, além de incentivarem as crianças no sentido de continuarem a estudar afinadamente", frisou o ministro durante o encontro com os 190 idosos.

João Baptista Kussurnua afirmou que a sua visita ao Huambo serviu para avaliar algumas tarefas do sector da assistência e reinserção social, recolher informações sobre o andamento dos projetos em curso e deixar algumas orientações, sobretudo as

relacionadas com os investimentos sociais para a melhoria das condições de vida das pessoas idosas.

O ministro Kussumua disse ter aproveitado também a sua estada para estabelecer com o governo local os mecanismos para a conclusão dos projectos, para que estejam à disposição da população e, de forma particular, da pessoa idosa ainda este ano.

João Baptista Kussumua visitou também as obras do futuro lar dos idosos do bairro Casseque, arredores da cidade do Huambo, que vai albergar 150 pessoas.

Projecto apresentado aos gestores

Jornal de Angola

25 de Maio de 2012

O projecto Sistema Integrado para a Informação de Administração do Território (SIIGAT) foi apresentado ontem, no Dundo, aos administradores e gestores públicos, na província da Lunda-Norte.

De acordo com a administradora do projecto, financiado pelo Ministério de Administração e Território (MAT), Natália Ramos, o encontro serviu para informar os administradores municipais e responsáveis dos órgãos de administração local sobre as tecnologias que lhes permitem melhorar a eficácia dos serviços públicos.

Para a aplicação do projecto Sistema Integrado para Informação de Administração do Território vão ser montados equipamentos informáticos, que vão garantir melhorar a gestão administrativa e financeira do erário.

Natália Ramos disse que as condições estão avançadas para a aplicação do projecto na Lunda-Norte. O Sistema Integrado para Informação de Administração do Território é um projecto direccionado às administrações municipais, visando a informatização dos serviços e a criação de um sistema de informação de nível nacional.

JUNHO DE 2012

Agentes no Cazenga registam moradias

Jornal de Angola

06 de junho de 2012

Os moradores do bairro Calwenda, no município do Cazenga, receberam ontem os agentes cartográficos do Instituto Nacional de Estatística (INE), que trabalham na recolha de dados para actualização da carta cartográfica nacional.

Inácio Cabingano, coordenador provincial de Luanda para o Censo, disse que embora a população esteja a colaborar com os agentes cartográficos, ainda é visível, um certo receio quando recebem os agentes.

O coordenador para o Censo provincial de Luanda, disse que um dos problemas que os técnicos enfrentam é a falta de esclarecimento das pessoas sobre o trabalho a realizar pelos agentes cartográficos.

Faustino António, supervisor de uma brigada, disse que tem tido dificuldades para efectuar o trabalho, porque "há pessoas que não quiseram fornecer informações e não permitiram a entrada nas suas casas".

Faustino António aproveitou a presença da imprensa para pedir que a população facilite o trabalho dos agentes. Quem tiver dúvidas ou necessitar de um esclarecimento deve recorrer à Administração Municipal.

Maria Fernanda, de 56 anos, vive há mais de 20 no bairro Calwenda. Disse que não tinha conhecimento de que brigadas de agentes cartográficos iam trabalhar no bairro para recolha de dados habitacionais.

Agentes no Cazenga registam moradias

Jornal de Angola
6 de junho de 2012

Os moradores do bairro Calwenda, no município do Cazenga, receberam ontem os agentes cartográficos do Instituto Nacional de Estatística (INE), que trabalham na recolha de dados para actualização da carta cartográfica nacional.

Inácio Cabingano, coordenador provincial de Luanda para o Censo, disse que embora a população esteja a colaborar com os agentes

cartográficos, ainda é visível, um certo receio quando recebem os agentes.

O coordenador para o Censo provincial de Luanda, disse que um dos problemas que os técnicos enfrentam é a falta de esclarecimento das pessoas sobre o trabalho a realizar pelos agentes cartográficos.

Faustino António, supervisor de uma brigada, disse que tem tido dificuldades para efectuar o trabalho, porque "há pessoas que não quiseram fornecer informações e não permitiram a entrada nas suas casas".

Faustino António aproveitou a presença da imprensa para pedir que a população facilite o trabalho dos agentes. Quem tiver dúvidas ou necessitar de um esclarecimento deve recorrer à Administração Municipal.

Maria Fernanda, de 56 anos, vive há mais de 20 no bairro Calwenda. Disse que não tinha conhecimento de que brigadas de agentes cartográficos iam trabalhar no bairro para recolha de dados habitacionais.

Implementação das autarquias locais passa pelo princípio do gradualismo

Semanario Factual
09 á 16 de Junho de 2012

O jurista Lazarino Poulson afirmou na terça-feira, 5, em Luanda, que, ao se efetivar a descentralização administrativa no País, no ano 2014, terá de se ter em linha de conta o princípio do gradualismo, fazendo, desta feita, que as autarquias locais comecem por surgir nas localidades onde haja condições para tal.

Lazarino Poulson teceu esta posição quando questionado sobre a importância dos princípios administrativos, em especial o da Aproximação dos Serviços à População, constante da Constituição.

Lazarino referiu que, sendo 2014 a data anunciada para a implementação das autarquias locais, não se pode descurar o princípio do gradualismo.

"Defendo aqui o princípio do gradualismo, porque é bem verdade que, no primeiro momento, não serão todas as localidades que vão ter essa entidade administrativa, mas, gradualmente, haverá, em 2014/2015, municípios que podem passar já para as

autarquias locais e, nos anos subsequentes, outros, assim que se vão criando condições em determinadas localidades", asseverou.

Para ele, uma maior aproximação dos serviços à população precisa da institucionalização das autarquias locais, uma vez estas entidades permitirem que haja participação direta dos particulares nos órgãos administrativos locais.

As autarquias, disse, além da eleição dos órgãos dirigentes, terão uma assembleia e um órgão administrativo local, que serão "a porta aberta à participação dos particulares".

"O facto de as autarquias serem entidades com certa autonomia administrativa e financeira vai permitir que os seus órgãos locais possam dispor de meios para poder atender, imediatamente, às necessidades dos particulares", sublinhou.

Em contrapartida, o jurista salienta o facto de estar a assistir às iniciativas do Executivo, como por exemplo, a abertura de guichés, criação e construção de escolas, hospitais e serviços administrativos, que têm a ver com o princípio da aproximação dos serviços às populações.

Cabinda esta farta das promessas do MPLA e de JES

Folha 8

09 de Junho de 2012

Os cabindas não entendem por que razão continuam a ser dirigidos por homens do Uíge e descartados do governo, pois com excepção de Augusto Tomas, o MPLA tem estado a expulsar os cabindas dos seus postos de trabalho, e não só, dentro do partido, eles também não são vistos com simpatia, pelo contrário, inspiram desconfiança quase instintiva. Ora, se realmente há uma certa distanciação entre cabindas e as gentes do restante território angolano, é porque há algumas razões para que tal aconteça, porém, o problema é que toda a gente vê que o enclave é, por assim dizer, tratado como se fosse uma colónia, enquanto o anunciado nos discursos oficiais a descreve como se fosse uma parcela gozando de estatuto privilegiado.

Tendo sido a incrível paz em Cabinda confeccionada em cima do joelho e um perfeito fracasso, graças, sobretudo, à escolha de Bento Bembe como representante dos Cabindas, tudo ficou na mesma ou pior.

O que de mais relevante tem acontecido nestes últimos anos foi os dirigentes de Luanda ignorarem as reivindicações dos cabindenses, enquanto estes nunca puderam esquecer as sevícias sofridas ao longo de mais de três décadas.

Nunca esqueceram que o governo angolano continuou a reforçar a presença das suas tropas militares no enclave, como, por exemplo, em Fevereiro de 2010, aquando do desembarque de dois batalhões do exército, integrando equipas de engenharia, artilharia de longo médio alcance e unidades de blindados, aparecidos ali como por encanto para montar uma nova base ao longo da fronteira com a República do Congo Brazzaville, ao mesmo tempo que 3 companhias de fuzileiros, ficaram ao longo da zona portuária de Cabinda, com a missão, também de patrulhar as bases e campos de exploração petrolífera no alto mar, bem como as águas territoriais internacionais, instaurando assim uma espécie de pré estádio de guerra.

Os pescadores tradicionais que dirigem pequenas embarcações feitas de madeira, foram os primeiros a sentir esta presença, ao serem interceptados, para revistas no alto mar, pelos fuzileiros, sob alegação de haver quem, ao invés de "pescar peixe" "pesque armas e guerrilheiros" introduzindo-os posteriormente à socapa no enclave, ludibriando desta forma os serviços de segurança.

Administrador municipal anuncia projectos sociais

Jornal de Angola
22 de Junho 2012

O administrador municipal do Cazenga, Tany Narciso, anunciou para breve a reabilitação e requalificação das ruas Ngola Kiluanje, Mulenvos, Fiaco, Rei Pelé e Quinta Avenida.

Falando à imprensa, o administrador informou que vão ser construídas novas infra-estruturas rodoviárias e sociais no município, no quadro do programa de combate à pobreza e desenvolvimento rural.

A semelhança da Sétima Avenida e da Rua dos Comandos, a Administração do Cazenga pretende reabilitar reabilitadas outras importantes vias de acesso do Cazenga.

Victor Narciso disse ser importante a colaboração dos munícipes na higiene e preservação dos bens

públicos que estão a ser construídos, mostrando-se indignado comportamento de alguns cidadãos que insistem em depositar o lixo em locais impróprios e nos separadores das ruas, principalmente na rotunda da Cuca e no Mercado dos Kwanzas. Existem mais de 30 contentores espalhados ao longo das ruas do Cazenga e "por isso, não há necessidade de a população continuar a colocar os resíduos em locais impróprios, desrespeitando as normas estabelecidas".

Tany Narciso assegurou que o Executivo continua a desenvolver esforços para ter as vias rodoviárias limpas, com iluminação pública e com sinais de trânsito funcionais.

Entretanto, o chefe da Rede Saúde do município diga, Zola Messo, informou que os casos de malária e doenças respiratórias, frequentes nesta época de cacimbo, preocupam autoridade locais.

O responsável sanitário disse aos serviços locais registam os elevados de casos de malária seguindo-se as doenças respiratórias agudas, principalmente em crianças menores de cinco.

"Neste momento não se registam casos complicados, por que todos tiveram resposta nos centros de saúde e outros foram transferidos para hospitais centrais, disse Zola Messo.

Executivo projecta novo censo populacional para para 2013

O Independente
23 de Junho de 2012

Os cidadãos de Luanda consideraram que o censo populacional previsto para 2013, é um acto histórico para a sociedade angolana, atendendo o facto do último ter-se realizado na década 70.

De acordo com alguns populares em declarações ao Independente, a propósito do impacto do censo geral da população e habitação na melhoria das condições sociais dos angolanos, a realização deste acto é histórica, por permitir ao Governo planificar e fazer uma projecção sobre os problemas que a sociedade enfrenta.

Octávio Clemente disse ser um acto histórico para os angolanos, para resolução dos problemas, mas para tal é necessário haver mais informações sobre a realização do censo populacional, uma vez que a maioria da população desconhece os meandros desta importante acção.

João Vicente frisou que se recorda do último censo parcial, realizado nos anos 80 em algumas províncias do país, cujos resultados não foram divulgados, com este acontecimento em 2013, augura que tal recenseamento ajudará o Governo a conhecer quantos somos e quantos seremos até 2050.

Manuel António frisou que isto dará um impacto enorme se a organização começar já com a divulgação e sensibilização da população sobre o assunto.

Maria Teresa disse desconhecer sobre a realização do censo, todavia, Manuel António frisou que isto dará um impacto enorme se a organização começar já com a divulgação e sensibilização da população sobre o assunto há pouca informação disponível sobre o assunto.

Já Janet Bravo afirma que vai facilitar a identificar alguns indicadores sociais, no concernente à saúde, à educação, e à economia, porque isto ajudará a construir certas instituições para o bem-estar da sociedade angolana.

Joaquim António Bento disse, por exemplo, que só a província de Luanda, uns dizem que somos 4 milhões e outros 6, com esta intenção, penso que este será um indicador demográfico que interessará a todos.

Por sua vez, estudantes da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (UAN), destacaram hoje, a importância da realização de censos populacionais por parte do Executivo, para se efetuar uma melhor distribuição de serviços e benefícios sociais à população.

Os estudantes apontaram o censo populacional como um método essencial para as autoridades conhecerem melhor o número de habitantes no país e, mais facilmente, resolverem as suas inquietações.

Nelson Jaime, estudante do 20 ano do curso de jornalismo, frisou que, o censo é um estudo estatístico referente à uma população que possibilita a recolha de várias informações, como o número de habitantes, a quantidade de homens, mulheres, crianças e idosos, onde e como vivem, suas profissões, entre outros dados.

"Através desses dados, as autoridades estarão melhor informadas e, desta forma, poderão elaborar programas de assistências sociais e económicos mais abrangentes e profícuos", ressaltou.

Já o estudante Antero Bumba, 30 ano do curso de psicologia, referiu que, através desse estudo demográfico, as autoridades estarão mais Habilitadas em termos de conhecimento do número exacto da população, para atender as suas necessidades.

"O número de habitantes de uma determinada localidade pode aumentar ou diminuir, ao longo do tempo, por essa razão, há necessidade das autoridades efectuarem censos populacionais de forma a conhecerem a realidade daquela região", sublinhou.

Por seu turno, a estudante Mariana Caley, apelou às pessoas no sentido de colaborarem com as autoridades, em caso de eventuais realizações de censos populacionais, visto que os benefícios saídos dessas pesquisas vão beneficiar a própria população.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) formou até ao momento mais de 340 agentes cartógrafos de catorze províncias, tendo em atenção o processo de actualização da carta cartográfica angolana para o Recenseamento Geral da População e Habitação-2013.

Segundo o coordenador técnico do Censo, Paulo Fonseca, na primeira fase que teve lugar em Fevereiro do corrente ano foram formados agentes cartógrafos do Bengo, Zaire, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Malanje e Uíge.

Já na segunda fase, de acordo com o responsável, os formadores passaram pelas províncias do Cuando-Cubango, Bié, Huambo, Namibe, Benguela, Cunene, Huíla e Luanda.

O processo de formação, adiantou a fonte, se regista actualmente nas províncias do Moxico, Lunda Norte, Lunda Sul e Cabinda.

Avançou ainda que os números de agentes cartógrafos estão distribuídos em função das estimativas da densidade populacional de cada província.

A missão destes agentes é recolher os dados necessários para a actualização do mapa cartográfico nacional para o seccionamento das áreas de acção das equipas.

Os trabalhos de recolha dos dados serão executados por recenseadores, ou seja, por indivíduos localmente recrutados e formados para o efeito. Cada um deles ser-lhe-atribuída uma área bem definida e delimitada, designada por Secção

Censitária (SC), contendo em média cerca de 100 habitações na área urbana e 80 nas rurais.

O Recenseamento Geral da População e Habitação é uma operação estatística complexa e dispendiosa que qualquer país pode realizar e permite que todos os indivíduos estejam em contacto com o Sistema Estatístico Nacional por se tratar de uma operação que envolve toda a população.

O objectivo é fornecer informações de referência sobre as características da população (demográficas, económicas e sociais) e das famílias, essenciais para um planeamento, pesquisas e tomada de decisões administrativas e políticas eficazes.

Angola não realiza recenseamento o Instituto Nacional de Estatística (INE) está a criar condições técnicas, metodológicas, logísticas e financeiras, assim como a formação de agentes cartógrafos para realizar um censo piloto em Setembro desse ano. O censo demográfico é um estudo estatístico referente a uma população, que possibilita a recolha de várias informações gerais da população e habitação desde 1970 (época colonial), embora as Nações Unidas (ONU) recomendem que os países devam fazê-lo, pelo menos, de 10 em 10 anos.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) está a criar condições técnicas, metodológicas, logísticas e financeiras, assim como a formação de agentes cartógrafos para realizar um censo O censo ou recenseamento demográfico é um estudo estatístico referente a uma população, que possibilita a recolha de várias informações, tais como o número de habitantes, de homens, mulheres, crianças e idosos e como vivem as pessoas, a profissão e outros, o mesmo realiza-se de dez em dez anos, na maioria dos países.

Em Angola infelizmente devido a guerra que assolou o país durante 30 anos e outros condicionalismos não permitiram a realização do referido acto. Segundo a definição da ONU, o censo é um conjunto de operações que consistem na recolher, agrupar e publicar dados demográficos, económicos e sociais relativos a um determinado momento em certos períodos a todos os habitantes de um país ou território.

A pior governação entre os Municípios do Bengo

Folha 8

23 de Junho de 2012

Diz a nota e consubstanciam os portadores, ao contrário, seu substituto Januário bernardo, é praguejado pelos residentes como sendo a causa do infortúnio em que o Ambriz submergiu. Januário Bernardo é citado pelas fontes que nos fizeram chegar em mãos o documento como tendo transportado em sua bagagem de Luanda, um contingente de desempregados, colocados a martelo em sectores administrativos e funções para as quais não desfrutam de competência. Reina por isso muita indisciplina, com ausências frequentes e por longo período de trabalhadores sem contudo se tomarem as devidas medidas corretivas.

No sector económico e social as coisas vão de mal a pior, tendo em conta, a divergência existente nos moldes de pagamento pontual das obras desde já fraudulentas entre a empresa AUDONAR e outras subsidiárias pertencentes ao administrador, priorizadas sempre que haja pagamentos nas verbas alocadas a administração municipal do Ambriz. Para baralhar as cartas, recentemente garantiu aos munícipes

em vão, melhorias nas lavras, pertença dos populares. Entretanto, sem razão aparente, vai denegrindo a boa hospitalidade que este povo acolhedor proporciona aos visitantes.

MÁ GESTÃO E USO INDEVIDO DA COISA PÚBLICA

O programa de desenvolvimento rural e da municipalidade no sector da saúde considera-se um fiasco atendendo ao facto de existir lacunas na aquisição de meios desnecessários do ponto de vista medicamentos o e outros fármacos. Também inclui-se o benefício próprio da viatura de marca Land - Cruiser com a chapa de matrícula LD - 16 DK, pertença da repartição municipal da saúde cuja mesma havia acidentado.

O folheto denominado medika (boletim informativo da administração municipal) ao seu mando apresenta mentiras de toda espécie, particularmente no orçamento disponibilizado pela Direção Nacional do Tesouro, tendo em conta, que a instituição possuiu dívida equivalente a 70.697.432.10 KZS, fruto de aquisições de mobiliários, viaturas, pagamento de pessoal mal enquadrado. Por outras palavras, o folheto em referência se destina mais a lavar a imagem do administrador municipal e encobrir seus desmandos do que promover o município ou passar informações úteis. Neste exercício de abuso de poder, privatizou o sector da energia a favor da

empresa 2 KB e o mais agravante, os meios utilizados (geradores, cabos eléctricos e outros) provêm do orçamento da administração municipal; a mesma empresa não dispõe de condições exigidas pelos termos da lei, para tal o abastecimento de energia eléctrica na sede no município, tornou-se um caos, pois está à baixo da percentagem, cujo fornecimento é efetuado por zonas ou bairros, hoje aqui, amanhã ali, tal é a mania aplicada em Luanda, situações que anteriormente não existia na primeira fase com a empresa Ambrol.

Para demonstrar a tamanha falsidade, a empresa 2KB não implantou mais de 180 postes de iluminação pública maioritariamente de metal, nos bairros Kibonga e Musseque (sede do município) respectivamente.

Mais faz saber o documento, corroborado, a famosa residência fantasma está em construção, obra a cargo da empresa AUDONAR, depois de demolir o chafariz público e o Jango comunitário, sem contudo abdicar da reabilitação do armazém do sector da agricultura adjudicada a empresa MAESPIN onde se armazenavam sementes e inputs agrícolas, destinados aos camponeses.

A situação das avarias dos tractores prevalece. O titular da pasta endereçou uma missiva à empresa SYMATEL, no intuito de abdicar destes meios e recepcionar viaturas ou automóveis para o seu benefício. Esta situação está por se esclarecer, mesmo com a recente visita efetuada pelos funcionários do Departamento de Inspeção e Fiscalização do Governo da Província do Bengo que detectaram várias irregularidades na gestão do orçamento desta instituição. Em abono da verdade, precisa-se corrigir muitas falcatruas.

DESVIO DE FUNDOS DOS PENSIONISTAS

Para além da anarquia instalada e a falta de carácter do administrador, outra acusação movida pelas fontes, é sobre o depósito misterioso de 2.000.000.00 KZS, na conta individual da antiga chefe do gabinete, Baroneza Adão Nicolau, sem suscitar reacções do Governo da Província e outros órgãos afins, para atribuir responsabilidade ao prevaricador.

Por outro lado os valores disponibilizados para o pagamento dos subsídios dos antigos combatentes e veteranos da pátria, bem como aos pensionistas que não possuem conta bancária, ainda não foram devolvidos na direção provincial de tutela e posterior depósito na conta única do tesouro. As autoridades tradicionais a bastante deixaram de

receber os seus subsídios, nomeadamente: quatro meses (04) meses, 2010, dois (02) meses 2011 e quatro (04) meses 2012, igualmente.

CONCLUSÃO

Perante estes factos que a população do município do Ambriz vem denunciando através do confrade Semanário Angolense, a mesma solicita uma Comissão de Inquérito do Ministério das Finanças e do Tribunal de Contas, a fim de dar solução ao assunto e proceder a exoneração daqueles que não observam com responsabilidade o erário público, que é de todos cidadãos.

Disputa Religiosa

A Capital

23 de Junho de 2012

O 'fenômeno' parece estar a ganhar corpo, ao mesmo tempo que se assiste a uma inércia por parte dos órgãos reitores da política religiosa do país.

Nos vários bairros de Luanda, facto que tem agastado os moradores de vários bairros periféricos, regista-se um agrupamento num mesmo local de diferentes denominações, com todos os rituais - qual deles o mais barulhento que envolvem esses cenários.

E não são apenas duas, mas sim três ou até mesmo quatro igrejas que distam poucos metros umas das outras. Bairros como Marçal, Golfe, Operário e Cazenga vem conhecendo há já algum tempo esta preocupante realidade.

Sadeth Paixão, moradora da Rua da Jacó, no bairro Marçal, foi uma das primeiras a manifestar a sua indignação à reportagem deste jornal. "Quando vim morar aqui já encontrei estas igrejas, mas não se fazia sentir a confusão atualmente" considerou a jovem.

É aos domingos que a moradora se diz torturada por tão grotesca presença religiosa, que quase lhe alteram a função arterial. Como se não bastasse à gritaria ensurdecadora, aquela cidadã vê-se obrigada a lidar com um infernal engarrafamento na hora em que os cultos terminam. "Isto aborrece qualquer pessoa", reconhece.

E vezes sem conta os crentes chegam a violar os espaços de estacionamento que são apenas reservados aos moradores. Até nos dias normais da semana, o quadro mantém-se inalterável. As igrejas

realizam também alguns cultos em horários pouco recomendáveis.

No caso do bairro Marçal, por exemplo, segundo Sadeth Paixão, existem mais de seis igrejas próximas umas das outras, sendo que numa das igrejas os ininterruptos.

E as autoridades, quisemos saber, a resposta de Sadeth Paixão fez-se pronta. "Há muitos vizinhos que pertencem a estas igrejas por isso nem todos estão disponíveis para reclamar sobre este assunto. Quase não há nada a fazer", lamentou. "Na minha opinião, os líderes destas igrejas deviam coordenar os seus horários de forma a não coincidirem com as demais e reduzem, desta forma, este tipo de confusão", defendeu a nossa interlocutora.

Outro senão, denunciaram os moradores, está relacionado com a ausência de higiene por parte dos fiéis dessas igrejas. Dai o apelo: "os crentes devem ajudar os moradores nas questões que têm a ver com o saneamento básico do bairro, porque afinal eles também frequentam a rua", sugeriu. No Bairro Operário, distrito do Sambizanga, a história é repetida.

Hilário Gabriel, um morador daquela histórica circunscrição, com 23 anos de idade, recorda que até então existia apenas uma igreja, mas que num abrir e fechar de olhos, como cogumelos, nasceram outras. "Para mim, em condições normais, esta seria uma saudável concorrência, mas se não incomodasse", afirmou Gabriel, para quem "não há necessidade de num mesmo bairro existirem tantas igrejas e uma ligada à outra, com cada uma a puxar a brasa para a sua sardinha", prosseguiu.

Só neste momento, quase que umbilicalmente ligadas, existem quatro igrejas, sendo que a mais recente se instalou no bairro há coisa de dois anos e meio.

"É mesmo complicado viver com quatro igrejas próximas. Aos domingos é um culto atrás do outro. Quase o dia todo é um passa e repassa de muita gente e automóveis dos fiéis que chegam a fechar as ruas e até parte da estrada, facto que tem também atraído os gatunos por conta da exposição dos carros", queixou-se o jovem Gabriel.

Ele defende, isso, a adopção de um sistema que impedisse a saída do som do interior das igrejas, para que a mesma não se propague por toda a rua, ao ponto de incomodar os moradores. "Defendemos ainda que os cultos devem ser realizados numa hora padrão e ao mesmo tempo para tenhamos alguns dias de paz durante a semana", sugeriu.

Um fenómeno ameaçador

Ao pronunciar-se sobre esta controvérsia, o sociólogo Horácio Lembe defende que, antes de tudo, a igreja deve promover a coesão entre os homens diante de um Ser supremo, moldando a consciência humana de formas a lidar com os dolorosos dilemas que surgem no processo de tomada decisões de natureza moral.

Sobre as chamadas disputas religiosas, é entendimento do especialista que as mesmas perseguem objectivos económicos, políticos e culturais. Tendo em conta o elevado nível de pobreza que assola o país, explicou, muitos são os líderes religiosos que decidiram fundar as suas igrejas e seitas como estratégia de sobrevivência ao desemprego. "Por esta razão tem-se constatado que algumas denominações religiosas funcionam como agremiação familiar, ao estilo das propriedades privadas, em que nalguns casos, a sua origem advém de um desmembramento com uma outra instituição do género.

Quanto ao factor político desvenda o dado de alguns povos terem vivido sob opressão, fazendo com que algumas missões religiosas usassem discursos de liberdade, igualdade e fraternidade para divulgar a sua mensagem, conquistar fiéis e afirmar-se numa determinada comunidade. E no que se refere ao factor cultural? "De acordo com a história, a origem da religião está intrinsecamente ligada à cultura dos povos, porque alguns povos da antiguidade, utilizavam a fé como garantia da coesão do grupo para melhor se defenderem de outros povos invasores".

E nesta vertente haverá ou não o que se pode chamar de disputas religiosas, perguntamos. Horácio Lembe garante ter presenciado uma disputa de território e de horário de reuniões entre membros de duas denominações religiosas no bairro Terra Nova. "Para além dos factores económicos, políticos e culturais, o discurso de pregação de muitas denominações religiosas visam promover a intolerância religiosa, na defesa de religião verdadeira contra a falsa, pastor verdadeiro contra o pastor falso", explica, acrescentando que tais discursos desencadeiam uma luta intensa em busca do poder religioso, onde a falta de formação moral, ética e religiosa por parte de muitos ministros de culto é incontrolável e o sentimento etnocêntrico (de que só te nós somos os verdadeiros, somos os melhores) tem estado a desencadear algumas lutas, criando assim um desconforto na convivência entre fiéis e líderes não

só da mesma como de outras denominações religiosas.

JULHO DE 2012

Maianga escolhida para experiência piloto

Jornal de Angola
02 de Julho de 2012

Centenas de agentes e supervisores cartográficos do Instituto Nacional de Estatística (INE) começaram, no primeiro trimestre deste ano, a recolher os dados habitacionais da população. O objetivo, a par da actualização da carta cartográfica de Angola, é o de fazer um censo piloto, numa primeira fase, e em seguida, no próximo ano, o Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH). Em Luanda, o distrito urbano escolhido foi o da Maianga.

Para a realização do trabalho de recolha de dados habitacionais, os 122 agentes recrutados a nível da Província de Luanda fizeram uma formação específica sobre cartografia, dada por especialistas angolanos durante uma semana, no Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (IGCA).

Na recolha de dados, que teve início no distrito urbano da Maianga, os jovens recrutados foram divididos em 22 brigadas compostas por cinco elementos e um supervisor. Além de serem transportados em viaturas com o logótipo do INE, têm ainda a identificá-los um cartão ao pescoço, as camisolas e coletes azuis escuro e chapéus a condizer. Esta identificação não é de somenos. É necessário que a população saiba exatamente quem são e como se distinguem.

De segunda-feira a sábado, entre as 7h:00 e as 15h:30, munidos de primeiros socorros e instrumentos de Localização GPS, as brigadas espalham-se por zonas delimitadas e os agentes percorrem bairros, comunas, ruelas. Casa a casa, perguntam pelo chefe de família, recolhem informações e fazem o registo.

Até Junho, registaram cerca de 17 mil residências. Está por concluir o processo de recolha de dados nos bairros da Calemba, Mártires do Kifangondo, Cassenda, Maianga, Alvalade, Militar e Cassequel dos Buracos.

Mas, nem tudo foi um mar de rosas. Nos primeiros dias houve bairros em que os agentes enfrentaram muitas dificuldades. Nos dê Polícia e Calemba,

foram quase impedidos de circular e chegaram mesmo a ser maltratados por alguns populares que presumiram que eles eram fiscais disfarçados.

Colaboração

Com calma e ponderação, os agentes fazem o seu trabalho e procuram agir com pedagogia. Antes de darem início à recolha de dados, explicam às pessoas em que consiste exactamente o trabalho que estão a levar a cabo o tipo de colaboração de que necessitam por parte do responsável de cada casa.

"Assim está bem. Estava a pensar que eram esses falsos fiscais que estão a manchar o bom trabalho do nosso Governo", disse uma anciã, que já foi burlada por um suposto fiscal quando mandou pintar a parte exterior da parede do seu quintal.

Leandro Gonçalves, um dos agentes cartográficos, disse ao Jornal de Angola que depois de ter iniciado o trabalho já passou em mais de 36 quarteirões e ultrapassou as 18 secções na área do Rocha Pinto. A população, garante, colaborou e tudo tem corrido tranquilamente. O mesmo não se tem passado com Terça Manuel, que se queixa de falta de cooperação por parte de algumas pessoas, que evitam fornecer-lhe as informações indispensáveis à recolha de dados e não permitem que se proceda à contagem das casas construídas num mesmo quintal.

Com calma e paciência, sempre que surgem dificuldades deste tipo, Terça Manuel explica pormenorizadamente em que consiste o tipo de trabalho que está a fazer e a população acaba por aceitar colaborar.

Oswaldo Betatela, supervisor de um dos grupos, disse que está satisfeito por fazer parte da equipa de

agentes e que tem procurado explicar às populações da área em que trabalha a importância do trabalho que está a ser realizado.

Reconhecimento

António Punca, coordenador de bairro do sector 21 do Rocha Pinto, considerou o trabalho realizado pelos agentes cartográficos muito bom. "Isto é importante porque vai permitir saber ao certo quantos vivemos aqui. Agora é preciso que todos nós colaboremos. Já estou a falar com os moradores para darem todos os dados aos agentes", referiu.

Uma moradora do Rocha Pinto, Niza Cardoso, disse que teve conhecimento da realização do

trabalho de recolha de dados por parte dos agentes cartográficos e que prestou todas as informações que lhe foram solicitadas. "Se é para o nosso bem, temos de dar essas informações. Vamos ajudar o Governo", referiu.

O coordenador da subcomissão de cartografia do Centro Nacional do Censo, afecto ao Instituto Nacional de Estatística (INE), Benjamin Afonso, reafirmou a necessidade da população participar e facilitar o trabalho dos agentes cartográficos, consubstanciado na recolha de dados para a actualização da carta cartográfica nacional, tendo em conta a realização do censo populacional e de habitação a ter lugar em 2013.

Benjamin Afonso frisou que a participação e sensibilização da população é importante, para permitir que os agentes trabalhem sem dificuldades.

Agora, os que trabalharam nas áreas já concluídas na Maianga vão fazer o mesmo serviço no município do Cazenga, onde desde o dia 1 de Junho começou o trabalho de recolha de dados habitacionais nos bairros do Grafanil, Dr. António

Agostinho Neto, Madeira, Calwenda, Cariango e Vila For. Inácio Cabingano, coordenador provincial de Luanda para o Censo, disse que embora a população esteja a colaborar com os agentes cartográficos, ainda é visível por parte de muitas pessoas o receio em os receber. Do seu ponto de vista, um dos grandes problemas que os técnicos enfrentam é o facto de existirem ainda, embora em menor número, algumas pessoas que não estão devidamente esclarecidas sobre o trabalho a realizar por eles.

José de Oliveira Bastos, administrador municipal adjunto do Cazenga para a Área Técnica, confirmou a presença dos agentes cartográficos no município e adiantou que para ter a garantia de que o processo de recolha de dados é bem-sucedido está a trabalhar em conjunto com os ministérios do Planeamento, da Administração do Território e com os agentes do INE.

Neste momento, frisou, os técnicos da administração trabalham também com os presidentes das comissões de moradores para sensibilização da população, "porque, hoje em dia, quando se faz alguma trabalho de registo, as pessoas ficam todas exaltadas, a pensar que vamos demolir casas ou que vamos correr com as pessoas dos seus bairros". Os dados recolhidos em Luanda, explicou, também vão servir para que se realize,

antes do censo geral, um censo piloto nas províncias de Cunene, Kuando-Kubango, Lunda-Norte, Namibe e Uíge.

Remanescentes

"É preciso que a população os ajude nesta tarefa para, no final, os recenseadores poderem ter à sua disposição todas as informações correctas para executarem a sua acção sem dificuldades. O trabalho

deles é muito importante, porque são eles que municiam os dados para a realização do censo e para que, no final, possamos orgulhar-nos de termos feito um trabalho digno de realce", reforçou Benjamim Afonso, que pediu aos coordenadores das comissões de moradores para acompanharem de perto o trabalho que está a ser feito, no sentido de se evitar que os técnicos sejam impedidos de trabalhar.

O censo proporciona um quadro de informações completo e pormenorizado. Trata-se de uma operação

Estatística única, que permite contar e caracterizar todas as pessoas e todas as habitações existentes no país.

Descentralização debatida em encontro internacional

Jornal de Angola

03 de Julho de 2012

O processo angolano de descentralização e desconcentração é um dos temas em debate no segundo seminário internacional que decorre na quinta e na sexta-feira, em Luanda, no auditório Maria do Carmo Medina.

O seminário, promovido pelo Centro de Pesquisa em Políticas Públicas e Governação Local (CPPPGL) em parceria com o Ministério da Administração do Território (MAT), é antecedido de um curso sobre direito das autarquias locais, finanças e tributação autárquicas. As experiências da descentralização no Brasil, Namíbia e Cabo Verde, "autarquias locais no direito comparado" e "perspectivas e desafios em Angola no quadro da descentralização e institucionalização das autarquias locais" são alguns dos temas do seminário, que tem prelectores vindos do Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Namíbia e Portugal.

A iniciativa, que decorre sob o lema "Autarquias e desenvolvimento local", tem o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Instituto Nacional de Estatística faz actualização das cartografias

Jornal de Angola

05 de Julho de 2012

As cartografias e número de habitações de 472 bairros e aldeias de Luvemba, Hengue, Lunge e Bimbe, Bailundo, foram actualizados, em menos de um mês, pelo serviço provincial do Instituto Nacional de Estatística do Huambo.

O levantamento foi feito no quadro dos trabalhos do Censo Geral da População previsto para 2013.

A coordenadora do projecto, Eurásia Demba, referiu, na ocasião, que os técnicos cartográficos tiveram o apoio das administrações municipais e comunais e das autoridades tradicionais.

No princípio, afirmou, tivemos algumas dificuldades, particularmente no município do Huambo, por falta de esclarecimento, o que levou as pessoas a omitirem dados. O processo de actualização cartográfica e habitacional começou em Abril, no município do Huambo, e já foram efetuadas delimitações nas comunas Comandante Bandeira (bairro do Benfica, rua do Comércio, Canhe, Macolocolo, Santa Teresa e Funileiros) e Joaquim Kapango, nos bairros S. Luís, Catoto e Rio de Janeiro. Faltam as de Calima e Chipipa.

O processo de actualização cartográfica e de habitação na província do Huambo dispõe de sete equipas, cada uma com seis técnicos e um supervisor, que colhem dados reais das delimitações e das casas para facilitar a realização do censo populacional.

Lunda-Norte

O Instituto Nacional de Estatística promove desde segunda-feira, no Dundo, província da Lunda-Norte, uma acção formativa de agentes de cartografia que vão estar envolvidos no Recenseamento Geral da População e Habitação, previsto para o próximo ano.

A supervisora do Instituto Nacional de Estatística (INE), Betsaida Costa, disse que os 20 formandos estão a ser treinados com técnicas e metodologias

necessárias à actualização cartográfica nas zonas urbanas e rurais.

Numa primeira fase, os agentes cartógrafos vão receber conhecimentos teóricos sobre o censo populacional.

A etapa seguinte consiste em aulas práticas. De acordo com a supervisora provincial, com vista a facilitar a acção cartográfica, os agentes do Instituto Nacional de Estatística devem ter uma postura pedagógica, para obterem a colaboração da população.

Betsaida Costa adiantou, na ocasião, que tendo em conta a dimensão territorial da província da Lunda-Norte, aliada à existência de um elevado número de comunidades rurais, foram criadas quatro equipas de cinco agentes.

Os ativistas do Instituto Nacional de Estatística que estão a participar no curso vão ser submetidos a um processo de avaliação, antes de iniciarem o registo da população.

Dois especialistas garantem a formação, com a duração de uma semana, seguindo-se o trabalho prático. Esta actividade visa obter indicadores que permitem a contagem e caracterização da população residente no país, tendo em vista o levantamento do parque habitacional e das condições sociais.

A supervisora do Instituto de Estatística solicitou a intervenção dos órgãos de comunicação social na sensibilização da população para a sua colaboração no processo.

"Solicitamos a participação de todas as forças vivas da sociedade, sobretudo os órgãos de comunicação social, a fazerem um trabalho de sensibilização junto das populações, no sentido de poderem contribuir para o êxito da actividade", adiantou a responsável.

Eleições para autarquias locais já começaram a ser preparadas

Jornal de Angola
06 de Julho de 2012

O processo que vai levar à realização das primeiras eleições autárquicas em Angola pode ser concluído em 2015, revelou ontem, em Luanda, o director nacional da Administração Autárquica do Ministério da Administração do Território, Walter de Sá, no Seminário Internacional sobre Descentralização.

Walter de Sá referiu que as autoridades estão a trabalhar na legislação que vai suportar o processo, onde se inclui a Lei das Finanças Locais. Ao discursar na abertura do seminário, que tem como tema "autarquias e desenvolvimento", a ministra da Justiça, Guilhermina Prata, disse que o Executivo pretende recolher experiências de outros países que já vivem o processo de descentralização, para evitar erros que outros já cometeram.

A ministra informou que as experiências que forem recolhidas são inseridas na legislação sobre a matéria. Isso vai permitir também que as linhas mestras do processo possam ser feitas de forma mais coerente com a realidade do país e seja definido o modelo mais adequado à realidade jurídica angolana.

Olaf Juergensen do PNUD em Angola, disse que a descentralização é hoje tida como alavanca essencial no combate contra pobreza, exclusão social, desigualdade de género e na falta de acesso aos serviços sociais básicos.

Auxílio aos políticos

o decano interino da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, Carlos Teixeira, manifestou a disponibilidade da instituição, através do Centro de Pesquisa em Políticas Públicas e Governação Local, em continuar a trabalhar para auxiliar os decisores políticos a optar pelo melhor modelo de descentralização.

O Seminário Internacional sobre Descentralização analisou ontem o modelo de organização e funcionamento das autarquias em Moçambique e as finanças autárquicas e o orçamento do Estado. Foram ainda debatidas as experiências do Brasil e Portugal. O Centro de Pesquisa em Políticas Públicas e Governação Local da Faculdade de Direito realizou o primeiro Seminário Internacional sobre Descentralização em Outubro.

Actualização cartográfica marca o início do registo

Jornal de Angola
07 de Julho de 2012

O processo de actualização da carta cartográfica para o recenseamento geral da população previsto para o próximo ano, iniciado em Março último, na província do Kuanza-Sul, terminou nos municípios do Sumbe, Amboim, Porto Arnboim e Cela.

O chefe dos Serviços de Estatística do Kuanza-Sul, António Silva Frederico, disse que o trabalho realizado nos quatro municípios, nesta primeira fase, incidiu na contagem das habitações, secções e quarteirões, para posterior execução de outras actividades in rentes ao censo.

António Silva Frederico elogiou o empenho dos 31 agentes envolvidos no processo. Os responsáveis salientaram a participação dos administradores municipais, autoridades tradicionais, igrejas, organizações não-governamentais e associações civis.

O financiamento e a logística c tão assegurados, para que os agentes do censo efectuem a recolha dados sem sobressaltos, em toda extensão da província.

Descentralização de verbas acelera desenvolvimento

Semanário Factual

De 28 de Julho à 04 de Agosto de 2012

O Executivo da Província do Uí ge disponibiliza, mensalmente, cerca de 400 mil dólares para cada município, e os gestores utilizam esses recursos para a edificação de novos hospitais, de salas de aulas, de aquisição de merenda escolar para as crianças, de medicamentos e de outras acções que são desenvolvidas no âmbito municipal.

As autoridades governamentais da província estão apostadas na expansão da rede de distribuição de água canalizada, nos 16 municípios e comunas.

"A nossa aposta para o presente ano vai para a expansão e para a instalação do sistema de abastecimento de água canalizada, fundamentalmente nas sedes dos municípios onde ela não existe. Nos próximos dias, vamos inaugurar cerca de seis sistemas municipais de abastecimento de água e faltar-nos-á apenas completar dois municípios para concluir o ciclo de abastecimento de água a nível dos 16 municípios do Uí ge", afirmou o governador provincial, Paulo Pombolo.

Paulo Pombolo lembrou existirem localidades, sobretudo comunas distantes que, de momento, não beneficiaram de água, mas o Executivo está empenhado, para que as populações da região tenham água canalizada, a fim de encurtar as

distâncias que percorrem para conseguir o precioso líquido para o consumo.

O governante avançou haver, igualmente, no âmbito da Saúde, esforços positivos, visto que o Executivo está a construir cerca de seis hospitais municipais, reabilitação do Hospital Provincial do Uí ge, bem como a construção de novos postos e centros médicos nas diversas comunas.

O programa de municipalização dos serviços de Saúde, concebido pelo Executivo Angolano, mereceu a assistência sanitária da população do Uí ge.

Houve ganhos nas vertentes de atendimento aos pacientes, aquisição de medicamentos e construção de unidades sanitárias.

"A municipalização dos serviços de Saúde tem surtido muitos ganhos. Nisso, temos obtido enormes avanços, se tivermos em conta que, com a municipalização dos serviços de Saúde, conseguimos aumentar o acesso da população ao serviço básico. Há um aumento da oferta no pacote de cuidados a grávidas e crianças", garantiu o governador.

"Nos locais onde não havia esses serviços, com a implementação do programa de combate à fome e à pobreza, os administradores municipais estão a empenhar-se para a construção de novas unidades sanitárias. O Governo Central disponibiliza, mensalmente, cerca de 400 mil dólares para cada município da província, e os gestores utilizam esses recursos para a edificação de novos hospitais, salas de aulas, aquisição de merenda escolar para as crianças, medicamentos e outras acções que são desenvolvidas no âmbito municipal", esclareceu.

Com a implementação do programa de combate à fome e à pobreza no País e, em particular, na província do Uí ge, disse Paulo Pombolo, no presente ano, a nível da província, 338 mil crianças foram inseridas no sistema normal do ensino.

Segundo o governante, cerca de 14 mil 482 professores dos diversos níveis do ensino asseguram o funcionamento normal da educação na região, acrescentando que, durante 10 anos de paz efectiva e de reconciliação nacional, o Executivo local já ergueu cerca de quatro mil 454 salas de aula.

Outra aposta do Executivo, disse o governante, incide no relançamento da produção do café na região, passando, necessariamente, pela

recuperação das fazendas abandonadas, dando aos camponeses crédito que lhes possa facilitar na execução dos trabalhos. Paulo Pombolo lembrou que a província do Uíge beneficiou, desde o passado ano, de energia eléctrica da barragem hidroeléctrica de Capanda e que já está a ser consumida por três municípios, dos quais 15 megawatts para o município do Uíge, sede capital da província, 15 para o município de Negage, 37 quilómetros a Nordeste da sede do Uíge.

"Com essa nova linha, já estamos a perspectivar o desenvolvimento industrial, com o surgimento do Pólo Industrial do Negage, e o arranque da exploração da maior mina de cobre na localidade de Mavoio; por isso, estamos certos de que isso também vai servir de frente para atrair os diversos investimentos na região", realçou.

Paulo Pombolo reafirmou que, apesar das melhorias alcançadas, o Executivo tem programas mais ambiciosos para o progresso equilibrado da região e, em virtude disso, solicitou maior colaboração e participação de todos na concretização das tarefas agendadas.

Reabilitação das estradas

A reabilitação de mil e 120 quilómetros de estrada secundária e terciária na província do Uíge é um factor de desenvolvimento.

As autoridades da província destacam o restauro das vias Luanda/Uíge e da que liga os municípios do Negage aos do Puri e Quimbele, numa extensão de 216 quilómetros.

Entre as vias já recuperadas, destacam-se a Songo/Toto/Bembe e Bembe/Maselele / Songo. Estão em obra cerca de 113 quilómetros de estrada da Macocola/Santa Cruz/Massau e os 62 quilómetros da estrada Alfândega/ Cangola.

As vias Sanza Pombo / comuna do Wamba, Sanza Pombo/Buengas, Uíge/Mucaba/ aldeia Missão, Dange Quite xe/ Armbuila e Negage/Pumba/Gozolo recebem intervenções de restauro e estão a permitir a circulação rodoviária.

Estão a ser reabilitadas as vias de acesso às localidades Vista Alegre/Cambamba, município do Quitexe, Masseque/Kimbata (Maquela do Zombo), num total de 53 quilómetros de estrada.

O potencial agrícola

O sector agrícola está a desenvolver-se, através da aplicação de programas destinados a combater a

pobreza no seio das famílias, desde 2009, na província do Uíge.

O Executivo Provincial do Uíge apoiou 389.380 famílias, por meio do fornecimento de instrumentos de trabalho, tractores, alfaias e outros equipamentos.

Estas famílias conseguiram produzir mais de 3.831.760 toneladas de alimentos diversos, numa área de 7.951,5 hectares, boa parte dos quais lavrada de forma mecanizada, sendo que apenas 65 deles aconteceram através de tracção animal.

O Crédito Agrícola de Campanha, que iniciou em 2010, no quadro do Programa do Fortalecimento dos Pequenos e Médios Produtores Agro-pecuários, melhorou o sistema de culturas existente na região e garantiu maior produtividade e retorno financeiro das actividades agrícolas e pecuárias.

No âmbito dos referidos programas, o Executivo do Uíge adquiriu 20 tractores com as respectivas alfaias. Foram, igualmente, distribuídos às administrações municipais 7.078 cabeças de gado bovino, 28.704 suínos, 24.626 caprinos, 2.534 ovinos, no âmbito do programa do repovoamento animal.

Eleições autárquicas só em 2015

O Independente

07 de Julho de 2012

Chega de gradualismo. É essa a posição do actual elenco governativo em relação à implementação das autarquias em Angola. Segundo o director nacional da Administração Autárquica do Ministério da Administração do Território, é chegado o momento de se mudar o princípio do gradualismo, consagrado na Constituição, para a simultaneidade.

Walter de Sá defendeu que a ideia da simultaneidade resulta do receio de que a implementação gradual possa trazer diferenças no desenvolvimento dos municípios, e expor ainda mais as assimetrias que se verificam no país.

O responsável considerou uma «espécie de balão de ensaio» a implementação de projectos para a melhoria das condições de vida da população nos municípios. «Estes projectos podem ser considerados como 'balão de ensaio' para a descentralização, pois foram atribuídas competências às administrações que antes não tinham», apontou.

No seu entender, todos os decretos que regulam a administração local, aprovados nos últimos anos, visam aumentar as competências das administrações locais no processo de amadurecimento para as autarquias, apesar de reconhecer a existência ainda de uma forte dependência das autoridades locais em termos orçamentais.

Eleições autárquicas só em 2015

O processo que vai levar à realização das primeiras eleições autárquicas em Angola pode ser concluído em 2015, revelou ontem, em Luanda, o director nacional da Administração Autárquica do Ministério da Administração do Território.

Walter de Sá, que fazia a apresentação da visão retrospectiva sobre o processo de descentralização e desconcentração em Angola, durante o segundo Seminário Internacional sobre Descentralização, revelou que as previsões iniciais apontavam para 2014, mas que «para não queimar etapas» o processo vai ser estendido até 2015.

O director nacional da Administração Autárquica do Ministério da Administração do Território apontou como etapas a cumprir a realização do censo geral da população, em 2013.

O responsável disse que, no momento, as atenções estão viradas para a produção da base legal do processo de criação das autarquias.

Em Abril último, o Conselho da República recomendou a realização das primeiras eleições autárquicas em 2014, tendo em conta a realização de eleições gerais em 2012 e o Censo Geral da População em 2013.

Na sua sessão do segundo semestre o órgão de consulta do Presidente da República deverá fazer a análise dos assuntos ligados aos preparativos do processo de realização das eleições autárquicas, sendo que nesta ocasião será tida em conta a necessidade de alargamento do horizonte temporal para a realização do pleito.

Seminário sobre a descentralização serve como uma fonte de inspiração

Jornal de Angola

08 de Julho de 2012

O segundo seminário internacional sobre descentralização não teve como objectivo "copiar modelos", mas antes servir como fonte de inspiração para tirar ganhos através das diferentes experiências, disse ontem, em Luanda, o director de programas do Centro de Pesquisas em Políticas Públicas e Governação Local da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (UAN), Jacob Massuanganhe.

"Queremos partir de uma base que nos assegure que as etapas do processo que estamos a levar estão em consonância com a realidade angolana", frisou o docente.

Jacob Massuanganhe referiu que o seminário permitiu ver como é que o processo de implantação das autarquias está a decorrer e quais os elementos vitais para a realidade angolana.

O objectivo, acrescentou, é ver até que ponto essas experiências poderão influenciar os diferentes estudos que estão a ser feitos no país sobre a matéria.

Recomendações

As recomendações do segundo seminário internacional sobre descentralização, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto serão remetidas às autoridades que a nível do país cuidam, no plano administrativo e político, das matérias relacionadas com a construção do Estado.

De acordo com Carlos Teixeira que falava no encerramento do encontro, em representação do reitor da Universidade Agostinho Neto, as comunicações apresentadas serão igualmente compiladas e publicadas para servirem como fonte de consulta para as pessoas que se interessam pelo tema.

Carlos Teixeira referiu que o seminário representa um sinal de vitalidade para a Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto e um sinal de relacionamento entre a sociedade e a instituição do saber.

O director nacional da Administração Autárquica do Ministério da Administração do Território, Walter de Sá, disse que o objectivo do seminário foi colher experiências de outros países que já implementaram as autarquias, a fim de aproveitarem os pontos fortes adaptá-los à realidade angolana ..

O seminário, realizado pelo Centro de Pesquisas em Políticas Públicas e Governança Local, em parceria com o Ministério da Administração do Território e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), teve a participação de especialistas de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Namíbia e Portugal.

Seminário discutiu ontem a participação de órgãos estatais no censo populacional

Jornal de Angola

28 de Julho de 2012

A ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, associou ontem em Luanda, a boa governação à quantidade e qualidade do capital humano disponível, capaz de fazer a escolha das melhores políticas públicas.

"Só os censos permitem conhecer este capital humano, na medida em que permitem obter, para cada nível geográfico do país, o perfil de todos os indivíduos", disse Ana Dias Lourenço, durante a cerimónia de abertura de um seminário, encerrado no mesmo dia, sobre "Recenseamento Geral da População", em que foram abordados aspectos ligados à forma de participação de todos os órgãos da administração local do Estado no processo de preparação e realização do censo geral da população, agendado para o próximo ano.

A titular da pasta do Planeamento lembrou que os recenseamentos são fontes renováveis de informações sobre a população e o parque habitacional do país e são usados como instrumentos de diagnóstico, planeamento e intervenção nas diferentes dimensões do desenvolvimento social, ambiental e geográfico.

"O recenseamento é uma operação exaustiva e complexa e a única fonte completa de informação desagregada para todas as unidades geográficas e administrativas do país", sublinhou. A forma preferencialmente mais utilizada e mais directa de conhecer o número de habitantes de um determinado território e a dimensão do parque habitacional, consistem no censo populacional e habitacional, realçou a ministra. Quanto à forma de participação dos órgãos de administração local na preparação do censo, a ministra Ana Dias Lourenço disse que compete aos governos provinciais, em colaboração com o Instituto Nacional de Estatística (INE), coordenar as administrações em todo o seu

envolvimento no processo, sobretudo na divulgação promocional do censo.

Ana Dias Lourenço aproveitou a oportunidade para solicitar o apoio dos governos provinciais ao trabalho das equipas técnicas para o registo cartográfico.

A ministra Ana Dias Lourenço assegurou que, caso seja terminada a actualização cartográfica dentro dos prazos previstos, ainda este ano vai ser realizado um censo piloto, em sete províncias do país, nomeadamente Uíge, Luanda, Kuanza-Norte, Huambo, Kuando-Kubango, Namibe e Cunene.

A realização do censo piloto, realçou, vai servir para o Instituto Nacional de Estatística (INE) testar toda a "máquina" organizativa e os instrumentos a utilizar no censo geral de 2013.

No seminário, foi apresentada a estrutura organizativa dos órgãos intervenientes no censo. Também foram prestadas informações sobre a preparação do processo e abordado o método de criação e funcionamento dos comités técnicos locais.

O seminário contou com a presença do ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, e representantes de todos os governos provinciais.

AGOSTO DE 2012

Comissões de moradores acusadas de extorsão

O País

03 de Agosto e 2012

Os presidentes das comissões de moradores e chefes de sectores dos bairros Boa Fé (filiais da Caop A, B e c), Quilometro 9 (filiais do sector A, B, C, D e F), Mulenvos de Baixo e 1º de Maio, em Viana, são acusados de estarem a extorquir os municípios em troca de celeridade na emissão de documentos, em parceria com os funcionários da administração municipal.

A equipa de reportagem de O PAÍS apurou, durante uma ronda efetuada a estas instituições, nesta quarta-feira, que cada uma delas tem uma tabela de preços que varia em função da especificidade da documentação.

O montante arrecadado é supostamente repartido entre o funcionário da administração que assegura a celeridade na emissão do documento e o quadro da

agremiação que faz o levantamento (em caso de deslocação).

O jovem António dos Santos está entre os munícipes do Quilómetro Nove, em Viana, que teve que desembolsar 13 mil Kwanzas aos funcionários da comissão de moradores para tratar a declaração que comprove que o mesmo reside naquela área há mais de cinco anos, junto da administração daquele município no momento em que pretendiam legalizar as suas residências ou parcelas de terra.

No documento a que tivemos acesso, assinada pela presidente da referida comissão, Filomena Van-Dúnem, consta que ele reside ali há mais de cinco anos, o que não corresponde à verdade, dado só ter adquirido a parcela de terra de 20 metros de largura e 30 de cumprimentos há seis meses.

António dos Santos explicou que a tabela de preços que se encontra fixada naquela repartição diz que os interessados devem desembolsar simplesmente dez mil Kwanzas pela declaração, mas os técnicos da comissão que fazem a averiguação exigem o pagamento de mais três mil Kwanzas.

Apesar da sua parcela de terra estar a menos de um quilómetro da filial do sector C e de ter postos a sua viatura à disposição deles, não teve que pagar o valor atrás mencionado. Tudo porque classificavam o seu trabalho como difícil, atendendo a que têm de convencer a vizinhança a participar do inquérito feito para comprovar a titularidade do espaço pelo requerente antes de passar o documento.

"O mais caricato é que tudo isto não passou de conversa fiada. Ao chegarmos ao local, prestaram mais atenção a uma obra que estava a ser erguida sem o consentimento deles e da fiscalização do que a fazer o trabalho a que se propuseram", declarou.

A declaração que o habilitará a legalizar a parcela de terra foi -lhe entregue dois dias depois, com um espaço em branco para as testemunhas, à sua escolha, assinarem sem terem sequer sido inquiridas. Por falta de uma máquina fotocopiadora na instituição o cidadão foi orientado a procurar um sítio onde pudesse reproduzi-lo e entregar uma fotocópia para constar dos arquivos, o que não aconteceu.

A outra irregularidade que consta no documento está relacionada com o facto de as suas coordenadas geográficas não corresponderem à realidade. Visto que o espaço se encontra numa ruela, sem nome e número, os supostos técnicos identificaram-na como estando situada na mesma

rua onde está um estabelecimento comercial denominado Baquita Ncose.

"Isso só demonstra mas uma vez que não existe ainda um mecanismo adequado para conter o surgimento de litígios de terrenos vendidos a duas pessoas ou mais, porque as comissões de moradores que deviam exercer um grande papel neste sentido estão mais preocupada em extorquir os cidadãos", considerou. Acrescentou acreditar "que os fiscais agem deste jeito propositadamente para serem chamados novamente para resolver os conflitos e cobrarem os cinco mil Kwanzas estipulado pela mediação e mais três mil pela deslocação de cada um deles".

Facilidades a preços altos

Na instalação da comissão do sector A do Quilómetro Nove encontra-se ainda fixada a tabela de preços criada em Maio de 2010 pelo antigo presidente, António Lopes Silvestre, já falecido. De modo a gerar uma certa harmonia e dada a eficácia do método criado pelo malogrado, a actual presidente optou por não alterá-la. Os preços variam de mil e 50 a 30 mil Kwanzas em função da especificidade da declaração. O primeiro montante, que é o mais baixo, está relacionado com o pedido de declaração de óbito.

Na tabela de preços a que tivemos acesso constata-se que a seguir àquela declaração figuram os mil e 550 Kwanzas cobrados pela emissão de Agregado Familiar, Atestado de Residência, Cartão de Contribuinte e Declaração Comprovativa (normal). A seguir estão os dois mil e 50 Kwanzas cobrados pelas declarações comprovativas de união de facto e de perda de documentos.

É visível ainda que os empresários que pretendem abrir uma stand de automóveis ou motorizadas devem pagar 30 mil Kwanzas pela declaração de comércio, 28 mil Kwanzas pela declaração para venda de produtos diversos em armazéns, 23 mil Kwanzas para a declaração de loja, 12 mil Kwanzas para a declaração de lanchonete e nove mil Kwanzas para a declaração de cantina. Na referida lista, os estrangeiros também são chamados a fazer o pagamento de dois mil e 500 Kwanzas pelo senso, entre outros valores e documentos.

O momento em que for tratar de uma das declarações comerciais, o munícipe recebe a garantia que não terá problemas nenhum com a Polícia Económica e a fiscalização por falta de

alvará comercial, por ser emitido pela área comercial da administração municipal de Viana.

Já no sector A, B e C do bairro da Boa Fé, também em Viana, os interessados em tratar da declaração de ocupação de terreno devem pagar nove mil Kwanzas aos responsáveis das referidas comissões de moradores. Segundo uma cidadã que adquiriu recentemente uma parcela de terra no sector B daquele bairro, para erguer um estabelecimento comercial os funcionários daquela agremiação exigiram simplesmente o pagamento de cinco mil Kwanzas pela emissão da declaração e o documento de compra passado pelo antigo proprietário.

A senhora, que só aceitou falar à nossa reportagem sob anonimato, disse que teve ainda que desembolsar quatro mil Kwanzas pela deslocação. Embora também tenha sido efectuada no seu automóvel.

Contou que comprou a parcela de terra de 15 metros de largura e 20 de comprimentos ao preço de 18 mil dólares. Apesar de o vendedor ter passado apenas uma declaração de cedência, a senhora mostrou-se bastante confiante que conseguirá legalizar a parcela junto da administração municipal.

Na porta da sede da subcomissão de moradores do sector 1, do bairro Caop C, está fixado um anúncio, datado de 15 de Janeiro de 2011, dizendo que se trata de Agregado Familiar, Atestado de Residência, declaração para legalização de terreno e declarações para todos os efeitos.

Areia provoca notificação

Quem teve sorte foi o jovem Manuel Alexandre, morador do bairro de Mulenvos de Baixo, que não pagou nenhuma soma monetária aos funcionários da comissão de moradores para proceder à ocupação efectiva do terreno que possui há cerca de seis anos. Conta que esteve prestes a pagar uma elevada quantia financeira por ter sido notificado, em Abril último, pelos membros da comissão de moradores da sua área por ter descarregado uma carrada de areia defronte à sua casa, sem o consentimento daqueles.

Manuel Alexandre acrescentou que, apesar de a areia não estar a obstruir o caminho, os supostos fiscais exigiram a presença dele numa reunião com o coordenador do bairro onde seria abordado o valor a ser pago. O que lhe pareceu não ser normal porque os fiscais são orientados a advertir a

população ou a passar a multa assim que descobrirem a infracção.

Por outro lado, a exigência não lhe caiu bem pelo facto de a maioria dos seus vizinhos procederem do mesmo modo enquanto estão a fazer as obras em casas, sem embaraçar a passagem na via pública. " Não cheguei a comparecer na reunião e recusei pagar qualquer soma monetária porque um dos meus familiares, que trabalha na repartição de fiscalização do Governo Provincial de Luanda, alertou-me de que seria golpe" , lembrou.

Diante de tal situação, o municípe de Viana optou por confrontar os supostos responsáveis do bairro e como eles não tiveram argumentos suficientes para o convencer a proceder de modo contrário e se recusaram a Dirigir-se à repartição de fiscalização do município, acabou por não pagar. Contactados pela nossa equipa de reportagem para prestarem explicações sobre o assunto, o chefe do sector B, do bairro da Boa Fé, recusou -se à prestar informações sem o consentimento do administrador municipal, José Moreno.

Os comités do MPLA junto das administrações

O Continente

03 de Agosto de 2012

Tenho assistido ao longo dos anos uma aproximação não explicada para o povo ou sociedade angolana a instalação dos COMITÉS DO MPLA junto às administrações municipais de qualquer bairro de Luanda. Falo somente de Luanda, embora isso possa vir a acontecer em outros lugares de Angola, uma vez que isso possa aparentar uma prática por parte dos nossos CAMARA DAS. Aconteceu isso nos novos bairros da nossa província e capital Luanda, em que num primeiro momento foi instalada a administração municipal e comunal, espaços estes onde se mantinham os encontros dos moradores para definirem algumas prioridades de benefícios, já que até a presente data que lavro esta matéria, em muitas comunas e bairros continuam sem luz, água canalizada, redes de drenagem e para não dizer asfalto nas ruas principais.

Não sei quais são os critérios que se usa para que estes comités possam ser instalados junto às administrações comunais e municipais que prestam serviços para todos os cidadãos de vários extractos políticos. Ao meu bom entendimento, todas as instituições que prestam serviços não devem ser

partidarizadas mas sim, apartidarizadas. Além do mais, de vemos ter a cultura de separar os es paços de actuação pública e outros de actuações partidárias. Já viram o que seria do nosso país e províncias se instalassem junto das administ rações comités de todos os Partidos Políticos? Se o MPLA pode porque é que os outros partidos não podem? Aí se justifica a intolerância política dos CAMARADAS ou do siste ma, porque se um dos partidos da oposição tivesse esta atitude seria enxovalhado, criticado, maltratado, enfim, todos os adjectivos e sub stantivos seriam atribuídos a ele. É necessário que se tome consciência das atribuições públicas e de outras que são de âmbitos partidários. Certamente, os casos mais candentes surgem nas atribuições de direitos de cada um e se falarmos na conjun tura, pode-se apontar a dos partidos políticos da oposição que procuram obter um espaço, as vezes não junto das administrações mas nas provín cias, municípios, comunas, bairros até mesmo aldeias. Estes encontram vários entraves e as vezes dos prin cipais dirigentes destas localidades alastrando as vezes nas autoridades tradicionais. Os partidos da oposição têm a missão de junto às populações levarem a mensagem de solidarie dade, amor, carinho, irmandade e sobretudo de paz. Isto fortalecerá as nossas instituições e contribuirá na manutenção da perpetuação da paz e da harmonia social. São várias as "desordens" sociais de hoje, como corrupção, pobreza, fome, dentre outros. Para que haja uma socie dade mais humanizada e justa, todos devem possuir desde riquezas até direitos iguais, eliminando as dife renças e, conseqüentemente, todos os problemas actuais.

O povo angolano está a se preparar para mais uma escolha do futuro governo. Este futuro governo pre cisa ser um governo do povo e para o povo, deixando de lado os interesses partidários, para que não criemos uma nostalgia à sociedade, recor dando do passado colonial, embora muitos não vivenciaram este mo mento, mas dizem os mais-velhos que eram tempos de fartura. Embora vivia-se debaixo do jugo colonial, mas algo de bom passaram. Não es tou a dizer que neste momento não vivenciamos bons momentos, mas deveria ser melhor.

O respeito as diferenças, seria um marco para a nossa convivência so cial. Todos se reviam num partido e numa Nação, gozando de direitos fundamentais e buscando cumprir com as suas obrigações. As cam panhas eleitorais já deram o seu sinal de partida. Os partidos apu rados para a corrida, afinaram seus discursos para esta grande

com petição. Mas não se esqueçam de uma coisa, "O CIVISMO". Porque pode parecer como sendo uma cena de caça talentos, mas exige-se mui tas responsabilidades porque vão prometer ao povo coisas que neces sitam. Buscando mais o nosso tema, alerto que deixem os outros partidos da oposição se instalarem desde que não seja junto de uma administração do Estado. O MPLA deveria fazer o mesmo, em retirar seus comités nestes lugares para que se cumprisse o princípio de igualdade de direitos. Devemos agir como cidadãos, em razão desse facto alarmante do cres cimento das nossas consciências. Verdade seja esta é a triste realidade angolana que enfrenta graves en traves quanto ao posicionamento de outros partidos, sendo imprescindível a criação e a aplicação de me didas políticas, judiciais e institucio nais eficazes, a fim de se combater a intolerância política, assim como a criação de mecanismos capazes de combater a raiz do problema apon tado. Porque o partido que ganhar as próximas eleições vai formar o governo e este, como Estado terá a obrigação de garantir os direitos à saúde, à educação, à moradia, ao transporte, ao saneamento básico, ao emprego aos cidadãos.

Makas passam pelas autoridade tradicionais

Agora

04 de Agosto de 2012

As dificuldade de acesso à justiça estão a levar muitos cidadãos a recorrer às autoridades tradicionais, nas comunidades., revela a publicação da Igreja Católica " Acesso à Justiça - Elementos para Reflexão" lançada está semana em Luanda

O documento diz que o recurso às instituições informais varia consoante o local e o nível de instrução, salientando que a sua escolha pode ser explicada com o facto de que em várias localidades as pessoas terem a informação de que apenas podem apresentar uma queixa à polícia acompanhadas de uma declaração do soba ou do coordenador do bairro, que serve de "nota de encaminhamento".

A publicação recomenda ao Ministério da Administração do Território a definição urgente das

atribuições e competências das autoridades tradicionais, evitando colisões com os órgãos do sistema formal.

Em declarações à imprensa, o diretor-geral do Mosaiko, padre Júlio Candeeiro, disse que a instituição já trabalhou em todo o país, desde o fim da guerra, em 2002, salientando que esta publicação traz sobretudo constatações de um estudo, que ainda não foi publicado, realizado nos municípios da Quibala, (Kuanza Sul), em N'Dalatando, capital do Kuanza Norte, no Cubal e Caimbambo (Benguela) e Kuito (Bié).

Segundo Júlio Candeeiro, durante o trabalho foram verificadas numerosas situações de crimes numa comunidade em que é o soba a decidir se há queixa à polícia.

"Muitas vezes a pessoa foi absolvida pelo tribunal, mas não pelo soba", exemplificou o padre.

Entre as várias constatações, o diretor-geral do Mosaiko considerou "gritante" a falta de advogados, nas províncias.

"Noventa por cento dos advogados está em Luanda e só algumas províncias têm advogados", referiu o padre.

Para colmatar a situação, a publicação recomenda ao Ministério da Justiça, ao Conselho Superior da Magistratura Judicial, à Ordem dos Advogados a formação de defensores oficiosos, para que o direito à defesa também seja efectivamente garantido às pessoas mais vulneráveis.

A publicação constatou também que a acusação de feitiçaria é uma das principais causas do cometimento de crimes em grande parte dos municípios do país, onde o adivinho é a figura central.

A fonte reconhece que a resolução desses casos se apresenta difícil ao Estado, porque a lei não prevê mecanismos para o efeito. "Muitas vezes, os próprios agentes do Estado têm uma crença enraizada no feitiço, o que os torna incapazes de tomar uma postura imparcial, acabando por encaminhar, consoante o contexto, o caso às autoridades tradicionais ou a grupos de direitos humanos".

Nesse sentido, recomendam aos Ministérios da Cultura e da Educação, às igrejas e à sociedade civil maior atenção a este fenómeno, bem como a criação de programas de educação para a cidadania

que ajudem as pessoas a interpretar os fenómenos sociais.

Central de atendimento em línguas nacionais

Semanário Angolense
04 de Agosto de 2012

O Recenseamento Geral da População e Habitação - 2013 (RGPH) vai contar com o recurso a uma central de atendimento telefónico, com linha aberta, para tirar todas as dúvidas que a população possa ter e, assim, concorrer para uma melhor eficiência de todo o processo.

Paulo Fonseca, chefe da Divisão de Recenseamento e Inquéritos do INE, disse ao Semanário Angolense que há probabilidade de se apresentar esse projecto no fim de Novembro do corrente ano. O responsável salientou que os que vão atender responderão

Ao atender em língua portuguesa e nas três línguas nacionais, identificadas como as mais faladas, no país: o quimbundu, o umbundu e o kicongo. Além destas, o projecto não pretende incluir outras línguas nacionais, sendo o atendimento previsto de graça.

Para o técnico do INE, em princípio, a empresa a ser contratada para operar o serviço poderá ser privada, com parceria angolana. O principal papel da firma a contratar será treinar o pessoal que será recrutado. «Nós vamos formar essas pessoas em matérias essenciais, para poder responder às exigências dos solicitantes», anunciou.

Na fase final do RGPH 2013, o recurso a call-centers, segundo Paulo Fonseca, ainda poderá servir para inquéritos, porque a partir daquele momento, pretende-se também testar a qualidade e o nível de cobertura do censo.

Entretanto, depois do censo propriamente dito, basicamente esse serviço de atendimento já não será necessário, pois a maior parte das perguntas vai surgir no âmbito do fornecimento de dados.

Tentativas frustradas

Semanário Angolense
04 de Agosto de 2012

O censo vai permitir uma maior planificação e programação a todos os níveis, por haver vontade

política para fazer o censo. Para Camilo Ceita, não é possível gerir sem medir. «O país tem executado alguns projectos com dados do INE que melhoram a qualidade de vida dos angolanos e o recenseamento vem afinar aquilo que já tem sido feito».

Após a recolha das informações, resultantes de milhares de questionários em todas as províncias, elas serão centralizadas para Luanda com o fito de serem transformadas em informações electrónicas, só depois é que irão merecer o devido tratamento estatístico. Os resultados do censo serão conhecidos 18 meses depois. Para um cidadão com várias famílias, coisa comum em África, a contabilização será feita em função dos vários agregados familiares. «Mas vai ter que indicar a sua residência oficial. Pensamos que não vai haver muita gente nessas condições. Mas pode ser um indicador para que, depois, as autoridades possam ver se é um problema que tem influência na sociedade. O nosso trabalho é tirar a fotografia e entregar os resultados às autoridades competentes», salientou.

De acordo com a Lei do Sistema Estatístico Nacional, as informações prestadas pelos cidadãos vão ter carácter confidencial, sendo que os profissionais envolvidos na execução do censo estão obrigados, por lei, ao sigilo. Em caso de infracção podem ser responsabilizados civil e criminalmente. «Acreditamos também que não há interesse do cidadão em prestar informações falsas aos agentes recenseadores. Quanto mais informações certas, mais o país sairá a ganhar. O valor do ordenado do chefe de família, por exemplo. Se a esposa apercebe-se que ele, mensalmente, tem um salário que não corresponde ao que tem dito à mulher, pode gerar um conflito familiar. Daí que temos estratégias para fazer certas perguntas. Em vez de perguntarmos quanto ganha o chefe de família, perguntamos quanto gasta mensalmente. Assim já evitamos problemas no lar», elucidou.

Depois de duas tentativas frustradas, nas décadas de 80 e 90 do século passado, num clima de intensa guerra, nunca mais se realizou um censo populacional, registando-se, em consequência disso, um grande deficit de dados demográficos recentes. A intenção de se realizar o censo populacional em 2013 já data de algum tempo e aquando da realização do «IV Simpósio Internacional Sobre o Desenvolvimento da Estatística em África», decorrido em Fevereiro de 2009, em Luanda, sob o lema «Ronda de Recenseamento geral da População e Habitação no

ano de 2010», o INE já previa a sua realização nos anos seguintes, dentro de uma ronda censitária que irá até 2014.

Também o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, afirmara já, no princípio deste ano, que o censo geral da população angolana deveria ser realizado em 2013 e, de acordo com fontes oficiais, está previsto para o período que vai de 16 de Julho a 18 de Agosto dos próximos doze meses.

Há grande expectativa por parte da sociedade quanto à realização do censo, por quanto as actuais gerações não sabem quem e quantos angolanos são, quer por falta de dados e informação estatística sobre os mais variados aspectos da vida nacional ou ainda pelas falcatruas que se verificam na emissão de documentos vitais da nacionalidade angolana a favor de estrangeiros, em detrimento, do cidadão nacional. De acordo com especialistas, o censo geral da população que se pretende realizar no país em 2013, só será realmente credível se o mesmo tiver também em conta os diferentes grupos somáticos existentes no país e espelhar a realidade da população existente.

Os técnicos lembraram os procedimentos a ter sempre em conta quando se está em presença de sociedades multi-étnicas, raciais e culturais, citando os exemplos de países como Brasil, Cuba, México, EUA, Rússia e outros de diferente composição demográfica, cujas estatísticas espelham os diferentes grupos em termos quantitativos e percentuais. «Somos um país de negros, brancos e mestiços. O censo geral tem de mostrar quantos somos em cada um desses tipos somáticos e nos grupos etnolinguísticos, sob pena de ficar incompleto e, portanto, não espelhar a realidade demográfica do país», defendem.

Desde a independência, em 1975, a situação de guerra em que o país esteve mergulhado até 2002 não permitiu a realização desta operação estatística. A julgar pelos resultados dos diferentes censos populacionais, desde 1940 que Luanda duplica a sua população todos os 10 anos. No entanto, projecções da população provenientes de várias fontes, nomeadamente do Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE) e da Divisão de População da Organização das Nações Unidas (ONU), calculadas com base nas taxas de crescimento dos censos realizados na época colonial, permitem mostrar a tendência dos efectivos populacionais do país.

Dados recentes organizados por Luís Filipe Colaço, um demógrafo angolano, apontam como projecções da população de Angola para 20.785 milhares (compreen da-se vinte milhões, setecentos e oitenta e cinco mil) de indivíduos em 2015, valores que sobem para 24.225 e 28.213 milhares de indivíduos respectivamente em 2020 e em 2025.

No entanto, constata-se uma ligeira diferença, para menos, entre os dados calculados pelo investigador angolano e os da ONU, quanto aos anos de 2015 e 2020, observando-se o inverso em 2025. A revisão das projecções efectuada em 2010 pela Divisão de População da ONU, apontam para 21.842,4 milhares de indivíduos em 2015, 24.780,2 em 2020 e para 2025, ascendem a 27.766,5 milhares de indivíduos.

Entende-se por censo, ou recenseamento da população, um conjunto de operações que consistem em recolher, agrupar e publicar dados demográficos, económicos e sociais relativos a um momento determinado dos habitantes de um país.

Contudo, a base de dados estatísticos disponíveis sobre a população angolana é bastante frágil e os dados demográficos existentes são poucos fiáveis.

Em relação às tendências de crescimento da população, pode presumir-se que a taxa observada nos anos 70 do século passado foi fortemente afectada pela subestimação registada no último recenseamento nacional, realizado no país em 1970 e agravada pela saída maciça dos portugueses, ocorrida naquela década.

Em 1980, segundo estimativas oficiais, a população atingia 7,7 milhões de habitantes, o que traduzia uma taxa média de crescimento de 3,2% em relação à década anterior.

Esta taxa era bastante elevada se tivermos em consideração a guerra civil e o êxodo maciço dos portugueses no momento da descolonização (1974-1975). Embora os dados não sejam fiáveis, estima-se que a população cresceu a uma taxa de 2,5% durante os anos 80, atingindo cerca de 9 milhões em 1989. A densidade da população é muito baixa situando-se nos 7,2 habitantes por km². As províncias mais povoadas são Huambo, Luanda, Bié, Malanje, Uíge e Kwanza-Sul. Os mais importantes centros urbanos são Luanda, com cerca de 3,5 milhões de habitantes, Huambo, Benguela, Lobito, Sumbe, Lubango, Malanje, Cabinda, Uíge, Kuito, Saurimo, Namibe, Ndalatando e Mbanza Kongo.

Evolução do homem e do espaço

Por altura da realização do IV Simpósio Internacional Sobre o Desenvolvimento da Estatística em África, em 2009, estimava-se, a população total de Angola em 18.409.010 habitantes, conforme mencionado no Relatório Económico de 2009 elaborado pelo Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC/UCAN). Àquele quantitativo populacional correspondia uma taxa de crescimento demográfico de 2,9 %, uma taxa de fecundidade total de 5,8 crianças por mulher, uma densidade populacional de 14,7 habitantes por km², enquanto a população rural representava cerca de 45 % do total da população.

O relatório alude para a existência de diferentes estimativas da população, algumas das quais apontando para uma população de Angola, no mesmo ano, superior à 22 milhões de pessoas. É provável que a população total do país, em 2010, rondasse os 19 milhões de habitantes.

De facto, estimativas feitas com base nos resultados do registo eleitoral de 2007 e divulgadas no Relatório Económico 2010, admitem uma taxa de crescimento demográfico entre 2,7% e 2,9% e uma taxa média de fecundidade total de 5,8 crianças por mulher. A população cifrava-se em 18.943 milhares de habitantes, valor próximo dos 19.082 milhares de indivíduos projectados pela Divisão de População das Nações Unidas, conforme cenário da Revisão 2010.

A nota mais saliente relaciona-se com a grande concentração populacional de Luanda a qual corresponde, praticamente a 30% da população total do país (mais de 5 milhões habitantes em 2007). Estima-se que entre 2000 e 2007 se tenha registado um aumento de 10 pontos percentuais na quantidade de pessoas que passaram a residir em Luanda, conforme Relatório Económico 2010, CEIC/UCAN, de Junho 2011.

O CEIC/UCAN alerta para o êxodo rural que o país regista, para o forte ritmo de urbanização, sobretudo depois de 2002, observado nas principais cidades, em particular Luanda. Estes fluxos migratórios internos reflectem a procura de novas oportunidades de trabalho e de negócios entretanto proporcionados.

As diferentes taxas de crescimento de populações residentes nas zonas urbanas e rurais reflectem em

mais alto grau, as vicissitudes do período compreendido entre 1970 -1990 durante o qual pelo menos 2/3 de qualquer crescimento registado da população foi produto das zonas urbanas do país.

Com a continuidade destas tendências identificadas, Angola poderia contar, no limiar do século XXI com 2/5 da sua população maioritariamente urbana.

Um critério possível para medir a ocupação do imenso espaço territorial, ainda segundo o CEIC, por razões de equilíbrio regional, reconciliação nacional e limitação de emigração fronteiriça era «estabelecer um valor desejável para o rácio população/ superfície de, por exemplo, 25 habitantes por km², devidamente bem distribuídos».

Como se sabe, está previsto para 2013 a realização do Recenseamento Geral da População e Habitação, operação estatística que permitirá, certamente, melhor caracterizar a situação demográfica de Angola. As Nações Unidas apontam no relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2010 um quantitativo populacional em Angola, em 2010, de 19 milhões de habitantes e uma taxa de crescimento natural de 3,25%. Para 2015 prevê-se um volume global de população em Angola de 21,7 milhões de pessoas de acordo com as Nações Unidas. As estimativas do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC/UCAN), com base no registo eleitoral de 2007 anotam uma cifra bem próxima e avaliada em 18.043 milhares de habitantes considerando uma taxa de crescimento demográfico anual entre 2,7% e 2,9% e uma taxa média de fecundidade de 5,6 crianças por mulher, segundo o Relatório económico de 2010, CEIC/UCAN, Luanda, Junho de 2011.

A nota mais saliente relaciona-se com a grande concentração populacional de Luanda com praticamente 30% da população total do país (mais de 5 milhões habitantes em 2007).

Operação dispendiosa, fiabilidade garantida

Semanário Angolense
04 de Agosto de 2012

Para permitir uma melhor planificação das acções governativas, nos próximos anos, o Executivo vai gastar 100 milhões de dólares no Recenseamento Geral da População e Habitação. Será uma vasta

operação a ser realizada a partir de Julho de 2013, conforme revelou, esta semana, o director do Instituto Nacional de Estatística (INE), Camilo Ceita. A realização do censo vai envolver cerca de 50.000 agentes recenseadores, número que pode ser acrescido, se houver necessidade, depois da actualização cartográfica. Os candidatos seleccionados na primeira etapa foram os agentes cartográficos. Fez-se um concurso público e foram seleccionados os melhores, que passaram por uma formação e já estão a trabalhar. Em vésperas de realizar o censo-piloto agendado para Outubro com o objectivo de testar e corrigir toda a máquina do censo, desde a logística à formação de agentes, está em marcha o concurso para o recrutamento de recenseadores que vão trabalhar nas províncias de Luanda, Kwana-Norte, Uíge, Huambo, Namibe, Kwando-Kubango e Cunene, onde vai decorrer o censo-piloto.

O primeiro censo depois da independência do país é de uma importância muito significativa, porquanto vai fornecer a informação necessária para que os planos e programas políticos possam ser executados de forma sustentável. «Vamos sair das estimativas ou projecções para um estado de informação concreta», afirmou o responsável, sublinhando que a informação real é necessária para o desenvolvimento sustentável, porque as prioridades vão ser melhor definidas e os projectos e programas vão ser melhor avaliados e executados. O último censo foi realizado em 1970, ainda no período colonial.

A organização do censo compreende várias etapas. A actualização cartográfica permite traçar os limites dos conglomerados, bairros, aldeias e sobrados, para definir o número de pessoas que vai trabalhar no recenseamento, sobretudo recenseadores, assim como executar o mapa das secções. Segundo o director do INE, uma operação desta envergadura é, do ponto de vista económico e financeiro, dispendiosa, devendo ser realizada dentro dos padrões internacionais por serem os que garantem a fiabilidade do resultado. «Tem de haver uma legislação própria que, felizmente, já existe. Temos um Gabinete Central do Censo, formado por comissões de logística, formação, publicidade, marketing e administrativa. É essa estrutura que, a nível central, está a levar a bom porto as actividades de preparação do recenseamento», referiu.

O censo, conforme foi dito, já tem um fundo aprovado pelo Conselho de Ministros desde o ano passado, havendo por parte do INE uma previsão

de custo na ordem dos 100 milhões de dólares. «A dinâmica do trabalho faz com que não seja possível ainda definir o orçamento», sublinhou Camilo Ceita. Sendo uma empreitada de grande porte, considerando que os últimos mapas de Angola foram feitos entre os anos 80 e 85, tendo o país sofrido várias transformações que fizeram com que aldeias que existiam numa determinada comuna deixassem de existir ou que deixaram de ter o tamanho que tinham, implica avaliar a realidade actual, pelo que é igualmente necessário Recursos Humanos qualificados. Vai depender do número de pessoas a contratar numa determinada área. As condições climáticas podem vir a atrapalhar o trabalho. Podemos ser forçados a aumentar as equipas e automaticamente aquilo que está previsto já é alterado. Esta é uma actividade muito dispendiosa em qualquer parte do mundo. É de louvar a disponibilidade do Executivo, porque, em África e na América Latina, são raros os governos que assumem a cem por cento as despesas com o censo. O Executivo está a assumir, até agora, todas as despesas do recenseamento da população», explicou o DG do INE.

Cenário populacional

Semanário Angolense
04 de Agosto de 2012

A estrutura demográfica angolana caracteriza-se por uma população bastante jovem, com efeito pirâmide etária, apresentando a base bastante larga e o vértice estreito, forma que reflecte, principalmente, o número elevado de crianças que nascem. Um resultado natural da alta fecundidade que prevalece no país.

A fim de identificar alguns cálculos divulgados, é possível notar que a faixa etária que reúne a população mais jovem, menos de 15 anos, apresenta proporções que não se modificam, substancialmente, diferentes segundo o sexo e o local de habitação que, em todos os casos, correspondem quase à metade da população. No que diz respeito à camada da população potencialmente activa, 15-59 anos, sob o ponto de vista económico, é possível observar algumas diferenças, tanto em termos de proporções entre os sexos, como da participação própria, relativamente a esta faixa de idade que representa cada um dos totais consideráveis. Nos meios rurais, a proporção das mulheres em idade activa teria atingido, em 1990, 24,8% contra 17,6% para os homens. Nos meios urbanos, a diferença seria menos acentuada e corresponderia a 24,8% e 21,8% respectivamente

de mulheres e de homens. A guerra civil causou enormes estragos no país desde 1975 por um lado, e provocou por outro, um movimento de migração interna orientada principalmente para as grandes cidades do país. Pode-se dizer que as diferenças nessas percentagens reflectem uma selectividade por sexo a nível da população em idade activa que abandonava os meios rurais.

A esperança de vida à nascença, é muito baixa, com os indivíduos a não sobreviverem para além dos 40 anos, como resultado das elevadas taxas de mortalidade infantil (150 óbitos com menos de um ano por mil nascidos vivos) e de mortalidade infanto-juvenil (250 em 1000 nascimentos).

Uma outra face desta situação é a extrema juventude da população, em que 50% tem menos de 15 anos e 40% menos de 10 anos. Somente 2% da população tem 65 anos ou mais. A idade média na população angolana, ou seja a que divide a população em duas metades, é de apenas 15 anos, e a idade média é de 20 anos, valor que desce para 19 anos em Luanda. Esta estrutura etária determina uma elevada dependência da população em idade activa e a médio prazo, com uma oferta de mão-de-obra crescente.

Em contrapartida, o peso da população idosa (65 ou mais anos) não corresponde a 2,6% do total da população, não sendo portanto estranho que a idade média da população angolana ronde 22,8 anos

Tendo como fonte o cenário médio das projecções calculadas pela ONU, Revisão 2010, a população de Angola passará, de 16.480,0 milhares de indivíduos em 1 de Julho de 2005 para 42.333,1 milhares em 1 de Julho 2050, isto é, quase multiplicará por três a sua dimensão. Prevê-se que a população ultrapasse os 30 milhões em meados de 2030.

A população idosa, considerada com idade igualou superior a 65 anos, mostra uma trajetória ascendente, duplicando o peso na população total: 2,5% em 2005, valor idêntico ao previsto para 2010, contra 5,0 % em 2050. No entanto, utilizando como população idosa, a que tem idade igualou superior a 60 anos a evolução será idêntica: 3,9% em 2005 e 7,9 % em 2050.

Um outro rumo através dos números

Semanário Angolense
04 de Agosto de 2012

Quaisquer estatísticas actuais sobre a população angolana são meras estimativas e os planos que têm sido elaborados com base nesses dados especulativos, embora possam até surtir os efeitos desejados, têm requerido habilidades de mestre para que não sejam autênticos tiros no escuro. Agora, 37 anos depois da independência, pela primeira vez, o recenseamento geral da população poderá, finalmente, ser um facto.

O Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH 2013) vai sair definitivamente do papel a 16 de Julho do próximo ano. Em preparação desde 2009, o RGPH não será um desafio pequeno, se olharmos para o quadro de partida das suas acções: falta de experiência prática do Instituto Nacional de Estatística (INE) e de outros órgãos afins; falta de acesso ainda a muitas regiões remotas do interior do país; mapas desactualizados e sem cobertura nacional; toponímia desactualizada; carência de quadros especializados e debilidade do mercado comercial nacional.

Para descobrirmos quantos somos, onde estamos, como somos e sabermos os indicativos necessários para que qualquer estudo seja o mais eficiente possível ou que qualquer política venha a ter a mais ínfima margem de erro admissível no seu processo de implementação, o trabalho do INE já começou.

O RGPH será uma operação complexa de recolha, compilação, avaliação, análise e publicação de dados demográficos e socioeconómicos de todas as pessoas residentes no país e sobre todas as habitações existentes. O projecto vai produzir informações de forma exaustiva e desagregada para toda a população e disponibilizá-las para todo o país e todas as administrações.

Como princípios básicos para a realização do RGPH, vai levar-se em consideração a recolha individual de informação para cada indivíduo e cada habitação, a universalidade dentro do país (incluir todas as pessoas presentes e/ou residentes no país e todo tipo de habitação), a simultaneidade - pelo facto de ser realizado em toda a extensão territorial num período de referência pré-definido, denominado de «Momento Censitário», zero hora de 16 de Julho de 2013 -, e, por último, a periodicidade, será realizado em intervalos de tempo regulares, normalmente de 10 em 10 anos, conforme recomenda a Organização das Nações Unidas (ONU).

Metas traçadas

De acordo com o programa do RGPH, no que à recolha de informações diz respeito, o Censo Piloto estava traçado para acontecer até ao mês passado, visando testar toda a estrutura organizativa e logística operacional preparada, nomeadamente questionários, aplicativos informáticos, avaliação de resultados, etc., tendo como campo experimental as províncias do Uíge, Kwanza-Norte, Luanda, Bié, Moxico, Namibe e Cunene.

No projecto, objectiva-se que, 30 dias depois do Momento Censitário, que é o censo de facto, com início marcado para 16 de Julho de 2013, durante duas semanas, se proceda-se ao Inquérito Pós-Censitário, uma etapa em que se pretende avaliar a exaustão da recolha e da qualidade da informação, assim como identificar e quantificar os erros de cobertura e conteúdo.

Para atingir de forma eficiente os seus objectivos, o RGPH estabeleceu como metas-chave, recrutar cerca de 56 mil pessoas para o período de recolha de informações; limitar os gastos do projecto em cerca de 90 milhões de dólares; produzir aproximadamente 42 mil mapas censitários ao fim da entrevista de um total estimado em 21 milhões de pessoas.

Todavia, para que tudo isso se venha a tornar realidade, as condições prévias mínimas necessárias estão no funcionamento do Gabinete Central do Censo (GCC), na disponibilidade atempada dos fundos, na actualização da cartografia censitária do país, na instalação e operacionalidade dos Serviços Provinciais de Estatística (SPINE) nas 17 províncias, no recrutamento de equipas de coordenação provinciais, municipais e comunais e, por fim, na aquisição de bens e equipamentos para actualização cartográfica.

Somente vantagens

Com a realização do RGPH, as vantagens que as instituições têm são de grande relevância, a começar pela disponibilização de mapas georeferenciados actualizados de cobertura nacional, que permitem o controlo das operações estatísticas, desde o tratamento, apresentação e disseminação interactiva dos resultados.

Outra mais-valia a considerar diz respeito à base de amostragem para suporte aos inquéritos por meio dos agregados familiares e o apoio aos inquéritos empresariais e industriais, a partir já do primeiro período intercensitário, isto é, 2013-2023. As instituições também só têm a ganhar com a

diminuição do tempo de processamento de dados e a melhoria da qualidade de informação que o RGPH deve proporcionar.

Por outro lado, o desenvolvimento do trabalho do INE, implicará mais produção e maior disseminação de informação estatística oficial, que será um ganho para a democracia e governação em Angola, segundo o parecer do próprio Instituto Nacional de Estatística.

A mesma instituição anota que o seu desenvolvimento «beneficiará todos os sectores e comunidades, ao disporem de informação estatística relevante, fidedigna e oportuna para uma melhor avaliação das políticas, planos e programas em benefício da população e das futuras gerações».

No mais, os resultados esperados com o RGPH deixam expressas as oportunidades para a cartografia angolana: a lista codificada e georeferenciada de todas as aglomerações populacionais do país e o todo o território angolano delimitado em secções censitárias. Enfim, saberemos quantos somos, onde estamos e como somos. Nada melhor para saber para onde vamos.

Defendida maior divulgação do recenseamento da população

Jornal de Angola
05 de Agosto de 2012

O Instituto Nacional de Estatística (INE) vai apostar, nos próximos dias, em processos de comunicação

Multimédia e multilinguístico, para fazer chegar à população as informações necessárias sobre o Recenseamento Geral da População e Habitação previsto para 2013.

O coordenador da Subcomissão de Mobilização e Publicidade do Gabinete Central do Censo, António

Bragança, que falava na abertura de um curso de formação de agentes que vão trabalhar no censo, disse que a intenção é abranger milhões de agregados, através de 14 línguas nacionais e com recurso a meios de difusão tradicionais, entre os quais a rádio, jornais e televisão.

Para tal, a publicidade do censo vai envolver figuras públicas, sobretudo desportistas, artistas, jornalistas, empresários, líderes políticos e religiosos, autoridades tradicionais e representantes de organismos da sociedade civil.

Esta Subcomissão elaborou, ainda, um manual destinado a potenciar o trabalho de sensibilização, particularmente no que concerne aos esclarecimentos sobre a importância e os objectivos da realização do censo.

António Bragança salientou que a realização do recenseamento é um processo muito importante na vida dos angolanos, porque vai permitir a obtenção de dados fidedignos sobre o país, principalmente aqueles que se prendem com as características da população e do parque habitacional.

Ministro da Administração do Território anunciou a criação de novos municípios

Jornal de Angola
11 de Agosto de 2012

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, admitiu ontem, em Luanda, a criação de novos municípios no país com vista a aproximar cada vez mais os serviços administrativos aos cidadãos.

Discursando na abertura da conferência internacional por ocasião do Dia Africano da Descentralização e Desenvolvimento Local, que ontem se assinalou, Bornito de Sousa disse que grande parte dos novos municípios, segundo tudo indica, serão criados na região Leste, que tem sido menos desenvolvida por razões históricas.

Bornito de Sousa apontou a aprovação de orçamentos municipais adequados às necessidades de desenvolvimento social a nível local e a realização de eleições autárquicas em 2015, como algumas acções a executar pelo Executivo. O ministro considera o desenvolvimento local como uma "peça fundamental", para que os índices de desenvolvimento humano sejam adequados às exigências mundiais.

"É a nível dos municípios e através do desenvolvimento local, que os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio podem facilmente ser atingidos", afirmou o ministro.

Por seu turno, o vice-ministro da Administração Local, Cremildo Paca, disse ser uma prioridade termos de governação a implementação de um poder local autárquico na próxima legislatura. Cremildo Paca referiu que para a implementação de autarquias no país deve-se, primeiro, consolidar o censo populacional e habitacional em 2013, até

2014 produzir-se o pacote legislativo sobre as autarquias locais para em seguida submetê-lo à discussão no Parlamento e posterior promulgação pelo Chefe do Executivo.

Cremildo Paca falou também da necessidade da formação dos autarcas, e criação de infra-estruturas para a implantação do poder autárquico. Sublinhou que o Estado angolano considera uma prioridade o processo de descentralização administrativa ao ponto da Constituição consagrar a criação e implementação de um poder local autónomo.

A conferência, que decorreu sob o lema "Financiamento da descentralização, prestação de serviços e do desenvolvimento", abordou temas relacionados com os benefícios da descentralização para a população, regime financeiro local, processo de desconcentração e descentralização em Angola, e a experiência namibiana sobre o ensino à distância dos agentes da administração local.

As lideranças políticas angolanas não valorizam a evolução da consciência cívica

A Capital

11 de Agosto de 2012

Como é que o OPSA avalia o curso da campanha eleitoral que começou há duas semanas?

O OPSA pensa emitir uma opinião geral sobre as eleições apenas depois destas terminadas e não sobre partes do processo.

Qual é a vossa visão sobre as propostas apresentadas pelas nove formações concorrentes? Há algum realismo ou já se começa a assistir a promessas que dificilmente serão cumpridas depois de quatro anos de mandato?

Todos os partidos políticos fazem promessas que à partida já sabem que não vão cumprir. Mas é interessante verificar que há propostas do partido no poder que mostram que, perante o irrealismo de 2008, agora houve mais cuidado, exagerado até. É o caso da produção anual de cereais cuja meta

baixou de 15 milhões de toneladas por ano para 2,5 milhões.

O último comunicado do OPSA aponta uma certa vitimização e acusações gratuitas. Referem-se concretamente a que partidos ou coligações? Haverá razão para essas desconfianças ou o processo está a ser devidamente encaminhado?

Refere-se a todos os partidos que ponham em causa o processo e as instituições sem fundamentos, mas também aos que acusam outros de má-fé e de quererem desestabilizar o país sem apresentarem provas. Tudo isso gera desconfiança no processo e um clima de mal-estar entre os cidadãos.

A UNITA prometeu algumas medidas que têm agitado alguns sectores da vida política caso os resultados não sejam divulgados a partir das assembleias de voto. Trata-se de algum exagero?

Não conheço as razões de fundo da UNITA, e como não há contraditório na nossa comunicação social torna-se difícil um juízo fundamentado.

Como é que tem visto o trabalho do juiz Silva Neto à frente da Comissão Nacional Eleitoral?

Não faço avaliações nem emito opiniões de carácter pessoal sobre pessoas que exercem cargos públicos. Acho que o trabalho da CNE só deverá ser avaliado globalmente no final.

Mas a CNE, tal como fez na semana passada, deveria emitir uma opinião sobre o facto de vários órgãos de comunicação social não estarem a ser isentos e imparciais, o que poderá dar argumentos a quem quiser pôr em causa o processo. É melhor prevenir do que remediar.

Quando apontam o desequilíbrio entre o MPLA e os partidos da oposição, tanto em termos financeiros como meios de propaganda, admitem que esse partido é o vencedor antecipado das eleições de 2012?

Como pode tirar tal conclusão do que foi dito? O OPSA apenas constatou um facto e alertou para ele, nada mais.

Acreditam que o partido maioritário poderá conseguir um 'score' semelhante ao de há quatro anos?

Infelizmente no nosso país não há sondagens, como acontece nos outros, por isso qualquer opinião será mera especulação.

O que pensa do slogan da campanha dos camaradas: "Crescer Mais e Distribuir Melhor"?

Sobre este assunto dei a minha opinião pessoal em dois artigos publicados no Novo Jornal. É sempre possível distribuir melhor, mas é difícil perceber porque até agora a distribuição não tem sido bem feita, e porque não se aborda a questão da corrupção, cujo combate, prometido em 2008, foi um dos insucessos da actual legislatura, e é uma das razões da má distribuição actual.

O que é que se pode esperar da CASA- CE?

Esta parece ser uma pergunta de futurologia, tema que não é da minha lavra. Poderia ter uma opinião mais fundamentada se a comunicação social apresentasse debates de ideias entre os principais concorrentes, mas infelizmente é a propaganda que prevalece. De todo o modo, o aparecimento da CASA é um facto político novo, que trouxe mais vida e substância ao confronto político e eleitoral.

Até que ponto a saída de Chivukuvuku pode ter fragilizado a UNITA?

A resposta vai no mesmo sentido da anterior. O que faz a comunicação social para me ajudar a ter uma opinião? Este não é mais um facto que mereceria um debate contraditório?

Acha que a tese de que os dois principais concorrentes, nomeadamente o MPLA e a UNITA, ainda têm bastiões exclusivos mantém-se?

Não percebo bem a pergunta, mas se o que pretende saber é se continuam a ter eleitores fiéis, acho que sim. Se a pergunta se refere a uma eventual distribuição geográfica ou "étnica" do voto, acho que não. O país está a mudar e só os mais distraídos não se dão conta disso.

Os conteúdos apresentados pelos partidos políticos durante os tempos de antena na Rádio Nacional de Angola e na Televisão Pública satisfazem?

De um modo geral, não, e refiro-me a todos, sem excepção. Esta minha opinião deve ser restrita à TPA, pois não tenho ouvido a Rádio Nacional.

À margem disso, como tem visto a actuação dos diferentes órgãos de comunicação públicos e privados?

Já disse antes. Salvo algumas excepções, os que leio e ouço (estão longe de ser todos) não estão a fazer um bom trabalho. Desde logo porque não se apresentam isentos e imparciais como diz a lei, nem

respeitam a ética e a deontologia, e usam e abusam da manipulação. O mais grave é o que se passa com os órgãos públicos, pois sendo natural que refiram as acções e realizações do Governo, não podem tomar partido e fazer propaganda sistemática a favor de um dos concorrentes e muito menos achincalhar os outros, ou melhor, alguns dos outros. Isto retira credibilidade ao processo e pode servir de argumento a acusações futuras de injustiça dos resultados. O OPSA manifestou a sua apreensão e aconselhou as instituições responsáveis a tomarem medidas para corrigir tal situação.

Como tem sido o papel da sociedade civil neste processo?

A sociedade civil não é homogénea.

Uma parte tem tomado claramente partido pelo partido no poder e faz campanha a seu favor, e outra contra ele. Isso não é bom. A sociedade civil deve ser independente em relação aos poderes políticos pois essa é a sua essência. Quem quiser fazer política partidária é livre de o fazer, mas não deve proteger -se ou esconder -se de baixo do guarda -chuva da sociedade civil. Felizmente há ainda organizações da sociedade civil que se mantêm fiéis à ética cívica e têm tido actuação independente. É uma atitude que não é fácil, pois os apelos ao desvio são muito fortes.

Acredita que a campanha de educação cívica realizada pela CNE terá surtido os efeitos necessários?

Pelo que conheço ela tem sido mais dirigida aos aspectos técnicos dos registos e da votação, ficaria mais feliz se tivesse tido uma abordagem mais dirigida a questões da cidadania.

O cidadão tem sido alvo de muita manipulação por parte dos agentes eleitorais e a CNE poderia mitigar os efeitos de tal manipulação com uma acção mais pedagógica.

Qual deve ser a mensagem dos políticos nesta altura, tendo em conta que já ouvimos relatos preocupantes vindos de algumas províncias?

Principalmente os mais importantes e com mais responsabilidades no xadrez político deveriam fazer o seu trabalho com base no bom senso e na lei e evitar referências a factos do passado que a reconciliação nacional já deveria ter enterrado. O que está agora em causa são os problemas actuais da sociedade. Sei que é pedir demasiado porque os

nossos políticos já mostra rem ter pouco fair play, mas deveria haver mais ética e respeito pelo outro.

Avançaram reiteradas vezes que a de mocracia não é só o acto de votar. Será que os angolanos já compreendem isso, depois de terem passado por dois processos eleitorais?

Dois processos eleitorais represen tam muito pouco para a caminhada na construção da democracia, que será muito longa. Mas tenho dito que as lideranças políticas angolanas não valorizam a evolução da consciência cívica e política dos angolanos em geral.

Como é que encara o posicionamento das diferentes confissões religiosas no processo em curso?

Só posso pronunciar-me pelo que tenho visto, lido e ouvido. Infelizmente tem havido intervenções infelizes que indiciam algumas tomadas de posição pessoais a favor de um dos concorrentes. Isso pode dar motivo a interpretações incorrectas e pouco benéficas para a credibilidade das instituições em causa e de todo o processo eleitoral.

INE aposta na comunicação multimédia para censo populacional

Agora

11 de Agosto de 2012

O Instituto Nacional de Estatística (INE) apostará no processo de comunicação multimédia e multilinguística para fazer chegar à população a importância do Recenseamento Geral da População e Habitação.

Este facto foi avançado pelo coordenador da subcomissão de mobilização e publicidade do Gabinete Central do Censo, António Bragança, durante um curso de formação de agentes ligados ao censo, tendo esclareceu que a intenção é abranger milhões de agregados e envolverá a comunicação em cerca de catorze línguas nacionais.

Para o efeito far-se-á recurso ao uso dos medias tradicionais como a televisão, rádio, jornas, revistas, boletins, brochuras, manuais e panfletos ou cartazes publicitários, que serão distribuídos nas paragens de autocarros, aeroportos, recintos desportivos, culturais e táxis.

O responsável referiu-se, ainda, ao envolvimento de figuras públicas, como desportistas, artistas, jornalistas, empresários, líderes políticos e

religiosos, autoridades tradicionais e representantes de organismos da sociedade civil.

A comunicação deve consubstanciar-se em mensagens educativas, visando persuadir toda a população no país a responder os questionários", reforçou, avançando igualmente que a subcomissão que dirige elaborou um manual destinado a potenciar o trabalho de sensibilização, particularmente no que concerne aos esclarecimentos sobre a importância e os objectivos da realização do RGPH-2013.

"A realização do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH-2013) em que o Ministério da Comunicação Social participa ativamente, coordenando a Subcomissão de Mobilização e Publicidade do Gabinete Central do Censo (GCC) é um momento importante na vida dos angolanos, pois é com esta operação estatística que se obtém a mais fiável imagem do país, fundamentalmente no que concerne as características da sua população e do parque habitacional", asseverou, realçando igualmente que constitui a grande oportunidade que o sistema estatístico nacional tem para estar em contacto com toda a população e reforçar o seu importante papel social como produtor das informações necessárias para promover o desenvolvimento económico e o bem-estar social.

"A estratégia constitui a base sobre a qual os fluxos de trabalho na sequência da comunicação estão ser desenvolvidos tais como marketing, relações com os medias, sensibilização e mobilização da população", acrescentou.

Para que o recenseamento alcance os objectivos pretendidos, torna-se necessário um amplo movimento de sensibilização, visando assegurar a participação massiva da população que, estando bem informada, estará habilitada a prestar informações corretas.

Estudantes universitários aprendem a pesquisar

Novo Jornal

17 de Agosto de 2012

Durante o período de férias, 30 estudantes universitários de instituições públicas e privadas de Angola estão a beneficiar de uma acção formativa sobre métodos de pesquisa científica para trabalhos de fim de curso.

A acção formativa é uma organização da ONG angolana Development Workshop (DW), que está a acontecer no auditório da faculdade de Direito, desde ontem, dia 16, terminando no final da tarde de hoje, sexta-feira.

Segundo o comunicado de imprensa da DW, durante este período, os estudantes serão enquadrados nos projectos de campo que as diversas organizações não-governamentais promovem. "Durante os estágios, alguns estudantes aproveitam a oportunidade para recolher dados que subsidiam os seus trabalhos de elaboração de monografias de fim do curso".

Pela "pertinência e importância do tema" e em "apoio aos estudantes universitários angolanos", a DW resolveu apostar na realização deste evento, dentro do "âmbito do seu programa e com apoio da área social da empresa petrolífera BP Angola, e os seus associados do bloco 31". "Este seminário é mais um reforço do compromisso social destas em presas, em parceria com as entidades de direito e na aposta do reforço da qualidade do ensino superior no país".

A DW tem vindo a implementar, há mais de 10 anos, um projecto piloto de apoio a estudantes universitários, denominado "programa de estágios comunitários".

No final da referida acção formativa serão entregues certificados aos 30 estudantes que participaram na edição passada e que são provenientes de várias províncias, concretamente de Luanda (14 alunos), Kwanza-Sul e Cabinda (dois cada uma), Huíla, Huambo e Benguela (quatro cada). Nesta acção participaram mais estudantes do sexo feminino (16), sendo os restantes 14 do sexo masculino.

Gasosa

Novo Jornal

17 de Agosto de 2012

As reclamações não param. São várias e por muitos factores. Um homem, que preferiu falar sob anonimato, disse que para conseguir tirar o seu assento de nascimento em três dias teve de pagar sete mil kwanzas a um jovem que colabora com alguns funcionários da conservatória. Tentámos passar-nos por alguém que pretendia tirar um

assento de nascimento e questionámos o homem. "Queres tratar o teu assento de nascimento? Olha este meu é do bisno, aquele jovem que está ali foi quem tratou dele e só fez três dias", apontou o homem.

O Novo jornal soube que, por regra, tratar de um assento de nascimento pela via normal custa quase 4.000 kwanzas e demora 15 dias até o documento estar pronto. Se a pessoa quiser urgente tem de pagar cerca de 7.000 mil kwanzas e o processo demora apenas três dias. Tudo estaria certo, se não fosse o facto de termos constatado que o documento tratado pela via urgente tem estado no papel o mesmo valor do documento que é tratado por via normal. Portanto, é dinheiro a mais que alguém mete no bolso. O NJ constatou ainda que o assento de nascimento é o documento que a maioria das pessoas pretende tratar e aquele em torno do qual existem mais reclamações. No seu caso, Isabel Adão teve de pagar 8.000 Kwanzas para ter, em menos de três dias, o seu assento de nascimento.

A importância da cunha

Novo Jornal

17 de Agosto de 2012

Na sexta Conservatória cada pessoa tem as suas reclamações. Marta de Jesus foi àquela reparação pública na esperança de registar a sua filha cassule. A mulher contou ao Novo Jornal que estava ali, desde as primeiras horas da manhã. Até às 11h 00 ainda não tinha sido atendida porque, segundo ela, muitos dos que afluem à conservatória vão com referência de nomes de outras pessoas conhecidas dos funcionários, que, assim, as priorizam no atendimento.

"Estou aqui, desde as 6h 00 da manhã, infelizmente ainda não fui atendida. Tem gente aqui que está a ser atendida logo que chega, mas eu não. Muitas dessas pessoas são conhecidas dos funcionários e trazem alguns nomes de pessoas já conhecidas também", denunciou a jovem, com o rosto triste de tanta espera.

Quem compartilha da opinião de Maria de Jesus é o senhor António Cadete que pretendia tratar do registo de propriedade de um terreno. Só que o funcionário que o havia de atender não compareceu ao trabalho e o assunto que António queria ver resolvido não podia ser tratado por outro trabalhador, segundo nos explicou o homem, que aparentava ter 50 anos.

Sexta Conservatória e os seus velhos problemas

Novo Jornal

17 de Agosto de 2012

O SISTEMA BUROCRÁTICO vigen te em Angola tem tirado o "sono" a muita gente, principalmente nas conservatórias. Não é fácil tratar documentos, num curto espaço de tempo, como constatou o Novo Jornal junto de várias pessoas. A sexta Conservatória, localizada no município do Cazenga, não foge à regra. É preciso ter nervos de aço e paciência quase sem limites ..

Cédulas falsas, documentos do registo civil tratados por cunha, documentos extraviados, morosidade na entrega de assentos de nascimento. Estas são algumas das reclamações ouvidas todos os dias na sexta Conservatória de Luanda.

O clima vivido naquele órgão do Ministério da Justiça é "desesperador" . Apesar de ser uma das conservatórias de Luanda mais criticadas e uma das que mais manchetes ocupa nos órgãos de informação, pelo facto de não prestar um bom atendimento aos cidadãos, os municípios não vêem melhorias desde a sua criação. Parece que as queixas caem em saco roto. E os problemas persistem, quando não se agravam.

A sexta Conservatória começou por funcionar na rua direita do Patrício, no Cazenga, mas devido a uma forte chuva, que abalou a cidade de Luanda, o serviço foi transferido para o Mercado do Asa Branca, onde permanece até hoje. Devido a essa calamidade natural, muitos documentos perderam-se, porque as instalações ficaram todas inundadas, o que agravou, um problema que, de preo cupante, se transformou em crónico. Não é difícil encontrar a conservatória no interior do mercado. Logo à entrada, do lado direito, as pessoas deparam-se com uma enchente fora do normal. Mais uns passos e vê-se um quintal pequeno, gradeado de cor vermelho. O aglomerado de pessoas denuncia a sexta Conservatória. Para infelicidade de muitos, não há nenhum funcionário daquele serviço no quintal a prestar quaisquer informações às pessoas, ou simplesmente a orientá-las. Cada um safa-se como pode. Os atropelos acabam por ser inevitáveis.

Do lado do quintal gradeado estão algumas janelinhas, através das quais os cidadãos se dirigem aos funcionários para pedirem informações. Só que as pessoas ficam durante vários minutos a tentar alcançar as janelas, porque todos querem ser

atendidos ao mesmo tempo e a enchente torna o espaço caótico.

Do outro lado do gradeamento, deparamo-nos com nova enchente. Também aqui, os municípios são atendidos através das janelas. Perde-se a conta aos que de minuto a minuto, procuram os serviços da aquela repartição. Infelizmente, nem todos resolvem os seus assuntos.

no mesmo dia. É o caso de Maria José, que se viu obrigada a voltar para casa, depois de lhe terem dito que a cédula do seu filho era falsa. A mulher ficou sem perceber a notícia que lhe deram, porque o filho foi registado numa das maternidades de Luanda, aquando da campanha gratuita de registo dos recém-nascidos. "Mas como é que é possível a cédula ser falsa se eu tratei dela na maternidade?", questionou a mulher a quem de direito. Ficou sem resposta e com o mesmo problema em mãos.

Paulo Joaquim pretendia tirar um assento de nascimento para concluir o processo de casamento. O jovem, que está prestes a casar, encontrou um impasse na organização dos documentos, porque naquele dia não havia nenhuma funcionária que o quisesse atender. O jovem não soube explicar as razões.

"Eu quero tratar do assento de nascimento urgente, porque preciso dar entrada do processo na conservatória a tempo, senão corro o risco de não me casar este ano", desabafou indignado, com ânsia de sair daquele local com o documento na mão.

Coordenador quer novo soba

O País

17 de Agosto de 2012

Insatisfeito com a forma como decorreu o processo que ditou a transferência do soba e da sua família para o Zango IV; o coordenador do bairro Museu da Escravidão, revelou a este jornal, Terça-feira, 14, a intenção dos moradores se reunirem nos próximos dias para juntos elegerem um novo soba.

"Temos de eleger um novo soba, porque aquele nos abandonou aqui" disse o coordenador, tendo acrescentado que ele e o seu povo se sentem traídos pelo pai do bairro.

O coordenador lembrou que, quando a equipa da administração do município de Belas se dirigiu para

o bairro pela primeira vez, alegou que apareceria na Quarta-feira, 8, para negociar com os responsáveis

e a população sobre o procedimento do desalojamento.

"Eu tinha pedido ao mais velho soba para não assinar nenhum documento, sem a minha presença", assegurou ter pedido repetidas vezes ao decano.

No dia combinado para as negociações, os moradores do Museu estavam prontos, mas o elenco de Belas não apareceu.

O espanto do coordenador foi observar, por volta das nove horas do Sábado a seguir, o soba e a sua família com as coisas meio-arrumadas, o que o obrigou a questionar os integrantes da administração sobre o que se estava a passar.

"Um deles disse-me que iam precisar da parte onde vive o soba com urgência", contou, tendo informado que ainda inquiriu o homem sobre o porquê da falha no dia em que deviam negociar.

Um momento de silêncio complementado com alegações que tinham a ver com a ocupação da administradora de Belas noutros assuntos foram dados como resposta ao responsável do bairro, que ousou perguntar ao soba o que tinham combinado sobre as negociações.

"Mais velho soba, como é que ficamos então, sem nós nos sentarmos para abordar acerca da vossa estadia lá, vocês aqui vivem da pesca, mas o soba me disse que já tinha conversado ou negociado sem o meu conhecimento", queixou-se, assegurando que as oito das 64 famílias que controlam eram somente familiares do velho Daniel Francisco.

Quando se apercebeu que ao soba e a sua família não foram dadas as devidas indemnizações, o coordenador tentou contactar o senhor Kiteque mas um suposto colega deste atendeu -o, dizendo que iriam para o bairro a fim de acertar sobre o assunto.

"Até hoje não apareceu ninguém e pessoal lá já está a ressentir-se das consequências", referiu, adiantando que o seu propósito era evitar estas e outras situações.

Há três anos na coordenação do bairro, confessou nunca ter enfrentado um problema do género, mas assumiu que a situação lhe serviu de lição, para acautelar o seu povo a não se envolver em qualquer negociação sem a intervenção dos coordenadores.

Demolição imediata

O País

17 de Agosto de 2012

Por sua vez, José Floriano Capamba, «Catuca», um dos netos do soba Daniel Francisco, disse ter notado que os homens da administração estavam com muita pressa em demolir as casas, de tal modo que apressaram também o pessoal a desarrumar os seus haveres.

"Eles chegaram, partiram todas as casas daquele lado e disseram que já havia casas no Zango v, para onde vão 'todos do Museu", declarou Catuca, que contabilizou uma equipa administrativa composta por oito elementos, incluindo o maquinista.

Segundo Catuca, que ainda não foi ver o novo habitat do avô por questões de trabalho, a sua situação ficará um pouco complicada, pois, a viver no Zango, não conseguirá chegar cedo ao local de trabalho.

"por isso optei falar com o meu chefe para ficar em casa dele, para não perder o emprego", desafogou.

Crianças ficam para estudar

Se José Capanda teve tempo para escolher ficar com o patrão o mesmo não se pode dizer das crianças da família do soba, que se verão obrigadas a voltar para o Museu da Escravatura ou para bairros da cercania, tão logo recomecem as aulas.

"Não temos escolha, os nossos filhos terão de viver próximo das suas escolas, para não perderem o ano lectivo", disse um dos encarregados, alegando que os responsáveis do desalojamento nunca ligam a esses pormenores da educação dos pequenos.

Os pais dos petizes preferirão arrendar uma residência nos bairros mais próximos, nomeadamente, o da Bela -Vista, do Matadouro, flores-ta e Quilómetro 30, uma vez que as crianças estudam na escola primária do Ramiro.

Estágios comunitários potenciam estudantes

Jornal de Angola

18 de Agosto de 2012

O director de Investigação Científica da Universidade Agostinho Neto, João Cadete, disse ontem, em Luanda, que o Programa de estágios comunitários é uma iniciativa que ajuda a

potenciar a capacidade académica dos estudantes universitários.

João Cadete, que falava durante a sessão de encerramento do Programa de Estágios Comunitários da edição 2011/2012, assistiu ainda à entrega de certificados a 30 estudantes beneficiários da edição passada, uma iniciativa do Development Workshop.

Durante o seu discurso, João Cadete referiu que este processo se destina a preparar o homem para enfrentar os desafios que a sociedade enfrenta.

"Queremos elogiar o esforço feito pela empresa petrolífera BP Angola e os seus associados do bloco 31 em apostar na formação dos jovens estudantes dentro do seu programa, com o apoio da área social. Esta iniciativa ajuda o Executivo a melhorar as condições sociais das comunidades que têm sido investigadas pelos estudantes", acrescentou.

O director do Desenvolvimento sustentável da BP Angola, Gaspar Santos, destacou a importância dos estágios que são realizados em diversas áreas, por permitirem aos estudantes conhecerem os problemas das comunidades.

"Os estágios comunitários vão contribuir para a preparação de políticas destinadas a beneficiar as zonas de estudos, e assim melhorar o nível social de todo o país", disse o director da BP Angola. Os estudantes que terminaram o estágio são das províncias do Kwanza-Sul, Cabinda, Huambo, Benguela e Luanda.

Actualização cartográfica está em fase de conclusão

Jornal de Angola

24 de Agosto de 2012

A actualização cartográfica das comunas e bairros periféricos da cidade do Lubango, província da Huíla, está em vias de conclusão, anunciou na quarta-feira o responsável local do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Sobral Katrapila disse ao Jornal de Angola que a actividade resulta do plano de preparação do recenseamento geral da população, previsto para o próximo ano.

O responsável do INE na província da Huíla explicou que a actividade dos agentes cartográficos inclui no registo do número de comunas, bairros, aldeias e habitações existentes em cada localidade,

para a produção de estatísticas fiáveis que facilitem o censo da população.

Produção de mapas

O alto funcionário do Instituto Nacional de Estatística na Huíla referiu que a actualização cartográfica, como processo preparatório do censo populacional 2013, visa a delimitação das aldeias e bairros nas zonas urbanas e rurais, para fazer o mapa das referidas localidades.

O levantamento realizado concluiu que o Lubango, capital da província da Huíla, é composto por quatro comunas e 19 bairros periféricos, cujos limites entre as povoações estão agora mais claros. Sobral Katrapila afirmou que a informação disponível sobre as diferentes localidades oferece pormenores sobre as zonas habitacionais, agrícolas, industriais e com maior ou menor concentração populacional, o que ajuda à intervenção dos recenseadores durante o censo.

Informações disponíveis

A actualização cartográfica é um trabalho prévio de recolha de informações pormenorizadas sobre as várias localidades da província, uma vez que só deste modo os agentes recenseadores ficam em condições de realizar a sua tarefa em função das informações disponíveis.

De acordo com Sobral Katrapila, a Huíla tem dez equipas, num universo de 60 agentes cartográficos preparados pelo Instituto Nacional de Estatística. O INE conta com a parceria das Forças Armadas Angolanas (FAA), que disponibilizam meios aéreos para apoiar a deslocação dos agentes cartográficos às áreas mais distantes da província.

As estimativas do Governo Provincial da Huíla apontam para mais de três milhões de habitantes residentes na província, metade dos quais no Lubango.

O último recenseamento geral da população em Angola foi realizado no ano de 1970, quando ainda o país estava sob o domínio colonial português. Nos anos 80, foi feito um censo piloto, um trabalho que ficou inconclusivo.

Executivo descentraliza gestão financeira de Cabinda

Agora

25 de Agosto de 2012

A nova postura das autoridades, segundo fontes, resultou das constantes reclamações de mais apoios financeiros e da insignificância da verba que a província beneficia desde 1995.

Os recentes pronunciamentos públicos do Presidente da República fizeram transparecer as insuficiências financeiras que a região recebe e no comício realizado na cidade de Cabinda, o Chefe do Executivo prometeu rever as atribuições contidas no estatuto especial daquela circunscrição, fundamentalmente a quota das receitas de produção do 'ouro negro'.

A iniciativa é vista como um resultado não apenas propagandista, mas a pressão que o PR tem enfrentado por parte dos quadros locais que garantiram, na sua visita, a necessidade de se rever as políticas financeiras para a região em função dos interesses externos e daquilo que Cabinda produz para a riqueza nacional.

"A medida poderá tornar Cabinda autónoma financeira. É o primeiro passo para a tão desejada autodeterminação. Mais do que uma promessa eleitoralista é fundamental que perceber que já era tempo de mais atenção financeira no enclave, mas não menos importar revelar quantos barris de petróleo são extraídos na região, o valor que o governo local recebe e como está a ser gasto o fundo, visto que no passado houve buracos por onde vazou o dinheiro", garantiu, Balo Buity, activista político.

A região é rica em muitos recursos minerais, mas os benefícios directos para a população local são ainda exíguos, criando um índice elevado de insatisfação entre a população local, que nada mais vê a não ser o desespero.

A província beneficiará de mais de 1000 milhões de dólares que serão aplicados no sector portuário no decurso dos próximos cinco anos.

Um olhar sobre as eleições

Inforsambila

31 de Agosto de 2012

Angola irá para a sua teórica terceira eleição desde a independência de Portugal, em 11 de Novembro de 1975. O partido no poder é o MPLA com outras oito coligações buscando os votos dos nove milhões de eleitores registados do país, sendo o mais forte deles a UNITA a data marcada para a

escolha de um novo presidente é o dia 31 de agosto.

As eleições de 2012 serão apenas as terceiras na história de Angola. Houve eleições apenas em 1992, depois dos Acordos de Bicesse que interromperam a guerra civil entre MPLA e a UNITA e em 2008, seis anos depois do fim da guerra.

As eleições gerais de 1992

Nas eleições legislativas, o partido governamental MPLA ganhou 54% dos votos válidos e com 129 assentos parlamentares - a maioria absoluta dos 220 deputados. A UNITA ficou com 34% e 70 deputados. O PRS (partido da Renovação Social), um partido tradicionalmente enraizado nas Lundas (leste de Angola), alcançou 2% e 6 deputados. A FNLA (Frente Nacional da Libertação de Angola), o terceiro movimento histórico de independência e da guerra civil, conseguiu 2% dos votos e elegeu 5 deputados.

Em paralelo houve eleições presidenciais, mas não se foi além da primeira volta: José Eduardo dos Santos, que governa o país desde 1979, ficou com 49% abaixo do resultado alcançado pelo seu partido MPLA nas legislativas e sem a maioria absoluta para decidir as eleições já na primeira volta. O seu adversário Jonas Savimbi (UNITA) conseguiu reunir 41% dos votos. A segunda volta necessária não aconteceu, pois recomeçou a guerra civil entre a UNITA e o MPLA.

Eleições de 2008

Depois da paz alcançada em 2002, a seguir à morte de Jonas Savimbi, os angolanos tiveram que esperar muitos anos até a realização de novas eleições. Estas surgiram, finalmente, em 2008, seis anos depois de se atingir paz no país. Tratou-se apenas de eleições legislativas, que o MPLA venceu com 82% dos votos, conquistando 191 dos 220 lugares da Assembleia Nacional, portanto uma maioria mais que suficiente para mudar a constituição do país. A oposição ficou literalmente "destroçada": a UNITA perdeu dois terços dos votos e conseguiu apenas 10% e 16 deputados. O PRS (partido da Renovação Social) ocupou o terceiro lugar com 3% e 8 deputados. A FNLA ficou com apenas 1% dos votos e 3 deputados. A coligação Nova Democracia (ND) elegeu 2 deputados. Eleições presidenciais? Nunca mais!

A segunda volta das eleições presidenciais de 1992 nunca foi realizada, nem houve novas eleições

presidenciais depois de atingida a paz em 2002. Até 2012, José Eduar do dos Santos governa o país sem ter sido eleito uma única vez durante quase 33 anos. Devido a uma alteração constitucional, promovida pelo MPLA no ano de 2010, as eleições presidenciais foram definitivamente abolidas. A nova versão da constituição de 2010 também determina que o presidente passará a não poder exercer mais de dois mandatos consecutivos, de cinco anos cada. Mas como o novo limite apenas entra em vigor com as eleições de 2012, José Eduardo dos Santos poderá, portanto, em teoria, exercer mais dois mandatos. Caso isso acontecesse completaria 43 anos no poder em 2022.

Polémica marca as eleições de 2012

As eleições marcadas para 31 de agosto de 2012 foram, desde o início, acompanhadas de muitas polémicas. Uma delas foi a nomeação de Suzana Inglês para presidente da Comissão Nacional Eleitoral de Angola (CNE), nomeação essa criticada por ela pertencer ao MPLA.

Realizaram-se várias manifestações exigindo o seu afastamento do cargo. O Tribunal Constitucional acabou por dar razão aos críticos, declarando a nomeação 'inconstitucional' devido ao facto de Suzana Inglês não exercer nenhum cargo de juíza, como exige a lei angolana.

SETEMBRO DE 2012

Um todo poderoso senhor MPLA

A Capital

04 de Setembro de 2012

Ao acompanharem a divulgação dos resultados provisórios das eleições gerais realizadas em Angola na passada sexta-feira, 31 de Agosto, os militantes do MPLA confrontam-se com boas e más notícias. Por esta altura, nas hostes dos camaradas há, certamente, múltiplos motivos para se festejar. Afinal, a contagem provisória atribuiu um número de votos correspondente a 72,85 por cento, ao cair da tarde de Domingo, 02 de Setembro. Até à altura em que se fechava a presente edição deste semanário, em que já se tinha escrutinado mais de 85 por cento dos votos, tudo apontava que a vitória do MPLA, partido no poder em Angola desde 1975, nas terceiras eleições multipartidárias realizadas no país seria tão estrondosa como tal percentagem sugeriu. Mais importante que o estrondo é, sim, o resultado prático do que ele traz consigo. Os 72,85 por cento de votos conquistados pelos camaradas

implicam uma maioria qualificada. Isto é, no parlamento angolano, com um total de 220 vagas, o MPLA conseguiu eleger, até ao fecho desta edição, 178 deputados. Portanto, trata-se de uma maioria superior a dois terços, significando que este partido poderá aprovar várias iniciativas legislativas mesmo perante votos contra da oposição. Não se trata, propriamente, de uma grande novidade. Nas eleições de há quatro anos, portanto, nas legislativas de 2008, o MPLA conseguiu 81,73 por cento dos votos, valendo-lhe 191 deputados no parlamento, naquilo que se constituiu, tal como agora, numa maioria. Foi com esta maioria que o MPLA conseguiu, ao longo da legislatura passada, reformular o quadro legislativo angolano, incluindo a aprovação, em 2010, da Constituição da República de Angola. Na prática, o resultado destas eleições implicam que pouco, ou mesmo quase nada, vai mudar no cenário político, embora os resultados provisórios, contabilizados pela Comissão Nacional Eleitoral (CNE), contenham elementos susceptíveis de sugerir o contrário. O número de votos e, por conseguinte, de deputados alcançados pelo MPLA para a próxima legislatura é relativamente inferior ao da passada. Contra os anteriores 81,64 por cento, os camaradas contabilizam, agora, 72,85 por cento, correspondendo a menos 13 deputados que os 191 eleitos por este partido em 2008. No próximo parlamento, portanto, a voz mais alta a ser ouvida continuará a ser a dos camaradas, que reúnem ao redor de si, proporcionalmente, a mesma força legislativa. Mas para um partido da dimensão do MPLA a perda de 13 lugares no Parlamento pode não constituir um sinal vermelho mas está, certamente, bem próximo do laranja. Foi uma interrupção à tendência crescente do número de votos que vem conquistando nos três pleitos eleitorais que Angola já realizou. Em 1992, ano em que se realizaram as primeiras eleições legislativas, os camaradas e conquistaram 53,74 por cento de votos, equivalendo a 129 assentos no Parlamento. Nas eleições de 2008, porém, os camaradas superaram de longe este número. Conseguiram mais 61 lugares, isto é, fruto de uma vitória de 81,64 por cento elegeram 191 deputados, agora reduzidos, nas eleições de 2012, para 178 como consequência da acumulação de 72,85 por cento dos votos. Esta pequena má notícia para os camaradas do MPLA constituiu, no fundo, uma substancial boa notícia para os maninhos da UNITA. A turma do Galo Negro logrou, desta vez, recuperar da tendência decrescente que vinha registando desde as eleições de 1992. Neste ano, até ao fecho da presente edição deste semanário, a contagem de votos atribuiu 18,22 por cento à UNITA. Em termos

práticos, isso equivale a 32 deputados, mais 16 deputados que os dezasseis que, na legislatura passada, representavam o parlamento. Mesmo assim, este número nem sequer representa a metade dos deputados que a UNITA já elegeu na história das eleições legislativas em Angola. No seu tempo dourado, em 1992, os maninhos conseguiram eleger 70 deputados, fruto de uma acumulação de 34,10 por cento dos votos. Mas, para a UNITA, este crescimento tem também o seu lado agridoce. O estatuto de terceira maior força política angolana pertence a uma coligação de pequenos partidos na sequência das eleições de 31 de Agosto último. Trata-se de uma formação política liderada, justamente, por um dissidente da UNITA Abel Chivukuvuku, enquanto líder da Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA-CE), levou-a a conquistar 5.60 por cento dos votos, o que lhe poderá valer 7 ou mesmo 8 deputados. É um resultado digno de felicitação, sobretudo para uma força criada há menos de seis meses. Este facto legitima as indagações sobre se os maninhos ganhariam mais, ou não, se Abel concretizasse as suas pretensões presidencialistas, para com a UNITA, entretanto goradas no congresso de 2011. Dir-se-ia que a desgraça bateu a porta ao Partido de Renovação Social (PRS). Depois de duas legislaturas no lugar de terceira força política angolana com maior representação parlamentar, eis que a terceira não foi de vez. Contrariando a tendência evolutiva, visto que em 1992 este partido conquistou 6 deputados, fruto de 2,6 por cento dos votos, e em 2008 aumentou para 8 a sua representatividade parlamentar com 3;17 por cento, em 2012, porém, reduziu o número de assentos na Assembleia para 2. Um facto curioso, todavia, é que um dos seus dirigentes de proa, que foi chefe da bancada parlamentar e secretário para a informação do partido, Lindo Bernardo Tito, é hoje um dos quatro vice-presidentes da CASA-CE, coligação que chamou a si a terceira maior representatividade parlamentar. Temos, por fim, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) que começa a consolidar a derrapagem política, cumprindo, em termos de representação parlamentar, o percurso de uma pirâmide invertida. Se em 1992, este partido histórico conseguiu 5 assentos parlamentares, em 2008 este número reduziu para 3 e nestas eleições de 2012 não deverá passar de 1 deputado. Ainda assim, a FNLA posiciona-se melhor que a Nova Democracia União Eleitoral (ND-UE) que, dos 2 deputados eleitos em 2008, não sobra sequer um para contar a história nestas eleições de 2012.

Cacuaco, Viana, Cazenga e Belas roubam votos ao MPLA

A Capital

04 de Setembro de 2012

O impensável aconteceu. Na província de Luanda, conquistada em 2008 pelo MPLA com 5 deputados, desta vez o caldo entornou. A UNITA conseguiu, garantidamente, eleger um deputado, com fortes probabilidades de a CASA-CE ficar, também, com um assento neste círculo provincial. Até ao fecho desta edição, a contagem de votos já ia nos 64,42 por cento e o MPLA liderava com 58,24 por cento, contra 25,41 por cento da UNITA e 13,91 da CASA-CE. Em termos práticos, o MPLA contava 4 deputados, e a UNITA 1, embora houvesse a possibilidade de a CASA-CE aumentar a percentagem devotos e ficar, ela também, com 1 dos cinco deputados deste círculo eleitoral. Mas como se chegou a tanto? Os números não mentem. Os dados da CNE mostram uma disputa renhida em muitos municípios, a exemplo de Cacuaco onde a contagem provisória dava 48,0 por cento dos votos ao MPLA e 43,48 por cento à UNITA. Em Viana o MPLA teve de suar para vencer a UNITA. Os dados provisórios sugeriam 55,83 por cento dos votos daquele município para os camaradas e 33,31 aos maninhos. Tal como foi no município de Belas onde com 58,37 por cento, o MPLA conseguiu uma vitória arrojada à UNITA, que acumulou 24,67 por cento. No Cazenga, o MPLA ficou com uns apertados 61,96 por cento, contra 23,87 por cento da UNITA Já no que respeita à coligação de Abel Chivukuvuku, esta obteve melhores resultados, na província de Luanda, nos municípios de Luanda (18,62 por cento), Belas (14,65 por cento) e Viana (8,02 por cento). A vitória do MPLA, conforme os dados provisórios, foi mais ou menos folgada apenas nos municípios de Luanda (59,57 por cento contra 19,45 por cento da UNITA e 18,62 por cento da CASA-CE), e largamente vantajosa em Icolo e Bengo (83,37 por cento).

MPLA já trabalha para lançar autárquicas

Jornal de Angola

04 de Setembro de 2012

O MPLA garante que vai continuar a trabalhar para as eleições autárquicas, mobilizando as suas bases para o efeito, segundo afirmou o seu vice-presidente, Roberto de Almeida. Em declarações à Rádio Nacional de Angola (RNA), Roberto de

Almeida, que reagia a uma pergunta relacionada com o facto da UNITA ter conquistado um número elevado de votos no município do Cacuaco, em Luanda, afirmou que o MPLA vai agora preparar-se para conquistar as autarquias, sem falar em datas.

"A UNITA tem a sua massa militante quase concentrada no município do Cacuaco, razão pela qual ganharam lá. Este factor vai-nos obrigar a trabalhar afincadamente para reverter a situação", acrescentou Roberto de Almeida.

As piores prestações Luanda no comando

Semanário Continente

07 de Setembro de 2012

Uma das mais baixas safras do MPLA nestas eleições registou-se em Luanda, onde a direcção da campanha eleitoral, apesar de dispor de todos os meios ao seu alcance, desde humanos, financeiros, rolantes e técnicos, não conseguiu mobilizar os eleitores, por forma a ultrapassar os 909.686 votos obtidos, perfazendo 59,37%. Os números em si dizem que os "camaradas" em Luanda, a maior praça político-eleitoral do país, deixou os seus créditos em mãos alheias, permitindo que a UNITA obtivesse 24,68%, seguida da CASA-CE, com 13,05%. A FNLA conseguiu apenas 1,16%. Os outros cumpriram apenas calendário.

Algo semelhante ocorreu em Cabinda, onde o MPLA não foi para além dos 59,40% e na Lunda Sul, 58,37%. Voltando ao descalabro de Luanda, diz-se à boca pequena que o mesmo está na base de várias origens, entre elas, o desprezo em que foram votadas as zonas suburbanas e periféricas, sob a responsabilidade de Bento Kangamba. Diz-se, também, que as imediações do Estádio 11 de Novembro não deveriam ser o local ideal para acolher o encerramento da campanha eleitoral do MPLA. Aconselhava-se que o acto deveria ter lugar no Zango ou Cacuaco, como em 2008, para envolver muita multidão, incluindo os descontentes do próprio partido e captar os simpatizantes da UNITA. Quanto à realização de espectáculos, foi notório que os mesmos só foram realizados com maior incidência nas zonas urbanas, onde o partido, ao que se diz, tem pouca credibilidade. Notou-se também que quando o presidente do partido se deslocou ao interior do país, toda a equipa e a coordenação dos espectáculos em Luanda seguiram a carnavalesco presidencial, deixando a capital do país escancarada, permitindo a UNITA, inclusive fazer manifestação na Estrada de Catete e, depois,

assaltando a Praça da Família, que deveria ser ocupada com os espectáculos da campanha eleitoral do MPLA. Houve também renitência por parte de elementos afectos à direcção da campanha eleitoral em Luanda ao acatar os conselhos do empresário Riquinho, sobre a distribuição de capacetes e motas decoradas com as cores do MPLA. Estes, porém, deveriam aparecer nos bairros como bola diariamente a ideia genial do empresário, os "Chicos Espertos" preferiram fazer o contrário, distribuindo apenas mil capacetes, dando destino que só eles sabem, às motas e no final das contas a emenda saiu pior que o soneto.

Abstenção é a maior oposição de

Angola

Angolense

07 de Setembro de 2012

Até a última actualização dos resultados provisórios da CNE que tivemos acesso, o MPLA levava vantagem com mais de 70% dos votos, a UNITA vem em segundo lugar e a CASA-CE em terceiro.

Mas, o que chamou a nossa atenção foi o elevado número de abstenções, que está a ser vista agora como sendo o maior partido da oposição, pois conseguiu uma percentagem que a oposição não conseguiu. Segundo os analistas políticos, as abstenções são uma forma de demonstração de frustração por parte dos cidadãos e de falta de credibilidade para com os governantes. Para o professor universitário, Fernando Macedo, é preciso saber se os que não votaram são os que não tinham os nomes inscritos nos cadernos eleitorais ou os que não puderam votar, porque a Assembleia de Voto que lhes foi atribuída distava muitos quilómetros de suas residências ou, ainda, se situava numa província diferente daquela em que podiam, ou se, simplesmente, a razão para a abstenção foi a opção livre de não ir votar.

"Se alguns desses factores combinados explicam mais consistentemente o nível de abstenção registado. Por outro lado, há que saber se existem de facto, mais ou menos, 9 milhões de eleitores. De qualquer modo, na minha humilde maneira de ver, a análise só faz sentido se as eleições tiverem sido de facto justas e honestas", frisou. Já Marcolino Moco, professor universitário, é de opinião que esta abstenção que se registou nas eleições é um reflexo dos problemas que houve e há. "As eleições anteriores, em Angola, foram bem participadas, porque o povo tinha grandes esperanças nelas e ambas foram sabotadas por nós, políticos deste país

sem sorte de encontrar lideranças minimamente voltadas para o interesse comum. Se, se analisar a abstenção em Luanda, vai ver-se que o problema não foi das associações cívicas que não foram eficazes. "Não sou o único frustrado (como insiste em dizer um conhecido padre) neste país, com uma situação tão degradante, em termos duma ética política mínima", defendeu.

Abstenção eleitoral em Luanda a quem beneficiou?

Semanário Continente

07 de Setembro de 2012

Após as projecções dos resultados das eleições 2012, de uma forma geral, ressaltou à vista a abstenção que atingiu por volta de 37% do número de eleitores registados. Se noutras províncias podia-se procurar razões objectivas, tal como a deslocação de eleitores, em Luanda isto seria pouco provável, porque a última actualização se realizou em pouco menos de 2 meses antes das eleições. A classe política na capital apresentou-se surpresa, porque tudo quanto se sabe, e propalado pelo MPLA local, possuem uma massa militante aproximada de 2 milhões. Os resultados desta província apontam que foram registados 2.864.663 eleitores, estiveram às urnas cerca de 1.602.624 cidadãos, havendo como votos válidos cerca de 1.554.475, destes, 922.478 votaram no lugar certo e com uma abstenção de cerca de 52%. Como é da praxe, os politólogos cá da casa, (não a do Abel Epalanga) lançaram-se em campo para especular nos órgãos de comunicação pública, que razões subjazem desta inquietação eleitoral. Uns analistas sem pestanejar, elegeram a UNITA e os seus anexos, para parafrasear um deputado cessante, que foram os culpados da abstenção geral, pois estes partidos políticos, no limiar das eleições, insistiam nas suspeitas de fraudes e não se definiam quanto a ida ou não ao voto e quando se decidiram já foi tarde demais.

Os eleitores conscientes do voto, na dúvida, não foram às assembleias para exercer o seu direito. Outros teóricos, dizem que um dos principais factores foi motivado pela mobilidade dos cidadãos de zonas urbanas para as peri-urbanas, agravada com a publicação tardia de cadernos eleitorais que em parte inibiram os cidadãos de se movimentarem de um lado para o outro, por causa da falta da identificação das assembleias de voto. Quanto aos políticos da oposição, atiram-se contra a CNE, que consideraram tais desarranjos, um golpe a eles,

porque supõem que nas zonas urbanas as assembleias de votos eram em demasia e por isso estavam às moscas e na periferia como Viana, Cacucaco, as assembleias eram escassas e estavam completamente apinhadas de gente motivando confusão e por isso, muitos eleitores, abandonaram os seus desígnios e não votaram. Verdadeiros ou não os dados lançados, o certo mesmo é que dos eleitores inscritos em Luanda na ordem de mais de 2.800.000, simplesmente metade foram às urnas e destes, cerca de 50% votou no partido maioritário e outra parte foi para os partidos da oposição.

Logo, interrogações se colocam sobre quem terá ganho com esta situação. À partida, contrariamente como muitos analistas diziam no lançamento dos dados, parece que quem teve maior prejuízo foi o MPLA, porque com o número de militantes e simpatizantes que possui na cidade, sempre teria como passar a fasquia de 500 000 votos que obteve, o que não se pode dizer em relação aos partidos da oposição, que chegaram a repartir votos em plena zona urbana que se julgava não pescariam em mar alheio. Nisso, há que destacar a estreante CASA-CE que não tendo conquistado um "deputazito" em Luanda, ganhou com isso, um número considerável para o círculo nacional. Por isso para início de conversa, a todos os níveis os seus cabos eleitorais realizaram uma obra.

Uma abstenção surpreendente!

Semanário Angolense

08 de Setembro de 2012

Essa é que ninguém previu: a grande abstenção, consubstanciada em cerca de 49% de eleitores. Ou seja, quase metade de eleitores preferiu ficar em casa e não votar. Cunene, Lunda Norte, Huíla, Luanda e Zaire lideram a lista com 44,0%, 43,2%, 42,0%, 42,7% e 42,6%, respectivamente. Isso não tinha acontecido antes, nem mesmo em 1992, quando as pessoas foram votar literalmente debaixo dos canos das armas de dois exércitos rivais.

Os cânones da Ciência Política são claros quanto a isso: os eleitores que se abstêm são aqueles que, não estando de acordo com o partido que governa, não foram também convencidos pela alternativa oferecida pela oposição. Traduzido para a nossa realidade, esses eleitores são aqueles que, não se revendo na governação do MPLA, não confiam também na UNITA, CASA-CE, PRS e FNLA, para citar apenas os partidos e coligações que foram mais votados depois do MPLA. Aqueles que acham

que se o MPLA é o mau, a oposição é pior ainda, pelo que optaram por dar o benefício da dúvida ao «maioritário». Por conseguinte, ficaram em casa e aguardam para ver. Quais seriam as razões que levaram uma percentagem tão significativa a agir dessa forma? A geografia desta abstenção, especialmente as províncias onde ela mais se verificou, ajuda-nos a compreender em parte esse fenómeno, e parece confirmar essa teoria.

No Cunene, praça-forte do MPLA, vem-se verificando uma crescente insatisfação com a sua governação. Nessa província, sente-se muito intensamente a diferença do nível de vida entre ela e a vizinha Namíbia, que até tem muito menos recursos que Angola, e onde as suas populações têm tudo o que precisam para viver com dignidade. Ao ponto que é lá onde os angolanos vão buscar saúde, educação e até bens de primeira necessidade de qualidade muito superior e mais barata que podem obter em Angola.

Já na Lunda Norte, tida como praça-forte do PRS, as pessoas vêm denotando um cansaço acentuado com o discurso velho e cansado desse partido, que não traz nenhum valor acrescentado na satisfação dos muitos problemas que aquela parcela do país atravessa, quase a ser desmanchada pelas empresas diamantíferas, perante o seu olhar silencioso. Perante a série de realizações que o Executivo fez questão de inaugurar durante a campanha eleitoral, preferiram dar ao partido que o sustenta o benefício da dúvida.

Luanda é o que se sabe. Constituída pelos eleitores mais esclarecidos do país, mercê de uma maior disponibilização de canais de informação; são os que mais sofrem com a discrepância entre as riquezas do país e os baixos níveis de vida dos cidadãos. Mas também são aqueles que são mais capazes de compreender os avanços que o país teve desde que está em paz. Numa reacção que é típica das classes médias, eles querem mais, muito mais, mas não estão dispostos a perder o que já alcançaram. Daí esse cartão amarelo ao partido no poder, a quem parecem considerar ainda ,como o único a prosseguir num caminho que lhes dê essas garantias. Outro aspecto importante que pode ter contribuído decisivamente para estes níveis de abstenção foi a comunicação política menos conseguida e de laivos racistas, xenófobos, fundamentalistas mesmo, de alguns dirigentes da oposição, com destaque para o general Numa da UNITA. Ao atirar-se contra os «cabo-verdianos, os santomenses, os crioulos e os descendentes de portugueses», que, segundo ele, são os «que

mandam no país e por causa disso os causadores de todas as guerras», matou quase todas as possibilidades de conquistar este nicho de eleitorado, por sinal muito presente em Luanda.

O facto de o resto da oposição não se ter demarcado deste discurso fez com que fosse incluído na penalização que os eleitores entenderam que lhes devia ser atribuído. E se acrescermos a isso o discurso desmobilizador ao acto eleitoral com que a UNITA se pautou, teremos então o provável conjunto de factores responsáveis pelos elevados níveis de abstenção.

A abstenção ocorrida na Huíla e Zaire também tem a sua explicação no facto de que, se na primeira existe também um eleitor de perfil bastante crítico devido aos altos níveis de alfabetização e a existência de uma classe média interventiva, na segunda houve o fenómeno FNLA, com cuja direcção actual os eleitores desta província não se revêem.

Por junto e atacado, é caso para dizer que, no meio disto tudo, o eleitor angolano mostrou que cresceu e maturou em termos de democracia. E com esta maturidade decidiu mostrar um cartão amarelo à classe política, com a qual andarás desencantado. Cartão amarelo que pode evoluir para vermelho, caso os políticos não estejam mais atentos às suas necessidades e aspirações. Daí que será avisado que estes se acautelem e façam uma melhor leitura dos sinais dos tempos. Destes tempos novos...

MPLA elege quatro deputados pelo círculo eleitoral de Luanda

Jornal de Angola

08 de Setembro de 2012

O MPLA elegeu quatro dos cinco candidatos a deputados pelo círculo eleitoral de Luanda, ao conseguir 59,47 por cento do total de votos na província. De acordo com os resultados apresentados pelo presidente da Comissão Provincial Eleitoral (CPE), Manuel Pereira da Silva, o maior partido da oposição, UNITA, elegeu um deputado, fruto dos 24,77 por cento do total de votos obtidos. A coligação CASA-CE, com 12,84 por cento dos votos, não conseguiu eleger deputados na capital, contando apenas com os oito que elegeu pelo círculo nacional.

À semelhança da coligação de Abel Chivukuvuku, as restantes forças políticas concorrentes também não conseguiram eleger um deputado em Luanda, devido às percentagens de votos obtidas. A FNLA teve apenas 1,18 por cento, o PRS, 0,79 e a coligação ND 0,30. O CPO, o PAPOD e a FUMA quedaram-se nas últimas posições com 0,23, 0,19 e 0,19 por cento, respectivamente. Manuel Pereira da Silva sublinhou que a acta do escrutínio foi assinada por todos os membros da comissão e que representam os partidos e coligações concorrentes. Para constar, acrescentou, serão publicadas cópias da mesma nas vitrinas do Governo Provincial de Luanda e das administrações municipais. Em função dos resultados, o círculo eleitoral de Luanda passa a surpreendido maioritariamente por deputados do MPLA. Os candidatos do partido no poder a tomarem assento no Parlamento são o governador Bento Bento e o vice-governador Adriano Mendes de Carvalho, o segundo secretário provincial, Jesuíno da Silva, e a secretária da OMA, Eulália Rocha. A última vaga do círculo provincial deve ser ocupada pela jurista Mihaela Webba, cabeça de lista da UNITA por Luanda.

No entanto, os nomes dos deputados pelo círculo eleitoral de Luanda podem sofrer alteração, caso os candidatos efectivos sejam forçados a suspender o mandato. E o cenário que se pode verificar caso o Presidente da República decida manter no cargo o governador Bento Bento e o vice-governador Adriano Mendes de Carvalho. Caso isso aconteça, Bento Bento cede o lugar ao secretário provincial da JMPLA, Nhanga de Assunção: quinto da lista de efectivos do MPLA, e Adriano Mendes de Carvalho, passa o lugar ao suplente Fragata de Morais.

"Pleno" no Kwanza-Norte

A Comissão Provincial Eleitoral do Kwanza-Norte divulgou ontem, em Ndalatando, os resultados definitivos das eleições gerais de 2012, com o MPLA a vencer com um total de 94.389 votos, seguido pela CASA-CE com 5.275 votos, enquanto a UNITA teve 3.912 votos. A FNLA conseguiu um total de 1.760 votos, e 886 votos foram para "PRS, 307 para a Nova Democracia União Eleitoral, 137 para o Partido Popular para o Desenvolvimento, 129 para a Frente Unida para a Mudança de Angola (FUMA), enquanto o Conselho Político da Oposição (CPO) teve 93 votos.

De acordo com o presidente da CPE do Kwanza-Norte, Gabriel Gaspar, no total houve 106.888 votos válidos, de 115.586 eleitores votantes, dos 160.403 eleitores inscritos. Os números indicam 6.037 votos brancos, 2.162 votos nulos e 499 reclamados. Com base nesses resultados o MPLA elegeu os cinco deputados pelo círculo provincial do Kwanza-Norte, sendo eles Henrique André Júnior, Domingos João Ferreira Pinto, Suzana Pereira Bravo, Simão Jeremias Boa Carroba e Manuel António Gaspar Domingos.

Actualização da cartografia antes do censo da população

Jornal de Angola
13 de Setembro

Já decorrem os trabalhos preparatórios para a realização do censo geral da população e habitação, em particular para o "censo piloto" previsto para o mês de Outubro, na província do Namibe, garantiu o responsável do serviço provincial do Instituto Nacional de Estatística (INE). João Inácio de Sousa declarou ao Jornal de Angola que ao nível da província do Namibe os preparativos se iniciaram a 17 de Abril, com a actualização da base cartográfica consubstanciada na contagem de habitações, identificação de bairros e aldeias, entre outros, por duas equipas constituídas por 13 elementos que trabalham no processo. Neste âmbito, disse, foram já actualizadas as bases de dados nos municípios do Namibe e Bibala (este último a sede do censo piloto), estando prevista para este mês a sua extensão ao município do Virei. O responsável disse ainda que o trabalho de preparação do censo geral da população e habitação de 2013 depende muito dos resultados do censo piloto que vai testar a sua eficácia. Neste momento, foi já realizado recrutamento do pessoal para o censo piloto, sendo cinco técnicos para a formação de formadores a 47 agentes de campo (licenciadores), na sua maioria nativos da Bibala, devido à influência da língua. Os nove restantes são das localidades circunvizinhas que também encontraram o seu primeiro emprego. João de Sousa revelou estarem já em Luanda, desde segunda-feira última, todos os formadores para participar na acção formativa que teve início no dia seguinte. "Esperamos que dentro de 10 ou 15 dias concluam, para posteriormente dar-se o início à formação local dos agentes de campo," disse. O responsável admite trabalhar com as administrações municipais e espera que as mesmas saibam corresponder para que o processo em causa corra da

melhor forma possível, reconhecendo a necessidade de se trabalhar de modo exigente na preparação do processo para que no decurso do mesmo não haja problemas.

"Vamos trabalhar para que haja o mínimo de obstáculos. É obvio que durante o processo vão aparecendo dificuldades e a seu tempo os órgãos afins vão anotando, já que se trata de um censo piloto", disse. Quanto à logística, João de Sousa garante estar tudo previsto para que junto das autoridades locais possa proceder-se ao bom andamento da campanha, que envolve também a colaboração da Polícia Nacional. Fazem parte do censo piloto da população e habitação as províncias do Uíge, Luanda, Bié, Kwanza-Norte, Huambo, Namibe, Kuando-Kubango e Cunene.

Bento Bento pode continuar no Executivo de Luanda

Semanário Factual

De 15 a 22 de Setembro 2012

Para analistas, o futuro elenco governativo tem de se dedicar a favor de um maior desenvolvimento social, político e administrativo da Nação, e de um maior combate à exclusão social e à pobreza.

Em referência aos resultados definitivos das eleições gerais, publicados pela CNE, que deram uma larga maioria ao MPLA, o seu líder prometeu "tudo fazer e usar todas as forças que estiverem ao seu alcance", a fim de garantir a aplicação do programa eleitoral do seu partido e a execução de todas as políticas públicas, em prol da melhoria da qualidade de vida de todos os angolanos.

Fontes deste jornal confidenciaram que, neste executivo, será introduzido novo sangue, para melhor implementação do programa.

Dados não oficiais dão conta que a actual ministra da Justiça, Guilhermina Prata, será substituída por um quadro proveniente da Assembleia Nacional (AN).

Pitra Neto é, sem dúvida, o futuro presidente da AN.

Em virtude das dificuldades que se verificam em Luanda, no fornecimento de energia eléctrica, a substituição do titular de Energia e Água e os Conselhos de Administração da EPAI e da EDEL é inevitável.

Na província de Luanda, Bento Bento, que continuará no cargo de primeiro-secretário do MPLA, poderá manter-se, tendo em conta o dinamismo por ele empreendido, desde que assumiu o referido pelouro.

Gente de boa fé comenta que o magro resultado obtido pelos camaradas em Luanda nada tem a ver com o desempenho de Bento Bento. Pelo contrário, ele ressuscitou empresas de prestação de serviços que se encontravam moribundas.

Seguindo a mesma linha de pensamento, os resultados obtidos pelo MPLA em Luanda reflectem sobre o fraco trabalho de mobilização junto da juventude estudantil, assim como de dezenas de milhares de zungueiros, roboteiros, pedreiros e outros que pululam pela capital do País.

O Ministério das Pescas será desanexado da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Ao longo do mandato findo, verificou-se "a morte lenta" do sector das Pescas que mereceu pouca atenção do seu titular.

Para o futuro Ministério das Pescas, foi sondado o nome do governador da província do Kwanza-Norte, Henriques André Júnior. Nos sectores dos Transportes, Finanças, Comércio, Turismo e Hotelaria e Interior, os seus titulares poderão permanecer.

Kundi Pahyama deixará o Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, órgão que terá como titular Ernesto dos Santos Liberdade.

O analista político, Sebastião Isata, poderá ser o Ministro da Educação, em substituição de Mpinda Simão, que vai dirigir a província do Zaire.

A nível das províncias, Paulo Pombolo deixa o Uíge, para substituir o ministro dos Desportos, Gonçalves Muandumba.

Em Cabinda, Matilde da Lomba vai deixar de ser interina e será a titular. Os titulares das Relações Exteriores, Defesa, Justiça, Industria e Petróleos continuarão a desempenhar o seu papel.

Acção para o Desenvolvimento Rural quer ter estatuto de utilidade pública Ar

Jornal de Angola

24 de Setembro de 2012

O director-geral da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Belarmino Jelembi, defendeu ontem em Luanda que a instituição pode aumentar e expandir melhor os seus projectos se passar a beneficiar do estatuto de utilidade pública.

O gestor da ADRA, que falava à Angop sobre uma acção de formação dirigida aos seus funcionários, disse que, caso seja de utilidade pública, a instituição vai beneficiar do Orçamento Geral do Estado (OGE), o que ajuda na concretização de muitos projectos e contribui para o desenvolvimento do país.

Belarmino Jelembi referiu que actualmente a instituição funciona com seis milhões de dólares, dos quais cinco milhões são provenientes de ajuda externa. A Acção para o Desenvolvimento Rural existe há 22 anos e realiza acções para o fortalecimento da sociedade, através de um programa de intervenção social e de desenvolvimento comunitário em todo o país. A Organização Não-Governamental executa ainda programas de segurança alimentar junto das comunidades rurais, ajudando na melhoria das condições de vida das famílias camponesas.

A ADRA, dentro da sua estratégia de intervenção social nas comunidades rurais, criou vários programas de desenvolvimento comunitário que beneficiam 500 cooperativas. O Estatuto de Utilidade Pública é especialmente concedido a associações que prestam serviço que beneficiam a sociedade, cuja condição principal é ter três anos de trabalho efectivo junto da sociedade.

Uma instituição de utilidade pública beneficia mensalmente de fundo do OGE para cobrir as suas actividades e tem direitos de isenção de imposto.

Maianga. Administrador apresenta projectos sociais

Jornal de Angola

25 de Setembro de 2012

O administrador do distrito urbano da Maianga, Manuel Marta, garantiu na sexta-feira, que os projectos em curso vão ser extensivos a todas as comunas e bairros da circunscrição. A garantia foi feita no decurso de um encontro com representantes das comunidades dos bairros do Prenda e Rocha Pinto e empresários locais, com a finalidade de lhes dar a conhecer os projectos em curso no distrito da

Maianga, que já garantiram, até agora, emprego a mais de 700 jovens naturais da área.

O encontro serviu para reforçar a comunicação com os munícipes porque, segundo o administrador, necessitavam de esclarecimentos sobre os projectos em curso no distrito. "Estamos a passar pelas comunas para darmos a conhecer os projectos nacionais, municipais e comunais do Executivo, para sabermos o impacto que têm sobre as comunidades", explicou.

Manuel Marta referiu ainda que existem vias secundárias e terciárias a serem asfaltadas e escolas e postos de energia que vão ser inaugurados. Estão ainda em construção postos médicos e cozinhas comunitárias destinadas a segmentos mais carenciados.

Censo. Nações Unidas reafirmam apoio.

Jornal de Angola

26 de Setembro de 2012

O representante do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP) em Angola, Kourton Nacro, reafirmou ontem, em Luanda, o apoio da instituição no processo do "Censo 2013". Kourton Nacro, que falava à imprensa durante um encontro com o coordenador-geral do Censo, Camilo Ceita, reconheceu que "o processo de recenseamento geral de 2013 não é fácil, tendo em conta que é o primeiro que o Instituto Nacional de Estatística (INE) realiza no período pós-independência".

O Fundo, referiu, vai fazer tudo o que estiver ao seu alcance para que este processo decorra da melhor maneira possível. Reconheceu que Angola está empenhada no processo de recenseamento geral. Camilo Ceita afirmou que o Fundo representa sustentabilidade no processo de recenseamento, porque "é uma actividade que tem de ser feita na base de regras e procedimentos internacionalmente aceites e Angola não pode deixar de cumprir estes padrões".

Camilo Ceita reconheceu também que, apesar das melhorias, o Instituto Nacional de Estatística ainda tem muito trabalho a realizar. O coordenador considerou o plano estratégico do processo de recenseamento como um instrumento normativo no que toca às metodologias utilizadas para a sua concretização.

No kilamba kiaxi. Criada comissão de avaliação de problemas

Jornal de Angola

27 de Setembro de 2012

O presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), José Tavares Ferreira, criou ontem uma comissão para avaliar, nos próximos 15 dias, os problemas sociais dos moradores do distrito urbano do Kilamba, município de Luanda.

A comissão foi criada após um encontro com os presidentes das comissões de moradores das zonas do Wejimaka, Baquita Kossi, Calemba 11, Fofoca, Vila Sagrada, Sapú e Quilómetro 12, e vai ser coordenada pelo vice-presidente da CACL para a área técnica, Agostinho da Silva. Integram a comissão a vice-presidente da CACL para o sector económico, social, produtivo e modernização administrativa, Francisca Fortes, assim como os directores da Educação, Saúde, Energia e Água, o administrador interino do distrito urbano do Kilamba Kixi, entre outros responsáveis.

A comissão vai avaliar os problemas ligados à saúde, educação, energia e água, policiamento, saneamento básico e melhoria das vias. José Tavares garantiu que o problema da delinquência vai ser minimizado. Bem como o fornecimento de água e distribuição de energia.

Administradora de Cacuo com os dias contados

Novo Jornal

28 de Setembro de 2012

Depois da esmagadora vitória da UNITA nas eleições gerais de 31 de Agosto em Cacuo, a administradora municipal está a ser vista como a principal culpada da situação. Uma fonte ligada ao MPLA no município garantiu que Rosa João Janota Dias dos Santos, que também é a secretária municipal do partido dos camaradas, não ajudou na estratégia de desenvolvimento e vitória da sua força partidária durante a campanha eleitoral, bem como negligenciou a vontade dos militantes que mais se destacaram durante as eleições de 2008.

A mesma fonte contou ainda que, a nível interno, há muita insatisfação perante a governação local, o que pode não garantir a continuidade da administradora na primeira cadeira de Cacuo. "Desde que a chefe do município está na

governação desta grande zona pouco se bateu para o seu desenvolvimento, o que até ao momento nos coloca a dúvida se está a governar para o interesse dos munícipes ou de quem?" A fonte do partido maioritário acrescentou que, tarde ou cedo, haverá uma resposta às suas solicitações.

No final de Novembro do ano passado, a vice-governadora de Luanda para a área política e social, Jovelina Imperial, apresentou aos funcionários e ao público em geral a actual administradora municipal. Rosa João Janota Dias dos Santos, em substituição de Manuel Cafussa, que dirigiu os destinos do município durante seis meses. Na cerimônia, a vice-governadora orientou a nova administradora no sentido de trabalhar com espírito de equipa de modo a que o sentimento de unidade existente permaneça. E fez votos para que desempenhe as suas funções da mesma forma que desempenhou os cargos de administradora comunal da Funda e primeira secretária municipal do MPLA de Cacuo. "Estarnos a prepararmo-nos para as eleições do próximo ano e o cumprimento das orientações da administradora são no sentido de resolver os problemas das populações, sem perder tempo em intrigas e indisciplina", precisou a vice-governadora naquele mesmo dia. Localizado no norte da província de Luanda, o município de Cacuo possui uma população estimada em um milhão de habitantes, distribuídos pelas comunas Sede municipal. Kicolo e Funda.

País dá passos "seguros" para o recenseamento de 2013 Artigo

Novo Jornal

28 de Setembro de 2012

O coordenador geral do censo populacional e habitacional de 2013 considerou nesta terça-feira, em Luanda, que Angola está a dar passos seguros para levar a bom porto este processo, cuja fase piloto abrangerá nove municípios já identificados em diferentes províncias. Camilo Ceita referiu, no final do encontro com a representante em Angola do Fundo das Nações Unidas para População (FNUAP), Kourtoun Nacro, que o caminho a percorrer ainda é muito longo, mas que o país está a criar todas as condições para que o processo seja um sucesso, com o apoio dos organismos das Nações Unidas e países da CPLP e dos consultores internacionais.

Acrescentou que os detalhes de cumprimento das regras internacionais estão a ser seguidos com atenção, para que o inquérito seja reconhecido,

visto que Angola não efectua o censo populacional desde os anos 1970. "A parceria dos organismos das Nações Unidas, no caso do FNUAP, representa uma sustentabilidade dos processos em curso, uma vez que Angola não está de fora da padronização internacional", frisou, reiterando igualmente continuar a trabalhar com o FNUAP até ao fim desta actividade, que já permitiu a actualização cartográfica de várias regiões do país.

O plano estratégico em fase de conclusão é outro documento normativo que vai permitir que todos os agentes internos e externos possam saber ao certo como está a ser feito o censo, assim como tirar as suas dúvidas gerais, segundo aquele responsável. Para a fase piloto, que contará com o envolvimento de 508 técnicos, entre os quais recenseadores, foram identificadas nove áreas nas províncias do Uíge, Luanda, Kwanza-Norte, Huambo, Kuando-Kubango, Namibe e Cunene. Nesta fase, ainda sem data marcada, serão registados 36 mil 668 agregados.

Para o sucesso de todo o processo, o Executivo angolano está engajado na preparação deste Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH-2013), também designado por Censo, uma operação completa de recolha, compilação, avaliação, análise e publicação de dados demográficos e socioeconómicos num período específico de todas as pessoas residentes e das habitações existentes no país. Com a realização do Censo, tornar-se-á possível saber de forma mais exacta a estrutura da população e da força de trabalho, a sua distribuição geográfica e as áreas de investimentos prioritários. O Censo permite ainda aperfeiçoar as políticas públicas para a saúde, educação, habitação e segurança social.

IFAL forma administradores municipais no Kuanza Sul

Jornal O País

28 de Setembro de 2012

No prosseguimento da sua acção formativa, decorre de 24 a 28 de Setembro de 2012, na Conda, sede do município com o mesmo nome, no Kuanza Sul, a 5ª jornada técnicas de formação, sob o lema "Formas de Financiamento da Formação Profissional", organizadas pelo Instituto de Formação da Administração Local (IFAL), do Ministério da Administração do Território (MAT).

Abertas pelo vice-ministro do MAT para os assuntos eleitorais e institucionais, Adão de

Almeida, em representação do titular da pasta, Bornito de Sousa, durante quatro dias os formandos estão a receber conhecimentos sobre financiamento de formação de quadros da Administração local e IFAL em online, subdivididos em três painéis.

Durante o acto, que marcou a abertura destas jornadas, Adão de Almeida enalteceu a direcção do IFAL por ter levado essa formação já a diversos municípios' afirmando que "só vendo o país como um todo e cada município como parte integrante seremos capazes de diminuir as assimetrias regionais, promovendo o desenvolvimento integrado e distribuir melhor o rendimento nacional, fazendo de Angola um país, cada vez mais, próspero".

Segundo ainda o governante que se encontrava ladeado pelo vice-governador do Kuanza Sul para área técnica, Mateus de Brito e pelo director do IFAL, Ismael Mateus, olhando já para as futuras eleições autárquicas, as primeiras na história de Angola independente, durante esta nova legislatura, o sucesso para a sua implantação passa inquestionavelmente pela formação de quadros da administração local.

De acordo com Adão de Almeida, "as autarquias locais só serão capazes de corresponder às expectativas que estão a ser criadas em tomo da sua institucionalização se os seus responsáveis e quadros estiverem à altura dos desafios da governação local, aí reside a importância e a pertinência das presentes jornadas". Disse também que é necessário ter-se uma administração forte e eficiente e voltada para os cidadãos, e que seja capaz de responder aos seus anseios, "e encontrar as soluções adequadas" das suas prementes preocupações ao nível local, "só assim poderemos resolver condignamente os problemas do povo", assegurou.

Cumprimento das jornadas anteriores

Entrando propriamente nas questões fulcrais do encontro, que conta com a participação, para além dos administradores da província anfitriã' com alguns do Namibe e do Uíge, . depois da sua abertura, foram avaliadas as recomendações saídas das quartas jornadas realizadas em Abril, na Bibala (Namibe).

Lidas por Anabela Domingos, urna das responsáveis ligadas à área de formação do IFAL, as mesmas foram consideradas de positivas pelos participantes, por algumas terem sido cumpridas e

encontrando-se outras em execução, como é o caso da revisão da dotação orçamental e parcelar para a componente de formação.

Neste leque constam ainda o diagnóstico de necessidade de formação, que consiste em promover seminários para a interpretação da legislação em Administração Pública, assim como estabelecer mecanismos de articulação entre o MAT e os vários ministérios (Planeamento, Saúde e Finanças) em matéria de formação aos agentes e servidores públicos locais.

Estes mecanismos consistem na formação de inspectores sanitários, estatística sanitária, biblioteconomia, gestão de unidades sanitárias, polícia municipal, gestão de desastres e protecção civil, planeamento e desenvolvimento municipal, planificação e gestão urbana. Fazem parte ainda os cursos de ordenamento do território, receitas locais, auditoria e controlo interno. Todas essas acções formativas discutidas nas jornadas passadas e realizadas há cinco meses foram transferidas para o plano de formação para 2013 para a sua concretização.

Plano de Formação 2012

No que concerne à avaliação do Plano de Formação apresentado por Serafim Matemba e moderado por Ismael Mateus, inserido no tema do primeiro dia, diz que foram realizados 280 cursos até ao terceiro trimestre deste ano, sendo 90 no primeiro, 130 no segundo e 60 no terceiro. Deste número, foram formados 6 mil e 335 homens e 3 mil e 209 mulheres, perfazendo um total de 9 mil e 549 formandos, que aprenderam técnicas sobre procedimentos, práticas e controlo administrativo, informática na óptica do utilizador, gestão de recursos humanos, protocolo e relações públicas, liderança e gestão de equipas e fiscalização de mercados.

Durante estes nove meses os beneficiários receberam ainda formação sobre empreendedorismo, gestão de desastres, escolar hospitalar, orçamental e de projecto, probidade pública, redes sociais e outros. Para além do curso de curta duração, realizaram-se outros de média duração, de âmbito local, regional e ainda os de encomenda. No quadro do curso de média duração foram formados 36 administradores (municipais' adjuntos e comunais), respectivamente.

E para 2013?

Já a pensar no próximo ano, o IFAL realizará, inicialmente cursos de curta duração, um pouco por todo o país, nomeadamente no Uíge, Moxico, Kuanza-Norte, Kuanza Sul, Bengo, Bié, Benguela e Huambo, entre Fevereiro e Março. Seguir-se-á um outro em Março que contemplará também o Namibe e Cabinda. Os cursos não diferem dos realizados até Setembro de 2012.

Aliás, essa formação contínua abrangerá todos os municípios do país, segundo o plano de formação que O País teve acesso. Entretanto, realça-se que o curso de informática passará a ter uma carga horária de 60 horas e será ministrado a nível provincial e nele participarão todos os municípios de cada província.

Também haverá seminários regionais nas denominadas "regiões formativas", subdivididas entre (Moxico, Lunda Norte e Lunda Sul), (Luanda, Kuanza Sul e Benguela), (Malanje, Bengo e Kuanza Norte), (Huambo Bié e Kuando Kubango), (Uíje, Zaire e Cabinda) e (Huíla, Cunene e Namíbe), respectivamente, com a duração de dois dias de forma rotativa.

Durante a formação, serão ministrados 12 cursos da actualidade e de interesses para o desenvolvimento das administrações municipais para a criação de capacidades que possam assegurar os actuais desafios das novas legislações. Nos seminários serão abordados temas como a probidade pública, política de retenção de quadros, género e administração local e novas tecnologias, ética e transparência na gestão pública, qualidade de vida, "municipalização e objectivos do milénio", qualidade e fiabilidade do ensino à distância.

Na extensa lista de cursos constam ainda as cadeiras de administração local, perspectivas de integração regional da (SADC), regime de carreira na função pública, desenvolvimento económico local (micro empresas e empreendedorismo), habitat humano e animal (conflitos e soluções) e finalmente o papel das autoridades tradicionais no desenvolvimento local.

Paineis

No que concerne ainda ao Plano de Formação para o próximo ano, o director do IFAL, Ismael Mateus, que teve como moderador Armando Valente, administrador do Namibe e um dos "habituês" nestas jornadas abriu as "hostilidades" para o debate, defendendo que para a capacidade institucional deve haver uma simbiose entre o WAL e as administrações municipais.

João Guerra, administrador do Tômbwa, também da província desértica do Namibe defendeu que em matérias de formação os governos provinciais devem cabimentar uma verba nos seus orçamentos "porque as administrações municipais não dispõem de dinheiro para suportar despesas por terem um orçamento limitado e direccionado na gestão municipal, sobretudo no combate à fome e à pobreza", declarou.

Já no segundo dia dos trabalhos que contou com a presença do ministro Bornito de Sousa, abordou-se o primeiro painel sobre fontes de financiamento de instituições públicas de formação, tendo como oradores, Francisco Gaspar, Patrício Mangovo e Fernando Ngury, tendo como moderador Samuel Pinocas, do IFAL.

No terceiro dia, falou -se de "outras fontes possíveis de financiamento do WAL e das formações dos quadros da administração local". Foi orador o economista Rui Santos, representante do Ministério das Finanças (MINFIN) , que abordou sobre a legislação angolana relacionada com esta matéria. Durante o dia foram ainda apresentados e discutidos temas como: políticas e prioridades da cooperação internacional. para o reforço das capacidades dos quadros da administração pública.

Foi, igualmente, debatido o programa de responsabilização social corporativa para o reforço de capacidades dos quadros da administração pública para o sector da educação. Já no último dia, estava programado a escolha do município que acolherá as próximas jornadas em 2013.

Censo populacional em marcha

Jornal Agora

29 de Setembro de 2012

O coordenador geral do censo populacional e habitacional de 2013, considerou terça-feira, em Luanda, que Angola está a dar passos seguros para levar a bom porto este processo, cuja fase piloto vai abranger nove municípios já identificados em diferentes províncias. Camilo Ceita, referiu que o caminho a percorrer ainda é muito longo, mas estão a ser criadas condições para que o processo seja um sucesso, com o apoio dos organismos das Nações Unidas, CPLP e dos consultores internacionais. "Os detalhes de cumprimento das regras internacionais para a realização de censo estão a ser seguidos com muita atenção, para que o mesmo seja reconhecido,

visto que o país não efectua o censo populacional desde 1970".

O responsável argumentou que a parceria dos organismos das Nações Unidas, no caso do FNUAP, representa uma sustentabilidade dos processos em curso, uma vez que Angola não está de fora da padronização internacional. Ceita reiterou também a necessidade de continuar a trabalhar com o FNUAP até ao fim desta actividade, que já permitiu a actualização cartográfica de várias regiões a nível do país.

O plano estratégico em fase de conclusão é outro documento normativo que vai permitir que todos os agentes internos e externos possam saber ao certo como está a ser feito o censo, assim como tirar as suas dúvidas gerais, segundo o coordenador geral, Camilo Ceita. Para a fase piloto fora identifica das nove áreas no Uíge, Luanda, Kwanza Norte, Huambo, Kuando Kubango, Namibe e Cunene. Com o envolvimento de 508 técnicos, entre os quais recenseadores, nesta fase ainda sem data marcada se poderá registar 36 mil 668 agregados. Assim, para o sucesso de todo o processo, o Executivo Angolano está engajado na preparação deste Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH-2013), também designado por Censo, uma operação completa de recolha, compilação, avaliação, análise e publicação de dados demográficos esocioeconómicos num período específico de todas as pessoas residentes e das habitações existentes no país.

OUTUBRO DE 2012

Angola rumo as Autarquias

Inforsambila

Nº 54, Outubro de 2012

O país prepara-se para realização das autarquias, porém muita gente ainda desconhece o assunto. Nas linhas que se seguem fique por dentro do processo que pode aproximar mais o governante do governado, numa explicação de João Domingos, estudante de direito e coordenador do PARCIL- Programa de Apoio e Reforço de Capacidades e Iniciativas Locais.

INFOR: O que são Eleições autárquicas?

João Domingos (J.D):

Falar de eleições autárquicas estamos a falar de eleições que decorrem numa área geográfico

definida em que as pessoas localmente têm a oportunidade de elegerem os seus representantes que vão fazer a gestão local. Estamos a dizer que as autarquias são pessoa colectiva territorial que representam os interesses das comunidades locais, por tanto, não são pessoas colectiva que depende do Estado, são pessoas colectiva

autónomas que as comunidades vão eleger e que vão representar os seus interesses.

INFOR: Como são feitas ou como se processam?

J.D: É um pouco difícil dizer, para nós aqui, por exemplo, dizer como é que elas vão se processar. Nós temos a nível da constituição já plasmada a questão das autarquias isto aqui até é algo que vem desde

a lei constitucional de 1992 que já previa a existência das autarquias locais, já na constituição de 2010

novamente nós podemos constatar a existência das autarquias locais numa forma mais desenvolvida em

relação lei constitucional de 1992, incluindo as atribuições do futuro autarca, mas não temos ainda uma legislação específica sobre as autarquias, por isso, é difícil prever qual é o modelo que nós vamos adoptar para as autarquias, mas do conhecimento que tenho, normalmente organiza-se a nível todos os municípios. Mas não sabemos, se aqui vai se realizar em todos municípios ou em apenas alguns, apesar de que já o governo estar a fazer alguns ensaios em algumas localidades a criação das autarquias, a minha expectativa e posso vaticinar em dois figurino possível: o primeiro é que os candidatos a autarquias devem ser pessoas que vive na comunidade e devem ser candidatos independentes sem partido político e que inspiram confiança por parte dos cidadãos. O segundo figurino é dos candidatos indicados pelos partidos político, como podem ser os administradores a serem eleitos como autarca.

INFOR: Quem deve ser candidato a deputado as autárquicas?

J.D: Em princípio um candidato a deputado as autarquias deve ser alguém que reside na mesma Comunidade e que conhece os problemas da comunidade. É importante fazer menção se os candidatos as autarquias não forem membros de um partido político isto vai dar oportunidade de apareçam nova lideranças que não estejam ligados com formações políticas.

INFOR: Até que ponto esse tipo de eleições podem ser positivo para a vida da comunidade?

J.D: As autarquias são bastantes positivas para comunidade porque elas trazem varias vantagens

entre elas podemos destacar a descentralização dos serviços trazendo-os mais próximo das comunidades, bem como traz também o autarca para juntamente das comunidades para discutirem suas prioridade, necessidades e definirem em conjunto um plano que vai orientar a vida da comunidade. Por outro, esta aproximação não deve ser apenas em termos geográfico, deve ser psicológico e presença

humana, porque hoje nota-se pouca presença dos lideres junto das comunidades também evita a situação da burocratização e toma mais célere os serviços, a outra componente importante no processo da descentralização é a questão do aumento da participação do cidadão no processo de governação local.

INFOR: Pode nos falar das experiências de países onde as autarquias já são uma realidade?

J.D: Na verdade existem vários País onde este modelo de governação é uma realidade mas antes de

mencioná-los quero aqui dizer que cada país tem as suas deficiências e os seus problemas, para mim não

existe um modelo que podemos dizer que este é perfeito ou não todos eles tem problemas mas podemos mencionar alguns países com experiências como o Brasil que já tem longos anos neste processo, em África o Moçambique e na Europa o Portugal e tantos outros.

INFOR: A constituição Angolana prevê a realização das eleições autárquicas?

J.D: As autarquias já estão plasmadas na constituição do nosso país desde 1992 e nesta de 2010 o maior problema é a sua materialização por isso esperamos que depois desta legislatura de 2012 que

este assunto seja uma realidade, para não ficarmos por meras palavras, isto depende muito da vontade politica para que haja estas eleições em Angola nos próximos anos.

Sociedade Civil debate autarquias locais

Inforsambila

Nº 54, outubro de 2012

A sociedade civil do Sambizanga realizou a sua IVª conferência, sob lema: Estratégia para o Distrito do Sambizanga que dará lugar a institucionalização da autarquia no distrito, processo, desafios e passos a seguir, em função dos ensaios das autarquias em 2014.

O evento foi coordenado pela Rede Urbana de Luta contra pobreza urbana, aconteceu no bairro Uíge, comuna do Ngola Kiluanji. De acordo com Teresa Fernando, membro da organização da conferência, o objetivo foi promover a participação do cidadão e das organizações da sociedade civil na vida pública e teve como objetivo específico, assegurar mecanismo de representatividade e de legitimidade, bem como Providenciar uma estrutura, dinâmica, flexível e célere de debates. Segundo disse, as igrejas também têm participado quando são realizadas eventos do género porque existe uma estreita relação com as associações.

Catalogados bairros na Huíla

Jornal de Angola

04 de Outubro de 2012

O Instituto Nacional de Estatística (INE) procedeu nos últimos quatro dias, na província da Huíla, ao registo cartográfico de 80 bairros afectos ao município de Cacula, 95 quilómetros a norte do Lubango, no âmbito da preparação do censo populacional, que arranca em 2013.

O responsável do Instituto, Sobral Katrapila, disse à Angop que está concluído o processo no município de Cacula.

Sobral Katrapila acrescentou que o processo decorreu sem sobressaltos, sublinhando que foram registados os bairros das comunas de Viti Vivali, Tchiquaqueia e Sede. "Para esta empreitada, o INE na Huíla conta com a colaboração da Polícia nacional e das administrações municipais, que contribuíram com um número de efectivos e técnicos", sublinhou.

Neste momento os técnicos do INE estão a trabalhar no município de Caluquerríbe, 193 quilómetros a norte da cidade do Lubango, onde já se concluiu o processo na comuna da Negola, disse.

Sobral Katrapila referiu que o processo vai ter início no município de Caconda, seguindo-se Quipungo, Matala, Jamba, Kuvango e Chipindo. Afirmou, que até Dezembro do corrente ano, os 14 municípios da província da Huíla estão cadastrados

na totalidade, aguardando-se apenas o início do censo populacional.

Mais autonomia para província de Cabinda na agenda da governadora Aldina da Lomba

Jornal de Angola

08 de Outubro de 2012

A nova governadora da província de Cabinda, Aldina da Lomba, foi apresentada, sábado, nesta cidade, às entidades e personalidades provinciais, pelo ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa. A cerimónia, no salão nobre do Palácio do Governo, estiveram presentes responsáveis governamentais da província, magistrados do Ministério Público, entidades eclesásticas e tradicionais, responsáveis dos órgãos de defesa e r, segurança e empresários.

O Ministro Bornito de Sousa afirmou, na ocasião, que a atenção da governadora no período 2012/2017 vai estar centrada na melhoria das condições de vida das populações.

O titular da pasta da Administração do Território considerou ser imprescindível a cooperação entre a governadora e o Executivo na aplicação "do novo modelo de gestão do governo provincial" que prevê um aumento do nível de autonomia de Cabinda em relação ao que vem sendo praticado até ao momento.

"A governadora designada para a província de Cabinda tem a responsabilidade de cooperar com o Executivo central na realização e materialização de um conjunto de infraestruturas destinadas à província, algumas das quais já em andamento e outras cujo lançamento da primeira pedra foi feito pelo Chefe do Estado, como é o caso do projecto do Porto de Águas Profundas", disse Bornito de Sousa, para quem a governadora Aldina da Lomba representa também o género feminino na governação em Angola.

Ao usar da palavra, depois de lhe ter sido entregue a chave da cidade de Cabinda, pelo ministro da Administração do território, a governadora prometeu tudo fazer para que as metas do programa de governação para 2013/2017 sejam concretizados. "É um desafio e a nossa acção vai reger-se pelos princípios da descentralização administrativa, da constitucionalidade e legitimidade, transparência de recursos,

transitoriedade, participação e colegialidade, probidade administrativa, simplificação administrativa e aproximação de serviços às populações", disse Aldina da Lomba.

A governadora tem a consciência que tem "pela frente há um trabalho bastante espinhoso, mas não impossível de vencer os desafios", uma vez que, disse, "não trabalharei sozinha, mas com o envolvimento de todos, de forma individual ou organizada, na formação das decisões que traduzam o desenvolvimento da província", porque "assim tudo será muito mais fácil", acrescentou.

Um culto ecuménico em saudação à investi dura do Presidente José Eduardo dos Santos e de bênção tradicional a Aldina da Lomba, em ritual protagonizado pelos Bakama, em homenagem a figuras notáveis da sociedade de Cabinda, marcaram o ponto mais alto da apresentação da nova governadora.

Issac dos Anjos promete governação

participativa

Angolense

12 de outubro de 2012

A cerimónia de apresentação do novo governador a população teve lugar no passado Sábado, 6 de Outubro, num acto presidido pelo Ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua. O referido acto teve lugar no salão nobre da administração municipal do Namibe, diante da sociedade civil, representantes de partidos políticos, autoridades tradicionais e membros do Executivo local.

Na oportunidade, João Baptista Kussumua, disse que as populações esperam pela concretização das promessas feitas durante a campanha Eleitoral. 'Hoje e aqui no Namibe estamos para apresentar e dar as boas-vindas ao Senhor Eng.º Isaac dos Anjos, como novo Governador Provincial do Namibe.

Queremos dizer que ele mereceu a confiança do Chefe do Executivo para continuar o trabalho realizado, para que esta Província alcance o seu pleno potencial económico, avance com a sua agenda social e de solidariedade comunitária, promova a realização académica profissional e política dos Jovens", disse acrescentando que, 'contribuindo assim para um país onde seja cada vez melhor viver".

O Ministro da Assistência e Reinserção Social, referiu ainda que Isaac Maria dos Anjos, é um quadro experiente, um governante moldado com o tempo em função dos desafios enfrentados em outras funções e no cumprimento de diversas responsabilidades em prol da defesa da Nação Angolana.

João Baptista Kussumua, apelou por outro lado, ao apoio de todos para o sucesso da sua missão. "Gostáramos de apelar para o apoio, a participação implementar e aberta. A atitude solidária e honesta de todos de cada um de nós".

inda para Kussumua, o momento exige esforços renovados de unidade e de trabalho uma equipa e de responsabilidade nacional, para se poder aplicar de forma pragmática, integral e parcimoniosa, o programa e acção e agenda do Estado.

Ministro referiu ainda que é necessária a conjugação de esforços para se vencer a pobreza, acrescentando que às franjas mais vulneráveis da população devem ser apoiadas: "defender as crianças, os velhos e reforçar o ambiente nacional de solidariedade e fraternidade", asseverou.

Kussumua, parafraseou o Presidente da República e do MPLA, José Eduardo dos Santos: "Precisamos de acreditar e apostar mais nos Angolanos. Eles constituem o pilar fundamental da Nação e do seu futuro".

O Ministro, dirigindo-se particularmente para o novo governador, recordou-o da responsabilidade que pesa sobre si, dirigir a Província do Namibe.

Por sua vez, Isaac dos Anjos, disse que veio ao Namibe para dar continuidade do que já foi feito e fazer acontecer novos Projetos, tendo acrescentado que talvez tenha sido pela sua atitude proactiva que foi indicado para o cargo.

" Os resultados alcançados nas eleições de Agosto último, impõe-nos desafios de aceleração do crescimento económico e social, para que as metas e objectivos do programa sufragado nas urnas, possam ser alcançados" .

O governante, referiu-se ainda sobre o que chamou de rotação, que se assiste e tal como disse, são um imperativo que o Presidente da República entendeu efectuar, pelo que dos Anjos prometeu dar o melhor de si com espirito patriótico e dever de missão, para que sejam alcançados os objectivos do Governo Central, salientou. " Muitas são as expectativas que se geram a volta de nós, porém, o segredo está entre

nós. Juntos com trabalho árduo, com certeza iremos vencer".

O novo governador do Namibe, apelou na ocasião, a juventude da Província, tanto a que reside, bem como a que se encontra fora, no sentido de contribuir para o desenvolvimento da Província.

Dos Anjos disse ainda que o desafio é grande, de fazer com que o potencial da província desabroche em benefício dos namibenses.

Para ele, o trabalho de equipa é fundamental para se conseguir alargar as fronteiras da satisfação social dos Angolanos .

"Têm-me como vosso servidor, acordo cedo, deito-me tarde e estou sempre disponível para uma conversa, um papo e muito trabalho".

Actualização cartográfica

Jornal de Angola

15 de Outubro de 2012

A recolha de dados para a actualização cartográfica no município do Kwanhama para a realização do Censo Populacional e Habitacional, que se realiza no próximo ano decorre satisfatoriamente, disse o coordenador técnico da subcomissão de cartografia na região.

Doriano Artur afirmou que os trabalhos estão centrados na comuna do Evale e que já foi actualizado o mapa cartográfico nas áreas rurais e urbanas das comunas de Ondjiva, Mongua e de Santa Clara, município de Namacunde.

O Instituto Nacional de Estatística, referiu o responsável, tem cinco equipas, cada uma com cinco elementos.

O Recenseamento Geral da População e Habitação é uma operação estatística complexa, cujo objectivo é fornecer informações de referência sobre as características da população - demográficas, económicas e sociais - e das famílias, essenciais para o planeamento, pesquisas e tomada de decisões administrativas e políticas eficazes.

Angola não realiza o recenseamento geral da população e habitação desde 1970.

A realização do censo geral da população vai permitir saber quantos somos, onde estamos e como estamos distribuídos geograficamente.

O Instituto Nacional de Estatísticas apela a todos os cidadãos para colaborarem nesta importante tarefa.

Na Huíla as autárquicas também estão na agenda

Novo Jornal

19 de Outubro de 2012

Depois da fracassada participação nas eleições de 2012, a UNITA na Huíla vai apostar forte nas eleições autárquicas previstas para 2014. Assim decidiu a primeira reunião do partido, após o pleito eleitoral de 31 de Agosto .

Durante a reunião, que juntou o núcleo duro do partido, debateram-se as estratégias de actuação do galo negro para os próximos desafios, que, segundo a secretária provincial dos maninhos, Amélia Judite, pasará também pela definição dos objectivos da UNITA nas eleições autárquicas.

"Devemos potenciar os quadros para este desafio", afirmou, na abertura do encontro, reconhecendo, por outro lado, a necessidade de adequação das estruturas do partido para fazer face às novas realidades, que, para ela, devem passar pela expansão do partido nas comunas onde a presença da UNITA é frágil.

O encontro serviu ainda para avaliar os resultados da UNITA nas eleições de 31 de Agosto, onde obteve 48.300 votos, cerca de 9,5 por cento do total, longe dos objectivos preconizados pelo galo negro, já que as cifras não permitiram a eleição de um deputado sequer, mas superiores aos alcançados nas eleições de 2008.

A responsável da UNITA justificou o mau desempenho do partido, que levou 5-0 do seu adversário político, MPLA, com o facto de milhares de eleitores em zonas alegadamente da sua influência terem ficado sem exercer o seu direito de voto.

UNITA projecta acções para as autárquicas

Novo Jornal

19 de Outubro de 2012

A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) em Malanje está a montar uma estratégia para preparar as primeiras eleições autárquicas, que deverão ocorrer no país até 2017, confirmou recentemente naquela capital, o secretário provincial, António Pedro Magalhães.

O responsável do galo negro afirmou que a formação que representa vai concorrer em pé de igualdade com as demais forças políticas nos 14 municípios que conformam a região de Malanje, para obter "resultados positivos".

António Pedro Magalhães espera que o novo governador provincial, Norberto Fernando dos Santos "Kwata Kanawa", crie uma maior abertura para a oposição", contribuindo para a "reconciliação nacional" e que tenha um "papel mais interventivo, converse com os partidos, com a sociedade civil, com os malanjinhas". Aspectos de interesse colectivo "que o anterior governador, Boaventura Cardoso, não fez". Questionado sobre o exercício da terceira legislatura, onde a UNITA ocupa 32 cadeiras, o número um "dos maninhos" reafirmou que, apesar de estar na terra da palanca negra (que detém maioria parlamentar do MPLA), serão solicitadas propostas concretas para o desenvolvimento regional, repercutindo-se no futuro Orçamento Geral do Estado (OGE).

"Nós notamos que existem grandes assimetrias na alocação das receitas para as províncias", notou, admitindo que não é um problema exclusivo de Malanje, porque há outras províncias "com grandes dificuldades", a quem também têm sido atribuídas fatias "muito irrisórias". Lamento partilhado pelo ex-governador Boaventura Cardoso, na hora da despedida.

O secretário da UNITA, ao convidar os angolanos e os malanjinhas, em particular, a acreditarem nas autoridades e nos dirigentes, reiterou que, a par da "redução da pobreza", uma das prioridades de Norberto Fernando dos Santos, se deve acrescentar a reabilitação das infraestruturas.

"Temos vindo a bater-nos pelo isolamento em que se encontram ainda algumas comunas dos municípios de Luquembo, do município do Kunda-Dya-Base, concretamente, no Milando, os Kapundas, os Kimbangos. Essas comunas ainda estão isoladas do resto do município do Luquembo e da província no seu todo", frisou.

Em termos de visibilidade, Malanje carece de muito trabalho e de boa vontade do novo executivo, evidenciou António Pedro Magalhães, recordando

que o que existe hoje "no casco urbano são as infraestruturas deixadas pelo colono".

A localização estratégica da região, na opinião do político, é privilegiada, com saídas para o sul e leste de Angola. "Nós não temos grandes dificuldades em desenvolvermos esta província", considerou.

A UNITA promete contribuir, dentro do Conselho de Auscultação e Concertação Social (CACCS), com ideias para o desenvolvimento da circunscrição, garantiu o representante de Isaias Samakuva.

Governo provincial faz consulta pública para a elaborar plano director de Cabinda

Jornal de Angola

21 de Outubro de 2012

O Governo da Província iniciou ontem o processo de auscultação da sociedade civil, administrações municipais e Instituições públicas para recolher contribuições sobre o Plano de Desenvolvimento da Cidade de Cabinda.

A consulta pública, cujo objecto é informar e conseguir consensos no seio da sociedade civil, inclui o Plano Director da Cidade de Cabinda. Os dois projectos reflectem um modelo da estrutura arquitectónica da futura cidade de Cabinda e seus projectos estruturantes. A elaboração dos planos, a cargo de uma empresa de renome, vai ser executado num prazo de 90 dias.

A empresa que vai elaborar o projecto apresentou, na ocasião, vários modelos urbanísticos e de infraestruturas integradas, já em execução em 12 províncias do país, incluindo Luanda, para elucidar a sociedade civil local. Foram apresentados modelos habitacionais semelhantes ao Zango, Camama, Sambizanga e Cazenga (em Luanda), para a sociedade avaliar e sugerir possíveis alterações adaptadas à realidade da província.

O arquitecto Ricardo Henriques, durante a apresentação em vídeo dos modelos urbanísticos, esclareceu que a primeira fase das obras para as infra-estruturas integradas da cidade de Cabinda, compreende a construção de valas de drenagem de águas pluviais.

O arquitecto garantiu que os modelos urbanísticos e de infra-estruturas integradas apresentados são bons e melhoram as condições de vidas das populações.

A maioria dos presentes congratulou-se pela iniciativa do governo da província em promover o processo de auscultação para recolher dos cidadãos contribuições para o enriquecimento dos planos de desenvolvimento da cidade.

O secretário provincial dos Transportes Correios e Telecomunicações, Otiniel da Silva, defendeu a prioridade aos bairros periféricos da cidade, por serem habitados por cidadãos de baixo rendimento e com nível de pobreza acentuada.

Raúl Mavandó, economista de profissão, considerou deplorável o estado que apresenta a cidade de Cabinda e os bairros periféricos e apelou às autoridades para inverterem o quadro, dando uma imagem adequada ao seu potencial económico. O comandante provincial da Polícia Nacional, Eusébio da Costa e Silva, sugeriu a integração das estruturas policiais nas futuras centralidades, de modo a garantir a segurança da população.

O actual modelo de construção de muros de vedações à volta das centralidades foi questionado pelo comandante, porque isso inviabiliza as medidas de segurança e de intervenção em caso de sinistralidade. Satisfação da governadora A governadora provincial de Cabinda, Aldina da Lomba, manifestou a sua satisfação pela contribuição da sociedade civil aos projectos. "Só com a participação de todos teremos um plano de desenvolvimento da província que integre infra-estruturas, habitação e equipamentos essenciais para a população e com segurança", disse.

Para Aldina da Lomba, o Plano de Desenvolvimento da Província de Cabinda deve ser integrado porque as infra-estruturas básicas e as redes viárias são elementos que ligam a cidade, os municípios, os bairros e as aldeias.

"A requalificação que se pretende para a cidade de Cabinda não deve ser entendida como um acto de destruição total do actual casco urbano", disse, acrescentando que a orientação que existe é de requalificar e modernizar a actual cidade e projectar a construção de uma nova cidade de Cabinda.

Bornito de Sousa esteve na abertura da reunião nacional

Jornal de Angola

25 de Outubro de 2012

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, procedeu ontem, no município do Bailundo, no Huambo, à abertura do Encontro Nacional das Comunidades, organizado pela ADRA e tem como objectivo reforçar a cooperação e articulação entre as comunidades e a sua participação na monitorização das políticas de promoção do desenvolvimento local.

Durante dois dias, os participantes estão a abordar temas ligados às boas práticas de desenvolvimento local sustentável, fortalecimento da produção e promoção da segurança alimentar e nutricional das comunidades. Após a sua chegada ao Huambo, o ministro da Administração do Território foi recebido pelo governador da província do Huambo, Faustino Muteka, seguindo-se uma visita ao Centro de Formação dos Funcionários da Função Pública e à Base de Logística Regional do Casseque.

A regionalização dos cursos de curta duração do IFAL foi uma das questões em agenda, prevendo-se

que a partir de Janeiro de 2012 as formações para as províncias do Bié e Kuando Kubango.

Autarquias locais em instalação

Jornal de Angola

26 de Outubro de 2012

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, anunciou na vila do Bailundo, a instalação das autarquias locais em 2015, face a um estudo realizado pelo departamento ministerial que dirige.

Em declarações à imprensa no final das actividades desenvolvidas no município do Bailundo, Bornito de Sousa assegurou que está em curso a preparação do processo das autarquias locais.

Lembrou que inicialmente o arranque apontava para o ano 2014 mas estudos mais profundos do Ministério da Administração do Território apontam para o ano 2015 como sendo o ideal. "Decorrem estudos que devem ser ainda completados, seguidos de consultas a serem feitas a nível nacional", disse.

Bornito de Sousa ficou satisfeito com o grau de execução das obras de remodelação das infra-estruturas da Ombala Mbalundo, que já foram executadas na ordem dos 50 por cento, um processo extensivo a outras autoridades tradicionais.

Durante a sua estada na província do Huambo, o ministro da Administração do Território

acompanhou, no município do Bailundo, os trabalhos do Encontro Nacional das Comunidades, uma iniciativa da ADRA, que juntou mais de 170 delegados vindos das províncias do Huambo, Benguela, Malange, Huíla e Luanda. Durante dois dias, os participantes abordaram temas ligados às boas práticas de desenvolvimento local sustentável, fortalecimento da produção e promoção da segurança alimentar e nutricional das comunidades. O encontro das comunidades decorre anualmente, numa iniciativa da ADRA, que leva os participantes a reflectir sobre os problemas do associativismo, cooperativismo, da terra e da participação cívica dos cidadãos no programa de governo.

Bornito de Sousa considerou positiva a visita efectuada ao Huambo, pois, disse, foram cumpridos os objectivos que o levaram ao planalto central.

Bento Bento atira Tavares ao tapete

Semanário Continente

26 de Outubro de 2012

O governador de Luanda, Bento Bento, deverá "livra-se" nos próximos dias de José Tavares, isto, tão logo aconteçam as remodelações que deverão ocorrer no Palácio da Mutamba.

O assunto foi já discutido numa das reuniões do Secretariado do Comité Provincial do MPLA de Luanda, tal como confirmou fonte próxima a José Tavares, tendo sido avançado o nome de Eduardo Costa Gabriel para o substituir.

O desentendimento entre Bento Bento e José Tavares vem de longe, alega damente resultante da insubordinação por parte do segundo.

Outra razão tem a ver com o facto de Bento Bento ter um estilo muito diferente de trabalhar em relação ao de José Tavares. O primeiro, segundo fontes de jornal gosta da prática, enquanto o outro é mais relaxado e boémio, não obedece a escala hierárquica, passando mais tempo, nos últimos dias, no Brasil que em Luanda.

Comenta-se, igualmente, à boca pequena, que não seria bom manter Tavares no lugar, sobretudo nesta altura em que o MPLA está a preparar-se para as eleições autárquicas previstas para 2015. Fala-se mesmo que durante a última campanha eleitoral José Tavares criou uma série de embaraços ao partido, ao mandar encerrar chafarizes históricos, postos de transformação de energia eléctrica e escolas, no Sambizanga. De recordar que a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda

(CACL), tem sob jurisdição os distritos urbanos da Ingombota, Maianga, Kilamba Kiaxi, Rangel, Samba e Sam bizanga.

FNLA aposta nas eleições autárquicas

Diário Global

26 de Outubro de 2012

O partido está, até hoje, desunido. Mas o presidente, da outra ala, da FNLA, Ngola Kabangu, afirmou, em Luanda, que já começou a trabalhar para as próximas eleições autárquicas e gerais previstas para 2014 e 2017, respectivamente.

Em declaração exclusiva ao Diário Global, a propósito do futuro da FNLA, disse que os militantes já começaram a trabalhar, antes do tempo, para ter êxito dos próximos compromissos políticos.

Ngola Kabangu realçou que está a multiplicar os esforços e dedicação, em conjunto com os militantes a nível nacional e internacional, para levantar o partido da actual situação delicada.

À lista de Ngola Kabangu, nas últimas eleições de 31 de Agosto, foi rejeitada pelo Tribunal Constitucional, que, na sua opinião, tratou-se de uma decisão "injusto", considerando-a de "antidemocrática" e "anticonstitucional" pois reuniam 23 mil assinaturas para concorrer no pleito.

O histórico da FNLA disse que a sua ala tinha tudo preparado para um óptimo desempenho nas eleições, mas como não concorreu, a prova está no fraco resultado alcançado pela ala de Lucas Ngonda, que elegeu dois deputados.

"Os dois supostos deputados que estão na Assembleia Nacional não estão a representar a FNLA e nem estão em nome deste partido. Eles só estão aí por gentileza dos conspiradores, que querem ver o fim da FNLA".

A direcção liderada por Lucas Ngonda, conforme disse, entrou em campanha "sem organização, nem objectivos capazes de convencer o eleitorado a votar no partido, daí o desastroso resultado" precisou.

De acordo com Ngola Kabangu constituiu surpresa, para muitos cidadãos, o fraco desempenho da FNLA na última campanha eleitoral. Os resultados espelham bem isso, sendo, certo, que seria diferente caso concorressem, porque "a maioria dos

militantes deste partido apoiam a nossa direcção", sublinhou.

Guerrilheiros desprezados

Nas declarações que prestou ao "Diário Global", Ngola Kabangu, antigo guerrilheiro da UPA-FNLA, disse que muitos dos seus antigos companheiros, na sua maioria com mais de 70 anos, continuam desprezados pelas autoridades e com os processos de reforma militar bloqueados.

Na óptica do político, essa posição, por parte das entidades competentes, se enquadra "numa vasta conspiração" para ignorar aqueles que levaram a cabo uma guerra "muito digna e de grande valor", porque é preciso fazer "uma política global, assistindo a todos".

"Há pessoas que não pertenciam nem ao MPLA nem à FNLA mas eram patriotas," casos dos antigos presos políticos do regime colonial. "Quem libertou este país? Foram os antigos combatentes pelo que deveriam ter.

Primeiras eleições autárquicas adiadas param 2015

Novo Jornal

26 de Outubro de 2012

As primeiras eleições autárquicas em Angola, inicialmente previstas para 2014, deverão realizar-se somente em 2015, anunciou quarta-feira, 24, o ministro da Administração do Território, durante uma deslocação ao Bailundo, província do Huambo.

Bornito de Sousa, citado pela Angop, justificou a decisão com um estudo elaborado pelo seu ministério, tendo em declarações à imprensa no final das atividades desenvolvidas no município do Bailundo, assegurado que está em curso a preparação do processo das autarquias locais. Em 2011, numa reunião do Conselho de República foi fixado 2014 como ano da realização das primeiras eleições autárquicas em Angola. Bornito de Sousa anunciou que "estudos que estão a ser aprofundados ao nível do ministério apontam mais para 2015", mas acrescentou que decorrem mais estudos a que se seguirão consultas a nível nacional. Referindo-se à reunião do Conselho da República, o ministro angolano acrescentou que estão a ser considerados dois cenários.

"Uma ideia é de que deveríamos escolher um conjunto de municípios e cidades, começar por aí e

avançar Progressivamente. Outra ideia diz que uma vez que temos dois anos pela frente, porque não prepararmos tudo e fazermos tudo de uma única vez?", disse.

Bornito de Sousa afirmou que estas questões vão voltar a ser analisadas, mas, frisou, "a própria Constituição aponta para um sentido de alguma prudência, o que não exclui naturalmente a realização de experiência piloto em 2014 ou eventualmente antes".

Autarquias adiadas para 2015

Jornal Agora

27 de Outubro de 2012

Quando em Janeiro deste ano, o ministro-adjunto dos Assuntos Parlamentares de Portugal, Miguel Relvas, efectuou uma visita de três dias ao nosso país,

Bornito de Sousa afirmou que as eleições autárquicas iriam ser realizadas em 2014.

Após as eleições de 31 de Agosto, "as formações políticas que constituem a oposição, nomeadamente a Coligação Ampla de Salvação de Angola - CASA-CE, a UNITA e o PRS, centraram as suas atenções na realização das eleições autárquicas, inicialmente agenda das para 2014, em função das declarações quer do Presidente da República quer do ministro da Administração do Território.

Não se sabe bem por que razão, mas o mesmo governante anunciou, nesta terça-feira, que as autárquicas estavam adiadas para 2015.

Bornito de Sousa justificou a decisão como sendo resultado de um estudo elaborado pelo seu pelouro, e pela consulta que fez ao PR.

Ainda não há reacções oficiais da oposição, mas advinha-se o surgimento de um novo elemento fático na política doméstica, a julgar pelas expectativas criadas em torno das eleições autárquicas quer pela oposição quer por parte da sociedade civil, que tem nas como tábuas de salvação para a resolução dos problemas básicos da população e a aproximação do poder administrativo aos cidadãos.

Apesar de que o Conselho da República (órgão de consulta do Presidente) não toma decisões vinculativas ao PR, ficou decidido, numa reunião deste órgão realizada em 2011, que as eleições autárquicas decorreriam em 2014.

O governante disse na altura que estudos que estão a ser aprofundados ao nível do Ministério apontam mais para 2015, acrescentando ainda que depois desta fase seguir-se-iam as consultas a nível nacional.

"A Constituição estabelece o princípio do gradualismo na implantação das autarquias", referiu Bornito de Sousa. O titular do MAT traçou dois cenários, que segundo disse, estão a ser considerados para a realização das autárquicas:

"Uma ideia é de que deveríamos escolher um conjunto de municípios e cidades, começar por aí e avançar progressivamente. Outra ideia diz que uma vez que temos dois anos pela frente, porque não prepararmos tudo e fazermos tudo de uma única vez", disse.

Bornito de Sousa afirmou que estas questões voltarão a ser analisadas, mas, frisou, "a própria Constituição aponta para um sentido de alguma prudência, o que não exclui naturalmente a realização de experiências piloto em 2014 ou eventualmente antes".

Quadros de administrações fazem troca de experiências

Jornal de Angola

28 de Outubro de 2012

Quadros das administrações do município do Ambriz, na província do Bengo, e do Andulo, na província do Bié, vão cooperar nos domínios de gestão administrativa, de projectos e de programas.

A pretensão foi expressa pelo administrador adjunto do município do Andulo, Fonseca Satula, à margem de um encontro entre delegações do Ambriz e do Andulo.

"A visita da minha delegação ao Andulo teve como objectivo a troca de experiências sobre gestão administrativa, gestão de projectos e programas e também conhecer as potencialidades turísticas desta região do centro do país", argumentou o administrador do Ambriz.

A localização geográfica fez do município do Andulo, durante o período de guerra, palco de vários confrontos armados, situação que naquela época levou à paralisação de vários projectos.

Com o alcance da paz definitiva em Angola, a 4 de Abril de 2002, o Executivo, segundo o administrador, gizou alguns projectos para a cidade do Andulo, a fim de resgatar o seu potencial agropecuário, no âmbito regional e nacional.

De acordo com o administrador municipal adjunto, são visíveis os níveis de desenvolvimento nos mais variados sectores. A comitiva do Ambriz inteirou-se do funcionamento do instituto médio agrário do Andulo, uma instituição que se transformou numa referência em termos de formação de técnicos de Mecanização Agrícola, Produção Animal e Vegetal. A instituição, criada em 2008, já formou 150 jovens.

A caravana visitou igualmente municípios do Golungo-Alto (Kwanza-Norte), Cacusó, Caculama e Landula, província de Malange. Andulo é um dos nove municípios da província do Bié, que dista 130 km da cidade do Cuito. Ocupa uma área de 10.700 quilómetros quadrados, com uma população estimada em 312 mil habitantes.

O município está dividido em quatro comunas, incluindo a sede. Andulo faz fronteira a norte com a província de Malange, a sul com o município do Kunhinga, a oeste Kwanza-Sul e Malange e a este o município de Nharea. Possui um aeroporto terraplenado, com 3.200 metros de comprimento.

Bento Bento quer governar de proximidade

Jornal de Angola

30 de Outubro de 2012

O governador da província de Luanda, Bento Bento, defendeu ontem, em Luanda, uma administração de proximidade entre o Governo Provincial e a população.

Bento Bento, que falava durante a abertura de uma reunião do Conselho Provincial de Auscultação e Concertação, referiu que a relação entre governante e governado deve assentar na apresentação e apreciação do principal instrumento de governação para o próximo ano, inserido no Programa de Investimentos Públicos (PIP).

O programa enquadra as acções de carácter estratégico e de normalização a curto prazo de

alguns constrangimentos que as cidades, vilas e bairros da província enfrentam.

"O Governo Provincial pretende ainda alargar para novos horizontes e espaços, experiências no domínio da desconcentração e do relacionamento entre as administrações e os utentes dos serviços", explicou. Esse exercício, acrescentou, vai permitir concluir as medidas de políticas públicas, correspondendo às legítimas aspirações e expectativas dos cidadãos de Luanda.

Bento Bento garantiu estarem agendados para 2013 vários projectos, como a construção e reabilitação de mais de 38 escolas em todos os municípios de Luanda. Neste momento, estão já em construção 25 do primeiro e segundo ciclos, que entram em funcionamento no próximo ano lectivo. Para o sector da saúde estão previstas a construção, reabilitação e ampliação de 34 unidades sanitárias.

Para o sector comunitário o Governo Provincial tem em agenda a extensão de redes de distribuição de água e a execução de 20 furos nos bairros e comunidades rurais, além da instalação de Postos de Transformação de energia eléctrica. Para as áreas de infra-estruturas, administrativa, ordem pública e segurança rodoviária está prevista a construção e reabilitação de mais passagens hidráulicas, aéreas, paragens para transportes públicos e parques de estacionamento.

Participaram da reunião do Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social, membros do GPL, presidentes das comissões administrativas de Luanda, do Kilamba e Talatona, administradores municipais, representantes da sociedade civil, autoridades tradicionais e eclesiásticas, organizações não governamentais, agências bancárias, sindicatos, órgãos de defesa, segurança e ordem pública.

Inês Filipe, de 23 anos, estudante do primeiro ano de direito, foi eleita no fim-de-semana Miss Cunene 2013, sucedendo no cargo a Marcetina Vaikeny, actual Miss Angola.

O concurso teve a participação de 11 candidatas, das 12 concorrentes inicialmente previstas, tendo ainda sido eleita Raime Belarmina para primeira-dama de honor e Miss Fotogénica, enquanto Dianil Monis se sagrou segunda dama e Miss Simpatia.

A gala foi animada pelo músico português Gil Rosa e pelos cantores locais Jady, Loide e Patrulha Secreta. Em declarações à Comunicação Social após a sua eleição, Inês Filipe disse que durante o

seu mandato vai apostar no trabalho com a juventude, promoção do turismo e de outros projectos de apoio às pessoas vulneráveis.

A nova Miss Cunene pretende ainda contribuir para o desenvolvimento da província e trabalhar para fazer uma representação condigna no Miss Angola, em Dezembro deste ano.

Inês Filipe encorajou as concorrentes e outras jovens a não desistirem dos seus sonhos.

As concorrentes foram apuradas depois do casting que envolveu 16 candidatas, com idades compreendidas entre os 18 e 25 anos e com nível académico a partir da 9ª classe, segundo os requisitos exigidos.

A Miss Cunene vai receber 300 mil kwanzas de prémio, enquanto a primeira e a segunda dama de honor recebem cem mil cada.

NOVEMBRO DE 2012

PR inviabiliza pretensão de Bento Bento de exonerar presidente da Cidade de Luanda *Semanário Continente* 02 de Novembro de 2012

As informações postas a circular, na semana passada, sobre a possível exoneração do presidente da Cidade de Luanda, José Tavares, pelo governador provincial, terá motivado o Presidente Eduardo dos Santos a colocar os dois dirigentes tete-à-tete, numa reunião, na qual pediu explicações a Bento Bento sobre as reais razões que o motivaram a tomar tal iniciativa. No entanto, Bento Bento viu-se desprovido de qualquer argumento, para justificar as suas pretensões, tendo as mesmas caído por água-abaixo. Chegou-se a cogitar, recentemente que para tentar "livrar-se" de José Tavares, o governador e primeiro secretário do MPLA em Luanda, ter-se-ia pegado na suposta decisão de uma reunião havida no secretariado daquela formação política, tendo supostamente os militantes proposto os nomes de Eduardo Costa Gabriel e Jesuíno Silva este último, seu coadjutor no MPLA/Luanda, para um deles render José Tavares. O primeiro nome era o mais apontado já que Jesuíno teria manifestado mais disposição em dedicar-se ao Parlamento onde é deputado. Aliás, ao que consta, Jesuíno seria uma má escolha uma vez ter sido

fortemente criticado e apontado de incompetente para as sumir tal cargo. Diz-se mesmo que que mais sabe fazer é louvaminhar 'vergar-se como um bailarino a empresários como Bento Kangamba Transformando-se num autêntico caçador de fortunas, que usa as pessoas depois as deita quando já não tem nada para sugar, que o diga Riquinho nos famosos jeep 4x4. Tudo quanto se sabe que, José Tavares vai mesmo contínua no cargo, devendo Bento Bento gerir; situação. Comenta-se à boca pequena que a corrente entre os dois não passa faz tempo, mas, não há outra saída, por enquanto, que não seja coabitarem. Neste momento há correntes a favor da continuidade do Presidente da Cidade de Luanda, defendendo que apesar este viajar constantemente para o Brasil, não se sabendo se em tratamento médico, ou em viagens sambistas, assim como as exibições com batedores e sirenes, quando sai de casa para o serviço e vice-versa, fora isto, reconhecem em José Tavares, atitude e capacidade para dirigir a cidade de Luanda. "Não é que tenhamos algo contra a escolha de Bento Bento, mas esta sua atitude em levar todo MPLA/Luanda no GPL não é conveniente, nem todos somos bons políticos e automaticamente bons gestores", disse uma fonte próxima do Comité Provincial do Partido dos "camaradas" em Luanda, tendo adiante dado o exemplo de Mendes de Carvalho, vice-governador para a área social que, segundo a fonte, tem tido uma mau desempenho por ser um bom político e mau gestor.

As autarquias locais em Angola

Semanário Angolense

03 de Novembro de 2012

Autarquia (do grego, autarkheia) significa bastar-se a si mesmo, ser autónomo, mas o seu significado varia de acordo com o campo científico em que é aplicado. Assim, em economia, autarquia implica a qualidade de ser auto-suficiente; em filosofia, o poder de bastar-se a si mesmo. Para este tema, o que importa é a sua utilização no campo do Direito administrativo, a partir do qual esta figura vulgarizou-se no vocabulário político angolano. E neste particular, o conceito radica na ideia de uma entidade com certo grau de autonomia administrativa e financeira criada pelo Estado com objectivo de realizar o interesse público. Esta amplitude conceitual que coincide com a definição de autarquia no Direito brasileiro imolca qualquer organização ou instituição criada pelo Estado, desde os institutos públicos, empresas públicas, municípios, distritos às corporações ou associações públicas, etc.

O que interessa é que a pessoa do autarca (administrador da autarquia) esteja na direcção de uma entidade colectiva com uma autonomia que o diferencia do Estado, integrando assim o conceito da administração indirecta do Estado. Para o Direito português, o conceito de autarquia é confinado a Autarquia Local. Isto reduz-se ao Município e a Freguesia. Daí a designação Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia como entidades representativas do poder autárquico local, no Direito administrativo português. O que é facto é que a noção brasileira de autarquia compreende entidades como os institutos públicos assim definidos no Direito português (e no Direito angolano como não podia deixar de ser). Da mesma forma, não importa a diferenciação conceitual, a autarquia é uma entidade auxiliar da administração estatal autónoma e descentralizada.

Afinal, que «autárquicas» teremos?

Semanário Angolense

03 de Novembro de 2012

«Se vocês me elegerem Presidente da Câmara de Belas, vou substituir a ponte molhada por uma que não seja inundada pelas chuvas, cortando a circulação entre o Talatona e o Kifica. E vou reparar a estrada entre o Talatona e o Lar do Patriota, para acabar com os engarrafamentos de manhã e à noite na ponte molhada. E vou acabar com a aberração das ruas de sentido único nas estradas do Talatona em que passa um carro por minuto. E vou fazer para que haja a água e luz 24 sobre 24 no Kifica, Lar do Patriota e no Chinguar, da mesma forma que há no Talatona. E pôr mais rotundas na estrada bombas da Pumangola - via expressa, impor velocidade máxima de 60 km/h e colocar semáforos para acabar com os acidentes causados por uma «via rápida» que passa no meio de uma zona residencial. E vou asfaltar todas as ruas do interior do Kifica» - assim falaria eu, se entrasse nas autárquicas para «nguvular» o meu amado Kifica. Mas, para quando isso? - eis a questão ...

Terminado o «show» -- terminou mesmo? - das eleições gerais de 2012, os partidos já vão dizendo que o próximo passo será as eleições autárquicas. Cujo formato e «modus faciendí» anda ainda no segredo dos deuses. Cuja data ora é 2014, ora é 2015. Que não se sabe ainda se serão em todos os 161 municípios, ou gradualmente uns em 2014 e outros em 2015. Como pano de fundo, teremos os

omni-presentes desafios logísticos que a extensão do país, que se juntarão à falta de experiência absoluta em organização de eleições do género, tanto das autoridades como dos eleitores. Como o céu que cobre a terra, ainda restará a perene e brutal desconfiança de que padecem os seus principais autores: os políticos.

Tudo isso à parte, é tempo de trazer este assunto à agenda dos cidadãos. Reflectir sobre o que é isso de eleições autárquicas e qual o seu impacto na vida do cidadão comum. Sendo, como sabemos, uma eleição daqueles que governarão o município, como é que fica a relação entre o Presidente da Autarquia eleito (vai chamar-se Presidente da Câmara, como nos velhos tempos?) e o Administrador Municipal nomeado. Quem dos dois vai ter a chave do cofre da «bufunfa» para governar. Que programa vai ser executado: se o que o autarca apresentou aos «municípios» e que estes aprovaram, ou o do partido no Poder, que, por ter vencido as eleições nacionais, ganhou o direito de nomear o Administrador. Quem será o chefe directo do autarca: o Governador Provincial, que não é eleito, mas sim nomeado? Não sendo isso possível (uma entidade eleita não deve, em princípio, subordinar-se a outra nomeada), quem será então o seu chefe? Se for o autarca a comandar a «bufunfa» com quem se relacionará para que a sua fatia do OGE chegue ao seu município? Enfim, mil perguntas que - até agora, pelo menos - carecem de respostas.

Se por um lado, as autárquicas podem ser uma boa oportunidade para dividir o poder pelo MPLA e os outros partidos concorrentes (os que perderam as eleições gerais e que estão como se o mundo tivesse acabado com isso), por outro, e sé as questões acima não forem devidamente acauteladas, podem também constituir um autêntico saco de gatos, com o autarca e o administrador municipal às turras enquanto o município definha. Se nos ativermos à experiência do MPLA em todas as províncias onde o 1.º Secretário Provincial não era o Governador, a convivência entre os dois «poderes» foi de cortar à faca, razão pela qual este partido decidiu juntar os dois postos numa só pessoa, por maioria de razão se fundamentam os receios daqueles que acham que as autárquicas podem também ser mais um palco de luta entre políticos que, mais que adversários, se consideram verdadeiros inimigos, apenas por militarem em partidos diferentes.

Outra dimensão nada desprezível, e cujo tratamento ainda (esperamos) é do domínio de alguns iluminados, é o perfil dos autarcas e o papel que os

partidos políticos terão na selecção das candidaturas. A fazer fé em experiências passadas, serão os secretariados municipais dos partidos a seleccionar quem serão os autarcas, incluindo o seu presidente. E a continuar por esta linha, serão os partidos a bancar com as campanhas eleitorais.

Porém, e esta é uma das grandes características das eleições autárquicas, aí os candidatos terão que conhecer e ser conhecidos pelos munícipes - estes agora investidos na verdadeira acepção do termo. Como exemplificámos no início desta peça, aí já não bastarão programas e slogans generalistas do tipo «construir um milhão de casas» ou «reparar as vias entre as províncias Z ou Y» ou ainda «50.000 kwanzas de salário mínimo». Nas eleições autárquicas haverá que se apontar soluções realísticas a problemas concretos. Como, por exemplo, prometer (e depois fazer por isso) a construção de estradas que ajudem as pessoas a chegar mais rápido ao mercado ou ao serviço. Como se propiciar Educação e Saúde de mais qualidade na escola A e no hospital B. Mais um mercado aqui ou mais um campo de futebol ali.

Num cenário desses, em que as pessoas precisam de recorrer a bens e serviços de outro município, mesmo em Luanda, será uma prova de incompetência do seu governo ou, se preferirem, dos seus autarcas eleitos, se não se honrar as promessas eleitorais. O que acarretará apenas uma consequência: não serem reeleitos, estrebuche o seu partido o quanto quiser ...

Nem que seja só por isso, as autarquias obrigatoriamente trarão um elemento novo na forma de fazer política em Angola. Militância partidária sim, mas os governantes eleitos terão que ser também, e sobretudo, tecnicamente competentes. E de provas dadas junto dos seus munícipes. Ao contrário das eleições gerais, onde todos os eleitos, incluindo o PR, vão à boleia do seu partido, nas autárquicas será o indivíduo que dará a aprovação ou desaprovação dos eleitores à sua formação partidária. O que acabará, por efeito dominó, por se estender às eleições gerais, atraindo vários ganhos à qualidade dos nossos governantes, a maior parte deles mais preocupados em bajular os partidos e seus dirigentes que corresponder positivamente às expectativas do cidadão eleitor. Num cenário destes, seria impensável, por exemplo, uma entidade eleita ir ao mural de um eleitor para achincalhá-lo, como aconteceu recentemente com um conhecido deputado da nossa praça ...

Questões e questiúnculas à parte, venhamos e convenhamos que as eleições autárquicas trarão uma (bem-vinda) lufada de ar fresco à nossa «realpolitik angolensis». Ainda que por permitir, como se espera, os cidadãos independentes - aqueles que não querem estar acorrentados a um partido - apresentem também as suas candidaturas e, caso ganhem, exerçam o direito legítimo- de governar o seu rincao..

Autarquias supra-municipais

Semanário Angolense

03 de Novembro de 2012

A LC determina que as autarquias organizam -se nos municípios. Porém, admite a possibilidade de existência de autarquias supra-municipais (ao nível de províncias ou de regiões) e intermunicipais (ao nível das comunas distritos, bairros, etc.), desde que haja razões políticas suficientes definidas em conceitos gerais tais como especificidades culturais, históricas e grau de desenvolvimento. A dúvida de saber se o conceito de autarquia em Angola está orientado para o conceito assimilado pelo Direito brasileiro ou pelo Direito Português fica sanada, na medida em que representa uma visão combinada entre o conceito brasileiro, quanto ao âmbito territorial e o conceito português quanto à sua restrição a autarquia local.

Sendo neste particular redutor, por excluir abinitio qualquer outra circunscrição administrativa das características desta espécie de poder local. Está claro que o princípio do gradualismo que implica a viabilidade de determinados factores na implementação das autarquias locais faz completo sentido em se tratando das autarquias supra e inframunicipais, por estarem condicionadas a verificação de factores apontados pela LC e não para os municípios assim definidos pela LC, sob pena de violar o princípio da universalidade de direito consagrado na lei magna (art.º22.0), já que a implementação das autarquias locais em todo o território nacional deve ser simultânea se quisermos preservar a igualdade de direitos dos cidadãos em ter acesso aos bens e serviços proporcionados pela administração pública em circunstâncias e oportunidades similares ou equiparadas.

Quanto à organização, as autarquias locais são uma clara imitação do poder central do Estado com exclusão do poder judicial exercido pelos tribunais, que no nível da circunscrição administrativa autárquica é exercido de forma autónoma no seguimento da hierarquia vertical que o liga ao

poder judicial central. A LC prevê a existência de uma assembleia dotada de poderes deliberativos; de um órgão executivo colegial e de um Presidente da autarquia. A inexistência de Lei própria impossibilita a determinação da composição dos referidos órgãos, com excepção do Presidente que é claramente singular.

Mas percebe-se que, à semelhança do modelo jurídico português (o qual temos o hábito crónico de seguir a letra) a assembleia deliberativa terá a composição semelhante a uma Assembleia Nacional captada ao nível local. É verdade que exercerá apenas poder regulamentar (criar regulamentos de vigência e vinculação local), mas não deixa de ser uma espécie de câmara legislativa onde estarão os membros (em rigor, seriam reguladores dada a competência meramente regulamentar atribuída pela LC) eleitos em eleições autárquicas. Não se sabe se serão chamados deputados municipais ou vereadores (como acontece no Brasil ou em Portugal), o facto é que a Lei deverá determinar o número de membros da assembleia deliberativa da autarquia local.

O munícipe enquanto subcategoria de cidadão circunscrito ao município é tributo das autarquias locais. O munícipe enquanto autarca originário é detentor de poderes deliberativos ao nível local (autárquico) e a sua qualificação como munícipe advém deste mesmo poder reconhecido por lei. Com ele o munícipe se sente a autoridade máxima (originária) do município podendo impor-se contra os seus representantes quando estes não realizam as atribuições da autarquia local. Assim, só teremos municípios a partir das primeiras eleições autárquicas em Angola. Ao contrário da vulgarização inapropriada desta denominação nos dias de hoje. Da mesma forma, o surgimento dos municípios autárquicos, usando a possibilidade ilícita do princípio do gradualismo, levará a melhor definição das atribuições do poder local em toda a sua plenitude. Quer por determinação das funções efectivas das autoridades tradicionais quer por delimitação das atribuições dos governos provinciais.

Dois a mandar é complicado

Angolense

03 de Novembro de 2012

Luanda - Bento Bento vs Job Capapinha e Francisca do Espírito Santo - Bilo de titãs, pois todos os envolvidos eram da mais alta confiança do omnipresente José Eduardo dos Santos, seria ganho

em toda a linha por Bento Bento, o homem forte do partido. Se Job Capapinha seria vaiado em pleno pavilhão principal da cidadela, na presença do próprio PR, e Francisca do Espírito Santo acabaria ingloriamente tombada por obra e graça das chuvas, Bento Bento se veria recompensado, por ter sabido «segurar as massas». No entanto, com nenhum desses dois primeiros ex-governadores a corrente passou. É verdade que foi um «bilo» surdo, mas foi bilo mesmo. Que só pareceu ter terminado quando passou a haver apenas uma cabeça mandante: Bento Francisco Bento da sua graça.

Cabinda - Aníbal Rocha vs Mawete João Baptista - O «bilo» entre eles foi forte. Acicatado pelos inegáveis êxitos da governação de Aníbal Rocha, entretanto caído em desgraça, em face do ataque à selecção togolesa, por altura do CAN de 2010, Mawete João Baptista não deu tréguas ao então 1.º Secretário provincial do «M». O conflito entre eles só terminou quando, na conferência seguinte, Aníbal Rocha ver-se-ia obrigado a ceder o lugar de 1.º Secretário ao «arqui-rival» Mawete João Baptista. Mas, como o esperto só almoça, este acabaria bebendo do seu próprio veneno quando teve de sair da província «nas corridas», estando apenas a fazer tempo para entregar o posto de 1º Secretário a Aldina da Lomba.

Huambo - António Paulo Kassoma vs Albino Malungo e Faustino Muteka - Por força dos estatutos, Paulo Kassoma manteve-se como 1.º Secretário Provincial do Huambo do MPLA, enquanto se esperava pela conferência seguinte. A incompatibilidade com Malungo, que, como se diz em surdina, tentou «queixar» Kassoma a JES, foi imediata, com consequências desastrosas para o actual embaixador na Coreia do Sul: seria recambiado para casa. Com Muteka esperava-se uma convivência mais salutar, por ter sido o chefe do grupo de acompanhamento do BP no consulado daquele. Nem isso. Muteka abriu' uma verdadeira guerra a tudo o que cheirasse a Kassoma. Um «bilo» cujas consequências políticas já começaram a fazer-se sentir.

Huíla - Marcelino Tyipingue vs Isaac dos Anjos - Esse foi o «bik» mais mediático, com direito à cobertura da Voz da América e tudo. Perante um veterano e plácido Tyipingue, Isaac dos Anjos viu-se e desejou-se para levar avante o «trungungo» que lhe é peculiar. Se bem que pela voz do 2.º Secretário, Virgílio Tyova, foi aí que o verniz estalou, ao ponto de se tornar público, em decorrência das «demolições isaaquianas». Nem mesmo as inúmeras deputações das estruturas

centrais lideradas por Gonçalves Muandumba resolveram a questão. Foi aí que o MPLA e JES chegaram à conclusão que duas «cabeças» só davam... dores de cabeça. A solução foi despachar o activo, mas irreverente Isaac para a vizinha província do Namibe e juntar a sua anterior «cabeça» à do ... velho Tyipingue, que até não demonstrava lá grande vontade para o tacho. A cautela, já se vai cochichando nos corredores do Kremlin que Isaac dos Anjos receberá de Cândida Celeste o 1.º secretariado do MPLA na província. Não vá o Diabo tecê-las... outra vez.

Malanje - Cristóvão da Cunha vs Boaventura Cardoso - Mesma coisa. Recém-chegado a Malanje, Boaventura Cardoso seria recebido com barragem de metralhadora por Cristóvão da Cunha, que, por força do seu posto no Parlamento e dos resultados da última conferência provincial, conservava os cargos de Coordenador do Círculo Provincial e 1.º Secretário Provincial. Perante o risco de ver os militantes e a sociedade malanjina fragmentada em duas facções em guerra, a solução foi «juntar as cabeças», então na pessoa de Boaventura Cardoso. Que, por sua vez, está à espera de passar o apetecido posto a Kwata Kanawa ...

Eleitos ou nomeados?

Semanário Angolense
03 de Novembro de 2012

Facto discutível, e de fazer correr rios de tinta, é o de saber se os membros do órgão executivo (governo autárquico) serão eleitos ou nomeados. Situação esta que se arrasta para a avaliação da situação do Presidente da autarquia. Faz sentido levantar essa indagação, embora seja habitual noutras paragens administrativas que estes sejam eleitos no conjunto dos órgãos autárquicos. O problema está na possibilidade legal do Estado fixar por lei a organização e o funcionamento da autarquia, bem como o modo de nomeação ou eleição dos seus órgãos.

Cabe ao legislador tornar claro a solução deste problema, inclusive definir o número de membros e as respectivas funções no quadro do executivo autárquico. Sabe-se, porém, que quanto ao Presidente da autarquia a LC estabelece que este seja o cabeça de lista do partido vencedor ao nível autárquico (art.º 220.º, n.04). Aqui também se percebe que ao nível autárquico não são admitidas eleições de candidatos independentes. O que promove um certo exagero do legislador, já que ao nível local é mais fácil as pessoas depositarem

confiança a uma figura carismática de idoneidade moral, valor cultural ou liderança religiosa ou ainda académica do que a um político, sobretudo escondido nas saias de um partido político, dada a atonicidade dos interesses e problemas e a exiguidade da quantidade da população.

Questão interessante no âmbito da delimitação de poderes entre a administração pública central e a administração autónoma (autárquica) está em descortinar os limites do poder administrativo e financeiro da autarquia. Quanto ao poder administrativo, a LC facilita delimitando as atribuições ainda que genéricas. Porém, quanto ao poder financeiro (sobretudo ligado a percepção de receitas fiscais) há ainda muito que conjecturar sobre o modelo ideal a adoptar pelas autarquias locais em Angola. Certo é que as autarquias devem ter receitas próprias a partir das quais serão deduzidas as receitas destinadas as finanças centrais do Estado, independentemente da actividade financeira autónoma deste.

A Lei deverá estabelecer os tipos e espécies de impostos e taxas a serem cobrados ao nível autárquico para que haja clareza e transparência na organização e funcionamento do sistema financeiro autárquico. Conferindo ao munícipe uma percepção igualmente clara sobre as possibilidades financeiras da autarquia e em consequência das possibilidades de realização administrativa dos seus representantes neste nível. E é para resolver este problema de capital importância na implementação das autarquias que o debate sobre este fenómeno administrativo deve começar imediatamente entre os operadores políticos até à concretização da respectiva legislação.

Porque se se prevêem eleições autárquicas (agora adiadas para 2015), é mais do que certo que a legislação deve estar pronta muito antes para que todos tenham a percepção dos procedimentos adequados a tomar na abordagem da sua organização, funcionamento e até pé provimento das vagas nos órgãos de direcção autárquica, assim como os limites e atribuições da respectiva autarquia. É um sinal de prudência necessária para os partidos políticos que queiram a concretização das autarquias locais, conforme os mais profundos interesses do povo e em concordância com o actual sistema jurídico angolano (na parte em que não é atípico).

Garantia assente é que o órgão executivo autárquico é colegial e, portanto, é uma clara imitação de um conselho deministros ao nível local com poderes disseminados para cada um dos seus membros

evitando assim a autocracia bem patente no poder político ao nível central do Estado. É aqui que as eleições autárquicas representam a quebra na base do poder político concentrado no Executivo tornando-se num verdadeiro veículo da descentralização administrativa (e até política) do Estado. O que, a concretizar-se em Angola, tornar-se-á na base efectiva para o início do processo de democratização e da concretização do Estado de Direito. E por aqui se defende que todos os órgãos do poder autárquico sejam eleitos que a mesma fonte do poder (população) seja aquela que a retira pela via eleitoral ou por moção de censura do executivo autárquico.

Já saberemos quantos somos em 2013

Agora

17 de Novembro de 2012

O INE aponta que em Viana (Luanda), o processo iniciou-se a 10 de Outubro último e estender-se-á por 35 dias, enquanto em Cacucos os agentes cartógrafos iniciaram o trabalho a 9 do mês em curso, para um período de 20 dias.

Ainda na capital do país, de acordo com o INE, o trabalho é garantido por 17 equipas (cada uma é constituída por quatro agentes cartógrafos e um supervisor), apontando as chuvas, que têm caído nos últimos tempos, a exemplo das outras províncias do país, como a principal dificuldade com que o pessoal da cartografia se depara no exercício da sua actividade.

Já em Malanje, lê-se no documento, o trabalho, iniciado a seis deste mês, está a ser levado a cabo nas comunas de Muquixi e Caxinga, no município de Caxilama, e em Kalandula, envolvendo sete equipas.

Ações similares decorrem durante o mês em curso nos municípios de Kibala, Caungula, Muconda, Cubal, Jamba e Chicala Choloanga, nas províncias do Kwanza Sul, Lunda Norte, Lunda Sul, Benguela, Huíla e Huambo, respectivamente, num total de 41 equipas.

No Bié realiza-se desde seis deste mês a actualização cartográfica do município de Camacupa.

O INE realça que os agentes cartógrafos destacados naquela região do país carecem de apoio em meios de transporte aéreos (helicópteros) para superarem os obstáculos na travessia dos rios Mussuma,

Nengo e Luanguinga, afim de atingirem os lugares mais recônditos.

No Tômbua (Namibe), e Nama cunde (Cunene), as actividades de campo iniciaram há uma se mana, envolvendo nove equipas.

Já os trabalhos de elaboração da cartografia censitária no Lum bala Nguimbo, província do Moxi co, decorrem desde terça-feira, enquanto em Mavinga, no Kuan do Kubango, iniciaram a 11 deste mês.

O principal constrangimento para os agentes cartógrafos nas duas localidades prende-se com o difícil acesso às diversas áreas.

No município de Cacongo (Ca binda), a actividade iniciou a oito do mês em curso, ao passo que na Damba (Uíge), e no Nôqui, província do Zaire, o processo arrancou nesta quinta-feira, 15. O tempo de duração estimado é de quatro a seis dias.

"Nas províncias do Kwanza Norte e do Bengo já estão con cluídos os trabalhos de elabo ração da cartografia censitária", reforça o INE.

O Executivo está engajado na preparação do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH-2013), também designa do por Censo, uma operação completa de recolha, compilação, avaliação, análise e publicação de dados demográficos e socioeconómicos num período específico de todas as pessoas residentes e das habitações existentes no país.

Com a realização do Censo, será possível saber exactamente a estrutura da população angolana e da força de trabalho, a sua distribuição geográfica e as áreas de investimentos prioritários.

O Executivo quer com isso aperfeiçoar as políticas públicas para a saúde, educação, habitação e segurança social..

Censo populacional adiado

Angolense

23 de Novembro de 2012

O parlamento angolano decidiu no dia 20 deste mês, por maioria, adiar por um ano o primeiro

recenseamento da população e habitação de Angola pós-independência, que estava previsto para Junho de 3013.

De acordo com o ministro do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, Job Graça, as causas do adiamento prendem-se com a realização das últimas eleições gerais, ocorrida a 31 de Agosto do corrente ano. Job Graça, segundo a Angop, afirmou que tecnicamente antes da realização do censo geral deve-se proceder a um censo piloto, uma antecedência mínima de oito meses, a contar do momento censitário.

O governante que o processo eleitoral "condicionou" o desenvolvimento das actividades preparatórias do censo, designadamente a realização de um piloto, a partir de Julho passado. O momento censitário inicialmente previsto era às zero horas do dia 16 de Julho de 2013. O adiamento foi acolhido favoravelmente por 151 deputados do partido governante, MPLA, da terceira força política, CASA-CE, enquanto os 31 deputados da UNITA, o maior partido na oposição, se abstiveram.

Com este adiamento, cabe agora ao Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, fixar nova data do censo. De realçar que, o Instituto Nacional de Estatística (INE) apresentou a proposta de para às zero horas do dia 16 de Maio de 2014 como momento censitário. No dia 15 deste mês, à Angop, O director geral do INE propor. Camilo Ceita manifestou-se convicto que o futuro recenseamento da população deverá registar de 21 milhões de habitantes em Angola.

A discussão e aprovação da Lei de Autorização para Alteração do Momento censitário foi o primeiro ponto da sessão plenária que prosseguiu com a aprovação do Projecto de Resolução que aprova a Adesão de Angola à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Resolução que Aprova a Convenção relativa à Protecção das Crianças e à Cooperação em Matéria de adopção Internacional.

De recordar que, falando ao Jornal de Angola, o director do Instituto Nacional de Estatística (INE), Camilo Ceita, afirmou que o censo populacional vai engolir dos cofres do Estado cerca de 100 milhões de dólares.

Segundo Camilo Ceita, o censo dá informação que serve para que todos os planos e programas políticos possam ser executados de forma sustentável. "Vamos sair das estimativas ou

projeções para um estado de informação concreta. E sabemos que a informação real é necessária para o desenvolvimento sustentável, porque as prioridades vão ser melhor dirigidas e os projectos e programas vão ser melhor avaliados e executados", lembrou o responsável. O último censo foi realizado em 1970, no tempo colonial. Para saber das estimativas da sua população, Angola tem-se socorrido dos estudos feitos pelas Nações Unidas.

Censo Populacional vai permitir melhor distribuição de riqueza

Semanário Factual

De 24 de Novembro A 01 de Dezembro de 2012

O recenseamento da população angolana vai permitir a melhor distribuição da riqueza nacional, fez saber quinta-feira, 22, ao Factual, uma fonte do partido no poder.

Conforme a fonte, o censo terá dificuldades nas principais cidades, visto que, nos municípios, as administrações vão facilitar os trabalhos.

Em contrapartida, o Parlamento Angolano decidiu-se, nesta terça-feira, 20, por maioria, a adiar por um ano o primeiro recenseamento da população e habitação de Angola pós-independência, que estava previsto para Junho de 2013.

A fundamentação foi dada pelo ministro do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, Job Graça, que alegou a realização das eleições gerais, em Agosto passado, como motivo plausível de adiamento.

Segundo o governante, "tecnicamente, antes da realização do censo geral, deve-se proceder a um censo piloto, com uma antecedência mínima de oito meses, a contar do momento censitário".

Job Graça considerou que o processo eleitoral "condicionou" o desenvolvimento das actividades preparatórias do censo, designadamente a realização de um censo piloto, a partir de Julho passado. O momento censitário inicialmente previsto era às 24 horas do dia 16 de Julho de 2013.

O adiamento foi acolhido, favoravelmente, por 151 deputados do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA, no poder) e da Coligação Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA CE, oposição),

enquanto 31 se abstiveram (União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)), tendo os três votos contra partido dos parlamentares eleitos pelo Partido da Renovação Nacional (PRS).

Com esta alteração, caberá agora ao Presidente José Eduardo dos Santos fixar a nova data do censo, tendo o Instituto Nacional de Estatística (INE) proposto já às 24 horas do dia 16 de Maio de 2014 como momento censitário.

No passado dia 15, o director-geral do INE, Camilo Ceitas, manifestou-se convicto de que o futuro recenseamento da população deverá registar cerca de 21 milhões de habitantes em Angola.

A discussão e aprovação da Lei de Autorização Legislativa para Alteração do Momento Censitário foi o primeiro ponto da sessão plenária que prosseguiu com a aprovação do Projecto de Resolução que aprova a Adesão de Angola à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com

Deficiência e a Resolução que aprova a Convenção relativa à Protecção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adopção Internacional.

Os deputados à Assembleia Nacional (AN) aprovaram, quarta-feira, 21, em sessão plenária, a resolução sobre o Conselho de Administração da casa das leis, ponto constante da agenda da II reunião ordinária do hemisfério, iniciada terça-feira, 21.

Os parlamentares elegeram os membros efectivos e suplentes para aquele órgão, bem como o seu presidente, o deputado Francisco Ramos da Cruz.

Na plenária, foi também apreciada e aprovada a Resolução sobre a direcção do Grupo de Mulheres Parlamentares que passa a ser liderada pela deputada Cândida Celeste da Silva.

De igual modo, tiveram anuência as resoluções sobre a constituição da Comissão Permanente da Assembleia Nacional, presidida por Fernando da Piedade Dias dos Santos, bem assim a relativa à composição das Comissões Especializadas.

Na quarta-feira, aconteceu, igualmente, a movimentação de deputados, com a substituição da parlamentar do partido MPLA, Adelina Xilica, que deu lugar a Morais António Neves, bem como a tomada de posse de Lourenço Diogo Contreiras Neto, da mesma formação política.

Equipas actualizam cartografia do país

O Independente

24 de Novembro de 2012

O Gabinete Central do Censo (GCC) está a desdobrar equipas de trabalho para a actualização da carta cartográfica do país, no âmbito do Recenseamento Geral da População e Habitação, a ter lugar em Maio de 2014.

Depois da conclusão do processo de elaboração da cartografia censitária nas províncias do Kwanza Norte e Bengo, o GCC deslocou as referidas equipas de trabalho para Malanje e Uíge.

Em nota de imprensa, o GCC avança que nas demais províncias, com maior ou menor dificuldade ligadas ao difícil acesso e as chuvas que se fazem sentir um pouco por todo país, o processo decorre o seu curso normal.

"Em Luanda, no município de Viana, o processo teve início a 10 de Outubro último e estender-se-á por 35 dias, enquanto em Cacuaco os agentes cartógrafos iniciaram o trabalho a 9 do mês em curso, para um período de vinte dias", lê-se no documento.

O GCC adianta que na capital angolana o trabalho é garantido por 22 equipas (cada uma é constituída por quatro agentes cartógrafos e um supervisor).

Já em Malanje, de acordo com o GCC, o trabalho, iniciado a 19 deste mês, está a ser levado a cabo no município de Kalandula, envolvendo duas equipas.

"Acções similares decorrem durante o mês em curso, nos municípios do 'Cassongue, Lubalo, Dala, Cubal e Matala, nas províncias do Kwanza-Sul, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Benguela e Huíla, respectivamente, no total de 34 equipas".

No Bié, segundo a instituição, realiza-se desde 6 deste mês a actualização cartográfica do município de Camacupa, enquanto na província do Huambo está-se a trabalhar no processo de revisão nos bairros.

Adianta a fonte que nos municípios do Tômbua, província do Namibe, e Namacunde, província do Cunene, as actividades de campo iniciaram há uma semana, envolvendo 10 equipas, cinco em cada uma delas.

De acordo com o GCC, os trabalhos de elaboração da cartografia censitária na comuna do Luquembo, município dos Bunda, província do Moxico,

decorrem desde o dia 18 de Novembro, com uma previsão de quatro dias, com a intervenção de cinco equipas, enquanto no município da Mavinga, no Kuando-Kubango, iniciaram a deste mês.

O gabinete Central do Censo dá a conhecer que no município do Belize, província de Cabinda, a actividade iniciou a 17 deste mês, envolvendo duas equipas, ao passo que na Damba, província do Uíge, teve início a 17 do mês em curso, com cinco equipas, para um período de trabalho de três dias.

No seu balanço, o gabinete dá ainda a conhecer que no município do Cuimba, província do Zaire, o arranque aconteceu a 17 deste mês. "O tempo de duração estimado é de quatro dias, contando com o envolvimento de duas equipas. Nesta localidade os agentes carecem de meios de transportes aéreos tendo em conta as dificuldades de acesso às comunas e bairros".

O Executivo Angolano está engajado na preparação do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH), também designado por Censo, uma operação completa de recolha, compilação, avaliação, análise e publicação de dados demográficos e socioeconómicos num período específico de todas as pessoas residentes e das habitações existentes no país.

Com a realização do Censo, será possível saber exactamente a estrutura da população angolana e da força de trabalho, a sua distribuição geográfica e as áreas de investimentos prioritários. O Executivo quer com isso aperfeiçoar as políticas públicas para a saúde, educação, habitação e segurança social.

O Gabinete Central do Censo tem, entre outras atribuições, a definição dos elementos metodológicos do RGPH, nomeadamente os conceitos, questionários, manuais de apoio e respectivas instruções, crítica e análise dos dados.

Quantos somos exactamente?

Semanário Angolense

24 de Novembro de 2012

A organização de um censo compreende várias etapas. A actualização cartográfica permite traçar os limites dos conglomerados, bairros, aldeias e sobados, para definir o número de pessoas que vai trabalhar no recenseamento, sobretudo recenseadores, assim como executar o mapa das secções. Segundo o director do INE, uma operação desta envergadura é, do ponto de vista económico e

financeiro, dispendiosa, devendo ser realizada dentro dos padrões internacionais, por serem os que garantem a fiabilidade do resultado. «Tem de haver uma legislação própria que, felizmente, já existe. Temos um Gabinete Central do Censo, formado por comissões de logística, formação, publicidade, marketing e administrativa. É essa estrutura que, a nível central, está a levar a bom porto as actividades de preparação do recenseamento», referiu.

Segundo Camilo Ceita, o censo já tem um fundo aprovado pelo Conselho de Ministros, desde 2011. Sendo uma empreitada de grande porte, considerando que os últimos mapas de Angola foram feitos entre os anos 80 e 85, tendo o país sofrido várias transformações que fizeram com que aldeias que existiam numa determinada comuna desaparecessem ou se tenham modificado substancialmente implica avaliar a realidade actual, pelo que é igualmente necessário recursos humanos qualificados.

«Vai depender do número de pessoas a contratar numa determinada área. As condições climáticas podem vir a atrapalhar algum trabalho. Podemos ser forçados a aumentar as equipas e automaticamente aquilo que está previsto já é alterado. Esta é uma actividade muito dispendiosa em qualquer parte do mundo. É de louvar a disponibilidade do Executivo, porque, em África e na América Latina, são raros os governos que assumem a cem por cento as despesas com o censo. O Executivo (angolano) está a assumir, até agora, todas as despesas do recenseamento da população», explicou Camilo Ceita. O censo vai permitir uma maior planificação e programação a todos os níveis, por haver vontade política para executá-lo. Para Camilo Ceita, não é possível gerir sem medir. «O país tem executado alguns projectos com dados do INE (...) e o recenseamento vem afinar aquilo que já tem sido feito», disse.

Após a recolha das informações, resultantes de milhares de questionários em todas as províncias, elas serão centralizadas em Luanda, para se transformem em informações electrónicas e só depois é que vão merecer o devido tratamento estatístico. As actuais gerações não sabem quantos e quem são os angolanos e esperam por um censo realmente credível. O recenseamento geral da população e habitação vai permitir que se conheça com exactidão a quantidade de habitantes do país, sua composição etária, sexo, níveis de educação, ocupações profissionais, actividade económica desenvolvida, distribuição territorial, assim como a

qualidade das habitações, disponibilidade de água, esgotos, equipamentos sociais e outros serviços. Na passada semana, o Director-geral do INE disse que o futuro recenseamento da população deverá registar cerca de 21 milhões de habitantes em Angola.

Cabinda quer aumentar o número de municípios

Jornal de Angola

27 de Novembro de 2012

A governadora de Cabinda, Aldina da Lomba, visitou no domingo as localidades de Mongo Dodó e Sevo Buala, município de Buco Zau, que devem tornar-se sedes comunais caso seja aprovada a proposta de elevação da comuna de Necuto, com mais de dez mil habitantes, à categoria de município. A proposta está a ser analisada pelo Executivo, a par de outras localidades do país. A divisão político-administrativa de Cabinda é de quatro municípios: Cabinda, Cacongo, Buco Zau e Belize. Tem ainda sete comunas, num total de 386 povoações. No mês passado, o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, afirmou que estão a ser analisados os pedidos de algumas localidades que manifestaram o interesse em serem elevadas à categoria de município. Bornito de Sousa apontou o factor distância entre as comunas e as sedes provinciais como sendo relevante, entre os critérios que concorrem para a mudança da classificação administrativa.

"Há localidades que distam das actuais sedes municipais longos quilómetros. Para termos uma ideia, no Moxico, a sede municipal do Alto Zambeze, Cazombo, fica a quase 600 quilómetros da sede da província. No Kuando-Kubango, a distância entre a sede do município de Dirico e a cidade capital da província, Menongue, é superior à distância entre Luanda e Huambo.", salientou.

O ministro afirmou que, em alguns casos, há necessidade de se reestruturar a organização territorial, no sentido de levar os serviços muito mais próximo do cidadão e adiantou que há um conjunto de critérios que estão ainda em estudo e análise. Nos próximos cinco anos o Ministério da Administração do Território tem como prioridade acompanhar o funcionamento integrado dos governos provinciais e melhorar a organização de apoio às autoridades tradicionais.

Visita às localidades

No prosseguimento da constatação do cumprimento dos programas de desenvolvimento local, no domínio social e económico, a governadora Aldina da Lomba visitou também a aldeia de Conde Malonda, onde estão a ser construídas 50 casas do tipo T2, escola de formação de professores, a central eléctrica do Necuto, o hospital comunal e o posto da polícia de guarda fronteira do Pinto da Fonseca.

Depois do Necuto, a governadora deslocou-se à comuna do Inhuca, localidade onde visitou as obras de reabilitação da via que liga a aldeia de Boma Lubinda à sede comunal, o centro médico local e a estação de capacitação e tratamento de água.

Na sede de Buco Zau, a governadora visitou alguns empreendimentos sociais, com destaque para as obras do futuro pólo da Universidade 11 de Novembro, o Hospital Regional Alzira da Fonseca, os 200 focos habitacionais em construção no cruzamento do Caio e as obras do templo da Igreja Católica. A estação de tratamento de água do Buco Zau e as obras das 150 casas sociais de tipo T3, nas aldeias de Cata Buangas e Litles, cuja inauguração está prevista para dia 10 de Dezembro, mereceram igualmente a atenção da governadora Aldina da Lomba. Antes do seu regresso à cidade de Cabinda, a governadora orientou uma reunião do conselho de administração municipal.

Censo geral da população.

Levantamento cartográfico em conclusão

Jornal de Angola
27 de Novembro

A informação cartográfica, que inclui o levantamento estatístico de habitações, delimitação dos bairros e aldeias, vai servir como fonte de apoio para todos os sectores da vida social, revelou em Mbanza Congo, o director-geral do Instituto Nacional de Estatística (INE). Camilo Ceita referiu que o Instituto de Cartografia de Angola e o Ministério da Administração do Território foram os primeiros a beneficiar dos dados. Inicialmente previsto para o próximo ano, o Censo Geral da População foi adiado para Maio de 2014, por não estarem ainda reunidos os resultados globais do trabalho de levantamento cartográfico.

De acordo com o director do INE, a fase de levantamento cartográfico, iniciada em Maio último em todo o território nacional, está prestes a terminar. Na província do Zaire, frisou, faltam

algumas zonas do município do Tomboco, a comuna de Madimba e Serra da Canda, no Cuimba e algumas ilhas do Soyo, que exigem meios aéreos, devido às péssimas condições de acesso por terra, para a recolha de dados. "Os resultados do levantamento das habitações, edifícios sociais e delimitação de aldeias com a respectiva toponímia, em curso no país, vai permitir também a actualização da cartografia nacional para o início do senso", disse Camilo Ceita, num encontro com membros da sociedade civil.

"Os nossos agentes conseguiram atingir algumas zonas de difícil acesso, como ilhas, com o uso de canoas. Mesmo assim, vamos recorrer aos meios aéreos da Polícia Nacional para concluir o trabalho", explicou. No período das eleições gerais o INE teve uma paragem no trabalho de levantamento cartográfico, porque os agentes foram confundidos com membros de partidos políticos. "Chegámos mesmo a registar alguns actos de agressão física, daí a razão da interrupção do processo, o que afectou a calendarização das actividades para o senso geral", referiu.

Camilo Ceita explicou que o censo geral deve ser precedido da criação de legislação específica, programação do censo, orçamentação, actualização cartográfica, censo piloto, formação do pessoal, recolha de informação, avaliação do censo e publicação dos resultados. O director do INE apelou à população para colaborar com os agentes envolvidos no processo, porque, frisou, "estão a prestar um serviço em benefício do país".

Eições autárquicas somente em 2015

Semanário Factual

De 27 de Outubro a 03 de Novembro de 2012

Bornito de Sousa justificou a decisão com um estudo elaborado pelo seu Ministério, tendo em deca rações à imprensa, no final das actividades desenvolvi das no município do Bailundo, assegurando que está em curso a preparação do processo das autarquias locais. Em 2011, durante reunião do Conselho de República, órgão consultivo do Presidente José Eduardo dos Santos, foi fixado 2014 como ano da realização das primeiras eleições autárquicas em Angola.

No Bailundo, Bornito de Sousa anunciou que "estudos que estão a ser aprofundados a nível do Ministério apontam mais para 2015", mas

acrescentou que decorrem mais estudos a que se seguirão consultas a nível nacional.

Em Janeiro passado, por ocasião de uma visita de três dias a Angola do ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares de Portugal, Miguel Relvas, Bornito de Sousa anunciou que as primeiras eleições autárquicas se deveriam realizar em 2014, tendo, na ocasião, destacado a eventualidade da realização de experiências-piloto nalguns municípios e cidades. "A Constituição estabelece o princípio do gradualismo na implantação das autarquias", destacou Bornito de Sousa, em Janeiro.

Referindo-se à reunião do Conselho da República, o ministro angolano afirmou estarem a ser considerados dois cenários. "Uma ideia é de que deveríamos escolher um conjunto de municípios e cidades, começar por aí e avançar progressivamente. Outra ideia diz que, uma vez que temos dois anos pela frente, porque não prepararmos tudo e fazermos tudo de uma única vez?", indagou-se. Bornito de Sousa afirmou que estas questões vão voltar a ser analisadas, mas, frisou, "a própria Constituição aponta para um sentido de prudência, o que não exclui, naturalmente, a realização de experiências-piloto em 2014 ou eventualmente antes".

DEZEMBRO DE 2012

Angola melhora posição na lista da Transparência Internacional

Jornal de Angola

06 de Dezembro de 2012

Angola subiu 11 lugares na lista da organização não governamental Transparência Internacional sobre corrupção apenas num ano. Portugal perdeu um lugar porque a crise financeira e social fez aumentar a corrupção naquele país da Zona Euro. A Venezuela e Paraguai são os países mais corruptos da América Latina, enquanto Chile e Uruguai se mantêm entre os mais transparentes, aponta o relatório publicado pela ONG com sede na Alemanha. A edição de 2012 do já tradicional Índice de Percepção da Corrupção oferece um "ranking" regional com poucas variações na comparação com os relatórios dos últimos dois anos, mas faz uma advertência: "a América Latina é a região do mundo mais violenta, onde a desigualdade é maior", assegurou o director da Transparência Internacional para as Américas, Alejandro Salas.

Na escala global, Somália, Coreia do Norte, Afeganistão, Sudão e Myanmar são os países mais corruptos. Dinamarca, Finlândia, Nova Zelândia, Suécia e Singapura, os menos castigados por este tipo de prática. A Transparência Internacional, referência global na análise da corrupção, adverte no seu relatório que só um terço dos 176 países passou no exame. A condenação da corrupção ganha terreno em todo o mundo. "Após um ano durante o qual a atenção esteve virada para a corrupção, esperamos que os governos adoptem uma postura mais firme contra o abuso de poder. Os

resultados do TPI demonstram que as sociedades continuam a pagar o alto custo que representa a corrupção", afirmou em comunicado a presidente da Transparência Internacional, Huguette Labelle. Paulo Morais, vice-presidente da Transparência e Internacional em Portugal, considera que "os investidores e observadores estrangeiros que compõem o índice de percepção da corrupção continuam a não ver progressos visíveis em Portugal. A tendência de estagnação - e até de retrocesso - é a imagem de marca do nosso país no combate à corrupção e isso tem reflexos negativos na nossa capacidade de atrair investimento estrangeiro que nos ajude a sair da crise".

Ao contrário, em Angola o investimento estrangeiro aumenta diariamente. Angola melhorou 11 lugares na lista da Transparência Internacional, fruto das medidas tomadas contra esquemas de corrupção montados durante os anos de guerra, devido ao enfraquecimento da autoridade do Estado. Entre os países da CPLP, Cabo Verde melhorou dois lugares, Timor-Leste 30 lugares, Moçambique piorou três lugares, São Tomé e Príncipe melhorou 28 lugares, Guiné-Bissau melhorou quatro e o Brasil melhorou quatro lugares.

Os países "mais limpos" são a Dinamarca, Finlândia e Nova Zelândia. A Transparência Internacional justifica porquê: "estas sociedades estão apoiadas por um nível de acesso a sistemas de informação e em regras claras que regem o comportamento dos age